

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Osny Duarte Pereira: o nacional-desenvolvimentismo e a conservação das
florestas**

Isabela Cristina Rosa
Professor Orientador: Ely Bergo de Carvalho

Belo Horizonte
2019

ISABELA CRISTINA ROSA

Osny Duarte Pereira: o nacional-desenvolvimentismo e a conservação das florestas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Linha: Ciência e Cultura na História.

Orientador: Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho.

Belo Horizonte – MG

2019

907.2 Rosa, Isabela Cristina.
R788o Osny Duarte Pereira [manuscrito] : o nacional-
2019 desenvolvimentismo e a conservação das florestas / Isabela
Cristina Rosa - 2019.
177 f. : il.
Orientador: Ely Bergo de Carvalho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. História – Teses. 2. Pereira, Osny Duarte, 1912-
3. Conservação da natureza - Teses. 4. Florestas – Conservação -
Teses I. Carvalho, Ely Bergo de. . II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



"Osny Duarte Pereira: o nacional-desenvolvimentismo e a conservação das florestas"

Isabela Cristina Rosa

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho - Orientador
UFMG

Prof. Dr. José Augusto Pádua
UFRJ

Prof. Dra. Regina Horta Duarte
UFMG

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2019.

**Dedico esta dissertação ao meu pai,
com quem aprendi a amar as histórias e os bem-te-vis.**

Agradecimentos

Logo nas primeiras leituras que fiz de trabalhos acadêmicos, pude perceber qual era a minha parte favorita em todos eles, não importando os temas que iriam tratar: os agradecimentos. Talvez já fossem os primeiros indícios de que a História seria a minha vocação, uma vez que, como dizia Marc Bloch, o objeto da história são os homens. Nos agradecimentos, os sujeitos-autores colocam os seus sentimentos e as suas impressões, numa quase licença-poética. Nos agradecimentos, a humanidade pulsa explicitamente a cada palavra. Nos agradecimentos, somos capazes de ter contato, ainda que ínfimo, com os bastidores da escrita de um trabalho. Conhecemos um pouco da família, dos amigos, dos amores que deram apoio e que, em última medida, tornaram a jornada mais leve.

É momento, então, de você, leitor, conhecer um pouco da minha história. No ano de 2016, me graduei em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Estávamos em julho e, diante do fechamento de um ciclo tão importante, o que fazer dali em diante passou a ocupar meus pensamentos. Não demorei muito tempo para decidir que tentaria a seleção para o mestrado acadêmico. Inscrições, escrita de projetos, leituras, realização de provas, entrevistas. Em dezembro, dupla alegria: havia sido aprovada nos dois processos seletivos dos quais participei (Mestrado em História na Fafich e Mestrado em Educação na FAE). Optei por permanecer na minha “casa” e no começo de 2017 estava eu, novamente, numa sala de aula, iniciando mais um ciclo.

Disciplinas, apresentação de trabalhos em eventos, as primeiras reuniões com o orientador, ingresso no corpo editorial da Revista Temporalidades, organização de simpósio temático, escrita e publicação de artigos. Análise das fontes, mudanças no objeto da pesquisa, impasses, resoluções, leitura de bibliografia, escrita. Ah, a escrita... Por que não me avisaram que escrever inteiramente uma dissertação daria tanto trabalho? Ou teria sido eu que decidi não dar tantos ouvidos a todos os alertas que me foram dados? Foram longos dois anos (quase dois anos e meio) de muitos desafios e de muitos, muitos aprendizados. Os percalços foram intensos: indo desde limitações em relação às fontes, passando por crises de ansiedade, até a lastimável e sofrida perda do meu pai. Apesar de tantos pesares, cheguei até aqui. Cheguei, não. Chegamos! Comecei esta etapa rodeada de pessoas queridas e a encerro cercada por ainda mais pessoas amadas. Resta, a mim, a impossível tarefa de tentar colocar em palavras a gratidão que tenho por cada uma delas.

Agradeço, em primeiro lugar, à UFMG por me acolher como aluna desde 2012, possibilitando que eu tivesse um ensino público e de qualidade. Agradeço ao CNPq pelo financiamento dos meus dois anos de pesquisa, bem como agradeço aos programas dos governos federais, entre 2012 e 2018, que tornaram esta realidade possível. Aproveito para registrar a necessidade de continuarmos a defender o ensino superior público e gratuito e a constante ampliação dos programas de pós-graduação em todo o País.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e aos funcionários do Museu da Imagem e do Som (MIS-RJ) pela generosa atenção durante as pesquisas documentais. Agradeço imensamente aos familiares de Osny Duarte Pereira que me incentivaram a pesquisar a vida deste instigante e renomado jurista brasileiro e que me forneceram documentos e informações essenciais para a construção deste trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho pela orientação impecável e pela amizade que construímos. Faltam palavras para expressar a admiração que tenho por este profissional e ser humano. Num meio por tantas vezes hostil e sufocante como a academia, considero-me enormemente privilegiada por ter sido orientada por um professor que, sem deixar de ser muito exigente, sempre soube ser generoso e compreensivo.

Agradeço à Professora Dra. Laura Nogueira Oliveira, por ser inspiração nas minhas escolhas profissionais desde o Ensino Médio e por todo o afeto que há entre nós. Agradeço à Professora Dra. Regina Horta Duarte e ao Professor Dr. Rafael Scopacasa pela leitura cuidadosa do meu texto de qualificação: suas considerações enriqueceram grandemente esta dissertação. Agradeço à Erika Carvalho, por todo auxílio ao longo das minhas pesquisas. Agradeço também à banca de avaliação desta dissertação: Professora Dra. Regina Horta Duarte e Professor Dr. José Augusto Pádua: sinto-me honrada em ter o meu trabalho lido e avaliado por profissionais tão renomados nas pesquisas em História Ambiental.

Agradeço aos colegas da turma de graduação em História 2012/1 e da turma de mestrandos 2017/1. Especialmente, Raquel, que se tornou uma amiga como poucas, muito amada e sempre presente em cada fase da minha vida; Sarah, pelas idas e voltas da faculdade sempre cheias de muitas histórias e de muito companheirismo; André, pelas risadas e conselhos compartilhados; Matheus, Amanda, Flávia, Raquel Marques e Pollyanna, por trazerem leveza, cumplicidade e bastante cultura do entretenimento nacional e internacional para os meus dias. Agradeço também aos colegas de pós-graduação que tornam a “salinha” um espaço sempre muito acolhedor.

Agradeço aos muitos amigos da vida. Rayane, a amiga mais antiga, por representar apoio e incentivo. Rafa, por ser das melhores pessoas que já conheci e por me ensinar, todos os dias, com palavras, gestos, choros e risos compartilhados, o verdadeiro significado da amizade. Vanessinha, por todo carinho e pelas tantas conversas sempre inquietantes e profundas. Gui e Pê, colegas de estágio que se transformaram em amigos para toda a vida; eles costumam dizer que um dia nós, os humilhados, seremos exaltados. Arrisco-me a dizer que já temos muito êxito “só” por podermos contar uns com os outros.

Agradeço à Isabela Maia, por ser exemplo de integridade e por todo carinho dedicado a mim; agradeço também por todas as leituras/correções dos meus textos e por sempre torcer tanto pelas minhas conquistas. Lê, pelo cuidado que tem comigo e por sempre fazer com que eu me lembre do que é verdadeiramente importante nesta vida. Agradeço a todos os amigos de Alvo, especialmente Elisa, Gabi e Lori por serem tão especiais. Agradeço à Letícia, psicóloga e amiga, por me conduzir a uma jornada para dentro de mim mesma, por me fazer encontrar algumas respostas e me ensinar a viver em meio aos muitos obstáculos – internos e externos.

Para além dos amigos, agradeço aos meus familiares queridos. Avós, tios, padrinhos e primos. As famílias “Rosa” são mesmo as melhores que alguém poderia ter. Agradeço, e aqui o coração bate ainda mais forte, aos grandes amores da minha vida. À minha mãe, Vânia, que é sinônimo de cuidado e atenção, por todo o amor que tem por mim, pelos incontáveis almoços e lanches preparados enquanto eu passava horas do dia trabalhando na dissertação; por tentar me ensinar com a própria vida a ser gentil e paciente e por ser exemplo de fé. À Naty, por ser irmã-amiga, confidente, apoio e por ser exemplo de força e resiliência. À Clarinha, pelo companheirismo, pelo carinho valioso que demonstra e por alegrar nossas vidas desde a sua chegada. Grande parte do que há de bom e belo em mim, devo a vocês. Agradeço também ao Leandro que, mesmo entrando nas nossas vidas recentemente, já é parte importante.

Agradeço ao meu pai, Fleury Rosa. Eu não esperava, nem nos meus piores pesadelos, não ter a sua presença física neste momento importante da minha vida. Justamente meu pai, que sempre foi o meu maior exemplo profissional e intelectual. Justamente ele que me ensinou a ouvir, a contar e a escrever histórias; que sempre me incentivou a escolher a profissão que eu amava – ainda que não fosse a melhor em termos financeiros.

Meu pai que sempre, sempre dizia que eu iria “longe”. Chegar até aqui, sem a sua presença física, faz tudo perder um pouco do encanto. Saber que os meus olhos, cheios de lágrimas, não encontrarão os dele, azuis e também cheios de lágrimas, quando eu enfim me

tornar mestre, me causa muita dor. Ter permanecido, mesmo com a sua ausência, foi e ainda é muito difícil. O que me encoraja é saber que ele, intensamente vivo dentro de mim, e eternamente vivo junto de Deus, continua torcendo por mim. Obrigada, pai, por todo o legado que me deixou. Essa conquista é inteiramente dedicada a você.

Por fim, agradeço ao maior responsável por tudo que sou, por me aperfeiçoar em tudo que ainda não sou, por tudo que já conquistei e também por ter colocado pessoas tão maravilhosas ao meu lado: meu amado Deus. Obrigada, Pai, por ter me amado primeiro, por ser refúgio, por ser o melhor amigo, por me conceder tantas alegrias e por me fortalecer por meio das adversidades. Diversas vezes, e acredito que até de modo ingênuo, me perguntaram como a minha fé havia sobrevivido a um dos cursos mais questionadores e críticos como é a História. Eu seria capaz de dar várias respostas, mas todas elas convergem numa só, parafraseada do apóstolo Pedro: se não fosse para o Amor, para quem eu caminharia, se apenas Ele tem a palavra da Eternidade?

Eu até poderia ter concluído o mestrado sem todos, mencionados aqui, ao meu lado. No entanto, não haveria o menor sentido. A grande alegria é precisamente poder compartilhar com todos vocês algo que eu construí com muito mais graça e amor justamente por tê-los perto de mim.

Serei infinitamente e eternamente grata!

RESUMO

O presente trabalho consiste nas análises da trajetória de vida, das redes de sociabilidade e das obras do jurista brasileiro Osny Duarte Pereira, no período que compreende a publicação do seu primeiro livro, *Direito Florestal Brasileiro*, em 1950, até a promulgação do Código Florestal em 1965. Considera-se que, neste intervalo, o Brasil vivenciou processos de disputas entre projetos de desenvolvimento econômico e social. O principal objetivo desta dissertação foi compreender, a partir da definição de Duarte Pereira enquanto um intelectual, de que forma se deram as articulações, no pensamento deste autor, entre a defesa do desenvolvimento nacional e da conservação das florestas. Na historiografia, de modo geral, não há produções que se debruçaram sobre a vida e sobre a carreira deste intelectual, o que reforça a importância desta pesquisa. Nesta dissertação, foram analisadas obras produzidas por Osny Duarte Pereira, matérias jornalísticas do período que retrataram a repercussão destas, bem como documentação com arquivos da vida pessoal do jurista.

Palavras-chave: Osny Duarte Pereira; Desenvolvimento Nacional; Conservação de Florestas.

ABSTRACT

The present work consists in the analysis of the life trajectory, sociability networks and works of the Brazilian jurist Osny Duarte Pereira, in the period that includes the publication of his first book, Brazilian Forest Law, in 1950, until the enactment of the Forest Code in 1965. It is considered that in this period of time Brazil experienced processes of disputes between projects of economic and social development. The main objective of this dissertation was to understand how were made the articulations between the defense of the national development and the conservation of the forests, all these over Duarte Pereira's view. In historiography, in general, there are no productions that have focused on the life and career of this intellectual, which reinforces the importance of this research. In this dissertation, it was analyzed works produced by Osny Duarte Pereira, newspaper articles of the period that portrayed their repercussion, as well as the documentation and archives of the personal life of the jurist.

Keywords: Osny Duarte Pereira; National Development; Conservation of Forests.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. OSNY DUARTE PEREIRA: UM INTELLECTUAL EM SUAS REDES DE SOCIABILIDADE	
2.1.Osny Duarte pereira: as facetas de um jurista, desembargador e escritor.....	31
2.2.O intelectual Osny Duarte Pereira.....	43
2.3. Osny Duarte Pereira e sua passagem pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).....	48
2.4.O período militar: censura, perseguição e cassação de direitos políticos de Osny Duarte Pereira.....	60
2.5.A anistia e os anos finais da vida de Osny Duarte Pereira.....	63
3. CONTRA O “ENTREGUISMO” E O “IMPERIALISMO”: UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL	
3.1. As publicações de Osny Duarte Pereira em meio à Guerra Fria.....	67
3.2. “A China de hoje” e “Estudos Nacionalistas”: repercussões das obras de Osny Duarte Pereira no Brasil.....	71
3.3. Os inimigos do verdadeiro desenvolvimento: imperialismo, entreguismo e latifúndio.....	81
3.4. Um projeto de desenvolvimento nacional.....	94
4. PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS E A CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS	
4.1. O direito florestal brasileiro: em busca da historicidade.....	110
4.2. O direito florestal e o direito à floresta em Osny Duarte Pereira.....	116
4.3. Desenvolvimentismo e florestas: o Instituto Nacional do Pinho.....	132
4.4. O ensino florestal e o desenvolvimentismo: ensinar a importância das matas para acabar com o “atraso”.....	144

4.5. Os códigos florestais: em busca de uma legislação florestal para o nacional-desenvolvimentismo.....	150
4.6. As “décadas desenvolvimentistas” e o silenciamento das questões florestais.....	160
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
FONTES CITADAS.....	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172

Introdução

Osny Duarte Pereira nasceu em 5 de julho de 1912, na cidade de Itajaí, em Santa Catarina. Em fins dos anos de 1920, ingressou na Faculdade de Direito do Paraná, na qual obteve, em 1933, o título de bacharel em Direito. Durante a década de 1930, atuou como promotor público no Paraná e nos primeiros anos da década de 1940, integrou novamente a promotoria pública, porém no estado de Santa Catarina.

Em 1945, tornou-se, por meio de concurso público, Magistrado do Distrito Federal, Rio de Janeiro, órgão no qual construiu a maior parte da sua carreira profissional. Ao longo de sua trajetória, Osny Duarte Pereira fez parte de diversas entidades, tais como a Associação Brasileira de Juristas Democratas (ABJD) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Duarte Pereira publicou significativa quantidade de trabalhos, de artigos em periódicos e de livros, dialogando tanto com área do Direito, sua especialidade, quanto com pesquisas ligadas à história, às ciências sociais e às ciências políticas.

Em 1950, destaca-se a publicação de sua primeira grande obra, *Direito Florestal Brasileiro*, trabalho em que, a partir de uma revisão das principais legislações florestais dentro e fora do Brasil, Duarte Pereira buscava legitimar a importância do Direito Florestal e, conseqüentemente, da conservação das florestas. Entre 1961 e 1963, coordenou a Comissão Especial para elaboração do novo Código Florestal que seria aprovado em 1965.

Duarte Pereira teve os direitos políticos cassados temporariamente durante o período militar, exilando-se na Europa. No processo da redemocratização, nos anos 1980, integrou as discussões acerca da nova Constituição. O jurista, desembargador e escritor brasileiro faleceu em 23 de outubro de 2000, aos 88 anos, em decorrência de uma insuficiência cardiorrespiratória.

Não há na historiografia, nem na área do Direito ou da Sociologia, trabalhos que versem sobre a vida e a obra de Osny Duarte Pereira; há apenas referências pontuais. Não há uma biografia sistematizada sobre o jurista e, por isso, foi necessário um trabalho intenso de pesquisa. Alceo Magnanini, que esteve com Osny Duarte Pereira na elaboração do Código Florestal, afirmou que:

[...] na realidade, os conhecimentos que eu tive dele [Osny Duarte Pereira] foram apenas assim, através do livro dele [faz referência à obra “Direito Florestal Brasileiro”, de 1950] e através do contato pessoal. Mas eu não tenho

nenhuma outra indicação sobre ele. Onde ele nasceu, quantos filhos teve, qual a descendência [sic] dele, onde os pais moravam [...].¹

Em termos de produções bibliográficas a respeito de Osny Duarte Pereira, ressalta-se que, por ter sido um advogado e jurista de formação, foram encontrados dois trabalhos, ambos da área do Direito, sobre Duarte Pereira. O primeiro deles, trata-se de um artigo de jornal intitulado “Atualidade da obra ‘Quem faz as leis no Brasil?’ de Osny Duarte Pereira”², publicado em 2017 por Jorge Rubem Folena de Oliveira. O segundo diz respeito a uma conferência, ministrada em 2004, pelo economista e cientista político Sérgio Soares Braga, com o título de “Os juristas e o golpe: análise das obras escritas por Osny Duarte Pereira e Goffredo Telles Júnior no contexto do movimento de 1964”.

No que tange às pesquisas historiográficas, alguns poucos trabalhos mencionam Osny Duarte Pereira. Destaca-se, sobretudo, o livro “Saudade do Matão”³, de Teresa Urban, no qual a autora constrói um histórico da conservação da natureza no Brasil a partir de entrevistas individuais e coletivas com alguns personagens⁴ considerados protagonistas neste processo. Osny Duarte Pereira não se encontra entre estes personagens, mas é mencionado de formas pontuais tanto pela autora, quanto por Alceo Magnanini.

Guita Grin Debert, em sua tese de doutorado “A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)”⁵, ao se debruçar sobre o ISEB, analisa um texto de Osny Duarte Pereira, professor do Instituto entre 1960 e 1964, publicado, em 1963, na Revista Brasiliense⁶

¹ MAGNANINI, Alceo. *Alceo Magnanini: depoimento*. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2017. [Depoimento concedido, via e-mail, para a autora da presente dissertação].

² OLIVEIRA, Jorge Rubem Folena de. Atualidade da obra “Quem faz as leis no Brasil, de Osny Duarte Pereira. *Jornal GGN*. 24 de julho de 2017. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/noticia/jorge-folena-atualidade-da-obra-“quem-faz-as-leis-no-brasil“-de-osny-duarte-pereira>. Acesso em: maio de 2018.

³ URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação McArthur, 1998.

⁴ Os personagens entrevistados são: Ademar Faria Coimbra Filho, Alceo Magnanini, Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, Maria Tereza Jorge Pádua, Paulo Nogueira-Neto e Wandervilt Duarte de Barros.

⁵ DEBERT, Guita Grin. *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. 1986. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

⁶ A editora Brasiliense, em setembro de 1955, lançou a “Revista Brasiliense”, fundada pelo intelectual Caio Prado Jr. O objetivo do novo periódico era apresentar, para os leitores, as formulações dos principais pesquisadores brasileiros acerca dos problemas nacionais, como, por exemplo, as discussões em torno da reforma agrária. Com publicações bimestrais, autores como Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Sérgio Buarque de Holanda escreveram textos para a Revista Brasiliense. Para mais informações, ver: O DEBATE Plural da 'Revista Brasiliense'. *Memorial da Democracia*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/o-debate-plural-da-revista-brasiliense>. Acesso em: 23 março. 2019.

com o título de “O ISEB. O desenvolvimento e as reformas de base”⁷. Apesar disso, o foco do trabalho de Debert não está em Osny Duarte Pereira, mas sim num estudo comparativo entre o ISEB e a ESG. Em um estudo cujo objetivo é analisar as concepções de nacionalismo no ISEB, Cecília Pires, na obra intitulada “O ISEB e a questão do nacionalismo”⁸, menciona o mesmo texto de Duarte Pereira na Revista Brasiliense.

Daniel Pécaut, em seu livro “Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação”⁹, dedica um capítulo para compreender a geração entre 1954-1964. Por isso, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ocupa lugar de destaque em suas análises, sendo entendida como uma das instituições que veicularam concepções de nacionalismo e de desenvolvimentismo. A figura de Osny Duarte Pereira é citada em alguns momentos, porém sem maiores reflexões acerca de suas obras e de suas contribuições ao Instituto.

Alexsandro Eugênio Pereira, em sua tese “O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil 1952-1964”¹⁰, se volta, como o próprio título indica, para a compreensão do ISEB enquanto um núcleo de intelectuais que se vinculavam à cultura e também à política. Osny Duarte Pereira é mencionado nesta obra, mas, novamente, de forma muito pontual, não se constituindo como um foco de análise.

Aliás, há quantidade significativa de trabalhos produzidos sobre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Edison Bariani Junior apresenta um recenseamento bibliográfico¹¹ sobre o ISEB, no qual indica obras isebianas e produções acadêmicas que se voltaram para o estudo do Instituto em si, bem como de autores isebianos de modo específico, tais como Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré. Não há, contudo, pesquisas voltadas à figura de Osny Duarte Pereira. Com isso, observa-se que a vida e a obra desse jurista não foram objetos de muitos estudos, atestando a necessidade e a relevância de um trabalho que se volte à produção deste intelectual brasileiro.

⁷ PEREIRA, Osny Duarte. O ISEB. O desenvolvimento e as reformas de base. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 47, p. 23-41, mai./jun. 1963.

⁸ PIRES, Cecília Maria Pinto. *O ISEB e a questão do nacionalismo*. 1987. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1987.

⁹ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. 1. ed. São Paulo: Ática. 1990. 335 p.

¹⁰ PEREIRA, Alexsandro Eugênio. *O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil 1952-1964*. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003.

¹¹ JUNIOR, Edison Bariani. *ISEB: um recenseamento bibliográfico*. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/anexo_bib_iseb_26.htm. Acesso em: 12 maio 2018.

Tal como indicava Carlo Ginzburg¹², o ofício do historiador é similar ao de um médico que a partir dos sintomas faz o diagnóstico da doença ou ao de um detetive que a partir das pistas é capaz de desvendar um crime. Assim, numa perspectiva de investigação histórica, os “sinais” e os “vestígios” relativos à Osny Duarte Pereira foram identificados e analisados e, a partir de então, uma breve narrativa sobre a vida deste jurista foi construída.

Entretanto, a presente dissertação não tem por objetivo a constituição de uma biografia sobre Osny Duarte Pereira. O foco principal da pesquisa aqui desenvolvida é, por meio da análise crítica da trajetória de vida, das redes de formação, das redes de sociabilidade e da produção bibliográfica deste jurista, compreender de que modo se conjugavam as suas concepções de desenvolvimentismo e da conservação das florestas.

A visão de desenvolvimento nacional que vigorou durante as décadas de 1950 e 1960, no Brasil, apesar de ter sido o modelo predominante, ou seja, que foi de fato empreendido, é apenas uma entre as múltiplas concepções de desenvolvimento nacional.

A composição das linhas políticas, econômicas, intelectuais e culturais dos anos do pós-guerra no país ao longo do objetivo de uma rápida transformação da sociedade brasileira por meio da industrialização planejada pelo Estado mobilizou funcionários públicos, intelectuais nacionalistas, dirigentes de associações empresariais e setores influentes da força de trabalho urbano organizada, em uma discussão prolífica, original e criativa sobre os significados de desenvolvimento nacional¹³.

De acordo com Rafael Ioris¹⁴, “prevaleceu, no final, uma estratégia de desenvolvimento definida de forma estreita, centrada em taxas absolutas de crescimento econômico, em detrimento de políticas socialmente mais inclusivas e debatidas publicamente”¹⁵. Ainda com os avanços e metas alcançados ao final do período, a década de 1960 revelou insatisfações por parte daqueles grupos que não tiveram suas ideias de desenvolvimento nacional empreendidas. O Brasil testemunhou, então, “uma acirrada polarização ideológica e uma crescente desconfiança em grande parte das instituições democráticas”¹⁶, abrindo caminho para o golpe militar de 1964 e os 21 anos de ditadura subsequentes.

¹² GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 145-180.

¹³ IORIS, Rafael. *Qual desenvolvimento: os debates, sentidos e lições da Era Desenvolvimentista*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ *Ibidem*, p. 23.

¹⁶ *Ibidem*, p. 25.

Apesar de comportarem pontos divergentes, as concepções de desenvolvimento nacional concordavam no sentido de defenderem o fomento à industrialização no país. A forma como esse processo se daria, entretanto, era variável, podendo ser realizado por meio da criação de empresas nacionais, pela instalação de indústrias estrangeiras no país ou mesmo pela associação entre capital nacional e internacional (público e privado).

Em meio às disputas em torno das visões de desenvolvimento, é fundamental pensar também de que forma as relações entre as sociedades e o mundo natural eram compreendidas em cada uma delas. O contexto do pós-guerra, principalmente a partir dos anos de 1950, representou para Dean¹⁷, uma nova ameaça para a Mata Atlântica brasileira que, para o autor, estava sendo devastada desde a presença dos primeiros caçadores-coletores que nela se estabeleceram. O autor chama atenção, justamente, para as implicações da adoção de modelos de desenvolvimento, inclusive do nacional-desenvolvimentismo, em relação às florestas atlânticas. Mais do que isso, Dean aponta que o período dos governos de Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros, João Goulart e Ditadura Militar teriam sido marcados por conturbações políticas que colaboraram para que as questões conservacionistas fossem deixadas em segundo plano¹⁸.

Segundo análise do autor, as práticas de queimada e derrubada continuavam a ser feitas na agricultura e também na pecuária. A partir da década de 1950, houve acentuado acréscimo da demanda de carne bovina, sendo o primeiro artigo incorporado pelas camadas populares que ampliavam o seu poder aquisitivo. Para Dean, a floresta era “barganhada pelo desenvolvimento econômico”¹⁹, uma vez que tanto o crescimento populacional – em 1970, a população da região da Mata Atlântica era de 40 milhões – quanto o aumento da industrialização contribuíam para a degradação das matas.

Preocupado como estava com o desenvolvimento econômico, o papel do Estado, enquanto protetor da floresta primária remanescente no país, tornava-se inteiramente problemático. O nacionalismo econômico, bem como a escassez de capital privado, levaram à criação de empresas governamentais de mineração, siderurgia, hidroeletricidade, petróleo e petroquímica, todas potencialmente muito poluentes²⁰.

¹⁷ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*, p. 282.

²⁰ *Ibidem*, p. 291.

O Estado, que tentava definir seu papel, enfrentava disputas com os interesses de particulares: para Dean, a floresta se encontrava em meio à burocracia, aos jogos políticos e à corrupção.

Em maio de 1954, os jornais da capital estadual [de São Paulo] iniciaram o que pode ter sido a primeira campanha da imprensa do país em favor da preservação. A Folha da Manhã revelava os nomes de diversos funcionários envolvidos em ilegalidades no Pontal e exigia a retirada de invasores de terras declaradas protegidas²¹.

Exemplos como esse se tornaram cada vez mais frequentes com denúncias de permissividade das instâncias de governo em relação ao uso das florestas.

Dean, em sua obra, postula ter havido uma vergonhosa derrota, nos anos 1950 e 1960, dos esforços conservacionistas no seio do governo, embora observasse, em meio aos servidores públicos do país, “o crescimento de uma consciência de que a conservação, e mesmo a preservação, da natureza era uma das atribuições de um Estado digno”²². O conservacionismo existente, além de insuficiente, encontrava-se deturpado e distante das questões políticas, sobretudo da reforma agrária, problema latente na sociedade brasileira.

Contudo, na perspectiva de Drummond²³, da qual o presente trabalho vai ao encontro, Warren Dean considera o homem, no sentido amplo da espécie, como um “ser destruidor”. Para ele, o ser humano age sobre a floresta sempre por meio de um ímpeto de destruição e devastação.

Dos indígenas às modernas populações urbanas, ninguém é ‘absolvido’ por Dean. Todos usaram a floresta de alguma forma e todos contribuíram para modificá-la em algum grau, embora quase sempre indígenas tribalizados e caboclos mais isolados tenham encontrado formas de conviver com matas extensas (mas ainda assim alteradas) por prazos às vezes até longos²⁴.

William Balée²⁵ afirma que, na antropologia sociocultural, duas doutrinas, que associam a natureza humana com questões de biodiversidade, encontram-se em competição constante. De um lado, a concepção do “nobre selvagem ecológico” e, do outro, aquilo que nomeia como teoria do “*Homo devastans*” [homem destruidor/devastador]. Na primeira delas, entende-se que a natureza humana é a proteção do meio ambiente e que esta relação só se torna corrompida quando projetos civilizatórios, responsáveis por grandes alterações e impactos, são executados. Do lado oposto, no que tange à concepção dos humanos como seres devastadores,

²¹ DEAN, 1996, p. 295.

²² *Ibidem*, p. 299.

²³ DRUMMOND, José Augusto. Mata Atlântica: a História de uma destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.17, p. 239-250, 1996.

²⁴ *Ibidem*, p. 241.

²⁵ BALÉE, William. *Advances in Historical Ecology*. New York: Columbia University Press, 1998.

a humanidade é entendida, inexoravelmente, como responsável pela destruição de habitats naturais e de outras espécies.

Numa perspectiva crítica, é preciso, sem dúvidas, desmistificar a ideia de que apenas as sociedades capitalistas contemporâneas foram e ainda são responsáveis pela devastação. No auge de expansão territorial do Império Romano, por exemplo, aconteciam as chamadas *venationes*, que nada mais eram do que caças de animais selvagens mortos de formas violentas. Durante a Guerra do Pelonopeso, espartanos derrubaram quantidade significativa de árvores nos territórios atenienses, objetivando a diminuição da oferta de madeira, de modo a afetar as atividades econômicas e a construção dos navios de guerra entre os rivais²⁶.

Assim, outras formas de organização social (como povos da Antiguidade Ocidental ou as chamadas comunidades tradicionais – quilombolas, indígenas), por vezes consideradas harmônicas em relação ao mundo natural, também agiram e agem de forma a alterar e, em última medida, devastar a natureza. A proporção, porém, das práticas destrutivas das sociedades contemporâneas é, comparativamente, mais destruidora. Isso por consequência do próprio sistema econômico capitalista, que estimula o consumo em níveis cada vez maiores e também do crescimento populacional que conseqüentemente leva a uma necessidade cada vez maior de água, alimentos, minérios, fontes de energia etc.

Uma vez que as ações de todas as sociedades – em todos os tempos e espaços – acarretam impactos à natureza, é preciso considerar a dimensão de cada uma destas alterações. Assim, nem a ideia do “Homo devastans”, nem as concepções que atestam perfeita harmonia entre humanos e natureza deveriam ser encaradas como satisfatórias. Em algumas análises, as posturas devastadoras ou relações menos impactantes podem, de fato, predominar, desde que sempre consideradas de forma crítica.

Mais do que isso, recuperando as discussões em torno da obra de Warren Dean, é inegável que as florestas, e aqui especificamente a floresta atlântica brasileira, tenham sido radicalmente transformadas pelas ações humanas. Porém, diante de um período tão extenso de ocupação, não se pode ignorar que os distintos grupos sociais em diferentes momentos se relacionaram com a floresta de modos particulares, ou seja, com racionalidades próprias.

²⁶ HORTA, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 109p.

Ely Bergo de Carvalho²⁷, em sua análise da obra de Dean feita dez anos depois da publicação de “A ferro e fogo”, identifica que o autor norte-americano dá um passo fundamental para a história ambiental, uma vez que coloca a natureza como dotada de agência. Contudo, a crítica feita é que Dean tende a homogeneizar a história das florestas, não percebendo as discontinuidades. Como ressalta Carvalho, não se trata de negar a relação de destruição predominante, mas entender que as interferências humanas no mundo natural não são sempre de devastação; exemplo disto seriam as atividades extrativistas de seringueiros na Amazônia brasileira que tiram todo seu sustento da floresta, estabelecendo uma relação que não tem por fundamento a destruição.

Ainda de acordo com Carvalho, a obra de Dean se enquadraria naquilo que o intelectual e epistemólogo mexicano Enrique Leff nomeia de ‘história ecológica’, partindo da perspectiva da floresta e, por isto, não sendo sensível às complexidades, às formas de identidade e às racionalidades variadas existentes na relação dos homens com o meio natural. Carvalho sustenta a ideia de que, embora seja um clássico da história ambiental, a obra de Dean inspirou e ainda inspira historiadores a fazerem o processo inverso do que ele fez, buscando escalas temporais de análise menores e, sobretudo, percebendo as discontinuidades, no tempo e no espaço, das relações entre as sociedades e a natureza.

Outra consideração que se faz importante consiste no entendimento de que, para um trabalho de história ambiental crítico, é imprescindível compreender que as relações estabelecidas entre os sujeitos e o mundo natural são sempre diversas. Mais do que isso, é preciso que o historiador ambiental esteja atento às distintas racionalidades existentes nas interações entre homem e natureza.

O conceito de racionalidades ambientais, por sua vez, também uma categoria analítica, foi estruturado pelo já citado por Enrique Leff²⁸ e deve ser compreendido juntamente com o conceito de *saber ambiental*. Para o autor, o saber ambiental, ou seja, o modo de saber ligado às reflexões ambientais, “muda o olhar do conhecimento e com isso transforma as condições

²⁷ CARVALHO, Ely Bergo de. Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A Ferro e Fogo. *Esboços*. Florianópolis, v. 13, p. 107-124, 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/274/9919>. Acesso em: 12 mar. 2017.

²⁸ LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.34, n. 3, p. 17-24, set./dez. 2009.

do saber no mundo na relação que estabelece o ser com o pensar e o saber, com o conhecer e o atuar no mundo”²⁹.

O saber ambiental

[...] integra o conhecimento racional e o conhecimento sensível, os saberes e os sabores da vida. O saber ambiental prova a realidade com saberes sábios que são saboreados, no sentido da locução italiana *asaggiare*, que põe à prova a realidade degustando-a, pois se prova para saber o que se pensa, e, se a prova da vida comprova o que se pensa, aquele que prova se torna sábio. Dessa forma, restaura-se a relação entre a vida e o conhecimento. O saber ambiental reafirma o ser no tempo e o conhecer na história; estabelece-se em novas identidades e territórios de vida; reconhece o poder do saber e da vontade de poder como um querer saber³⁰.

O saber das ciências – o conhecimento científico –, segundo Leff, por vezes ignora a diversidade das relações entre sociedades e mundo natural. O saber ambiental, então, “impulsiona uma utopia como reconstrução da realidade a partir de uma multiplicidade de sentidos individuais e coletivos, para além de uma articulação científica, de intersubjetividades e de saberes individuais”³¹. Assim, os saberes ambientais constroem novas realidades e podem ser entendidos como formadores de distintas racionalidades ambientais, ou seja, diferentes formas racionais, ainda que nem sempre assim reconhecidas pelos saberes científicos, dos sujeitos – individuais e coletivos – interpretem a natureza e se interligarem ao ambiente.

No período militar, Dean³² destaca que uma série de leis e decretos foi aprovada, sustentando a promessa de administração efetiva do patrimônio florestal nacional. A mais significativa medida foi a aprovação, em 1965, do Código Florestal que ratificava a autoridade do Estado sobre florestas particulares; estendia a proteção da vegetação; simplificava a classificação das florestas e exigia replantio de florestas para indústrias que utilizassem madeira e carvão vegetal .

No presente trabalho, pretende-se entender as formas pelas quais a conservação das florestas foi concebida e, indo além, compreender quais eram as motivações para a elaboração de medidas conservacionistas, refletindo sobre suas conexões com as políticas desenvolvimentistas. Nessa interface se inserem as discussões feitas por Osny Duarte Pereira.

²⁹ LEFF, 2009. p. 18.

³⁰ *Ibidem*, p. 18.

³¹ *Ibidem*, p. 19.

³² DEAN, 1996.

Como aponta Ioris³³, não houve uma definição consensual de desenvolvimento nacional no Brasil entre os anos 1945 e 1964. Para Pécaut:

Mesmo quando parecia prevalecer a equivalência, os usos do idioma nacionalista são bem diferenciados. Em certos casos, remetem a uma visão técnica do político; em outros, a uma visão religiosa. Eles permitiam enfatizar ora a unidade do social, ora as suas divisões. Em suma, *uma sociabilidade partilhada, mas acompanhada de conflitos em torno do controle das suas finalidades e das suas implicações*³⁴.

Dessa forma, o foco do presente trabalho é compreender quais eram as interpretações de Osny Duarte Pereira em relação ao projeto desenvolvimentista, bem como ao que tange à conservação das florestas.

Os objetivos e a metodologia utilizados na presente dissertação situam-se no campo historiográfico da História Ambiental. Nos anos de 1970, sobretudo nos Estados Unidos, a História Ambiental, que emergiu vinculada à crise ambiental vivenciada no mesmo período, trouxe, para o campo da pesquisa em História, a importância de se olhar para o mundo natural e para as relações que os sujeitos históricos teceram junto a ele ao longo do tempo. Para Carvalho, a história ambiental representa uma forma de abordagem que busca entender a “interação entre as antropossociedades e os ambientais ‘naturais’ dos quais fazem parte”³⁵.

Indo além, uma história que aborde apenas os elementos “naturais” independentes dos seres humanos não é suficiente, nem mesmo a hegemônica abordagem na historiografia de compreender as antropossociedades como algo à parte do mundo natural, como se não houvesse bases materiais para constituição e configuração diferentes dos grupos sociais. Enfim, para Carvalho, a história ambiental incorpora trabalhos que destacam as questões sociais e outros que destacam os elementos não-antropossociais; porém, “é na interação entre as antropossociedades e o ambiente do qual fazem parte, que se encontra o sentido da história ambiental”³⁶.

³³ IORIS, 2017.

³⁴ PÉCAUT, 1990. p. 106. Grifo nosso.

³⁵ CARVALHO, 2007, p. 107.

³⁶ *Ibidem*, p. 107.

Sem dúvida alguma, tais escritos já consideravam a natureza e as relações entre o homem e o mundo natural³⁷. Entretanto, autores como Leff³⁸ e Carvalho³⁹ identificam, na História Ambiental, uma novidade, ou seja, eles apontam elementos diferenciados que a distingue das formas tradicionais da História Política e da História Econômica e também das mais recentes História Social e História Cultural, embora também reconheçam possíveis aproximações com tais vertentes. Portanto, pode-se considerar a história ambiental, sim, como uma novidade, uma nova forma de se olhar para o passado que se estabelece, sobretudo, nas interrelações entre os sujeitos e todo o restante da natureza e também nas mútuas interferências entre esses elementos.

Em relação às ideias de Donald Worster⁴⁰, que também apontava a história ambiental como uma descontinuidade, uma novidade, destaca-se aquilo que o autor aponta como os três níveis em que essa nova história funcionaria:

[...] três conjuntos de questões que ela enfrenta (embora não necessariamente na mesma pesquisa), três grupos de perguntas que ela procura responder cada um deles exigindo contribuições de outras disciplinas e aplicando métodos especiais de análise⁴¹.

O primeiro desses níveis se ligaria à natureza propriamente dita, enquanto ecossistema físico, com todas as relações nela estabelecidas. Um segundo nível estaria relacionado à constituição socioeconômica das sociedades na medida em que os fatores socioeconômicos se interagem com o ambiente, estando ligado principalmente no que tange à cultura material e aos meios tecnológicos mobilizados a partir do e para lidar com o espaço natural.

Por fim, o terceiro nível de análise para o historiador é caracterizado por

[...] um tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza⁴².

³⁷ Delimitar a história ambiental é tarefa difícil e talvez nem mesmo seja aconselhável, pensando num diálogo entre áreas de saber dentro e fora da História. Vale destacar aqui que a História Ambiental não foi vista, por todos os historiadores, como uma novidade. Para autores como Josep Fontana, o ambiente já se constituía como um espaço privilegiado para trabalhos historiográficos em todo o mundo. Nesse sentido, indo além do que aponta Fontana e pensando na historiografia brasileira, obras como “Monções”, “Caminhos e Fronteiras”, “Visões do Paraíso” de Sérgio Buarque de Holanda; “Nordeste” de Gilberto Freyre e “Formação do Brasil Contemporâneo” de Caio Prado Júnior seriam exemplos de análises, anteriores à década de 1970, em que o mundo natural já se constituía como um dos pontos centrais. Para mais informações, ver: FONTANA, Josep. Historia. Espacio y recursos naturales: de la geografía humana a la “Ecohistoria”. In: *La historia después del fin de la historia: Reflexiones acerca de la situación actual de la ciencia histórica*. Barcelona: Crítica, 1992. p. 65-78.

³⁸ LEFF, 2005.

³⁹ CARVALHO, Ely Berço de. A História Ambiental e a “crise ambiental contemporânea”: um desafio político para o historiador. *Revista Esboços*. Florianópolis, v.11, n. 11, p. 105-116, 2004.

⁴⁰ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>. Acesso em: 12 mar. 2017.

⁴¹ *Ibidem*, p. 202.

⁴² *Ibidem*, p. 202.

Nesta etapa, seria necessário entender de que modo o comportamento social dos homens se dá em relação ao espaço natural, bem como a maneira pela qual a própria organização socioeconômica é influenciada pelas visões que os sujeitos, ao longo do tempo, têm da natureza.

Apesar de ser apenas um entre outros modelos interpretativos que tentam contemplar a pluralidade de análises no campo da história ambiental, tal dinâmica apresentada por Worster, derivada das reflexões propostas anteriormente por Roderick Nash⁴³, é bastante coerente. Cabe ressaltar também que, como o próprio Worster indica, esses três níveis estão conectados, formando uma articulação, mas, de acordo com os objetos de pesquisa estudados, um ou outro destes níveis pode se sobressair em relação aos demais. Para o presente trabalho, o terceiro nível será o mais explorado, tendo em vista que nos concentraremos nas dimensões políticas, culturais e socioambientais do fazer intelectual de Osny Duarte Pereira com o objetivo de compreender como suas ideias se inseriam na sociedade brasileira dos anos de 1950 e 1960, influenciando-a e, sem dúvida, sendo por ela influenciado⁴⁴.

Ainda nas discussões metodológicas adotadas nesta dissertação, outra observação se faz necessária. Os termos “ambiental”, “meio ambiente” e seus derivados emergem apenas na segunda metade do século XX. E, mesmo nas décadas de 1950 e 1960, o risco do anacronismo ao utilizar tais expressões se faz presente. As legislações apresentavam termos como rios, solos e florestas, por exemplo, e não a noção de “ambiente”; Osny Duarte Pereira, em suas obras, utilizava a ideia de “questões florestais”. Sendo assim, ao tratar da natureza nos projetos de desenvolvimento nacional, a nomenclatura adotada, neste trabalho, será também “questão florestal”.

Todas as considerações feitas até aqui – questões que compõem o fazer histórico na perspectiva da história ambiental; os diferentes níveis de análise pelos quais é possível produzir um trabalho de viés histórico-ambiental; a necessidade de o historiador perceber as discontinuidades e as distintas racionalidades, bem como buscar não cair em determinismo (cultural ou natural) – são pontos primordiais.

⁴³ Para mais informações acerca da concepção da História Ambiental em três níveis, ver: McNEILL, John R. *Naturaleza y cultura de la Historia Ambiental*. *Nómadas*, Colombia, n. 22, p. 12-25, abr. 2005. Disponível em: http://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_22/22_1M_Naturalezayculturadelahistoria.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

⁴⁴ WORSTER, 1991, p. 203.

Retomando as discussões sobre os desenvolvimentismos, destaca-se que, de acordo com Escobar⁴⁵, o amplo projeto desenvolvimentista, de modo geral, foi apoiado por diversas nações do mundo e teve, como uma de suas consequências, a invenção do Terceiro Mundo. Os países mais ricos realizaram intervenções nos países periféricos a partir de meados do século XX até os seus últimos anos. Refletindo sobre a relação entre Estados Unidos e América Latina, este autor afirma que os discursos dos governantes estadunidenses eram marcados fortemente pela necessidade de se realizar o progresso econômico. Para tal feito, era necessário estimular, principalmente, o crescimento da industrialização.

Na perspectiva de Ioris⁴⁶, o desenvolvimento nacional foi um assunto muito caro aos diversos grupos sociais brasileiros a partir da década de 1950. Para este autor, indo na contramão da historiografia tradicional, as concepções do nacional-desenvolvimentismo, desde o governo de Juscelino Kubitschek até os anos de Ditadura Militar, se constituíram como bastante heterogêneas. Inclusive, Ioris defende que uma das principais causas de colapso do governo João Goulart teria sido a continuidade de um isolamento, iniciado com JK, de setores sociais brasileiros – sobretudo os trabalhadores – que perceberam suas próprias visões de desenvolvimento, embora minimamente consideradas pelos projetos implementados, em grande medida negligenciadas.

O projeto de desenvolvimento nacional esteve, assim, marcado por uma disputa intensa de vozes e poderes. Partindo desta premissa, de que havia um conflito de visões de desenvolvimento, tarefa principal para o nosso trabalho seria compreender qual ou quais destas concepções eram compartilhadas por Osny Duarte Pereira.

Indo além, durante a era desenvolvimentista, as relações entre as sociedades e o mundo natural também se definiram de formas específicas. Para Dean⁴⁷, principalmente a partir dos anos de 1950, a Mata Atlântica brasileira sofreu uma nova “onda” de devastação. O autor chama atenção, justamente, para as implicações da adoção de modelos de desenvolvimento, inclusive do nacional-desenvolvimentismo, em relação às florestas atlânticas.

Mais do que isso, conforme mencionado anteriormente, os anos entre o primeiro governo Vargas até a redemocratização no pós-Ditadura Militar, a política e a sociedade brasileira foram marcadas por tensões que contribuíram para a conservação das florestas ser

⁴⁵ ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2007.

⁴⁶ IORIS, 2017.

⁴⁷ DEAN, 1996.

tema secundário nas pautas governamentais⁴⁸. Apesar de Dean, como aponta Carvalho, partir da perspectiva da floresta, ou seja, construir uma narrativa de destruição e não de interações complexas, é importante, sem dúvida, compreender como se deram as políticas de conservação das florestas em meio às tensões entre as visões de desenvolvimento.

Segundo Escobar⁴⁹, os resultados das interferências dos países “desenvolvidos” nos países de “Terceiro Mundo”, no contexto do desenvolvimentismo, foram bastante catastróficos, gerando exploração, opressão, pobreza e violência. Contudo, acredita-se ser fundamental acrescentar mais uma consequência tão importante quanto às demais: os impactos ambientais. As relações entre homem e mundo natural, durante a segunda metade do século XX no Brasil, foram transformadas e, por isso, é tão necessário localizar e interpretar essas modificações.

Outra questão se fez pertinente. Osny Duarte Pereira é entendido como um intelectual e sua produção são nossas fontes. Portanto, será preciso também analisar as suas redes de sociabilidade intelectual, ou seja, seus vínculos de formação e de informação – instituições nas quais estudou e trabalhou; filiações a grupos e associações; periódicos nos quais publicou etc. No **primeiro capítulo** desta dissertação, portanto, tecemos um texto que, considerando Osny Duarte Pereira um intelectual, analisa suas redes de sociabilidade.

No **segundo capítulo**, com o objetivo de compreender a repercussão das publicações, principalmente livros, de Osny Duarte Pereira, realizamos uma análise de matérias do jornal O Globo (colunas, notícias, anúncios), nas quais algumas das obras do jurista aparecem. Além disso, foram analisadas as noções de desenvolvimento, bem como os conceitos de imperialismo, entreguismo e nacionalismo que são mobilizados por Osny Duarte Pereira. O texto se deu a partir de uma discussão, por meio do diálogo com a bibliografia pertinente, das concepções de desenvolvimento no Brasil e suas relações com outras partes do mundo.

As obras de Duarte Pereira estudadas neste capítulo foram: “A China de hoje”, “Estudos Nacionalistas – Volumes I e II” e “O ISEB. O desenvolvimento e as reformas de base”. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi brevemente abordado no primeiro e aprofundado no segundo capítulo por ser peça fundamental de análise. Isso porque o Instituto se constituiu numa importante rede de sociabilidade intelectual para Osny Duarte Pereira que foi professor na instituição entre 1960 e 1964.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ ESCOBAR, 2007.

Ressalta-se que foram feitos, com o objetivo de garantir a viabilidade do trabalho, dois recortes, um temporal e outro temático, para a escolha das obras a serem lidas e analisadas. O recorte temporal estabelecido, para as análises de toda a dissertação, foi o intervalo entre os anos de 1950, quando Osny Duarte publica o seu primeiro livro, e 1965, quando o Código Florestal foi promulgado. Além disso, foi neste intervalo que as múltiplas concepções de desenvolvimento, concebidas ainda nos anos 1920, atingiram grande destaque no debate público brasileiro. Em termos de temas, como Duarte Pereira escreveu sobre diversos assuntos, optou-se pelas escolhas das obras que mais dialogassem com as ideias de desenvolvimentismo, nacionalismo, imperialismo e florestas.

No **terceiro capítulo**, as discussões se deram em torno das noções de conservação das florestas. As principais perguntas norteadoras foram: O que é conservação para o autor? Qual cenário Osny Duarte Pereira enxergava e via acerca das políticas públicas brasileiras ligadas à conservação? Quais áreas deveriam ser conservadas? Quais eram os objetivos da conservação? Quais eram as principais motivações para a defesa de políticas conservacionistas? Qual(is) projeto(s) de apropriação da floresta foram justificados? Qual(is) projetos(s) foram deslegitimados? As publicações analisadas neste capítulo foram: “Direito Florestal Brasileiro”, “Verbete Código Florestal” e novamente as obras “Estudos Nacionalistas – Volumes I e II”.

A principal hipótese desta pesquisa é que não é possível considerar o pensamento conservacionista, nos anos de 1950 e 1960, como desvinculado da defesa de um projeto desenvolvimentista e industrializante. Defende-se que uma lógica produtivista se impôs em meio às políticas conservacionistas, caracterizando as relações entre as sociedades e o mundo natural. Entende-se, pois, que a trajetória de Osny Duarte Pereira será capaz de evidenciar tais conexões.

Capítulo 1

Osny Duarte Pereira: um intelectual em suas redes de sociabilidade

1.1. Osny Duarte Pereira: as facetas de um jurista, desembargador e escritor

O catarinense, da cidade de Itajaí, Osny Duarte Pereira (Imagem 1) nasceu em 5 de julho de 1912. Realizou seus estudos na Faculdade de Direito do Paraná, obtendo, em 1933, o título de bacharel em Direito. De acordo com Teixeira⁵⁰, o jurista atuou, durante a década de 1930, como promotor público no Paraná⁵¹. Durante os anos 1940, atuou como promotor público em Santa Catarina, seu estado natal.

Imagem 1 – Fotografia de Osny Duarte Pereira



Fonte: Associação Brasileira de Imprensa

Segundo a Associação Brasileira de Imprensa (ABI)⁵², ainda no colégio ginásial, Osny Duarte Pereira criou um espaço para discussões dos problemas sociais brasileiros e, já na Universidade Federal do Paraná, foi candidato do grupo denominado “Esquerda Universitária” e eleito, em 1931, como o primeiro presidente do diretório acadêmico. Ora, é possível, assim,

⁵⁰ TEIXEIRA, Fábio dos Santos. *Desembargador Osny Duarte Pereira: uma visão ambiental e nacionalista do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Pesquisa Histórica, Divisão da Gestão de Comunicação do Museu da Justiça do estado do Rio de Janeiro, 2012.

⁵¹ ABI celebra centenário de Osny Duarte Pereira. Associação Brasileira de Imprensa, 6 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.abi.org.br/abi-celebra-centenario-de-osny-duarte-pereira/>. Acesso em: 12 maio 2018.

⁵² ABI celebra centenário de Osny Duarte Pereira. 2012.

perceber que, desde a juventude, Duarte Pereira apresentava ter um interesse em torno das questões políticas, econômicas e sociais do país.

No ano de 1932, Osny Duarte Pereira esteve envolvido na Revolução Constitucionalista. O jurista, em entrevista⁵³ concedida ao Museu da Justiça do Rio de Janeiro, relatava:

Na ocasião, era presidente do Centro Acadêmico de Direito da Universidade Federal do Paraná (atual Centro Acadêmico Hugo Simas). A Revolução de 30 prometia instalar imediatamente o regime constitucional. Entretanto, o Ditador ia contemporizando até que, parte das Forças Armadas e os governos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba deliberaram rebelarem-se contra promover a imediata reconstitucionalização do regime. Na condição de presidente do Centro Acadêmico, convocava sessões destinadas a aferir os sentimentos dos estudantes. Houve unanimidade no apoio à Revolução Constitucionalista. Fui preso, várias vezes, e liberado por ordem direta do Interventor do Paraná, Cel. Manoel Ribas, por um motivo esdrúxulo. Eu era professor de português e matemática dos filhos do Secretário da Fazenda do Estado. Quando eu era preso, os alunos deixavam, naturalmente, de ter aulas. Com isto, os alunos recorriam a seu pai e ao Interventor. Era, então, posto em liberdade e voltava a presidir as sessões e a explicar a nossa posição de adesão ao movimento constitucionalista⁵⁴.

Apesar de ter participado da Revolução Constitucionalista, inclusive indo para São Paulo, auxiliar o movimento, Duarte Pereira, nos anos de 1999 e 2000, quando concedeu tal entrevista, destacava que sua atuação política era apenas pela garantia da reconstitucionalização. Alegava que seu envolvimento político, portanto, era diferenciado:

Aliás, mesmo quando ocorreu a Revolução de 35⁵⁵, não participei dela. *Não era militante político*. Tive sempre uma visão da necessidade de unidade do povo, em favor de uma justiça social, na mesma linha que a de Barbosa Lima Sobrinho [advogado, jornalista e político pernambucano]. Ele foi sempre útil à revolução, útil aos partidos progressistas, por ser homem honesto, patriota decente e que luta contra a pobreza injusta, existente em nosso País. Minha atividade política foi sempre assim. *Nunca pertenci a partidos políticos*. Ingressando na magistratura e empenhado em ser justo e interpretar as leis segundo seu sentido social, como prescrito na Lei de Introdução ao Código Civil, desde 1942, embora pouco cumprida, *sempre estive junto aos movimentos a favor da democracia, da luta contra a desigualdade, contra a miséria e por um aperfeiçoamento das instituições para maior felicidade do povo. Esta foi sempre minha posição*.⁵⁶

Num momento bastante posterior, ao lembrar o seu passado, Duarte Pereira chama atenção para a inexistência de filiações políticas em sua trajetória. Muito provavelmente, sua

⁵³ PEREIRA, Osny Duarte. Depoimento de Osny Duarte Pereira. Rio de Janeiro, Museu da Justiça – Poder Judiciário, 2000. Entrevista concedida ao Projeto Levantamento da Memória do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e das unidades federativas que o antecederam/Programa de História Oral e Visual do Poder Judiciário.

⁵⁴ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 2.

⁵⁵ Neste trecho, Duarte Pereira faz referência à Revolta Comunista de 1935.

⁵⁶ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 5. Grifo nosso.

formação e atuação como desembargador contribuíram para a construção desta narrativa. A grande preocupação, para ele, era estar ao lado dos movimentos pela democracia e daqueles que lutavam em prol de igualdade social no país.

Ao longo de sua carreira, ocupou cargos públicos e também se vinculou a grupos intelectuais e associações públicas. No ano de 1934, segundo a ABI⁵⁷, fundou o primeiro sindicato de operários do Vale do Rio do Peixe, localizado no oeste de Santa Catarina. No ano de 1945, ingressou na Magistratura do então Distrito Federal, Rio de Janeiro, por meio de concurso público. Duarte Pereira se envolveu intensamente com a campanha “O Petróleo é nosso” e, nos anos de governo Dutra, que estimulou repressão a tal projeto, Duarte Pereira se manteve atuante, participando da fundação dos Centros de Estudos de Defesa do Petróleo⁵⁸.

Em 1946, participou da criação da Revista de Direito Contemporâneo, que teria sido financiada por empresários e dirigida pelos desembargadores Henrique Fialho e Moura Bittencourt. Para Duarte Pereira, nesta Revista se encontrava “uma parte do trabalho de heroicos advogados, que arriscaram até sua própria liberdade em defesa dos perseguidos, comportamento que me comovia e influiria a não fugir a esse dever moral”⁵⁹. Duarte Pereira se refere à atuação de desembargadores que, tal como ele, se envolveram em organizações que congregavam defensores de direitos humanos e advogados de presos políticos.

A principal destas associações teria sido, segundo Duarte Pereira, a Associação Brasileira de Juristas Democratas, da qual passou a fazer parte na década de 1950, sendo secretário e também presidente. De acordo com o jurista:

No mundo inteiro, onde cidadãos sofrem perseguições, penas sanguinárias, os juristas criam associações análogas e realizam reuniões internacionais. Os juristas dos países socialistas, evidentemente, se regozijam com essa luta pela paz. Em reconhecimento, convidam os dirigentes para visitá-los. Assim, propuseram a possibilidade de eu ir ao Congresso de Juristas, em Berlim, em 1951, seguido de uma viagem à União Soviética. Eram companheiros da delegação brasileira, no Congresso de Juristas, em Berlim, o Ministro do Supremo Tribunal, Álvaro Ribeiro da Costa, vários desembargadores e juízes. Dessa viagem resultou o livro de minha autoria *Juízes Brasileiros Atrás da Cortina de Ferro*, prefaciado pelo Des. Sady Cardoso de Gusmão, líder católico, desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), diretor do Instituto Benjamin Constant⁶⁰.

⁵⁷ ABI celebra centenário de Osny Duarte Pereira. 2012.

⁵⁸ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 10.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 10.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 9.

O Congresso de Juristas, em Berlim Oriental, ao qual Duarte Pereira se refere, havia sido organizado pela Associação Internacional de Juristas Democratas⁶¹, sediada em Bruxelas, Bélgica, instituição da qual o jurista também fez parte, ocupando a função de Secretário para a América Latina⁶². Em entrevista concedida ao Museu da Imagem e do Som (MIS)⁶³ do Rio de Janeiro, Duarte Pereira relata que a viagem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), passando por Moscou e cidades próximas, indo até o Cazaquistão, resultou na publicação, em 1952, do livro “Juízes Brasileiros atrás da Cortina de Ferro”⁶⁴. Para a publicação deste material, o desembargador relata que teve dificuldades em encontrar uma editora, pois havia, na obra, “uma postura claramente simpática à União Soviética”⁶⁵ e, naquele momento, o mundo vivenciava as polarizadas disputas da Guerra Fria.

A Editora Borsoi aceitou publicar o trabalho, mas, como resultado, policiais a mando do governo exigiram que o material original fosse entregue, pois era considerado como subversivo. Com o objetivo de resolver o impasse, Duarte Pereira relata, sorrindo no vídeo da entrevista⁶⁶, que dedicou o livro ao presidente Getúlio Vargas e, dessa forma, teria colocado os policiais numa situação difícil: como censurar e declarar subversiva uma produção dedicada ao próprio presidente⁶⁷?

Osny Duarte Pereira esteve, pois, envolvido, ao longo de sua vida, com questões ligadas à defesa das liberdades democráticas. Ainda segundo dados apresentados pela ABI⁶⁸, o jurista solidarizou-se com perseguidos políticos da América do Sul, atuando como secretário-geral das Conferências Latino-Americanas do Rio de Janeiro e da Guatemala, em 1952 e 1953, e da Conferência pelas Liberdades Democráticas, realizada no Chile, em 1955. O jurista também

⁶¹ A Associação Internacional de Juristas Democratas foi fundada em 24 de outubro de 1946, em Paris, na França, reunindo advogados que sobreviveram à guerra contra o fascismo e que participaram dos julgamentos em Nuremberg. As atuações da Associação se voltam, desde então, para a defesa dos direitos humanos, em diversas partes do mundo, estimulando a formação de associações nacionais nos vários países. Para mais informações, acessar: <http://iadllaw.org/history/>.

⁶² ABI celebra o centenário de Osny Duarte Pereira. 2012.

⁶³ PEREIRA, Osny Duarte. Osny Duarte Pereira: Magistrado, intelectual e cidadão. Rio de Janeiro, Museu da Imagem e do Som (MIS), 1996. Entrevista [informação verbal].

⁶⁴ PEREIRA, Osny Duarte. *Juízes brasileiros atrás da Cortina de Ferro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora José Konfino, 1952.; A expressão “Cortina de Ferro” foi utilizada, durante a Guerra Fria, para designar a divisão da Europa em duas partes: de um lado, a Europa Ocidental, com países independentes, porém aliados ao bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos; do outro, a Europa Oriental liderada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que representava o bloco socialista. Ressalta-se que, anos antes, em 1952, Duarte Pereira havia publicado a obra intitulada “Juízes brasileiros atrás da Cortina de Ferro” e, segundo o desembargador, tratava-se de um texto com posturas claramente simpáticas à URSS.

⁶⁵ PEREIRA, Osny Duarte. Osny Duarte Pereira: Magistrado, intelectual e cidadão. Rio de Janeiro, Museu da Imagem e do Som (MIS), 1996. Entrevista [informação verbal].

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ ABI celebra centenário de Osny Duarte Pereira. 2012.

participou de missões no Paraguai e na Guatemala com o objetivo de libertar presos políticos nesses países⁶⁹.

No ano de 1953, o jurista foi um dos principais assessores da Missão Florestal da FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura⁷⁰ - no Brasil. Nesta ocasião, participou da elaboração de um plano de extração das madeiras, na Amazônia, “onde essa extração pudesse ser realizada sem sacrifício da floresta e de sua função hidrogeológica”⁷¹. Na viagem pela Amazônia, Duarte Pereira percorreu o rio Amazonas, de Belém (Pará) até Manaus (Amazonas). Neste empreendimento, tomou conhecimento dos trâmites jurídicos da propriedade imobiliária, pois na região amazônica era diferente do restante do Brasil: na “época, as áreas se estabeleciam pelo número de metros de frente para o rio; o resto, para dentro, era o quanto pudesse alcançar; podia chegar até a Venezuela [...]”⁷².

Além disso, Duarte Pereira relatava ter observado, nesta ocasião,

[...] que havia *uma grande penetração de pastores americanos* que, com lanchas-automóveis velozes, prestavam assistência aos ribeirinhos, obtinham a mudança da religião, transformando-os num grande número de “bíblias” (como chamavam lá os que tinham a nova religião), *com desprezo total pelos padres católicos e pela economia local. Entre esses pastores, havia, também, geólogos ocupados com investigações para descobrir urânio e outros minerais atômicos muito procurados, na época.* Em decorrência disso, preparei um relatório dessa viagem. Para que tivesse mais aceitação, o texto ficou, sobretudo, turístico⁷³.

O relatório dessa viagem se transformou num livro, intitulado “Desnacionalização da Amazônia”⁷⁴, publicado em 1954. A obra foi prefaciada por Arthur Bernardes, que havia sido presidente do País entre 1922 e 1926, sob a condição de que o autor retirasse, do corpo do texto, “a descrição do imperialismo norte-americano no Brasil”⁷⁵. De forma irônica, Duarte Pereira relata que:

Quando o livro ficou pronto, perguntei a ele quantos exemplares queria. Bernardes pediu tantos exemplares quantos fossem os bispos do Brasil “Obtenha – disse-me ele – a relação deles no Palácio São Joaquim. Quero dedicar um exemplar a cada um deles”. Meses depois, um cardeal, o cardeal Dom Vasconcellos Motta, arcebispo de Aparecida, lança uma pastoral,

⁶⁹ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 12.

⁷⁰ A Organização de Alimentos e Agricultura (FAO) é uma agência internacional especializada da ONU (Organização das Nações Unidas) que atua combate à fome.

⁷¹ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 13.

⁷² *Ibidem*. p. 13.

⁷³ *Ibidem*, p. 13. Grifo nosso.

⁷⁴ PEREIRA, Osny Duarte. *Desnacionalização da Amazônia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Atualidades, 1954.

⁷⁵ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 13.

criticando a penetração na Amazônia, onde, pela primeira vez na história do Brasil, usa a expressão *imperialismo americano*⁷⁶.

Dessa forma, percebe-se que as “censuras”, impostas por Arthur Bernardes, pouco efeito tiveram, uma vez que a mensagem transmitida pelo livro de Duarte Pereira era um protesto contra a desnacionalização da Amazônia e a interferência do imperialismo exercido pelos Estados Unidos na região.

O envolvimento de Osny Duarte como assessor em tal Missão Florestal demonstra que, de alguma forma, os dirigentes brasileiros e internacionais o consideravam como alguém capaz de ocupar tal função. De fato, a sensibilização de Duarte Pereira em relação aos problemas florestais havia se iniciado alguns anos antes. No segundo volume de sua obra “Estudos Nacionalistas”⁷⁷, num tópico intitulado ‘Relações do problema florestal com a reforma agrária’, Osny Duarte Pereira afirma que o seu interesse pelo problema florestal, “que hoje [fins da década de 1950] *consideramos um dos mais graves de nosso país*, surgiu em circunstâncias curiosas, no afastado ano de 1949”⁷⁸.

A partir disto, Duarte Pereira descreve uma situação em que o diretor-presidente do Instituto Nacional do Pinho⁷⁹, Dr. Virgílio Gualberto, teria feito uma queixa a policiais sobre a queimada de matas (florestas de pinheiros cultivadas pelo Instituto Nacional do Pinho) na região de Itararé (SP).

Apresentada queixa à autoridade policial próxima, depois de lentas e displicentes diligências, o juiz da Comarca determinara o arquivamento do processo. Nas razões da medida, teria chegado a declarar que o Código Florestal não passava de uma portaria baixada pelo Poder Discricionário instituído em 1930 e revogado pelas Constituições, não só de 1934, como pela de 1946. Negava, pois, a autoridade judiciária de qualquer responsabilidade ao causador de tão graves danos⁸⁰.

Evidenciava-se, assim, considerável descaso em relação aos problemas florestais que levou Virgílio Gualberto a sugerir que os magistrados, promotores e autoridades policiais

⁷⁶ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000, p. 13. Grifo nosso.

⁷⁷ PEREIRA, Osny Duarte. Estudos Nacionalistas: considerações à margem do Brasil contemporâneo. São Paulo: Fulgor, 1960.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 54. Grifo nosso.

⁷⁹ O Instituto Nacional do Pinho (INP) foi um órgão oficial brasileiro de proteção dos interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho, criado pelo Decreto-lei 3.124 de 19 de março de 1941. Contribuía para o reflorestamento, com o replantio das espécies determinadas pelos técnicos do Ministério da Agricultura. Em 1960, pela lei nº 3.782, o INP foi incluído na jurisdição do Ministério da Indústria e Comércio e posteriormente, em 1967, foi incorporado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). O CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História) possui documentação *in loco* sobre o Instituto Nacional do Pinho. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=JSP#site>.

⁸⁰ PEREIRA, 1960, p. 54.

estudassem a questão, devido ao fato do Brasil enfrentar “um problema florestal tão agudo”.⁸¹ Com isso, Duarte Pereira teria se “despertado” para os assuntos relativos à degradação das matas brasileiras.

A partir de então, Duarte Pereira afirma ter começado, juntamente com colegas magistrados, a frequentar as bibliotecas do Serviço Florestal⁸² e do Ministério da Agricultura. Por meio das leituras feitas em tais locais, bem como a partir da leitura de livros encomendados do exterior, o jurista indica que começou a compreender melhor o que se havia produzido sobre a proteção jurídica das matas. Em termos gerais, apontava grande descaso das autoridades policiais brasileiras em relação às florestas, caracterizando-o como uma “política de irracionais e de loucos”⁸³.

Como consequência direta deste envolvimento com as questões florestais, Osny Duarte Pereira publicou seu primeiro livro com o título de “Direito Florestal Brasileiro”⁸⁴. Embora não tenha sido o primeiro intelectual brasileiro a se debruçar sobre as questões jurídicas ligadas à administração das florestas, a obra de Duarte Pereira é considerada um importante marco. Para o autor, um dos instrumentos de divulgação de uma lei seria o estudo do Direito de onde ela emana. Duarte Pereira apontava que, ciente

[...] desta verdade indeclinável, o Dr. Virgílio Gualberto, Presidente do Instituto Nacional do Pinho, convidou-me a estudar e escrever o resultado de minhas observações sobre o Direito Florestal, aqui e no estrangeiro⁸⁵.

Duarte Pereira relata que começou

[...] a estudar a matéria de direito florestal, em diferentes países. A capital do País era aqui, no Rio de Janeiro, e percorri as embaixadas, obtendo abundante literatura sobre o direito florestal, praticamente no mundo todo. Em consequência disso, surgiu um livro de mais de 400 páginas, patrocinado pelo Banco do Brasil, e que teve grande repercussão. Indo aos Estados Unidos, levei-o ao Serviço Florestal americano. Seu diretor falava espanhol. Pelo índice, achou o fato extraordinário, chamou os auxiliares, fez uma preleção dizendo que, nos Estados Unidos, não tinham nem conheciam nenhum trabalho, com aquela extensão. Entendia que eles deviam, lá também, preparar um estudo dessa natureza, pois o problema florestal, o problema das queimadas, existe lá como aqui no Brasil⁸⁶.

⁸¹ PEREIRA, 1960, p. 55.

⁸² Atualmente, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) é subordinado ao Ministério do Meio Ambiente.

⁸³ PEREIRA, 1960, p. 55.

⁸⁴ PEREIRA, Osny Duarte. *Direito Florestal Brasileiro*. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950. 573p.

⁸⁵ PEREIRA, 1950, p. 3.

⁸⁶ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 12-13. Grifo nosso.

Para Teresa Urban, Osny Duarte Pereira é “certamente o nome mais importante do direito florestal brasileiro [...]”⁸⁷. Tal consideração se deve ao fato de “Direito Florestal Brasileiro” ser um trabalho de fôlego, no qual o autor constrói e apresenta um histórico da legislação florestal moderna, no Brasil e no mundo, bem como propõe modificações para a legislação florestal brasileira, pensando, sobretudo, no Código Florestal.

Não por mero acaso que, em 1961, Osny Duarte Pereira foi convidado, pelo então Ministro da Agricultura Armando Monteiro Filho do governo de Jânio Quadros, para presidir a Comissão⁸⁸ incumbida da elaboração de um novo Código Florestal. A nova legislação deveria substituir o Código Florestal de 1934 que, por sua vez, recebia críticas desde o momento de sua promulgação.

Alceo Magnanini, um dos membros da Comissão do Código Florestal de 1965, descreveu Osny Duarte Pereira em entrevista concedida à Teresa Urban:

Era um juiz que conhecia profundamente o código ambiental italiano, os códigos europeus e a história da legislação no Brasil. Conhecia os problemas do meio ambiente brasileiro, embora não fosse técnico [formação em Direito, não em áreas ligadas ao manejo das florestas]. Para fazer o novo Código Florestal, ele reuniu um grupo seletivo e foram feitas oito ou nove reuniões, onde cada um apresentava suas opiniões por escrito, para depois ser apreciada pelo grupo. Essa Comissão terminou o trabalho e entregou o Novo Código Florestal ao Congresso Nacional⁸⁹.

Indo além, Urban aponta:

Não foi sem razão que o responsável pela revisão do Código de 34 foi Osny Duarte Pereira, que se debruçara com tanto afincamento sobre a história do Direito Florestal Brasileiro. Culto, polêmico e socialista, Duarte Pereira resumiu de modo perfeito seu pensamento sobre o assunto, na folha de rosto do livro *Direito Florestal Brasileiro*: “*Este livro visa mostrar o direito de nossas florestas, para que nunca se extingam as serrarias do Brasil*”⁹⁰.

Ora, em relação à consideração de Teresa Urban, é fundamental destacar um ponto importante que se refere à citação feita por Duarte Pereira como epígrafe de seu livro. Para o autor, e segundo indica a frase, o grande objetivo da obra seria “mostrar o direito de nossas

⁸⁷ URBAN, 1998, p. 70.

⁸⁸ De acordo com Armando Filho, na apresentação do Anteprojeto do novo Código Florestal, a coordenação deste trabalho, entregue ao jurista Osny, contou com a seguinte equipe: Adelmy Cabral Neiva, professor de Direito Internacional Público e Direito Comparado, Procurador Primeira Categoria do Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Bernardo Pain, advogado e consultor jurídico substituto do Ministério da Agricultura; Alceo Magnanini, engenheiro agrônomo, botânico do Ministério da Agricultura e chefe do Setor de Ecologia do Centro de Pesquisas Florestais e Conservação da Natureza do Estado da Guanabara; Roberto de Mello Alvarenga, diretor do Serviço Florestal e vice-presidente do Conselho Florestal do estado de São Paulo; Henrique Pimenta Veloso, engenheiro agrônomo do Ministério da Saúde e chefe da Seção de Ecologia do Instituto Oswaldo Cruz.

⁸⁹ MAGNANINI apud URBAN, 1998, p. 129.

⁹⁰ URBAN, 1998, p. 77. Grifo nosso.

florestas”, ou seja, explicitar aos cidadãos brasileiros, principalmente aos juristas, os direitos e garantias a serem concedidos às florestas no Brasil. A afirmação, porém, não se encerra assim. As florestas deveriam ser protegidas para que as serrarias, ou seja, as indústrias de madeira, nunca deixassem de existir. Há, portanto, clara relação de causalidade: uma das razões para a conservação das florestas é a garantia da permanência da atividade madeireira no país.

De fato, na Introdução do livro “Direito Florestal Brasileiro”, Duarte Pereira reforça tal entendimento:

O estudo da História revela que, uniformemente, em todos os quadrantes do Globo, os povos somente se preocuparam com as florestas, depois que começaram a sentir os efeitos de sua falta – efeitos climáticos, efeitos na agricultura, efeitos no desaparecimento da matéria-prima, para as necessidades industriais. [...] O Brasil não escapou a esse postulado. Como na Europa, na Ásia e na África, cortamos impiedosamente toda a superfície florestal da orla marítima, substituindo as matas, pela exploração agrícola, em escala gigantesca. [...]. As florestas são derrubadas, aproveitam-se algumas árvores para fins industriais e o resto é entregue ao fogo para limpeza do terreno, onde novas lavouras surgem cobrindo vales e montanhas, numa superfície que excede o alcance da vista. [...] A crescente redução da área florestal, através destes métodos de agricultura nômade, agora que as máquinas ajudam muito mais a ação devastadora do homem, coloca o Brasil à beira de um abismo. Ou cessaremos, de uma vez por todas, a destruição das matas, para fins de agricultura, tornando irreduzível a superfície florestal do país, ou acabaremos com a indústria madeireira, passando a importar essa matéria-prima, ao mesmo que transformaremos em deserto inóspito a maior parte do território, criando até mesmo problemas internacionais, ante a devastação nas cabeceiras de rios que correm do Brasil, para os países vizinhos⁹¹.

Esta postura do autor está, portanto, vinculada a uma lógica produtivista que, por sua vez, estava atrelada à conservação das matas. Ainda segundo Urban, Duarte Pereira teria introduzido, no direito florestal brasileiro, “de modo irretorquível, o princípio de que a exploração da propriedade privada encontra seus limites no interesse coletivo”⁹². O próprio autor afirmava, em seu livro, que

[...] passou-se a compreender e a aceitar a intervenção estatal, com a finalidade de pôr cobro às tremendas crises que periodicamente assolavam a produção, gerando a miséria e a destruição da riqueza pública, ante a falta de controle, de método e de programas, no aproveitamento dos bens⁹³.

Tais fundamentos, que impunham limites à exploração das florestas em propriedades privadas, foram consolidados, segundo Urban, no Código Florestal de 1965, “cuja elaboração Duarte Pereira conduziu com firmeza e rigor técnico [...], apesar de manter um olhar

⁹¹ PEREIRA, 1950, p. 1-2.

⁹² URBAN, 1998, p. 77.

⁹³ PEREIRA apud URBAN, 1998, p. 77.

produtivista sobre o tema”⁹⁴. Ressalta-se que tais considerações acerca das questões florestais serão devidamente abordadas no capítulo 3 do presente trabalho.

Convidado, novamente pela Associação Internacional de Juristas Democratas, para uma viagem à China, juntamente com outros juristas e desembargadores brasileiros, Osny Duarte Pereira foi “incumbido de proceder a um estudo da História e das lutas de emancipação”⁹⁵ dos chineses para que não chegassem “formulando perguntas primárias, suscetíveis de mostrar uma ignorância descortês”⁹⁶ em relação ao povo oriental. Desta pesquisa surgiu o livro “Nós e a China”⁹⁷, no qual são feitas comparações entre os povos chinês e brasileiro.

No ano seguinte, 1957, a viagem ocorreu, durante cerca de dois meses. Como resultado direto desta “expedição”, Duarte Pereira publicou o livro “A China de hoje”. De acordo com o autor, a obra teve importantes repercussões dentro do Brasil, sendo muitas vezes considerada como subversiva.

Percebe-se, com isso, que Osny Duarte Pereira, ao longo de toda a sua vida, compartilhou impressões acerca dos problemas nacionais e internacionais. Além das obras já mencionadas, Duarte Pereira escreveu uma série de artigos para a imprensa, bem como livros e textos publicados entre as décadas de 1950 e 1990 (Quadro 1). No que tange à imprensa, Osny Duarte foi redator de revistas como “Voz do Oeste” e “A Tarde”, além de ter feito parte da criação da Revista de Direito Contemporâneo⁹⁸. Durante as décadas de 1950 e 1960, publicou artigos, com frequência, no jornal O Semanário⁹⁹, que circulava no Rio de Janeiro. Os dois volumes de sua obra “Estudos Nacionalistas” foram, inclusive, compostos majoritariamente por textos anteriormente publicados neste periódico.

QUADRO 1 – Produção bibliográfica de Osny Duarte Pereira

⁹⁴ URBAN, 1998, p. 78.

⁹⁵ PEREIRA, Osny Duarte. *A China de hoje*. 1. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1957. p. 37.

⁹⁶ PEREIRA, 1957, p. 37.

⁹⁷ PEREIRA, Osny Duarte. *Nós e a China*. 1. ed. São Paulo: Editora Fulgor, 1956.

⁹⁸ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 1.

⁹⁹ O jornal carioca “O Semanário” foi fundado em 5 de abril de 1956 por Oswaldo Costa e extinto, por razões de censura do governo militar, em 1964. Desde os anos de 1957, ficou evidente que o jornal – e conseqüentemente seus colaboradores – se alinharam com os ideais nacionalistas que cresciam no Brasil de então. As matérias frequentemente incitavam os leitores a se engajarem na luta contra os grandes monopólios internacionais, ou seja, contra a entrada de capital estrangeiro no País. Para mais informações, ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. O Semanário. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/semanario-o>. Acesso em: 23 mar. 2019.

Título da Obra	Tipo de Produção	Ano de Publicação
“As casas destinadas à demolição e as árvores destinadas ao corte não estão sujeitas ao imposto de transmissão de propriedade móvel.”	Artigo. Revista de Direito, volume 136.	1941
A prescrição para reclamar contra as contas do liquidante de sociedade comercial	Artigo. Revista de Direito, volume 140.	1942
Conceito de Direito Expresso	Artigo. Revista de Direito.	1942
Conceito de Nulidade em Direito Eleitoral	Artigo. Revista Forense, volume 113.	1947
Dicionário de Legislação Comercial	Dicionário	1947
Dicionário de Legislação Civil	Dicionário	1947
Questões de acidente do trabalho	Artigo. Ementário Forense.	1948
Verbetes “Arresto”	Verbetes. Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, volume 4.	-
Verbetes “Cambial”	Verbetes. Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, volume 6.	-
Direito Florestal Brasileiro	Livro. Editora Borsoi. 573p.	1950
Verbetes “Código Florestal”	Verbetes. Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, volume 9. p. 181-209.	1951
Verbetes “Conselho Florestal Federal”	Verbetes. Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, volume 10.	1951
Juízes Brasileiros Atrás da Cortina de Ferro	Livro. Editora José Konfino.	1952
Novíssimo Vade-Mecum Forense	Livro. Editora José Konfino.	1952
Legislação Fiscal e Legislação de Estrangeiros	Livro	1952
Código Civil e Leis Modificadoras	Livro. Editora José Konfino.	1952
A Antinomia do “Acordo militar Brasil-Estados Unidos”	-	1953
Desnacionalização da Amazônia	Livro. Editora Atualidades. 128p.	1954

Nacionalização da indústria pesada da borracha	Conferência Nacional de Defesa da Amazônia. 14p.	1955
O fundamento econômico das restrições à liberdade	Tese apresentada na “Conferência Latino-Americana pelas Liberdades”.	1955
Nós e a China	Livro. Editora Fulgor. 423p.	1956
A China de Hoje	Livro. Irmãos Pongetti Editores. 311p.	1957
Aspectos Jurídico e Político da Utilização de Militar de Fernando de Noronha	Artigo. Revista de Direito Contemporâneo, volume II, nº4.	1957
Estudos Nacionalistas (Volumes I)	Livro. Editora Fulgor. 319p.	1960
Vade-Mecum Forense (Volume I)	Livro. Editora José Konfino. 155p.	1961
Estudos Nacionalistas (Volume II)	Livro. Editora Fulgor. 290p.	1962
Quem faz as leis no Brasil?	Livro. Cadernos do Povo Brasileiro. Editora Civilização Brasileira. 155p.	1963
Que é a Constituição?	Livro. Cadernos do Povo Brasileiro. Editora Civilização Brasileira.	1963
O ISEB. O desenvolvimento e as reformas de base.	Artigo. Revista Brasiliense, São Paulo, n. 47, p. 23-41.	1963
Ferro e Independência	Livro. Editora Civilização Brasileira. 591p.	1967
A Constituição do Brasil de 1967	Livro. Editora Civilização Brasileira. 597p.	1967
A Transamazônica: prós e contras	Livro. Editora Civilização Brasileira. 368p.	1971
Multinacionais no Brasil	Livro. Editora Civilização Brasileira. 227p.	1974
Itaipu: Prós e contras	Livro. Editora Paz e Terra. 367p.	1974
Vade-Mecum Forense (Volume II)	Livro. Editora José Konfino.	1986
Constituição de Cuba: como é e como funciona?	Livro. Editora Revan. 94p.	1986

Constituinte: Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos	Livro. Editora UNB. 140p.	1987
Política Mineral do Brasil: dois ensaios críticos	Ensaaios. CNPq. 145p.	1987
A Questão Mineral na Constituinte	-	1988
Minha passagem pelo ISEB	Folheto. 30p.	1995
No cinquentenário da Constituição de 1946, a defesa da Carta na posse de Café Filho	Artigo-depoimento.	-

Fonte: Esta listagem das obras de Osny Duarte Pereira foi produzida pela autora da presente dissertação.

Nos anos de 1950, foi secretário-geral do Instituto Cultural Brasil-Cuba que era presidido pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Anos depois, já em 1986, viria a publicar o livro “Constituição de Cuba: como é e como funciona?”, trazendo reflexões sobre o funcionamento do sistema socialista cubano em termos constitucionais. Em meados da década, no contexto de bipolarização ideológica da Guerra Fria,

[...] sofreu diversas penalidades impostas pela Corregedoria de Justiça, dentre as quais advertências e censura pública, por sua conduta pública de defesa dos interesses nacionais. Ao mesmo tempo recebeu moções de elogio do então presidente do Tribunal, demonstrando a diversidade de comportamentos dos membros da administração do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e o embate de forças contrárias no seio da magistratura, tal como se desenvolvia no seio da sociedade¹⁰⁰.

Em 1959, Osny Duarte Pereira foi nomeado Desembargador Substituto do Tribunal de Justiça, atuando até 1964 neste cargo¹⁰¹.

1.2. O intelectual Osny Duarte Pereira

Antes de adentrar numa explanação sobre Osny Duarte Pereira, é fundamental estabelecer as ferramentas teórico-metodológicas a serem utilizadas para tal incursão. A história intelectual será um referencial fundamental para este trabalho.

¹⁰⁰ ABI celebra centenário de Osny Duarte Pereira. 2012.

¹⁰¹ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 17.

Jean-François Sirinelli¹⁰² apresenta dois pontos que se mostraram como críticas à história intelectual: o primeiro ligado à história política recente e o segundo ligado ao que chama de problemas próprios da história dos intelectuais. Para o autor,

[...] é preciso também observar que a história dos intelectuais, devido ao papel desempenhado por eles, sobretudo a partir de 1945, é, ao menos em parte uma história do passado próximo e além disso de forte teor ideológico, na qual o pesquisador, mal ou bem um intelectual, está imerso¹⁰³.

Nos idos de 1960, a história do passado próximo, ou de um passado recente, não era vista com bons olhos por grande parte dos historiadores franceses, sendo relegada, principalmente, ao trabalho jornalístico.

Dentre os problemas internos da história intelectual, dois são destacados: em primeiro lugar, os intelectuais constituíam

[...] um grupo social de contornos vagos que durante muito tempo foi pouco significativo em termos de tamanho. Esse “pequeno mundo estreito” aparentemente desencorajava qualquer abordagem quantitativa e por conseguinte seu observador se expunha, aos olhos de seus eventuais detratores, à acusação de impressionismo, pouco propícia a um estudo científico sereno, num setor que requer exatamente uma dose extra de serenidade. Acusação que assumia, além disso, valor de condenação numa época em que a história, mesmo cultural, devia ser serial ou não podia aspirar a uma verdadeira dignidade científica. *Se acrescentarmos que esse grupo social ético é ainda por cima "mole", de limites imprecisos, ele só podia repelir a maioria dos pesquisadores, que aspirava legitimamente a distinguir invariantes que permitissem úteis estudos comparativos no tempo e no espaço*¹⁰⁴.

Em segundo lugar, a historiografia a partir da década de 1950 teria experimentando, segundo Sirinelli, um entusiasmo pelas massas,

[...] às quais os intelectuais não podiam pretender pertencer devido a seu número reduzido, mas também pelo fato de pertencerem às "elites", por muito tempo confinadas, em reação contra a história "positivista", ao purgatório dos subobjetos da história¹⁰⁵.

Uma mudança de perspectiva, contudo, se fez presente no contexto das duas grandes guerras mundiais. Segundo Sirinelli, nem a renovação da história política, nem a dignidade conferida à história recente foram responsáveis por tal modificação. A causa teria sido o aumento substancial do número de intelectuais nas universidades francesas, criando um grupo

¹⁰² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-270.

¹⁰³ *Ibidem*, 2003, p. 234.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 234-235. Grifo nosso.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 235.

maior, bem como uma desestabilização deste mesmo grupo. Para o autor, privados de seus pontos de referências, o intelectual foi, de certo modo, dessacralizado, tornando-se um objeto de estudo para a história. Alguns dos impasses em torno da história intelectual estavam, pois, sendo solucionados.

Porém, outras críticas se fizeram presentes. Logo no início de sua obra “A História Cultural: entre práticas e representações”, Roger Chartier chama a atenção para a dificuldade de se “equacionar os problemas da história intelectual”¹⁰⁶. Isso porque, segundo o autor, há uma importante questão linguística em torno deste ramo do conhecimento. Nos Estados Unidos, por exemplo, há, de um lado, a “intelectual history”, surgida no início do século XX com Perry Miller; do outro, há a “history of ideas”, concebida por Arthur Lovejoy na década de 1940. Em outros países, impasses semelhantes poderiam ser identificados: na Alemanha, predomina a ideia de “história do Espírito”; na Itália utiliza-se a “história das ideias” e a “história intelectual” pouco aparece; enquanto na França, com os *Annales*, encontram-se conceitos de “história das mentalidades” e “historia social das ideias”¹⁰⁷.

Para Chartier, às

[...] certezas lexicais das outras histórias (econômica, social, política), a história intelectual opõe, portanto, uma dupla incerteza respeitante ao vocabulário que a designa: cada historiografia nacional possui a sua própria ‘conceptualidade’ e, em cada uma delas, entram em competição diferentes noções, mal diferenciadas umas das outras¹⁰⁸.

Dessa forma, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas, sobretudo na França, por uma discussão em torno do papel dos intelectuais, bem como do lugar do estudo destes mesmos intelectuais.

Sirinelli também identifica o campo dos intelectuais como um “meio poliformo e polifônico”, ou seja, o conceito de intelectuais é polissêmico, admitindo diferentes significados, e o meio dos intelectuais, por sua vez, poderia assumir diversas configurações, tornando mais complexo o seu entendimento.

Como forma de solver estas questões, Sirinelli aponta que é preciso

[...] defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma

¹⁰⁶ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Portugal: Difusão Editorial. 2002. p. 29.

¹⁰⁷ *Ibidem*, 2002, p. 30.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 30.

ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores culturais’, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento¹⁰⁹.

Para o presente trabalho, tal análise é muito válida, uma vez que Osny Duarte Pereira se enquadra em ambas as categorias, podendo, assim, ser entendido como um intelectual em seu tempo. Aliás, tais acepções não são autônomas, ou seja, entendidas separadamente,

[...] já que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua "especialização", reconhecida pela sociedade em que ele vive - especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade-, que o intelectual põe a serviço da causa que defende¹¹⁰.

Assim, ao historiador cabe utilizar o conceito amplo de intelectuais, focando numa ou outra acepção quando for, de fato, pertinente.

Para além da ideia de intelectual, há outro conceito de importância crucial para o presente trabalho: estruturas elementares da sociabilidade ou, de forma resumida, redes de sociabilidade. Os grupos de intelectuais organizam-se

[...] em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, *mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar*. [...] A linguagem comum homologou o termo "redes" para definir tais estruturas¹¹¹.

Com isso, torna-se evidente a necessidade de perceber essas redes que se formam entre os intelectuais: lugares de formação, instituições as quais pertenceram, partidos políticos aos quais se filiaram, autores com os quais dialogaram – fosse para concordar, fosse para discordar. Fundamental é também inventariar “as solidariedades de origem, de idade ou de estudos, que constituem muitas vezes a base de ‘redes’ de intelectuais adultos”¹¹². Voltar aos anos escolares e universitários, no caso dos acadêmicos, é, para o autor, necessário, pois “permite reencontrar as origens do despertar intelectual e político”¹¹³. Entender, portanto, quem foi o intelectual Osny Duarte Pereira e quais foram as redes de sociabilidade que ele integrou são os principais objetivos deste capítulo.

Já foi dito, na presente dissertação, que a vida e as obras de Osny Duarte Pereira não foram, até os dias atuais, objetos de estudo nas ciências humanas, sobretudo na historiografia. Para se compreender a trajetória deste intelectual, a maior parte das fontes e referências disponíveis é composta por textos de autoria do próprio jurista ou entrevistas realizadas com

¹⁰⁹ SIRINELLI, 2003, p. 242.

¹¹⁰ SIRINELLI, 2003, p. 243.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 248. Grifo nosso.

¹¹² *Ibidem*, p. 250.

¹¹³ *Ibidem*, p. 250.

Duarte Pereira. Sendo assim, há uma questão fundamental a ser considerada: os limites de uma autorepresentação.

Bourdieu¹¹⁴ destaca que a história de vida de um sujeito deve ser entendida como detentora de um começo, no duplo sentido do termo, ou seja, início no tempo e início do ser, de um meio e de um fim, também no duplo sentido, ou seja, como um término e como um fim a ser alcançado. A construção de uma auto-representação implica, sem dúvidas, a reelaboração de memórias, por parte do sujeito, de acordo com suas percepções e juízos no momento em que reconstrói a narrativa de seu passado.

Com isso,

[...] cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tomar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (E é provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, que os investigados têm pelo empreendimento biográfico. [...])¹¹⁵.

Não se pretende, neste trabalho, construir uma biografia de Osny Duarte Pereira. Torna-se necessário, porém, ressaltar que, a análise das fontes – que são produzidas por Duarte Pereira – são, pois, marcadas por aquilo que Bourdieu chama de “criação artificial de sentido”¹¹⁶. Há, entre os sujeitos, uma ideia de constância que é garantida, por exemplo, pelo nome próprio que expressa unidade e identidade do indivíduo em sociedade.

O nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais, *curriculum vitae*, *cursus honorum*, ficha judicial, necrologia ou biografia, que constituem a vida na totalidade finita, pelo veredicto dado sobre um balanço provisório ou definitivo¹¹⁷.

Tal constância, no entanto, não é verdadeira, uma vez que os sujeitos se transformam e as suas descrições de si mesmos são limitadas no espaço e no tempo.

Na ausência de fontes para corroborar ou refutar algumas explicações ou versões de acontecimentos, tarefa primordial é, então, reconhecer as parcialidades presentes no discurso que acaba por se constituir numa autocomemoração do próprio sujeito. O cerne do argumento

¹¹⁴ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-192.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 184.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 187.

estruturado por Bourdieu é significativamente válido para se pensar a história de Osny Duarte Pereira.

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações¹¹⁸.

Deste modo, compreender as redes ou as relações entre indivíduos na sociedade [...] é a condição de qualquer avaliação rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos¹¹⁹.

1.3. Osny Duarte Pereira e sua passagem pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

Se Osny Duarte Pereira pode ser entendido como um intelectual, no sentido proposto por Sirinelli, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, mais do que uma organização acadêmica, será aqui entendido como uma importante rede de sociabilidade intelectual, permeada por disputas e consensos e que, sem dúvida, foi impactada pelo e impactou o cenário político, econômico, sociocultural e também ambiental nas décadas de 1950 e 1960. Para compreender esta rede de sociabilidade, mobilizar-se-á também a noção de *intelligentsia*, a partir de uma reflexão sobre as significações deste conceito.

Nos idos de 1952, um grupo de jornalistas, advogados, burocratas e empresários começava a se reunir por meio de uma associação que ficou conhecida como “Grupo do Itatiaia”, uma vez que os primeiros encontros aconteceram no Parque do Itatiaia, no Rio de Janeiro. No ano de 1953, foi criado o periódico “Cadernos do Nosso Tempo”, no qual eram publicados trabalhos escritos pelos membros da associação. Em 1955, o Grupo do Itatiaia se tornou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), por meio do Decreto n° 37.608, de 14 de julho¹²⁰, aprovado pelo então presidente João Fernandes Campos Café Filho. O Instituto se constituía como uma unidade acadêmica financiada pelo governo e ligada ao Ministério da Educação¹²¹.

¹¹⁸ BOURDIEU, op. cit., p. 189-190.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 190.

¹²⁰ BRASIL. *Decreto n. 57.608*, de 14 de julho de 1955 [decreto de criação do ISEB].

¹²¹ IORIS, 2017.

De acordo com o segundo artigo do Decreto Presidencial que criou o ISEB, seus principais objetivos eram:

[...] estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional¹²².

O Instituto possuía “autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisas, de opinião e de cátedra”¹²³, tendo como nomes importantes Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodr e e C andido Mendes de Almeida.

Desde o início e principalmente com o passar do tempo, os intelectuais que compunham o ISEB se mostravam como um grupo heterog neo. Apesar disso, havia um eixo comum: “a ideia de que era possível e imprescindível formular uma ideologia unificadora de nacionalismo que serviria, então, instrumentalmente, para apoiar um ‘desenvolvimento emancipatório’ do país”¹²⁴. O Brasil, numa visão compartilhada pelos membros do ISEB, só poderia ultrapassar o subdesenvolvimento por meio do incentivo e da intensifica o da industrializa o.

Havia aqueles, como Hélio Jaguaribe, que defendiam a busca pela soberania nacional por meio da supera o da “condi o semicolonial”¹²⁵, na qual o país se encontrava. As soluçoes estavam, sobretudo, numa reforma das estruturas de governo para que o Estado exercesse “um papel de coordena o na dire o de um desenvolvimento nacional aut nomo”, ou seja, sem a interferência do capital estrangeiro¹²⁶. Inclusive, segundo Ioris, o isebiano Jaguaribe, em entrevista concedida ao pesquisador, afirmava ter, ele mesmo, cunhado a expressão “nacional-desenvolvimentismo” que nomeou a ideologia do Instituto. Havia outros intelectuais, porém, que eram mais moderados, sendo mais receptivos   ideia de atua o do capital internacional para o alcance do desenvolvimento. Interessante dizer que o próprio Jaguaribe, a partir de 1959, apresentou significativa mudança de posicionamento, tornando-se favorável   entrada de capital estrangeiro¹²⁷.

No fim da década de 1950 e início dos anos 1960, muitos intelectuais se desvincularam do Instituto e, para aqueles que permaneceram, teriam sido preservados apenas os “verdadeiros nacionalistas”. Formava-se, no ISEB, um grupo que repudiava veementemente o capital

¹²² BRASIL. *Decreto n. 57.608*, de 14 de julho de 1955.

¹²³ IORIS, 2017, p. 187.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 190.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 192.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 193.

¹²⁷ IORIS, op.cit.

estrangeiro por identificá-lo como manifestação do imperialismo econômico, sobretudo do imperialismo norte-americano. Segundo Ioris¹²⁸, a organização passou a ser cada vez mais associada à versão militante do nacionalismo defendida pela Frente Parlamentar Nacionalista no Congresso Nacional.

Os isebianos ofereciam cursos de pós-graduação e ministravam palestras, em todo o país, para divulgar os ideais do Instituto. O objetivo era atingir “um público mais amplo, formado por estudantes e membros de sindicatos e de grupos já identificados com a ideologia nacionalista”¹²⁹. Os discursos tornaram-se mais intensos

[...] em defesa do controle dos lucros das empresas estrangeiras, da melhor distribuição de renda, da extensão dos benefícios do desenvolvimento a todas as regiões do país e da transformação da estrutura agrária¹³⁰.

Ainda que muito atuante no governo JK, o ISEB “nunca assumiu um papel de comando na administração Kubitschek”¹³¹. A concepção de nacional-desenvolvimentismo, defendida pelo Instituto, não foi aquela empreendida pelo governo de JK. Além disso, o ISEB enfrentou resistências. A Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) desmereciam os trabalhos realizados pelo Instituto, alegando que os isebianos não teriam “legitimidade para exercer o papel de analistas e de formadores de soluções para a sociedade”¹³². Isso porque boa parte dos intelectuais do ISEB possuía formação jurídica (juristas e advogados) e, para os críticos, eram carentes de formação científica nas ciências sociais, políticas, na economia e na história.

As Forças Armadas brasileiras também repudiaram o ISEB sob a justificativa de que a instituição disseminava ideias de inspiração comunista, indo contra à família e aos preceitos cristãos. Os Estados Unidos, sentindo-se ameaçados, afirmaram, num relatório confidencial de 1959, que as ações do Instituto eram “potencialmente perturbadoras da cooperação tradicionalmente estreita e amigável com o Brasil”¹³³.

De acordo com Pereira¹³⁴, a existência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros pode ser mais bem compreendida em quatro fases distintas, mas que comportaram também

¹²⁸ IORIS, 2017.

¹²⁹ ABREU, Alzira Alves de. *O ISEB e o desenvolvimentismo*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em: 12 maio 2018.

¹³⁰ ABREU. *O ISEB e o desenvolvimentismo*.

¹³¹ IORIS, 2017, p. 197.

¹³² ABREU. *O ISEB e o desenvolvimentismo*.

¹³³ IORIS, 2017, p. 223.

¹³⁴ PEREIRA, 2003.

continuidades. Para definir estas etapas, o autor se valeu da periodização proposta por Hélio Jaguaribe, numa entrevista concedida a ele. Para Jaguaribe, “o ISEB teria tido três fases: a primeira com a liderança dele; a segunda, com a liderança e a direção de Roland Corbisier; e a terceira, sob o domínio de Álvaro Vieira Pinto”¹³⁵.

Sobre estas três fases, Jaguaribe complementa dizendo que a dele era mais filosófico-sociológica; a de Roland era mais orientada para a política – tanto que Corbisier se elegeu como deputado – e a de Álvaro Vieira Pinto, que era marxista, teria marcado a conversão do ISEB “num órgão auxiliar do Partido Comunista”¹³⁶. Para além destas três fases, Pereira acrescenta mais uma etapa, relativa aos anos entre 1952 e 1955, período das reuniões do Grupo do Itatiaia.

Jaguaribe, nos idos de 1959, juntamente com outros intelectuais, se retirou do Instituto após uma profunda crise. De acordo com Pereira, a segunda fase, sob o comando de Corbisier, entre 1959 e 1960, foi marcada por uma ampliação das atividades do ISEB, principalmente em cursos ofertados, aumentando sua visibilidade na sociedade. O terceiro momento, sob a direção de Álvaro Vieira, teria sido caracterizado

[...] pela transformação da cultura em mecanismo fundamental da formação de uma “consciência esclarecida” sobre a realidade brasileira. Por meio dela, os intelectuais contribuiriam para viabilizar a realização das reformas necessárias à superação dos problemas estruturais que estariam na origem do atraso, da miséria e da pobreza¹³⁷.

Importante argumento de Pereira é estabelecer que, embora a terceira fase tenha sido mais engajada nos problemas concretos do desenvolvimentismo, em todas as fases o ISEB configurou-se como uma *intelligentsia*, no sentido do conceito explicitado pelo sociólogo Karl Mannheim¹³⁸. Atuantes, por exemplo, na elaboração das Reformas de Base do governo Goulart, os isebianos não abandonaram as funções intelectuais próprias da *intelligentsia*. Para Pereira, os isebianos da última fase participavam da sociedade, nos anos 1960, “como intelectuais e como tal estabeleceram alianças com as forças sociais que defendiam as mesmas bandeiras nas quais acreditavam”¹³⁹. Nesta fase, permaneceram alguns isebianos históricos como Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto, mas também “isebianos de última hora”, nas palavras

¹³⁵ *Ibidem*, p. 135.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 135.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 175.

¹³⁸ MANNHEIM, Karl. O problema da *intelligentsia*. In: MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 69-139.

¹³⁹ PEREIRA, 2003, p. 174.

dos mesmos, como Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins e, destaca-se, Osny Duarte Pereira, intelectual estudado no presente trabalho.

O conceito de *intelligentsia*, no sentido desenvolvido por Mannheim e empregado por Duarte Pereira, se mostra válido para compreender o ISEB e seus componentes. Segundo Mannheim, a *intelligentsia* se caracteriza como um grupo ligado à cultura, situado entre os partidos políticos e as classes sociais, e não como parte deles. Dessa forma, mesmo aqueles intelectuais mais envolvidos com questões políticas, teriam dificuldade em agir politicamente, uma vez que são treinados a “encarar os problemas do momento a partir de várias perspectivas e não de apenas uma, como faz a maioria dos participantes de controvérsias”¹⁴⁰.

O objetivo de Pereira ao mobilizar tal conceito é, principalmente, se posicionar contra as interpretações, tais como as de Jaguaribe, “que dão conta do ISEB nos anos 1960 como agência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atrelada ao ativismo político desse partido”¹⁴¹. Para o autor, o ISEB continuava “sendo uma instituição de intelectuais, um centro de estudos e de difusão da cultura, mesmo no contexto da polarização ideológica que marca os anos 1960”¹⁴².

A interpretação feita por Pécaut, acerca do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, também pode ser entendida como uma das análises questionada por Pereira. Isso porque Pécaut, apesar de tal como Alexandro Pereira partir do conceito de *intelligentsia* para compreender a esquerda intelectual e nacionalista entre os anos 1950-1964, dá a ela um caráter mais político.

A partir de 1950, principalmente após 1955, esta última [a esquerda intelectual] estava convencida de ser plenamente hegemônica. Da mesma forma que seus predecessores de direita de 1930, os intelectuais nacionalistas estavam seguros de ter vocação para desempenhar, como categoria social específica, *um papel decisivo nas mudanças políticas*. Porém, muito mais ainda que seus predecessores, *reivindicavam o título de intelligentsia*, pois, a partir de então, inclinam-se decididamente para o “povo” e não duvidam dos poderes da “ideologia”¹⁴³.

Além disso, Pécaut se vale das análises feitas por Hélio Jaguaribe, um dissidente do Instituto, como representativas e explicativas das fases que o ISEB passou. Para o autor, a

¹⁴⁰ MANNHEIM, 2001, p. 81.

¹⁴¹ PEREIRA, 2003, p. 183.

¹⁴² *Ibidem*, p. 183.

¹⁴³ PÉCAUT, 1990, p. 103. Grifo nosso.

última fase, iniciada em 1960 teria assumido um caráter explicitamente político, associado ao Partido Comunista e ao nacionalismo-marxista.

O ISEB ingressa então em uma terceira etapa, quando sua atividade assume *um caráter explicitamente político ao lado da esquerda radical*. Privado do seu financiamento essencial, condenado a reduzir suas atividades de ensino e de publicações, associa-se à agitação em favor das “reformas de base” e participa da redação de diversos Cadernos do Povo, fascículos lançados pela Editora Civilização Brasileira e que visam a colocar, em linguagem simples, as grandes questões do momento “ao alcance do povo”. [...] *Dai veio esse “último ISEB radical-populista”*¹⁴⁴.

Nísia Lima, em seu texto “Um sertão chamado Brasil”¹⁴⁵, para analisar os intelectuais da primeira metade do século XX, também parte do conceito de *intelligentsia* de Mannheim: “grupo social cuja tarefa específica consiste em dotar uma dada sociedade de uma interpretação do mundo”¹⁴⁶. De acordo com a autora, utilizar o conceito de Mannheim não implica em concordar com seu argumento sobre o papel dos intelectuais como instrumento de planejamento racional e como única solução possível para os entraves e disputas na sociedade.

No presente estudo, o conceito de *intelligentsia*, aos moldes de Mannheim, será utilizado para compreender o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Entretanto, mediante as ressalvas apontadas por Pereira¹⁴⁷ e Lima¹⁴⁸. Mais do que isso, parte-se da premissa que, para se entender a *intelligentsia*, deve-se considerá-la como elemento complexo e, dessa forma, não se deve separar uma dimensão “intelectual” ou “cultural” de outra “política”. Estas esferas, no fazer intelectual, se interagem e percebê-las se torna o grande desafio. O ISEB, enquanto *intelligentsia*, objetivou dotar a sociedade de uma interpretação do mundo e do Brasil; tais interpretações foram se modificando ao longo das fases do Instituto e, apesar de não ser um espaço de ativismo partidário, suas formulações estavam imbricadas com a política brasileira e seus projetos de desenvolvimento.

Osny Duarte Pereira foi membro integrante do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, tendo lecionado disciplinas e sido nomeado como diretor do Departamento de Ciência Política na última fase do ISEB (1960-1964) iniciada com a direção geral de Álvaro Vieira Pinto.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 113. Grifo nosso.

¹⁴⁵ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan IUPERJ, UCAM. 1999. 222p.

¹⁴⁶ MANNHEIM apud LIMA, 1999, p. 20.

¹⁴⁷ PEREIRA, 2003.

¹⁴⁸ LIMA, 1999.

Em 1995, num momento de comemoração dos quarenta anos de criação do ISEB, Osny Duarte Pereira redigiu um material, no formato de um pequeno folheto, intitulado “Minha passagem pelo ISEB”¹⁴⁹. Como o próprio nome indica, o objetivo deste texto era contar e tornar públicas as impressões e experiências do jurista enquanto isebiano. Logo no início, Duarte Pereira menciona dois seminários que seriam realizados, naquele ano, como parte da efeméride, destacando a atitude de Nelson Werneck Sodré que havia doado à Biblioteca Nacional uma coleção de suas obras, bem como arquivos de documentos sobre sua vida e carreira. O jurista se lamenta, na sequência, não poder fazer o mesmo, uma vez que sua biblioteca foi “esfacelada em 1964 pela fúria insensata de alguns militares envenenados”¹⁵⁰.

Entre o momento da criação do ISEB, em 1955, e sua entrada para a instituição como professor, em 1960, Osny Duarte Pereira, que sempre se manteve atento aos acontecimentos dentro e fora do país, inclusive para registrar e comentar em suas obras, relata que acompanhou, “como leitor assíduo, as esclarecedoras publicações que o ISEB vinha editando”¹⁵¹. Por se informar sobre as questões do ISEB, Duarte Pereira tomou conhecimento dos momentos de maior tensão dentro do Instituto-, nos quais os isebianos divergiam em relação à permissão da entrada do capital internacional para financiar a industrialização pretendida.

Osny Duarte Pereira também refletiu sobre a criação do ISEB e sua relação com JK:

Há um persistente e estimulado erro em apresentar Juscelino Kubitschek como nacionalista histórico. Todos os candidatos a presidente da República apresentam-se ao povo desfraldando bandeiras nacionalistas, progressistas e até socialistas, para ganhar simpatia. JK, que enfrentava um candidato de direita, o Marechal Juarez Távora, não faltou à regra. Roland Corbisier, não por oportunismo, mas por convicção patriótica, destacou-se na campanha eleitoral por uma pregação nacionalista apaixonada, em favor de JK, seu amigo.

É sabido, porém, que eleições requerem recursos financeiros vultuosos e os fornecedores de numerário munem-se de garantias ao reembolso. JK preparou um ‘Programa de Metas’, onde embutiu a devolução das despesas. Uma delas, por exemplo, a Meta nº 18, prometia a entrega do riquíssimo minério de ferro do Vale do Paraopeba, próximo a Belo Horizonte, à exploração por empresa internacional, no caso, a Hanna Company. Obrigou-se, ainda, a extinguir o projeto do automóvel brasileiro e fechar a Fábrica Nacional de Motores. Era o preço para assegurar apoio norte-americano à sua posse, contestada por Carlos Lacerda e pelos generais derrotados, partidários do Marechal Juarez Távora.

Por outro lado, JK se apoiava nos militares nacionalistas, chefiados pelo Marechal Henrique Lott, e para os quais “a Petrobrás era intocável”.

¹⁴⁹ PEREIRA, Osny Duarte. *Minha passagem pelo ISEB*. Rio de Janeiro. 1995. 30p.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 6.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 8.

Vitorioso JK, Roland Corbisier cobrou o cumprimento das promessas de palanque e obteve a criação do ISEB [...] ¹⁵².

Neste trecho, pode-se perceber que, na visão de Duarte Pereira, JK não poderia ser considerado um nacionalista. Primeiro, por considerar que os políticos se valiam desta definição para angariar votos no pleito e não por uma genuína vinculação ao nacionalismo. Segundo, por entender que as ações propostas no Plano de Metas – concessão de exploração do minério de ferro a uma empresa norte-americana e fechamento da Fábrica Nacional de Motores – se constituem enquanto políticas favoráveis ao capital estrangeiro e ao imperialismo, distantes, portanto, das pretensões do desenvolvimento atrelado à soberania nacional.

Roland Corbisier, mencionado por Duarte Pereira, foi um dos membros fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Defensor da superação do subdesenvolvimento por meio da autonomia nacional, Corbisier teria participado da campanha política a favor de JK por ser um amigo próximo. Em contrapartida, obteve ajuda do então candidato para oficializar a criação do ISEB. Tal informação é, contudo, passível de reflexão. Isto porque, Ioris ¹⁵³, bem como o próprio texto do decreto oficial ¹⁵⁴, apontam a fundação do Instituto no ano de 1955, ainda durante o governo de Café Filho e não durante o governo de JK como indica Duarte Pereira. Não é possível saber, portanto, em que medida Corbisier e Juscelino Kubitschek desempenharam, de fato, papéis decisivos para criação do ISEB.

Duarte Pereira chama atenção para o fato de que a instalação do ISEB contou com apoio do Conselho de Segurança Nacional, “onde se destacavam os oficiais nacionalistas, indicados pelo Marechal Henrique Lott” ¹⁵⁵. Este teria sido advertido acerca dos riscos do Governo Federal, que se instalaria em Brasília, “ter seus telefones controlados por empresa estrangeira, como acontecia no Rio de Janeiro” ¹⁵⁶. Osny Duarte Pereira foi convocado pelo assessor de Lott, Coronel Jaques, “a auxiliá-lo a redigir a mensagem ao Presidente JK, em que, por motivos de segurança nacional, os serviços telefônicos não poderiam ser concedidos a empresas privadas, o que efetivamente se cumpriu” ¹⁵⁷.

¹⁵² PEREIRA, 1995, p. 9. Grifo nosso.

¹⁵³ IORIS, 2017.

¹⁵⁴ BRASIL. *Decreto n. 57.608*, de 14 de julho de 1955 [decreto de criação do ISEB].

¹⁵⁵ PEREIRA, 1995, p. 10.

¹⁵⁶ PEREIRA, 1995, p. 10.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 10.

Dessa forma, havia, nas palavras de Duarte Pereira, e corroborando aquilo que conclui Ioris¹⁵⁸, “um conflito de doutrinas de desenvolvimento”¹⁵⁹. Este conflito, segundo Osny Duarte Pereira, refletiu-se no ISEB e na política em termos gerais: “conservadores, apegados aos interesses imperiais sobre o Terceiro Mundo, contra nacionalistas, empenhados em libertar o Brasil do colonialismo”¹⁶⁰. Para ele, esta luta era antiga, remontando a Tiradentes e a José Bonifácio de Andrada e Silva.

Fica evidente que, para Duarte Pereira, a melhor doutrina de desenvolvimento era aquela empreendida pelos nacionalistas. O jurista indica, em seu relato, que após a fase de divergências na Congregação de Professores do ISEB, Roland Corbisier se afastou para assumir o mandato de deputado e o Professor Álvaro Vieira Pinto assumiu a direção. O Professor Cândido Mendes deixou a chefia do Departamento de Ciência Política e, em seu lugar, Osny Duarte Pereira foi convidado “por unanimidade da Congregação”¹⁶¹ a assumir o cargo.

De acordo com seus apontamentos, a nova e última fase do ISEB, na qual esteve envolvido, apresentava “plena identidade de princípios entre todos os professores e o reconhecimento de que apenas uma política nacionalista poderia conduzir o Brasil ao seu desenvolvimento econômico e a uma etapa superior na soberania nacional”¹⁶². Para o jurista, que ressalta não ter se retirado do seu cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para ocupar funções no Instituto, esse momento foi um dos mais gratificantes de sua vida.

Ioris¹⁶³ e Abreu¹⁶⁴ avaliaram, como foi dito anteriormente, que o ISEB recebeu muitas críticas. De acordo com Duarte Pereira, os repúdios eram uma demonstração da importância que o Instituto adquiriu na sociedade brasileira entre os anos de 1955 e 1964.

O ISEB não era apenas uma escola de preparação de quadros para a administração pública, mas, como assinalam ambas as convocatórias destes seminários, um centro de debates dos mais importantes problemas nacionais, com repercussão no Congresso Nacional e na opinião pública. Basta examinar o espaço concedido pela grande imprensa conservadora para analisar e condenar a instituição. Os livros que o ISEB editava esgotavam-se rapidamente. Seus professores, na fase genuinamente nacionalista de que

¹⁵⁸ IORIS, 2017.

¹⁵⁹ PEREIRA, 1995, p. 10.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 10-11.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 11.

¹⁶² *Ibidem*, p. 11.

¹⁶³ IORIS, 2017.

¹⁶⁴ ABREU, 2003.

participei, eram solicitados por entidades estudantis, sindicais e inclusive militares a realizar cursos compactos na maioria dos Estados¹⁶⁵.

Quando assumiu o Departamento de Ciência Política, Duarte Pereira relatava que precisou elaborar o programa das matérias a serem ministradas. Para tal, o jurista se valeu das apostilas de sua filha que cursava a disciplina de Ciência Política, dada pelo Professor François Gazier, na Escola Brasileira de Administração Pública. Além disso, Osny Duarte Pereira diz que ter sido aluno de Euzébio Queiroz Lima, autor do livro clássico “Teoria do Estado”, bem como sua participação em debates sobre petróleo, eletricidade e o trato com o universo do direito, teriam proporcionado o

[...] ensejo para incluir o ‘molho nacionalista’ e, assim, dar vida e atualidade ao programa de ensino de François Gazier, este preocupado, certamente, em respeitar os limites de impessoalidade impostos pelos diretores da Fundação Getúlio Vargas, onde era até proibido pesquisar lucros de empresas estrangeiras separadamente das nacionais, para ocultar a influência controladora exercida¹⁶⁶.

Ao explicar sua trajetória no ISEB, Osny Duarte Pereira, como defensor do nacional-desenvolvimentismo que era, tece também críticas ao que nomeia de imperialismo norte-americano. Segundo o autor, após a II Guerra Mundial, o tratamento dado, pelos Estados Unidos, aos países asiáticos e aos países latino-americanos foi muito distinto.

No Japão, o Gen. Douglas Mac Arthur promoveu a reforma agrária e fragmentou o monopólio de quatro famílias. A avenida principal de Tóquio conserva o seu nome. Na Coreia, preservou a economia capitalista nativa, de modo que hoje esse país disputa, com seu automóvel nacional, os mercados mundiais. Na América Latina, os Estados Unidos protegeram (e protegem) o latifúndio retrógrado, impediram, no Brasil, o desenvolvimento de uma indústria automobilística nativa e torpedearam sempre a exploração estatal do petróleo¹⁶⁷.

Ademais, para Duarte Pereira, o ISEB esteve envolvido, sobretudo na sua última fase, em grandes resoluções ligadas à política brasileira. Para ele, o governo de João Goulart (1961-1964) teria sido marcado por contradições, uma vez que de um lado

[...] estimulava alianças com os sindicatos e, por outro, através de seu Plano Trienal, elaborado pelo ministro do Planejamento Celso Furtado, tentava uma política de estabilização baseada em contenção salarial e em satisfazer imposições do Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de obter empréstimos¹⁶⁸.

¹⁶⁵ PEREIRA, 1995, p. 12.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 16.

¹⁶⁷ PEREIRA, 1995, p. 17.

¹⁶⁸ PEREIRA, 1995, p. 19.

Duarte Pereira relata que foi, inclusive, convidado, pelo Chefe do Gabinete Civil de Jango a elaborar, em conjunto com outros intelectuais, um projeto de Reforma Agrária, fato este que demonstra o interesse, por parte do governo, em contar com os serviços e com as problematizações feitos pelos isebianos.

Além das assessorias em questões governamentais, de palestras públicas ministradas pelo país e de cursos de formação oferecidos, um dos principais meios de veiculação das ideias defendidas pelos isebianos foi a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*¹⁶⁹. Segundo Duarte Pereira, a organização desta série de publicações foi feita pelo então diretor do ISEB, Álvaro Vieira Pinto, por Ênio Silveira, “o incansável, corajoso e criativo diretor da Editora Civilização Brasileira”¹⁷⁰, assistidos pelo poeta Moacyr Félix, com o objetivo de “transmitir conhecimentos gerais, através de respostas a perguntas correntes”¹⁷¹.

Os livros que compuseram a série *Cadernos do Povo Brasileiro* eram pequenos, “de formato de bolso e destinados primordialmente a um público amplo para que as massas brasileiras pudessem ser atingidas”¹⁷². Tratava-se de uma coleção com 28 volumes, publicados entre 1962 e 1964. Duarte Pereira lista 23 destes textos que eram sempre apresentados sob a forma de perguntas:

A coleção, que abrange 23 volumes, principiou com o de Francisco Julião, assessorado pelo ex-deputado pernambucano, Clodomir de Moraes: *Que são as ligas camponesas?*; Nelson Werneck Sodré escreveu: *Quem é o povo no Brasil?*; Álvaro Vieira Pinto: *Por que os ricos não fazem greve?*; Wanderley Guilherme dos Santos: *Quem dará o golpe no Brasil?*; Theotônio Júnior: *Quais são os inimigos do povo?*; Bolívar Costa: *Quem pode fazer a revolução no Brasil?*; Nestor de Holanda: *Como seria o Brasil socialista?*; Franklin de Oliveira: *Que é a Revolução Brasileira?*; Paulo R. Shilling: *O que é a Reforma Agrária?*; Maria Augusta Tibiriçá Miranda: *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?*; Sylvio Monteiro: *Como atua o imperialismo ianque?*; Jorge Miglioli: *Como são feitas as greves no Brasil?*; Helga Hoffmann: *Como planejar nosso desenvolvimento?*; Pe. Aloísio Guerra: *A igreja está com o povo?*; Aguinaldo N. Marques: *De que morre o nosso povo?*; Édouard Balby: *O que é o Imperialismo?*; Sérgio Guerra Duarte: *Por que existem analfabetos no Brasil?*; João Pinheiro Neto: *Salário é causa de inflação?*; Plínio de Abreu Ramos: *Como agem os grupos de pressão?*; Pimentel Gomes: *Por que não somos uma grande nação?*; Vamireh Chacon: *Qual a política externa conveniente ao Brasil?*; Barbosa Lima Sobrinho: *Desde quando somos nacionalistas?*. Coube a mim redigir dois cadernos: *Quem faz as leis no Brasil?* e, o último, de nº23, *Que é a Constituição?*¹⁷³.

¹⁶⁹ IORIS, 2017.

¹⁷⁰ PEREIRA, 1995, p. 20.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 20.

¹⁷² IORIS, 2017, p. 228.

¹⁷³ PEREIRA, 1995, p. 20.

Ênio Silveira afirmava que “contrariando todas as expectativas, [*Cadernos do Povo Brasileiro*] foi um grande sucesso editorial, tendo atingido a marca de mais de um milhão de exemplares vendidos”¹⁷⁴. Tal repercussão representava, para o editor, um indicativo do nível de interesse do público leitor em relação aos temas tratados pela coleção, mas indicando também posições polarizadas presentes na sociedade brasileira.

De acordo com Ioris¹⁷⁵, autores como Burns e Ianni interpretaram que, devido à crescente influência das posições políticas mais radicais defendidas pelo ISEB no princípio dos anos 1960, o Instituto teria exercido papel-chave na polarização política que levou ao golpe de 1964. Porém, ainda segundo Ioris, o papel do ISEB foi além: “exerceu uma influência significativa na propagação de pontos de vista nacionalistas de desenvolvimento”¹⁷⁶, bem como promoveu “um crescente sentimento nacionalista em muitos grupos da sociedade brasileira, uma tendência que era cada vez mais vista como perigosa pelos segmentos mais conservadores das elites militares e empresariais”¹⁷⁷.

Após o auge de sua repercussão entre os anos de 1960 e 1964, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi extinto, pelo Decreto nº 53.884, de 13 de abril de 1964¹⁷⁸, dias após a tomada de poder feita pelos militares. Osny Duarte Pereira aponta que de forma lamentável os exemplares de *Cadernos do Povo Brasileiro*, presentes em depósitos e livrarias, foram destruídos pela censura do novo regime. Além disso, muitos daqueles que possuíam cópias – fossem autores ou leitores – queimaram os textos, temendo a repressão policial. Por isso, há pouquíssimos exemplares da coleção “que, na íntegra, permanecerá como documento dessa época de riquíssima atividade política”¹⁷⁹.

1.4. O período militar: censura, perseguição e cassação de direitos políticos de Osny Duarte Pereira

Não apenas o Instituto Superior de Estudos Brasileiros e sua coleção “*Cadernos do Povo Brasileiro*” sofreram com as políticas de censura impostas logo nos primeiros dias do regime militar instalado em 1964. Os direitos políticos de diversos intelectuais brasileiros foram

¹⁷⁴ SILVEIRA, 2002 apud IORIS, 2017, p. 228.

¹⁷⁵ IORIS, 2017.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 228.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 228.

¹⁷⁸ BRASIL. Decreto n. 53.884, de 13 de abril de 1964 [decreto de extinção do ISEB].

¹⁷⁹ PEREIRA, 1995, p. 21.

cassados, inclusive os de Osny Duarte Pereira. Na data do golpe militar, 1º de abril, o jurista se encontrava na Europa,

[...] participando de um congresso de juristas em defesa da paz e, graças a dois artigos que publiquei na Revista de Direito Contemporâneo, de Bruxelas, com os títulos de ‘Perspectivas da Reforma Agrária no Brasil’ e ‘A política brasileira de petróleo e alguns aspectos jurídicos da Petrobrás, empresa estatal de petróleo’, recebi convite para, como *maître de recherches*, no setor brasileiro, participar da École Nationale ès Sciences Politiques, da Universidade de Paris, *onde permaneci até a repressão serenanar*¹⁸⁰.

De acordo com Osny Duarte Pereira, “embora Castello Branco e Costa e Silva tenham suspenso os direitos políticos de desembargadores e juizes, em diferentes estados, não sofremos, nos primeiros anos, senão violações com buscas de ‘provas domiciliares’¹⁸¹. Na *École Nationale*, deu cursos aos professores da instituição sobre a vida social e política no Brasil.

Duarte Pereira permaneceu no exílio até dezembro de 1964, quando regressou ao Brasil. O arquivo do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS (Imagem 2), procedente do Ministério da Guerra, com o assunto “Regresso de Osny Duarte”, indicava que o ex-desembargador havia regressado ao Brasil, “desembarcando no Aeroporto do Galeão, nos fins de dezembro de 1964, *com nome falso de Oswaldo Pereira*”¹⁸².

Este mesmo relatório indicava que, durante o período que esteve em Paris, Osny Duarte Pereira teria mantido contatos constantes “com o pessoal das Embaixadas dos Países da Cortina de Ferro”. Por fim, o documento atesta que a “chegada de Osny Duarte ao Brasil estaria vinculada com o desencadeamento de um movimento contrarrevolucionário”¹⁸³. Dessa forma, evidencia-se que, para os militares, Duarte Pereira era uma clara ameaça ao regime, recebendo a pecha de contrarrevolucionário, sendo vinculado ao comunismo.

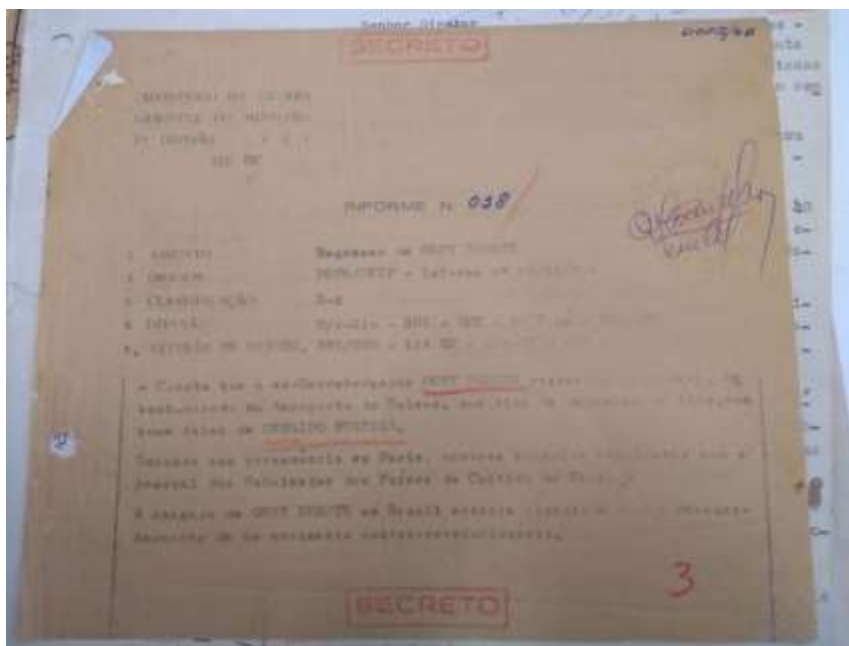
Imagem 2 – Informe nº038 DOPS – Regresso de Osny Duarte

¹⁸⁰ PEREIRA, 1995, p. 28. Grifo nosso.

¹⁸¹ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 19.

¹⁸² REGRESSO de Osny Duarte. DOPS, 1964. Grifo nosso.

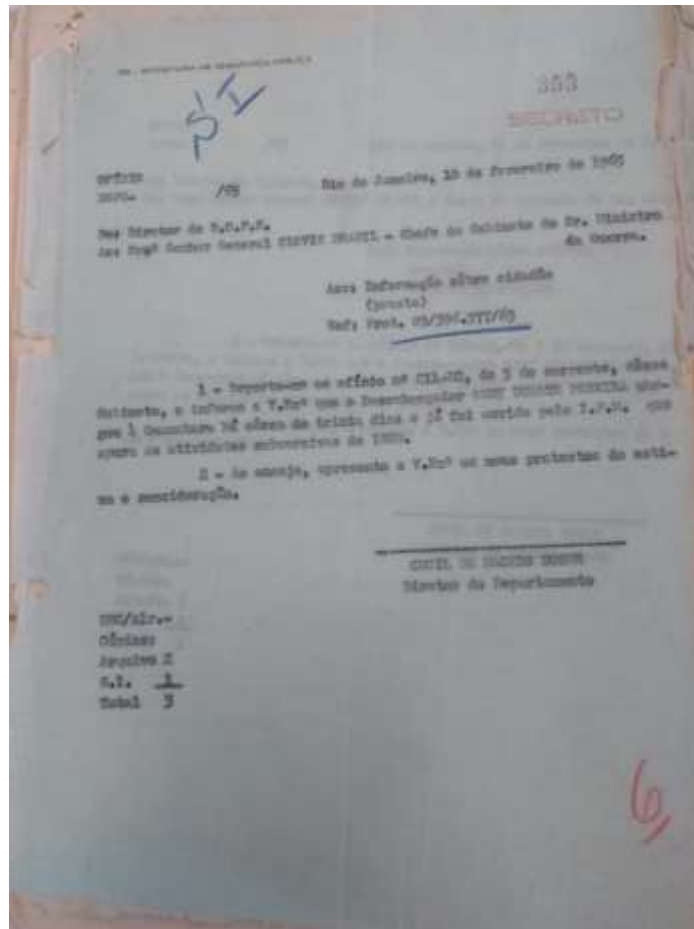
¹⁸³ *Ibidem*.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo Polícias Políticas, Setor DOPS, Notação 43, Dossiê 2.

Em 10 fevereiro de 1965, um novo ofício (Imagem 3) era enviado por Cecil de Macedo Borer, então diretor do DOPS, ao General Clovis Brasil, Chefe do Gabinete do Sr. Ministro da Guerra. Neste documento, Borer informava ao General que o desembargador Osny Duarte Pereira havia chegado à Guanabara (Rio de Janeiro) há cerca de trinta dias, ou seja, em fins de dezembro. Além disso, o ofício atesta que Duarte Pereira já teria sido interrogado e ouvido pelo Inquérito Policial Militar (I.P.M.) que apurava as atividades subversivas do ISEB. Assim, torna-se evidente a censura e a perseguição, feita pelos militares, ao Instituto e aos membros que dele fizeram parte.

Imagem 3 – Ofício DOPS enviado para o General Clovis Brasil por Cecil de Macedo Borer



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo Polícias Políticas, Setor DOPS, Notação 43, Dossiê 2.

Mesmo após o retorno ao Brasil, os direitos políticos do jurista permaneceram suspensos. Segundo Duarte Pereira, por estar “afastado da magistratura e com tempo disponível”¹⁸⁴, entendeu que “as tarefas de juiz deveriam passar a ser: estudar as questões nacionais – como reforma agrária, dívida externa, comércio exterior, acordos internacionais – e divulgar as conclusões em livros”¹⁸⁵. De fato, ele publicou considerável volume de obras, “procurando não melindrar os militares para evitar o confisco das edições”, o que conseguiu com o apoio do editor Ênio Silveira.

Durante os anos de cassação de direitos políticos, as perseguições não cessaram. César Duarte Pereira, um dos filhos do jurista, recordou um momento significativo:

Em 1970, agentes da Aeronáutica foram até a nossa casa para fazer o que chamavam de vistoria e para prendê-lo. Insisti em acompanhar meu pai e fomos levados para o Campo dos Afonsos, onde ele permaneceu preso em uma cela. No dia seguinte, consegui sair de lá e busquei ajuda junto ao Ministério da Guerra. Na antessala do general Sizen Sarmento expus a

¹⁸⁴ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 19.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 19.

situação. Cinco minutos depois fui informado que meu pai estava sendo transferido para a Vila Militar e que não correria risco de vida. Dias depois, conseguimos autorização para visitá-lo. Chegando lá, meu pai estava dando aula de economia política para os quadros do Exército Brasileiro situado na Vila Militar! Este é o exemplo perfeito de um militante brasileiro, de um homem que tem convicção de suas ideias. Este episódio é emblemático do exemplo de vida que ele nos deixou¹⁸⁶.

1.5. A anistia e os anos finais da vida de Osny Duarte Pereira

Por intermédio do amigo e desembargador Vicente Faria Coelho, colega de trabalho no Tribunal de Justiça, Duarte Pereira foi “o único magistrado, no Brasil, dos que foram cassados, que ficou em disponibilidade”¹⁸⁷, ou seja, que não foi aposentado compulsoriamente. Entretanto, era preciso esperar o ano de 1974, quando se completaria dez anos de cassação, para que estivesse apto a voltar a exercer o seu cargo. Apesar disso, apenas em 28 de dezembro de 1979, o jurista foi reintegrado, de fato, às suas funções, no Tribunal do Rio de Janeiro.

Nas palavras de Osny Duarte:

Minha reintegração ao cargo resultou de um movimento que se realizou, no próprio tribunal, entre desembargadores e juízes, junto ao governador que era o senhor Chagas Freitas, meu auxiliar na Revista de Direito, na Editora Jacintho, na década de 40. Desde então, o senhor Chagas manifestou amizade permanente por mim, em encontros, em atos públicos e lamentava a cassação. E assegurava espontaneamente que, no momento das coisas clarearem, quando não houvesse prejuízo político para o Estado, junto com os dirigentes do Tribunal, promoveria minha reintegração. Efetivamente, antes de a anistia ser promulgada, fui convocado para reassumir¹⁸⁸.

Duarte Pereira permaneceu trabalhando como desembargador, no Tribunal de Justiça, até o ano de 1982, quando se aposentou ao completar 70 anos de idade. Entretanto, mesmo afastado do cargo, Osny Duarte Pereira não interrompeu sua produção intelectual, nem mesmo sua atuação jurídica e política. No contexto da redemocratização, o jurista escreveu a obra “Nova República – Constituição Nova”, na qual estabelecia “as normas importantes numa constituição progressista”¹⁸⁹. O livro, porém, foi boicotado em sua distribuição e Duarte Pereira, juntamente com o editor Ênio Silveira, decidiu publicar um comentário ao Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, nomeada em 1987 por José Sarney. Com o apoio da Universidade

¹⁸⁶ ABI comemora o centenário de Osny Duarte Pereira. 2012.

¹⁸⁷ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 24

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 24.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 25.

de Brasília, UnB, responsável pela impressão do material, foi então publicada a obra “Constituinte – Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos Comentado”¹⁹⁰.

No momento em que a Constituinte foi instalada, em 1988, Osny Duarte Pereira foi convidado a prestar depoimentos sobre os problemas do Brasil e, segundo ele, suas principais falas se direcionaram para a questão da dívida externa. Diante disso, a Constituinte julgou como necessária a criação de uma Comissão Mista para fazer um “exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro”¹⁹¹. Osny Duarte também foi depoente nesta Comissão, além de ter sido nomeado assessor oficial.

A atuação de Osny Duarte Pereira também se fez presente na Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)¹⁹², organização do qual era assessor e conselheiro. A Frente foi fundada em 7 de junho de 1956, no período do governo JK, num contexto de embate entre nacionalistas, agrupados em torno do Marechal Lott, e aqueles tidos pelos primeiros como entreguistas, “onde militavam o Marechal Juarez Távora, Eduardo Gomes e outros, por fim, autores do Golpe militar de 1964”¹⁹³. Oswaldo Lima foi seu primeiro presidente executivo. Após a instalação da Ditadura Militar, a diretoria sofreu modificações, aglutinando partidos progressistas e elegendo um Conselho Consultivo composto por 50 membros, entre os quais se incluía Duarte Pereira. A obra “Estudos Nacionalistas”, aqui já mencionada, foi, inclusive, dedicada aos 57 membros da FPN pela “lista já longa de serviços prestados ao país, no trabalho de esclarecimento aos demais membros do Congresso Nacional”¹⁹⁴.

Em relação à Frente, Duarte Pereira ressaltava que:

Tínhamos a preocupação de que as teses do petróleo, da defesa da empresa nacional, da participação de brasileiros na exploração do subsolo, da ordem econômica, da anistia ampla, da revisão da Dívida Externa, do tabelamento dos juros como vigente na Lei de Economia Popular, da paz, do direito dos trabalhadores e tantas outras fossem vitoriosas e incluídas na Constituição. Reunimo-nos na Frente Parlamentar Nacionalista. Contra nós formara-se o “Centrão”, constituído de representantes de banqueiros, dos grandes monopólios internacionais, dos latifundiários e grandes capitalistas, e que era

¹⁹⁰ PEREIRA, Osny Duarte. *Constituinte: Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos*. 1. ed. Brasília: Editora UnB.1987.

¹⁹¹ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 30.

¹⁹² Para mais informações sobre a Frente Parlamentar Nacionalista, ver: BARROS, Francisco Reinaldo de. *Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em: 12 maio 2018.

¹⁹³ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 34.

¹⁹⁴ PEREIRA, Osny Duarte apud BARROS. *Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)*.

extremamente reacionário e ativo. Criavam, obviamente, dificuldades enormes para impedir de prevalecer nossas teses¹⁹⁵.

Osny Duarte Pereira foi casado duas vezes. Do primeiro casamento, com Edy Duarte Pereira, teve três filhos: César Duarte Pereira, Heloísa Duarte Pereira e Claudio Duarte Pereira. Após a morte de sua primeira esposa, se casou novamente com Kátia Valladares, com quem permaneceu até o fim de sua vida, em 23 de outubro de 2000, ao falecer, com 88 anos, por insuficiência cardiorrespiratória.

Em seu relato “Minha passagem pelo ISEB”, Osny Duarte Pereira aponta que seus arquivos pessoais, sobretudo sua biblioteca, foram destruídos durante as buscas por provas realizadas pela censura no período militar. Segundo o jurista, “escapou do assalto o meu acervo de recortes de jornais, (em torno de 400.000, relativos ao período de 1950 até 1983), que doeiei à Câmara dos Deputados”¹⁹⁶. Mesmo após esta doação, Duarte Pereira continuou reunindo registros da história brasileira “sob a classificação cuidadosa antes e até seu falecimento” de sua esposa Edy e, posteriormente, pela nova esposa Kátia.

O acervo mencionado por Duarte Pereira foi, de fato, enviado para a Câmara dos Deputados, em Brasília, onde permanece guardado. Trata-se de um volume considerável de material, em formato de microfimes, nos quais se encontram recortes de matérias de jornais que foram lidos e selecionados por Osny Duarte Pereira, num longo intervalo de tempo, entre 1959 e 1981. Para organizar os textos, o jurista os categorizava por temas, tais como “Indústria e Comércio”, “Minas e Energia”, “Transporte” etc. (Imagem 4). Este material encontra-se disponível apenas para pesquisa *in loco*, pois ainda não foram feitas digitalizações¹⁹⁷.

Imagem 4 – Página de Abertura de Microfilme: recortes de jornais referentes ao ano de 1967

¹⁹⁵ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000. p. 34.

¹⁹⁶ Após contato via e-mail, funcionários do Arquivo da Câmara dos Deputados, em Brasília, confirmaram a existência e conservação do acervo em questão.

¹⁹⁷ O acervo, localizado na Câmara dos Deputados em Brasília, não pode ser consultado por limitação logística. No entanto, ressalta-se que a sua existência mostra o grande esforço intelectual de “interpretar o Brasil” que Duarte Pereira desenvolveu durante toda a sua vida.

 FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA Rio de Janeiro — Brasil IMAGEM DE ABERTURA INÍCIO DA MICROFILMAGEM: 26/03/88	
FILME Nº _____ 56 _____ CODIFICAÇÃO _____ SEÇÃO DE MICROFILMAGEM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Nº _____ 259 _____	RESUMO DO FILME Recortes de periódicos relativos ao ano de 1967, notadamente sobre: <ul style="list-style-type: none"> · Indústria e Comércio · Interior · Justiça e Poder Judiciário · Minas e Energia · Notícias do Exterior · Poder Executivo · Poder Legislativo · Política e Planejamento Econômico · Relações Exteriores · Saúde · Trabalho e Previdência Social · Transportes
TERMO A DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DESTA FILME FOI SUBMETIDA À PRÉVIA PREPARAÇÃO E ORGANIZADA SOB ORIENTAÇÃO DO DETENTOR DA MESMA, SENDO A MICROFILMAGEM REALIZADA COM OBSERVÂNCIA DAS NORMAS TÉCNICAS EXIGIDAS PARA A FIEL REPRODUÇÃO EM TODOS OS DETALHES. <i>Osny Duarte Pereira</i> _____ <i>Osny Duarte Pereira</i> _____ Osny Duarte Pereira Chefe de Laboratório de Microfilmagem	A DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DESTA FILME É CONTINUAÇÃO DA MICROFILMADA NO DE Nº _____ 55 _____

Fonte: Material enviado, via e-mail, pela Câmara dos Deputados.

Ainda que tenha construído, ao longo de sua vida, uma obra extensa, Osny Duarte Pereira não foi, até então, mobilizado pela historiografia. Por isso, no presente trabalho, a trajetória do jurista, suas redes de sociabilidade intelectual e suas obras aqui descritas servirão para iluminar o objetivo maior de compreender as nuances do projeto de nacional-desenvolvimentismo, mobilizado nas décadas de 1950 e 1960, principalmente aquelas relacionadas às questões florestais. Deste modo, nos dois capítulos seguintes serão abordadas, de forma detalhada, as noções de desenvolvimentismo e de conservação das florestas partilhadas por Osny Duarte Pereira.

Capítulo 2

Contra o “entreguismo” e o “imperialismo”: um projeto de desenvolvimento nacional

2.1. As publicações de Osny Duarte Pereira em meio à Guerra Fria

Conforme foi explicitado no primeiro capítulo da presente dissertação, as décadas de 1950 e 1960 apresentaram no mundo e, sobretudo no Brasil, discussões em torno de projetos de desenvolvimento. Segundo Ioris¹⁹⁸, a busca pelo desenvolvimento nacional brasileiro e pela superação da condição de país subdesenvolvido foi marcada por uma disputa de vozes e de poderes. Dessa forma, parte-se da premissa de que quando se fala em desenvolvimento ou em desenvolvimentismo, necessário é considerar que houve uma heterogeneidade nas concepções de desenvolvimento nacional e, mais do que isso, houve um embate entre elas.

Osny Duarte Pereira pode ser considerado como uma dessas vozes que ecoaram nos debates políticos e institucionais, acerca do desenvolvimento, nas décadas de 1950 e 1960. Neste segundo capítulo, busca-se compreender de quais formas as noções de imperialismo e entreguismo se articulavam na definição de um projeto nacional-desenvolvimentista compartilhado pelo autor. Para tal, serão analisadas as obras “A China de hoje”, “Estudos Nacionalistas” e o texto intitulado “O ISEB, o desenvolvimento e as reformas de base”¹⁹⁹.

Contudo, antes de iniciar as discussões pertinentes, é fundamental contextualizar o momento em que tais textos foram escritos e publicados. O recorte temporal da presente dissertação compreende o intervalo entre os anos de 1950 – quando da publicação da primeira obra de Osny Duarte Pereira, “Direito Florestal Brasileiro” – e 1965, ano em que foi promulgado o Código Florestal cuja comissão de elaboração foi presidida pelo jurista.

Tal período é, pois, caracterizado, no contexto internacional, pela Guerra Fria. Entendida como os quarenta e cinco anos transcorridos entre o fim da II Guerra Mundial, em 1945, e o fim da União Soviética, em 1991, a Guerra Fria não constituiu, segundo Hobsbawm²⁰⁰, um período homogêneo da história do mundo, dividindo-se em duas metades, tendo como cisma o início da década de 1970. Tratou-se, pois, como o próprio nome dado ao período sugere, num confronto sem batalhas diretas entre as duas superpotências mundiais: Estados Unidos (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Para Hobbes, a

¹⁹⁸ IORIS, 2017.

¹⁹⁹ PEREIRA, Osny Duarte. O ISEB. O desenvolvimento e as reformas de base. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 47, p. 23-41, mai./jun. 1963.

²⁰⁰ HOBBSAWM, Eric J. O fim dos impérios. In: HOBBSAWM, E. J. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 198-219.

guerra consistia “não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida”²⁰¹. Neste sentido, Hobsbawm afirma que a Guerra Fria foi uma destas fases em que “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade”²⁰².

Houve, sem dúvidas, a mobilização de uma “retórica apocalíptica de ambos os lados”. Contudo, não existia perigo iminente de guerra, uma vez que URSS e EUA aceitaram a divisão global em zonas de influência “que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência”²⁰³. Fora dos limites geográficos europeus, a questão se tornava um pouco mais complexa, uma vez que diante dos movimentos de independência na Ásia e na África, com os novos Estados ainda sem posturas claras, as regiões foram objeto de disputa, por apoio e influência, entre as duas superpotências.

Num contexto geral, até a década de 1970, uma convivência amistosa foi mantida por EUA e URSS. Hobsbawm questiona se teria ocorrido “verdadeiro perigo de guerra mundial em algum momento desse longo período de tensão”²⁰⁴. Para o autor, o intervalo entre 1947, com o anúncio da Doutrina Truman²⁰⁵, e 1951, teria sido o mais explosivo. Isso porque as chances de haver revoluções sociais nas partes europeias e asiáticas sob a influência norte-americana se tornaram mais possíveis. A China, por exemplo, foi comandada por comunistas a partir de 1949 e Mao Tse-Tung²⁰⁶, governante após a tomada de poder, era considerado como alguém que tendia a “aceitar a inevitabilidade de uma guerra nuclear e sua possível utilidade como um meio de provocar a derrota final do capitalismo”²⁰⁷, deixando perplexos até seus aliados de outros países.

²⁰¹ HOBBS, 1651 apud HOBSBAWM, 1995, p. 224.

²⁰² HOBSBAWM, 1995, p. 224.

²⁰³ *Ibidem*, p. 224.

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 226.

²⁰⁵ Doutrina Truman – A “Doutrina Truman” foi o nome dado a um conjunto de determinações políticas e econômicas estabelecido, em 1947, pelo então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman. No contexto de Guerra Fria e conseqüente bipolarização da política mundial entre capitalismo e socialismo, os EUA se colocaram no papel de proteger o Ocidente daquilo que entendiam como “perigo comunista”.

²⁰⁶ Mao Tse-Tung (1893-1976) foi um político comunista chinês. Na década de 1940, liderou a Revolução Chinesa, fundando, em 1949, a República Popular da China, país do qual foi o governante entre 1949 até a sua morte em 1976. Suas ideias, concepções e práticas são conhecidas como maoísmo. Para mais informações, ver: PYE, L, W. *Mao Tse-tung: the man in the leader*. New York: Basic Books, 1976.

²⁰⁷ WALKER, 1993 apud HOBSBAWM, 1995, p. 227.

Para além destes casos pontuais, URSS e EUA usaram o discurso da ameaça das armas nucleares “quase com certeza sem a intenção de cumpri-la”²⁰⁸. O comunismo era tido, pelo lado capitalista, como o grande inimigo das sociedades democráticas e cristãs. Os soviéticos, por sua vez, não enxergavam o capitalismo como sistema em crise e, justamente por reconhecer o poderio norte-americano, sua “postura básica após a guerra não era agressiva, mas defensiva”²⁰⁹. A iminência de uma guerra era, então, utilizada como recurso discursivo pelos dois lados: os EUA, conjecturando possíveis avanços soviéticos, consolidavam a ideia de que seriam necessárias posturas rígidas; a URSS se preocupava com a real hegemonia dos estadunidenses e, assim, buscava assegurar o seu espaço.

Se a tônica de uma guerra iminente foi mais retórica do que prática, as consequências políticas da Guerra Fria foram evidenciadas na polarização do mundo em duas zonas de poder. Na parte ocidental, “os comunistas desapareceram dos governos e foram sistematicamente marginalizados na política”²¹⁰. Na América Latina, por exemplo, ditaduras civil-militares foram legitimadas pelo discurso de que, caso os regimes políticos não fossem minimamente autoritários, não seriam capazes de conter os perigos do comunismo²¹¹.

Na década de 1950, de acordo com Silva²¹², a disputa entre EUA e URSS pelo controle de regiões permanecia, mas começando a adquirir nuances do que ficou conhecido como “coexistência pacífica”. A ascensão de Nikita Krushev, em 1953, após a morte de Joseph Stalin, promoveu um processo de liberalização interna e

[...] Krushev procurou deslocar o conflito entre as superpotências do plano puramente militar para as áreas econômica e tecnológica. [...] Mas a ideia de uma “coexistência pacífica” se originou também do reconhecimento, por ambas as superpotências, de que o conflito aparentemente irreconciliável que as separava dificilmente poderia ser resolvido apenas pela via militar, tendo em vista o potencial letal, para toda a humanidade, do arsenal nuclear detido por ambas²¹³.

Outra alteração que colaborou para a política de coexistência pacífica foi o processo de descolonização dos países africanos e asiáticos. Devido a isso, surgiu uma nova categoria de

²⁰⁸ HOBBSAWM, 1995, p. 228.

²⁰⁹ *Ibidem*, p. 230.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 239.

²¹¹ Para mais informações sobre as relações entre Guerra Fria e ditaduras latino-americanas, sobretudo a Ditadura Militar no Brasil, ver: FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV. 2014. 148p.; FICO, Carlos. *O grande irmão*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008. 336p.; REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar. 2000. 88p.

²¹² SILVA, Alexandre de Mello e. *A política externa no cenário da Guerra Fria*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/CenarioGuerraFria>. Acesso em: 12 dez. 2018.

²¹³ SILVA. *A política externa no cenário da Guerra Fria*.

nações, chamada de “Terceiro Mundo”, designando um grupo distinto de países em desenvolvimento, composto em sua maioria por ex-colônias que

[...] por sua evolução histórica e patamar de desenvolvimento econômico, social e político específico se sentia distante tanto dos países capitalistas desenvolvidos – o "Primeiro Mundo" –, quanto dos países socialistas – o "Segundo Mundo"²¹⁴.

Entre 18 e 24 de abril de 1955, ocorreu, em Bandung, na Indonésia, uma reunião de 29 países africanos e asiáticos, ou seja, entre os países de “Terceiro Mundo”, como uma forma de pensar o futuro deste novo grupo que emergia em oposição ao neocolonialismo exercido tanto pelos Estados Unidos, quanto pela União Soviética. Embora tenha havido discussões para avaliar se as ações soviéticas em países do Leste Europeu, por exemplo, eram, de fato, imperialistas como as políticas norte-americanas.

A Conferência de Bandung levou à proposição do que ficou conhecido como “política de não-alinhamento”, na qual os países de Terceiro Mundo se manteriam distantes tanto das políticas estadunidenses, quanto das políticas soviéticas. Além disso, discutiam-se projetos de desenvolvimento para estas nações que tentavam se libertar das influências de um mundo bipolarizado. Os países latino-americanos, como o Brasil, não fizeram parte desta reunião na Indonésia. Apesar disso, ainda que

[...] não existisse nenhuma interação formal entre aqueles que lideravam os compromissos políticos multilaterais firmados entre países da África e da Ásia e os intelectuais do ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros], os argumentos apresentados pelos defensores brasileiros de industrialização acelerada estavam muito alinhados às discussões e aos projetos promovidos por líderes de diversos Estados asiáticos e africanos recém-independentes [que compunham o Movimento dos Países Não-Alinhados]²¹⁵.

O Brasil, em meio a tais acontecimentos, apresentou posturas importantes. Em 1953, houve o fim da CMBEU (Comissão Mista Brasil-Estados Unidos)²¹⁶. Juscelino Kubistchek, assumindo a presidência em 1956, percebeu a necessidade de inovar no âmbito da política externa brasileira em relação aos EUA, buscando conquistar investimentos norte-americanos para o Brasil.

²¹⁴ SILVA. *A política externa no cenário da Guerra Fria*.

²¹⁵ IORIS, 2017.

²¹⁶ A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico foi a união de técnicos brasileiros e norte-americanos, resultante das negociações entre os países durante o governo de Eurico Gaspar Dutra. O objetivo desta Comissão era o financiamento, por parte dos EUA, de empreendimentos no setor de infraestrutura da economia brasileira. A CMBEU atuou oficialmente entre 19 de julho de 1951 e 31 de julho de 1953. Ver mais em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/ElvVoltou/ComissaoMista..> Acesso em: 23 mar. 2019.

Em meados de 1958, JK “encontrou um terreno potencialmente acolhedor para encetar uma nova abordagem diplomática bilateral e regional”²¹⁷. Isso porque, neste período, o então vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, realizou uma série de visitas a países latino-americanos, sendo a maior parte delas desastrosas devido a críticas e protestos feitos pelas populações das nações visitadas. Então, JK enviou uma carta de apoio aos EUA, falando da necessidade de aplicação dos ideais “pan-americanos de cooperação”. Juscelino Kubistchek estava, com isso, propondo o projeto da Operação Pan-Americana (OPA) que, segundo o próprio presidente brasileiro, seria “um apelo contra a desigualdade de condições econômicas em nosso continente”²¹⁸, sendo não um pedido de favor, mas sim uma cooperação.

Apesar de Juscelino Kubitschek ter conseguido implementar a Operação Pan-Americana, com apoio de Dwight D. Eisenhower, as ações dos Estados Unidos não eram tão intensas quanto haviam prometido, ficando, assim, aquém das expectativas do governo brasileiro. Além disso, englobavam ações para América Latina, África e Ásia, fazendo com que não percebessem as distintas reivindicações de cada nação. Ainda assim, Ioris aponta que JK foi responsável pela introdução do “conceito de cooperação regional afirmativa em favor da promoção do desenvolvimento”²¹⁹. Tal tratado representava “as inovadoras e ambiciosas iniciativas diplomáticas brasileiras, embora ainda politicamente conservadoras, dos últimos anos da década desenvolvimentista”²²⁰. Tratava-se, portanto, de uma política externa com mais autonomia, visando a ampliação das políticas em prol do desenvolvimento.

2.2. “A China de hoje” e “Estudos Nacionalistas”: repercussões das obras de Osny Duarte Pereira no Brasil

A partir da análise da obra “A China de Hoje”, observa-se que o primeiro volume, por se tratar de uma descrição da viagem, tem capítulos divididos de acordo com as cidades visitadas (De Bruxelas a Beijing, Rodando pela Manchúria, De Tianjin a Hankow, Guanazhou, Shanghai, Nanjung, capital do Sul e Beijing, capital do Norte²²¹) e dois outros capítulos (Erosão,

²¹⁷ IORIS, 2017, p. 118.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 123.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 126.

²²⁰ *Ibidem*, p. 131.

²²¹ No texto original, consta da seguinte forma: “De Bruxelas a Pequim, Rodando pela Manchúria, De Tien-Tsin a Hankow, Cantão, Xangai, Nanquim, capital do Sul e Pequim, capital do Norte”. Optou-se por modificar, pois, na atualidade, diversos nomes de cidades chinesas foram alterados num esforço de descolonização. Dessa forma, as nomenclaturas atuais são aquelas reconhecidas pelos próprios chineses e não aquelas que haviam sido dadas pelos colonizadores.

inundações, trabalhos hidráulicos e reflorestamento na China e Propriedade privada e os industriais na China de hoje). O segundo volume, por sua vez, apresenta os seguintes capítulos: Representação dos partidos políticos no Parlamento chinês; Administração da justiça, tribunais e prisões; Aspectos da instrução pública moderna e do teatro clássico chinês; A reforma agrária, o sistema cooperativo e a distribuição de produtos alimentícios; Breve exame do desenvolvimento industrial da China de hoje; A liberdade de religião e Relações exteriores da China – Culturais, econômicas e diplomáticas.

Uma obra anterior de Duarte Pereira, intitulada “Juizes brasileiros atrás da Cortina de Ferro”, também resultado de uma viagem do jurista – neste caso para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) –, havia passado por uma tentativa de censura. As suas publicações seguintes – “Nós e a China” e “A China de Hoje”, por retratarem a China sob o regime comunista, poderiam ser vistas como subversivas por agentes do governo brasileiro. Para que pudessem ser publicadas sem maiores problemas, Duarte Pereira solicitou que dois importantes nomes do cenário político brasileiro prefaciassem suas produções. Sendo assim, o livro “Nós e a China” foi prefaciado por Lourival Fontes, então Chefe da Casa Civil do governo de Getúlio Vargas; já o livro “A China de Hoje” foi prefaciado por Oswaldo Aranha que, durante o governo JK, atuou como representante brasileiro nas reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU) num momento em que o mundo vivenciava os efeitos da Guerra Fria²²².

O próprio Osny Duarte relata, em entrevista²²³, que o livro “A China de hoje” teve impacto significativo, sendo consideravelmente lido pelos brasileiros. Para que as informações não ficassem apenas nos termos da automemorialização ou autocomemoração do autor, tornou-se fundamental avaliar se, de fato, o livro repercutiu e, em caso positivo, como se deu tal repercussão. Para tal, foi realizada uma busca, no acervo de periódicos d’O Globo, jornal que circulava no país desde a sua fundação em 1925. No acervo, foram encontradas representativas menções à figura e aos trabalhos de Osny Duarte Pereira enquanto jurista, desembargador e escritor.

O livro “A China de hoje”, em seus dois volumes, aparece por diversas vezes na seção “Porta de Livraria” presente nas publicações do Caderno Geral, edição Matutina, do jornal O Globo. Nesta ala, além de resenhas e indicações de obras, havia um espaço destinado aos “best-

²²² PEREIRA, O. D. Osny Duarte Pereira: Magistrado, intelectual e cidadão. 1996. Entrevista [informação verbal].

²²³ Idem.

sellers” da quinzena, apresentando os cinco livros nacionais e os cinco livros internacionais mais vendidos, além de indicar outros livros entre os mais procurados no período. Na própria seção, consta uma explicação dos critérios para definição dos livros mais lidos: “Resultado de uma pesquisa de âmbito nacional, feita quinzenalmente, com exclusividade para O GLOBO, através de consultas diretas a livrarias do Rio, São Paulo e de mais 13 capitais de Estados” (Imagens 5 e 6).

Imagem 5 – “Os best-sellers da quinzena” do jornal O Globo

24, março		17, abril		esta quinzena	Resultado de uma pesquisa de âmbito nacional, feita quinzenalmente, com exclusividade para O GLOBO, através de consultas diretas a livrarias do Rio, de São Paulo e de mais 13 capitais de Estados.	quinzenas na lista
Nacionais						
	1	1	1	"Vila dos Confins", de Mário Palmério	9	
			2	"A China de Hoje", de Osni Duarte Pereira	1	
1			3	"Urupês", de Monteiro Lobato	2	
	2		4	"Um Sertanejo e o Sertão", de Ulisses Lima	4	
			5	"Vento Nordeste", de Perminio Astora	1	
Estrangeiros						
1	1	1	1	"O Americano Tranquillo", de Graham Greene	5	
			2	"Bom Dia, Tristeza", de Françoise Sagan	1	
3			3	"Guerra e Paz", de Tolstol	2	
2	2		4	"Discos-Voadoras", de Desmond e Adamski	4	
4			5	"Amar e Morder", de Erich M. Remarque	2	

Fonte: Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 17 de abril de 1957, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.9.

Imagem 6 – Os livros nacionais mais procurados nas livrarias

NACIONAIS: — "São Paulo Naquele Tempo", de Jorge Américo; "Vento Nordeste", de Perminio Astora; "China de Hoje", de Osni Duarte; "China Sem Muralhas", de Jurema Finamour; "Capítulos de Memórias", de Daniel de Carvalho; "Cata-Vento" de Vivaldo Coaraci; "Vila Rica", de Sílvio Vasconcelos; "Um Burro e Sua Sombra", do Padre Orlando Vilela; "Bodas da Solidão", de Emi Bulhões Carvalho da Fonseca; "O Tempo e o Vento", de Érico Veríssimo; "Grande Sertão: Veredas", de J. Guimarães Rosa; "Páginas Vadias", de Léo Vaz; "Direito e Avesso", de Henrique Pongetti; "Barro do Município", de Ribeiro Couto; "História Sincera da República", de Leôncio Basbaum; "Contos e Novelas", selecionados por Graciliano Ramos; "Idéias e Imagens de Machado de Assis", de R. Magalhães Júnior.

Fonte: Acervo Digital do jornal "O Globo". Edição Matutina, 17 de abril de 1957, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.10.

Entre os meses de abril e junho de 1957, o livro "A China de hoje" esteve presente em todas as colunas dos "best-sellers" das quinzenas. Em 17 de abril de 1957, aparecia entre os mais lidos, ao lado de obras como "O tempo e o vento", de Érico Veríssimo e "Grande Sertão: Veredas", de João Guimarães Rosa (Imagem 5). Na edição de 29 de abril de 1957, o jornal O Globo apresentava um breve comentário sobre a obra, na qual se pode ler:

O LEITOR comum tem sempre uma grande atração pelos livros de viagens. Gosta de conhecer, desse modo, terras estranhas e costumes diferentes dos seus. O país que, ultimamente, mais tem se colocado em livros no Brasil é a China. E a reação do leitor tem sido favorável a esses livros (por coincidência, o mais festejado participante do programa "O céu é o limite", no momento, é o menino que responde sobre a China). Osni [sic] Duarte Pereira, já nos dera, em fins de 1956, o livro "Nós e a China". Volta agora ao assunto, com "A China de hoje", que apresenta prefácio de Osvaldo Aranha. Diz, entre outras coisas, o prefaciador: "O seu livro não irá envenenar ou confundir os sentimentos democráticos e populares e menos transviá-los para as veredas ditatoriais de regimes políticos avessos aos sentimentos cristãos. É um livro sincero, corajoso, digno de sua cultura e de suas convicções e que procura apresentar a experiência chinesa como uma metamorfose a ser observada, estudada e compreendida pelos brasileiros"²²⁴.

Deste comentário é fundamental extrair dois elementos: em primeiro lugar, percebe-se que o leitor brasileiro da década de 1950 se interessava por livros que descrevessem outras partes do mundo e que a obra de Osny Duarte Pereira já se destacava entre as mais lidas. Em segundo lugar, pode-se perceber que O Globo cita um trecho do prefácio de Osvaldo Aranha, demonstrando a importância da opinião deste político brasileiro para dar credibilidade a uma obra que falava sobre a China comunista num momento de acirradas disputas ideológicas que

²²⁴ Acervo Digital jornal "O Globo". Edição Matutina, 29 de abril de 1957, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.14.

foi a Guerra Fria. O livro de Duarte Pereira, por retratar uma ida à China comunista poderia sofrer censuras e ter sua publicação e circulação impedidas.

Nas edições de 03 e 17 maio de 1957, “A China de Hoje” apareceu entre os best-sellers nacionais da quinzena, ocupando a segunda e a quarta posição, respectivamente. Nas publicações de 31 de maio e 14 de junho do mesmo ano, a obra aparecia novamente entre os livros nacionais mais procurados nas livrarias brasileiras, ao lado de autores conceituados como Érico Veríssimo e Jorge Amado (Imagens 7 e 8).

Imagem 7 – “A China de hoje” entre os livros mais procurados nas livrarias

Além dos cinco primeiros colocados, classificaram-se os seguintes:

NACIONAIS: “Flauta de Papel”, de Manuel Bandeira; “Tralção e Vitória”, de Lourival Coutinho e Joel Silveira; “O Brasil e a Era Atômica”, de Olímpio Guilherme; “A China de Hoje”, de Osni Duarte; “China Sem Muralhas”, de Jurema Finamour; “Que Sabe Você Sobre Petróleo?”, de Gondim da Fonseca; “Bodas da Solidão”, de Emi Buihães Carvalho da Fonseca; “Marcoré”, de Antônio Olavo Pereira; “Coleção Coelho Neto”; “A Terra Vai Ficando ao Longe”, de Lázinha Luis Carlos; “Dez Anos”, de Gustavo Corção; “Memórias Sem Malícia de Guedes do Rodovalho”, de Gilberto de Alencar; “O Burro e Sua Sombra”, de Padre Orlando Villela; “Contos Gauchescos e Lendas do Sul”, de Simões Lopes Neto; “Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no Século Dezanove”, de Afos Damasceno; “Direito e Avesso”, de Henrique Pongetti; “Subterrâneo da Liberdade”, de Jorge Amado; “Memórias Sobre Getúlio”, de Quelrós Júnior; “A Mãe dona de Cedro”, de Antônio Calado; “São Paulo Naquele Tempo” de Jorge Americano; “O Tempo e o Vento”, de Érico Veríssimo; “A Lua Vem da Ásia”, de Campos de Carvalho.

ESTRANGEIROS: “O Americano Tranquilo”, de Graham Greene; “A Idade da Razão”, de Jean-Paul Sartre; “Os Discos Voadores”, de Desmond e Adamski; “Hoje e Sempre”, de Pearl S. Buck; “A Fugitiva” e “Tempo Redescoberto”, de Marcel Proust; “As Artes”, de Van Loon; “Doce Quinta-feira”, de John Steinbeck; “A Montanha dos Sete Patamares”, de Fulton Sheen; “Meditações de Marco Aurélio”; “Gigante”, de Edna Ferber; “Bom-Dia, Tristeza”, de Françoise Sagan; “Memórias de um Trapaceiro”, de Sacha Guitry; “O Muro”, de Jean-Paul Sartre; “Os Problemas da Vida”, de Fulton Sheen; “Rosas de Setembro”, de André Maurois; “O Solar de Meravay”, de Norah Lefts; “O Velho e o Mar”, de Ernest Hemingway; “História da Filosofia Ocidental”, de Bertrand Russell; “O Egípcio” de Mika Waltari; “Uma Comunidade Amazônica”, de Charles Wagley; “O Cardenal”, de Henry Norton Robinson.

Fonte: Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 31 de maio de 1957, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.5.

Imagem 8 – “A China de hoje” entre os livros mais procurados nas livrarias

Além dos cinco primeiros colocados, classificaram-se ainda os seguintes livros:

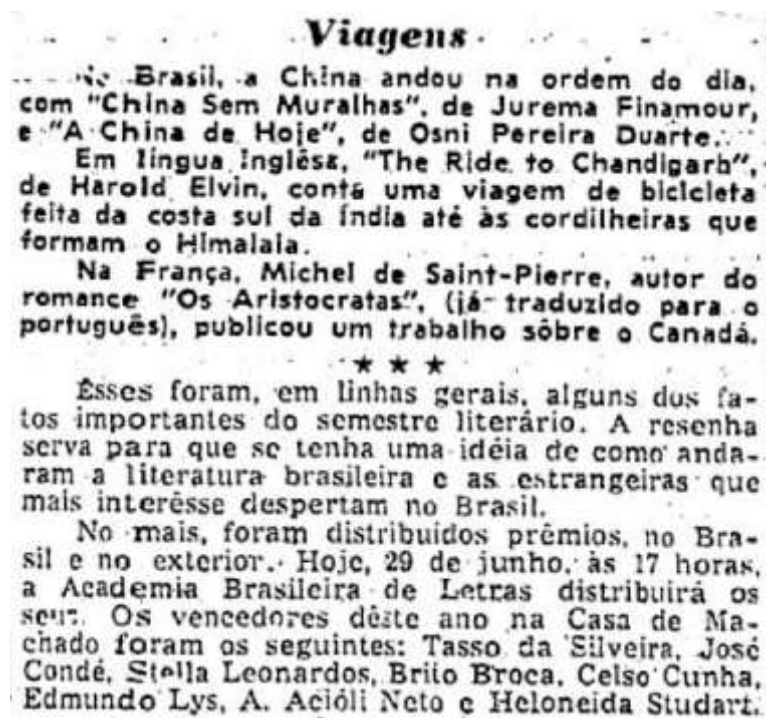
NACIONAIS: — “Páginas Vazias”, de Léo Vaz; “A China de Hoje”, de Osni Pereira Duarte; “Urupês”, de Monteiro Lobato; “Flauta de Papel”, de Manuel Bandeira; “Contos e Novelas”, seleção de Graciliano Ramos; “Bodas da Solidão”, de Emi Bulhões Carvalho da Fonseca; “Memórias Sem Malícia de Gudesteu Rodovalho”, de Gilberto de Alencar; “A Madona de Cedro”, de Antônio Calado; “Catavento”, de Vivaldo Coaraci; “Memórias sobre Getúlio”, de Queirós Júnior; “História Sincera da República”, de Leôncio Basbaum; “São Paulo Naqueles Tempos”, de Jorge Americano; “Idéias e Imagens de Machado de Assis”, de R. Magalhães Júnior; “Seara Vermelha”, de Jorge Amado; “Sobrados e Mocambos”, de Gilberto Freire; “Marcoré”, de Antônio Olavo Pereira; “O Tempo e o Vento”, de Érico Veríssimo; “Bandeirantes e Pioneiros”, de Viana Moog; “A Lua Vem da Ásia”, de Campos de Carvalho; “Direito e Avesso”, de Henrique Pongetti.

☆ ☆ ☆

Fonte: Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 14 de junho de 1957, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.3.

Na publicação de 29 de junho de 1957, a seção “Porta de Livraria” apresentou um “Balanço do Semestre” das produções textuais. O livro “A China de Hoje” aparece no espaço destinado aos relatos de viagens: No Brasil, a China andou na ordem do dia, com “China sem Muralhas”, de Jurema Finamour e “A China de Hoje”, de Osny Duarte Pereira (Imagem 9). As frequentes referências à obra indicam que, de fato, o livro teve repercussão positiva no Brasil, sendo significativamente procurado e recomendado pelos leitores brasileiros.

Imagem 9 – “A China de hoje” entre os livros comentados no “Balanço do Semestre”



Fonte: Acervo Digital do jornal "O Globo". Edição Matutina, 29 de junho de 1957, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.11.

Com a obra "Estudos Nacionalistas" não foi diferente. Publicada pela Editora Fulgor em dois volumes, o primeiro deles em 1960 e o segundo em 1962, o livro também foi destaque nas páginas do jornal O Globo. O primeiro deles²²⁵, com o subtítulo "Considerações à margem do Brasil contemporâneo", trata da política e economia internas, dos capitais estrangeiros e das liberdades democráticas no Brasil. No segundo volume²²⁶, com subtítulo "As cadeias do imperialismo no Brasil", o autor se propõe a discutir a questão do petróleo, a política exterior brasileira, os papéis do clero e aquilo que chama de "problemas nacionais". Os textos que compõem tal obra foram resultado da junção de conferências nacionais e internacionais proferidas por Osny Duarte Pereira e, sobretudo, de artigos publicados, entre 1957 e 1960, no jornal carioca "O Semanário".

Entre fins do mês de agosto de 1960 e início do mês de março de 1961, o primeiro volume esteve presente em todas as edições da seção "Best-sellers da quinzena". Na edição de 31 de agosto de 1960, por exemplo, "Estudos Nacionalistas" aparecia ao lado de "Terras do

²²⁵ PEREIRA. *Estudos Nacionalistas: considerações à margem do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fulgor, 1960. 319p.

²²⁶ PEREIRA. *Estudos Nacionalistas: as cadeias do imperialismo no Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1962. 290p.

Sem Fim” e “Mar Morto” de Jorge Amado e de “O Ataque”, de Érico Veríssimo (Imagem 10). Em 03 de novembro de 1960, aparecia novamente ao lado de Jorge Amado e também de Clarice Lispector com sua obra “Laços de Família”.

Imagem 10 – “Estudos Nacionalistas” entre os livros mais procurados nas livrarias

ALÉM dos cinco primeiros, classificaram-se os seguintes:

NACIONAIS — “A Criança, o Lar e a Escola”, de Pierre Weil; “Encontro no Aeroporto”, de Henrique Pongetti; “Belém do Grão Pará”, de Daleídio Jurandir; “Café na Cama”, de Marcos Rebel; “Laços de Família”, de Clarice Lispector; “Roteiro Turístico por esse Mundo Afora”, de Castro Carvalho; “Crimes Que Abalaram o Mundo”, de Jacó Pentecado; “Camundongos na Consciência”, de Henrique Matencci; “Letargia sem Mistificação e sem Mistério”, de Arquimedes Delgado; “Estudo Nacionalista”, de Osni Duarte Pereira; “Fisiologia da Alma”, de Ramatis; “A Libertação Pelo Ioga”, de Caio Miranda; “Para Onde Vai o Brasil?”, de Salgado Freire; “Sal da Terra”, de Fernando de Castro; “Terras do Sem Fim”, de Jorge Amado; “Bruxo Espanhol”, de Cassandra Rios; “O Ataque”, de Érico Veríssimo; “Madrugada sem Deus”, de Ernâni Donato; “JK, Uma Revisão na Política Brasileira”, de Francisco de Assis Barbosa; “Rui, o Estadista da República”, de João Mangabeira; “Hipnotismo — Seus Aspectos Médico-Legais, Morais e Religiosos”, de David Akstein; “Radiografia do Brasil”, de Anápio Gomes; “Mar Morto”, de Jorge Amado; “Olhai os Lírios do Campo”, de Érico Veríssimo; “Capitais Estrangeiros no Brasil”, de Aristóteles Moura; “Tempo de Amor”, de Homero Homem; “Machado de Assis”, de Agripino Grieco; “Major Calabar”, de João Felício dos Santos; “Eles Herdarão a Terra”, de Diná Silveira de Queirós; “Mirante dos Afliços”, de Dias da Costa; “A Bola de Luz”, de Cid Franco.

Fonte: Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 31 de agosto de 1960, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.11.

No ano de 1962, com a publicação do segundo volume – e continuação do primeiro – o livro “Estudos Nacionalistas” esteve presente em três anúncios de venda da Livraria Conquista, localizada no Rio de Janeiro. No primeiro deles, de 03 de julho de 1962, a propaganda é feita com um breve comentário acerca do trabalho, no qual é possível identificar considerações elogiosas e carregadas de posicionamentos ideológicos, tais como “deve ser lida e relida por todos os patriotas autênticos” e “é uma verdadeira enciclopédia política” (Imagem 11). No

anúncio de 04 de julho de 1962, a propaganda destaca a suposta capacidade do livro em “rapidamente desmascarar os inimigos do Brasil”, fazendo referência ao que o autor chama de inimigos, sobretudo o imperialismo (Imagem 12). Já a publicação de 07 de julho de 1962 considera a obra “Estudos Nacionalistas” como um meio para se compreender “todos os mistérios da política nacional brasileira” (Imagem 13).

Imagem 11 – Anúncio da obra “Estudos Nacionalistas” na Livraria Conquista

ESTUDOS NACIONALISTAS

Do Desembargador Osny Duarte Pereira

Nesta hora difícil que o Brasil atravessa, em que os destinos do País são perigosamente equacionados, esta obra, pelos esclarecimentos que contém, deve ser lida e relida por todos os patriotas autênticos — aqueles que não têm medo de abrir os olhos na hora do perigo — o fim de não serem envolvidos na teia diabólica dos falsificadores da opinião pública.

Exploração colonial do Brasil, capitais estrangeiros, comércio e política exterior, eletricidade e petróleo, Fundo Monetário Internacional, indústria automobilística, liberdades democráticas, reforma agrária, reforma cambial, distribuição da renda nacional, nacionalismo econômico, segurança nacional, trustes na América Latina, são apenas alguns dos palpitantes temas debatidos nesta obra fundamental, que é uma verdadeira enciclopédia política.

Dois volumes em segunda edição com mais de 600 páginas, papel de 1.^a, 56 páginas de ilustrações fotográficas fora do texto, pelo preço de um só volume Cr\$ 500,00.

Nos livrarias ou pelo Reembolso Postal

CONQUISTA

Av. 28 de Setembro, 174 -- Rio de Janeiro

Fonte: Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 03 de julho de 1962, Caderno Geral, p.12.

Imagem 12 – Anúncio da obra “Estudos Nacionalistas” na Livraria Conquista

Não discuta sem base

Prepare-se rapidamente para desmascarar os inimigos do Brasil lendo ESTUDOS NACIONALISTAS, do Des. Osny Duarte Pereira, segunda edição, mais de 600 págs., Cr\$ 500,00. Nas livrarias ou Reemb. Postal. Conquista — Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro.

Fonte: Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 04 de julho de 1962, Caderno Geral, p.9.

Imagem 13 – Anúncio da obra “Estudos Nacionalistas” na Livraria Conquista

**NÃO FECHÉ OS OLHOS
NA HORA DO PERIGO**

Leia o livro do Des. Osny Duarte Pereira — ESTUDOS NACIONALISTAS — e todos os mistérios da política nacional brasileira ser-lhe-ão desvendados. 2 vols., segunda edição, 600 págs., Cr\$ 500,00. Nas livrs. ou Reemb. Postal. Conquista, Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro.

Fonte: Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 07 de julho de 1962, Caderno Geral, p.9.

É possível perceber, portanto, que, logo no começo da década de 1960, o Brasil se encontrava num momento de tensões políticas e que a obra de Osny Duarte Pereira era apresentada como uma alternativa para o leitor brasileiro compreender melhor aquilo que se passava no país. Mais do que isso, “Estudos Nacionalistas” era propagandeada como um texto capaz de trazer à tona os verdadeiros inimigos do desenvolvimento nacional que colocavam o Brasil em perigo.

2.3. Os inimigos do verdadeiro desenvolvimento: imperialismo, entreguismo e latifúndio

No início do ano de 1963, Osny Duarte Pereira, enquanto professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), recebia, numa aula inaugural, os novos estagiários que ingressavam na instituição. Para tal ocasião, Duarte Pereira produziu um texto de boas-vindas que, posteriormente, foi publicado na Revista Brasiliense sob o título de “O ISEB, o desenvolvimento e as reformas de base”. Nesta produção de Osny Duarte Pereira, apesar de não muito extensa, ficam evidentes algumas das principais posições do jurista em relação a assuntos caros à política e à economia brasileiras da década de 1960.

Num primeiro momento, o autor apresentava algumas informações acerca da própria história e configuração organizacional do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), demonstrando como a instituição era diversa e resultado das contradições que se desenhavam na sociedade brasileira do período. Por se tratar de uma recepção aos novos estagiários, Duarte Pereira apresenta os métodos de estudo e ensino, bem como uma breve descrição das principais disciplinas que compunham o currículo do ISEB. Tece, também, algumas considerações sobre as políticas públicas tidas como “desenvolvimentistas” e que foram implementadas no país.

Num segundo momento, Osny Duarte Pereira buscava mostrar

[...] os efeitos da ação do imperialismo e do latifúndio em nosso País, inimigos fundamentais de nosso desenvolvimento e que o ‘desenvolvimento’ não se dispôs nunca a atacar e nem sequer admitir referência nem nos propósitos de ação e nem nas ‘metas’ dos programas administrativos²²⁷.

Ora, observa-se que Duarte Pereira nomeia dois daquilo que entende como inimigos do desenvolvimento nacional: o imperialismo e o latifúndio; ou seja, as relações estabelecidas entre o Brasil e nações estrangeiras – sobretudo Estados Unidos – e as questões ligadas à concentração de terras.

Mais do que isso, o autor estabelece um “nosso desenvolvimento”, que corresponderia à noção de desenvolvimento compartilhada, obviamente, pelo próprio Duarte Pereira e por outros brasileiros tidos, por ele, como os verdadeiros patriotas e nacionalistas. Em contraposição, Osny Duarte Pereira aponta outra noção de desenvolvimento que, conforme evidenciado pelo uso das aspas, não é reconhecido como política genuinamente desenvolvimentista pelo autor.

²²⁷ PEREIRA, 1963, p. 29.

Por se tratar de um texto publicado em 1963, e diante do teor crítico utilizado por Duarte Pereira ao falar sobre a gestão de Juscelino Kubistchek, entende-se que, para o jurista, apesar de terem sido propagandeadas como desenvolvimentistas, as medidas do governo JK não o eram justamente pela interferência de posturas imperialistas – ou entreguistas – e pela valorização do latifúndio expressas nas ações e nas metas dos programas administrativos.

A partir de então, Duarte Pereira elenca e explica cada um desses “efeitos da ação do imperialismo e do latifúndio” por meio dos seguintes tópicos: Rentabilidade e concentração de capital; Utilização de crédito estatal pelas empresas estrangeiras; Medidas patrióticas contra abusos; outros privilégios injustos; Inflação não afeta empresas estrangeiras; A publicidade comprada; Concentração da propriedade da terra; Aspectos da classe operária urbana; Índice de Mortalidade; O Plano Trienal; As Reformas de Base.

A tese defendida por Ioris é a de que “não havia uma definição consensual de desenvolvimento nacional no Brasil durante a chamada República Populista (1945-1964)”²²⁸ e que “a falta de vontade por parte do governo federal de incorporar efetivamente a diversidade de visões de desenvolvimento nas muitas políticas ambiciosas que perseguia, bem como as míopes concepções de desenvolvimento que defendia”²²⁹ levou a um colapso no regime político democrático, culminando no período de governos militares (1964-1985).

Para corroborar tal tese, Ioris analisa como o desenvolvimento foi interpretado e reconceituado por setores sociais específicos: a tecnocracia estatal, intelectuais do bloco nacionalista, distintas elites empresariais e importantes segmentos da força de trabalho organizada. Dentre estas concepções, a encabeçada pelos tecnocratas foi, de acordo com Ioris, a “vencedora”²³⁰.

Cabe, aqui, uma breve consideração acerca das conclusões expressas por Ioris. É possível, e bastante pertinente, concordar com o autor no que tange à existência de um pluralismo de ideias de desenvolvimento, bem como às disputas entre elas. No entanto, ao apontar que uma destas concepções foi “vencedora”, o autor assume um risco problemático. Com esta afirmação, torna-se possível interpretar que, por haver uma visão que se sobressai, as

²²⁸ IORIS, 2017, p. 31.

²²⁹ *Ibidem*, p. 32.

²³⁰ *Ibidem*.

demais teriam sido “vencidas”, ou seja, “apagadas”, quando o mais adequado seria dizer em “predominância” de uma pauta desenvolvimentista em meio a outras.

Assim, a explicação comportaria melhor a complexidade social: ainda que as políticas desenvolvimentistas pensadas pela tecnoburocracia estatal vigorassem, sem dúvida alguma elas incorporaram as discussões propostas pelos outros grupos. Caso contrário, não se teria alcançado a mínima coesão social necessária para a implementação do modelo de desenvolvimento em questão.

Pode-se inferir que o jurista e então professor do ISEB, Osny Duarte Pereira, ao considerar que as políticas implementadas até o momento em que escrevia não eram verdadeiramente desenvolvimentistas, por não priorizarem a valorização das riquezas nacionais brasileiras, está, portanto, tecendo críticas à concepção de desenvolvimento “vencedora” na disputa de vozes e poderes, ou seja, aquela expressa pela tecnocracia estatal. Pode-se considerar também que a concepção compartilhada por Duarte Pereira corresponde àquela expressa pelo grupo que Ioris chama de “intelectuais do bloco nacionalista”.

Não é mera coincidência que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, em sua fase após 1959, é apresentado por Ioris como um grupo que se autodenominava “verdadeiros nacionalistas”²³¹, sendo aqueles que se mantiveram defensores da não participação do capital estrangeiro, repudiando-o veementemente e identificando-o como manifestação do imperialismo econômico.

Retomando a análise das colocações de Duarte Pereira, observa-se que o autor, logo no começo da aula inaugural ministrada aos novos estagiários do ISEB, fez uma apologia ao Instituto, considerando seus membros – incluindo os novos integrantes – como aqueles que seriam responsáveis por libertar a pátria brasileira do controle das políticas imperialistas. Dirigindo-se aos alunos, afirmava:

Vossa vinda para o ISEB significa, acima de tudo, uma afirmativa de posição diante do Brasil. *Significa que estais entre aqueles que estimam o ISEB. Significa que reconheceis a caducidade e a injustiça de velhas estruturas e desejais colaborar com aqueles que estudam a planificação de novas fórmulas institucionais, capazes de acompanhar o desenvolvimento técnico e científico da Humanidade, no sentido de proporcionar melhores condições de vida ao povo brasileiro. Sois adeptos do progresso, do aperfeiçoamento, da mudança, da transformação. Quereis colocar-vos na vanguarda dos pensadores e integrar o aguerrido exército de liberadores de nossa Pátria*²³².

²³¹ IORIS, 2017, p. 197.

²³² PEREIRA, 1963, p. 24. Grifo nosso.

Ao falar do contexto de criação do ISEB, em 1955, Osny Duarte Pereira tece uma crítica às posturas de Café Filho e Juscelino Kubistchek que, segundo o jurista, adotavam medidas conciliatórias entre o capital estrangeiro e a classe operária. Para o autor, a burguesia nacional comprimida

[...] entre a extorsão imperialista e as reivindicações proletárias proporcionadas como efeito do incremento da industrialização do país, a burguesia, caracterizada pelo capital burocrático dos grandes bancos e da plutocracia cafeeira, voltada para os parques industriais em formação no país, *sentia necessidade de uma ideologia que exprimisse suas próprias aspirações*. Nem o imperialismo, nem a socialização, eis os trilhos dentro dos quais pretendia correr livremente a burguesia brasileira. Nada com a competição imperialista em termos de esmagamento do capitalista nacional, e nada com a classe operária que deveria ser contida fora do poder ²³³.

O termo “ideologia” aparece, no trecho acima, para designar as formas de pensamento e práticas de um grupo específico, a burguesia nacional, composta pelos proprietários de terras e banqueiros que se voltaram para o projeto de industrialização do país. Em outros momentos, conforme será abordado na sequência, Duarte Pereira volta a utilizar o conceito de ideologia e, por isso, torna-se necessária uma breve reflexão acerca deste conceito.

A palavra “ideologia” vem sendo utilizada desde o século XIX. Contudo, como aponta Guareschi²³⁴, a ideia expressa pelo termo já era discutida nas teses de Francis Bacon, nos séculos XVI e XVII. Segundo o autor, é possível conceituar “ideologia” a partir de dois eixos: o primeiro, considerando ideologia como algo positivo/neutro ou negativo. A ideologia no sentido positivo ou neutro pode ser entendida

[...] como sendo uma cosmovisão, isto é, um conjunto de valores, ideias, ideais, filosofias de uma pessoa ou grupo. Nesse sentido, todas as pessoas, ou grupos sociais, possuem sua ideologia, pois é impossível alguém não ter suas ideias, ideais ou valores próprios²³⁵.

Já no sentido negativo ou crítico, a ideologia seria caracterizada por “ideias distorcidas, enganadoras, mistificadoras”²³⁶, apresentando-se como algo abstrato ou impraticável e “expressado interesses dominantes e como que sustentando relações de dominação”²³⁷.

Num segundo eixo, o conceito de ideologia pode ser entendido numa dimensão material e concreta ou dinâmica e prática. Neste sentido, quando o filósofo Karl Marx descreve a

²³³ PEREIRA, 1963, p. 27. Grifo nosso.

²³⁴ GUARESCHI, P. A. Representações Sociais e Ideologia. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, Edição Especial Temática, p. 33-46, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/24122/21517>. Acesso em: 12 dez. 2018.

²³⁵ *Ibidem*, p. 40.

²³⁶ *Ibidem*, p. 40.

²³⁷ *Ibidem*, p.40.

ideologia como “as ideias da classe dominante”, está compreendendo o termo em seu sentido material, de um lugar na estrutura social, as ideias seriam a concretização da ideologia. Já na conotação dinâmica, “a ideologia é vista como determinada prática, um modo de agir, uma maneira de se criar, produzir ou manter determinadas relações sociais”²³⁸.

A partir da combinação destes dois eixos surgem as seguintes possibilidades: ideologia no sentido positivo ou neutro e como algo material; ideologia no sentido positivo ou neutro e como prática; ideologia no sentido negativo, mas concreto; e ideologia no sentido positivo e “como uma prática, mas não uma prática qualquer; deve ser uma prática que serve para criar, ou manter, relações assimétricas, desiguais, injustas”²³⁹.

Pode-se afirmar, a partir disso, que, ao usar o termo “ideologia” para se referir às formas de pensamento de grupos sociais como a burguesia, Osny Duarte Pereira está considerando tal conceito em seu sentido “negativo e dinâmico”, ou seja, como um “conjunto de formas simbólicas que servem para criar, ou reproduzir, relações assimétricas, desiguais, de dominação”²⁴⁰. Isso torna-se evidente quando o jurista aponta que a constituição deste grupo se dava à parte dos imperialistas e contrários à classe operária, esta última, por sua vez, “deveria ser contida fora do poder”. Ressalta-se que os “imperialistas”, nomeados assim por Duarte Pereira, ou os detentores do capital estrangeiro, também possuíam uma ideologia própria, no sentido negativo e dinâmico do termo, tal como a burguesia nacional.

Assim, as concepções de desenvolvimento estruturadas, defendidas e implementadas por imperialistas e burgueses nacionais, embora distintas, eram repudiadas por Duarte Pereira. Para o jurista, a concepção de nacional-desenvolvimentismo, enquanto ideias e práticas pensadas pela última fase do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (iniciada após 1959), era aquela que deveria vigorar na sociedade brasileira.

De acordo com Osny Duarte, nos primeiros anos do Instituto, os intelectuais que compunham o ISEB eram ainda pouco politizados, mas que asseguravam seriedade nos estudos e “na tentativa honesta de encontrar o caminho certo, através de processos científicos”²⁴¹. Para o jurista, o compromisso com o estudo firmava o ISEB na luta contra o imperialismo e, ao

²³⁸ GUARESCHI, 2000, p. 41.

²³⁹ *Ibidem*, p. 42.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 43.

²⁴¹ PEREIRA, 1963. p. 28.

mesmo tempo, levava a um maior entendimento de que “não eram os caminhos de Café Filho, nem de Juscelino, os que levariam o Brasil a tornar-se independente”²⁴².

Com o passar dos anos, o ISEB se tornou mais crítico ao governo e às posturas tidas como imperialistas e, por isso, passaram a lutar pela liberdade de cátedra; algo útil tanto para os isebianos quanto para a “burguesia conciliadora, porque, existindo liberdade de cátedra, o Governo Federal deixava de ser fiador e responsável, perante o imperialismo, pelas ideias e princípios que se generalizavam no ISEB”²⁴³. Em 1959, por meio de um Estatuto, “o ISEB culturalmente libertava-se do Governo e o Governo libertava-se do ISEB”²⁴⁴, tornando-se um centro de estudos independente. Tal distanciamento, fez com que o ISEB pudesse publicar, inclusive, denúncias relacionadas a medidas governamentais.

Diante de um reconhecimento cada vez maior por parte de parlamentares, ministros, professores e estudantes, houve um descontentamento dos setores governamentais insatisfeitos com as críticas sofridas e, como punição, ocorreu estagnação das verbas orçamentárias para manutenção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). No entanto, para o autor, essa limitação

[...] não influiu em nada no ânimo de todos os que trabalham nesta Casa. Seus planos de ação tornam-se cada vez mais amplos e maior é o empenho em ser útil aos poderes executivo e legislativo, em suas tarefas constitucionais. *O ‘desenvolvimento’, como ideologia burguesa e do pensamento que gerou o ISEB, foi refutado inteiramente no próprio ISEB, em menos de quatro anos da data que fora instituído*²⁴⁵.

No trecho acima, Duarte Pereira faz referência, novamente, ao ‘desenvolvimento’, utilizando aspas. Mais uma vez, portanto, o isebiano indica que o discurso e as políticas desenvolvimentistas implementadas no Brasil até o momento eram resultado de uma ideologia burguesa e que não correspondiam com aquilo que o grupo de intelectuais nacionalistas entendia como desenvolvimentismo.

Torna-se evidente que a visão de desenvolvimentismo compartilhada e defendida por Osny Duarte Pereira está imbricada com uma concepção de nacionalismo e se opõe às práticas imperialistas. O que significaria, então, imperialismo para o jurista? Em 1960, alguns anos antes da entrada como professor no ISEB, o jurista publicava, pela editora paulista Fulgor, a obra intitulada “Estudos Nacionalistas”, lançada em dois volumes. Em ambos, a tônica central das

²⁴² PEREIRA, 1963, p. 28.

²⁴³ *Ibidem*, p. 28.

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 28.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 29. Grifo nosso.

colocações de Duarte Pereira gira em torno da crítica feita às políticas imperialistas que, na perspectiva do autor, vigoravam no País, bem como da defesa de políticas públicas nacional-desenvolvimentistas.

Logo nas primeiras linhas da Introdução, o autor já apresentava críticas àquilo que identificava como imperialismo, afirmando que tal estrutura tentava “controlar a imprensa e todos os meios de publicidade, com o propósito de manter os povos submetidos à sua espoliação, inertes e passivos”²⁴⁶. Ora, Osny Duarte Pereira defendia que a imprensa brasileira era o principal alvo de domínio dos países imperialistas, uma vez que por meio dela disseminavam seus interesses. Nesse sentido, o autor afirma que jornais apresentavam, frequentemente, o mercado estrangeiro como salvação para o país: “Sem ele, não teríamos nem eletricidade em nossas casas. Sem ele, não sairia jamais uma gota de petróleo do subsolo. [...] enfim, seríamos tribos selvagens da África”²⁴⁷. A grande crítica é, sem dúvida, aquela contra a exploração de recursos naturais brasileiros – com destaque para o petróleo – e feita pelo mercado estrangeiro. Para o jurista, porém, o Brasil começava a vivenciar um “despertar” dos homens públicos, principalmente dos magistrados, e também do povo.

O autor faz uma avaliação acerca da configuração socioeconômica do Brasil e divide a sociedade em dois grupos principais. O primeiro deles seria caracterizado pelas carências financeiras e composto por camponeses, pelo operariado urbano e pela pequena e média burguesia. O segundo seria definido como aqueles que dispunham das sobras improdutivas, sendo formado pela grande burguesia, pelos latifundiários, pelos capitalistas burocráticos (capital fora das indústrias, sobretudo os banqueiros) e pelos capitalistas estrangeiros residentes no exterior e “seus testas de ferro nacionais”²⁴⁸.

Seguindo sua análise, Duarte Pereira identificava aquilo que considerava um dos grandes problemas do Brasil: a má distribuição das riquezas que levava à concentração de renda e ao crescimento da desigualdade e da miséria. O imperialismo, entendido como “a etapa final do capitalismo”²⁴⁹ e marcado pelo entreguismo ao capital estrangeiro, era visto, pelo autor, como o grande responsável pela desigualdade social e pela diminuição do crescimento econômico brasileiro. Ele, então, afirmava:

O capitalismo desenvolveu-se dentro das fronteiras de certas nações, como as raízes que crescem dentro de um vaso. Em dado momento, consumiu todo o

²⁴⁶ PEREIRA, 1960. p. 9.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 9.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 19.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 24.

húmus da terra incluída no dito invólucro. A planta estacionou e sentiu a irresistível necessidade de sair daquele recinto fechado em busca de novo suco nutritivo. Entrelaçou-se, ou teve que disputar a sobrevivência, com outras raízes. *Esse desdobramento do capitalismo gerou o imperialismo, isto é, a influência e o domínio de potentes concentrações de capital sobre fontes de riquezas existentes em outros países ocupados por povos débeis, ignorantes e hospitaleiros*²⁵⁰.

O imperialismo era, então, visto por Duarte Pereira como uma ramificação do capitalismo monopolista vigente na economia mundial e que representava o controle das riquezas de países subdesenvolvidos por países desenvolvidos. Marc Ferro²⁵¹ apontava que uma das principais características atribuídas ao imperialismo se constituía numa “bulimia territorial”, ou seja, na busca incansável por territórios e zonas de influência. O exemplo mais emblemático deste fenômeno teria sido a “partilha da África” entre potências europeias, ocorrida entre 1885 e 1890: “tratava-se de conseguir, no mapa, o máximo possível de territórios, a fim de prevenir qualquer tentativa de, um dia, o rival apropriar-se deles – nunca se sabe.”²⁵². Neste contexto, o simbolismo da dominação (status e retórica do poder) era tão importante quanto os interesses econômicos envolvidos.

Outra característica relevante do imperialismo, na concepção de Ferro, seria o apoio popular dado à expansão; um apoio que passava pela imprensa de grande circulação desenvolvida no século XIX como fruto da expansão industrial. O imperialismo se configurava, assim, como um fenômeno público, ainda que algumas operações de conquista fossem feitas às escondidas da maior parte da população.

O historiador francês destaca que, no século XX, dois importantes intelectuais buscavam conceituar o imperialismo. O primeiro deles, John Hobson, na obra “Imperialism, a study”, publicada em 1902, identificava no imperialismo britânico, talvez o mais emblemático, “a vontade dos interesses industriais e financeiros fortemente organizados de garantirem e desenvolverem [...] mercados privados onde despejarem seus excedentes de mercadorias e investirem seus excedentes de capitais”²⁵³. Hobson considerava o imperialismo como uma espécie de volta ao mercantilismo, uma vez que a grande motivação era ampliar o capital nacional para competir com nações rivais.

²⁵⁰ PEREIRA, 1960, p. 24-25.

²⁵¹ FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 463p.

²⁵² *Ibidem*, p. 33.

²⁵³ *Ibidem*, 1996. p. 33-34.

Já para Lênin²⁵⁴, o imperialismo era entendido como fase final do desenvolvimento capitalista, conforme expressa o título da sua obra publicada em 1917²⁵⁵. Para o autor russo, o imperialismo se constituía no grau mais elevado do capitalismo, representando a sua fase monopolista. Ele propôs uma definição mais aprofundada do termo, reconhecendo que haveria um “caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento”²⁵⁶.

Na visão de Lênin, o imperialismo consistia numa fase do capitalismo marcada pelas seguintes características:

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
- 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira;
- 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
- 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e
- 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes²⁵⁷.

Na linha argumentativa estruturada por Marc Ferro, os imperialismos do século XIX e do século XX se diferenciavam

[...] tanto do espírito de conquista ou de dominação das épocas passadas quanto da expansão colonial dos séculos anteriores pela seguinte característica: estavam, mais que os outros, ligados ao capital financeiro, e a colonização ou conquista não eram as únicas expressões de sua existência²⁵⁸.

Num modelo de imperialismo “sem colonização”, tal como se configurou a relação entre Brasil e Estados Unidos no século XX, houve intensa atuação do capital financeiro e a manutenção da independência política do país.

Para Lênin, a fase final do capitalismo, ou seja, o imperialismo, levaria a uma revolução do proletariado, na qual o grupo dos trabalhadores/operários retiraria o grupo dos capitalistas

²⁵⁴ Lênin é o pseudônimo pelo qual ficou conhecido Vladimir Ilyich Ulyanov (1870-1924), político e teórico russo que foi chefe de governo entre 1917 e 1922. A Rússia, sob sua administração, se converteu em União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, um estado socialista unipartidário governado pelo Partido Comunista.

²⁵⁵ O livro “Imperialismo: fase superior do capitalismo” foi escrito por Lênin em Zurique nos primeiros meses de 1916. O ensaio foi publicado pela primeira vez em 1917 e, após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919, Lênin acrescentou um prefácio às edições francesa e alemã.

²⁵⁶ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. p. 217.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 218.

²⁵⁸ FERRO, 1996, p. 34.

do poder. Assim, a burguesia e o livre mercado seriam eliminados, dando lugar a um governo proletariado de partido único e à planificação econômica. Por outro lado, nas concepções de Duarte Pereira, o imperialismo deveria, sim, ser superado e extinguido, mas não por meio de uma revolução do modelo bolchevique nem mesmo por meio do fim do capitalismo.

Como será discutido adiante, a forma de se romper com o imperialismo estava alicerçada, sobretudo, na adoção de políticas e práticas nacionalistas: o “exército invencível do nacionalismo”²⁵⁹ era, para o jurista, o elemento que empolgava, nos anos de 1950 e 1960, os povos da Ásia, da África e da América Latina levando à desestruturação do imperialismo e também dos seus agentes.

Para corroborar a ideia de que o imperialismo impedia o verdadeiro desenvolvimento nacional, Duarte Pereira apresentou, em seu texto, estatísticas divulgadas por instituições conceituadas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Revista Desenvolvimento & Conjuntura – fundada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) –, por exemplo.

De acordo com Duarte Pereira, dados disponibilizados pela Revista Desenvolvimento & Cultura, em maio de 1961, indicavam que aproximadamente 1% das empresas brasileiras, em 1951, auferia 65% dos lucros totais; em 1959, 1% das empresas recolhia 68% dos lucros, ou seja, em oito anos houve um aumento considerável da concentração de riquezas em vez de sua distribuição. De acordo com Duarte Pereira, ainda havia um agravante: no período, das 66 das empresas que operavam no Brasil, 34 eram estrangeiras com capital correspondente a 46% dos capitais das 6818 sociedades anônimas operantes no país²⁶⁰.

Outro aspecto que caracterizava a predominância do capital estrangeiro eram as concessões de financiamentos feitas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O jurista apresentou dados em que os financiamentos oferecidos a indústrias nacionais totalizaram 6,5 bilhões de cruzeiros, enquanto os financiamentos oferecidos a indústrias estrangeiras totalizaram um valor maior, atingindo 6,9 bilhões de cruzeiros. Considerando apenas os financiamentos a empresas privadas, excluindo as empresas estatais, os valores se mostraram ainda mais discrepantes: 9,2 bilhões de cruzeiros concedidos a empresas privadas nacionais e 13,2 bilhões de cruzeiros concedidos a empresas privadas estrangeiras²⁶¹.

²⁵⁹ PEREIRA, 1960, p. 32.

²⁶⁰ PEREIRA, 1963, p. 30.

²⁶¹ PEREIRA, 1963.

O grande problema do caso específico do BNDE estava atrelado à figura do presidente do órgão, Leocádio Antunes. Apesar de ser um técnico que se autodeclarava nacionalista, não se mostrava, para Duarte Pereira, tão patriota quanto deveria. Isso porque, dos sete chefes de departamento que escolheu para compor a administração, cinco eram “produtos de escolas economistas da livre empresa e de países imperialistas (três dos EUA, um da Inglaterra e um da França)”²⁶².

Os reflexos do imperialismo na economia brasileira iam além e Osny Duarte Pereira apresentava, aos estagiários do ISEB, outros exemplos de posturas vistas como entreguistas. A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), por exemplo, estava “pagando privilégios, isto é, dando câmbio especial de Cr\$ 475,00 até 14/2/1963, à Cola-Cola [sic], uísque, frutas, secas e cristalizadas, máquinas fotográficas [...], pianos de cauda”²⁶³ e outros objetos de luxo.

Apesar de se dirigir aos novos estagiários do ISEB, Duarte Pereira, em todas as suas publicações, demonstrava um desejo de dialogar com um número amplo de interlocutores/leitores. Ao discorrer sobre outros “privilégios injustos” dos quais dispunham as empresas estrangeiras no Brasil, Duarte Pereira fazia uso de uma estratégia de convencimento, propagandeando suas ideias e valendo-se da possível comoção dos ouvintes/leitores em muitos momentos:

Poderíamos contar como neste sistema de proteções e impunidades, a Nestlé, para auferir maiores lucros, *retira da boca de milhares de crianças que afinal morrem de carência alimentar, o leite que podiam beber, para ser esse mesmo leite conduzido por intermédio dela, Nestlé, para a mesa dos ricos*, deixando na operação polpidos lucros que são transferidos para Wall Street!
Poderíamos contar como, por processo semelhante, os moinhos da Bunge e Born²⁶⁴ e os frigoríficos estrangeiros impedem a chegada do pão e da carne à mesa das populações pobres do país²⁶⁵.

Na sequência e utilizando a mesma estratégia, Duarte Pereira tece críticas aos monopólios das empresas estrangeiras, bem como aos grandes bancos internacionais que, em sua concepção, contribuíam consideravelmente para a intensificação da miséria e da desigualdade na sociedade brasileira.

Poderíamos contar como poderosos monopólios estrangeiros condenam à morte milhares de brasileiros, *aos quais não é dado receber os caríssimos remédios que só os ricos podem comprar*.
[...]

²⁶² *Ibidem*, p. 31.

²⁶³ *Ibidem*, p. 31. [Informações extraídas do jornal Última Hora, publicado em 15 de fevereiro de 1963].

²⁶⁴ Bunge e Born é um grupo econômico multinacional, criado em 1884, na Argentina, para fins de exportação de cereais. Durante o século XX, foi considerada a corporação mais poderosa e influente do país.

²⁶⁵ PEREIRA, 1963, p. 33. Grifo nosso.

Poderíamos contar a história dos bancos estrangeiros de depósitos e muitos outros. Receamos, porém, que ao inteirarem-se desses fatos, *os Estagiários, na natural indignação, fossem levados a arrancar as pedras dos canteiros de nossos jardins para ir desabafar sua ira, não menos justa do que a de Jesus ao expulsar os vendilhões do templo*²⁶⁶.

Duarte Pereira apresenta, ainda que, em oposição aos

[...] fabulosos lucros, poderíamos talvez pensar que esses benefícios são devorados pela elevação do preço do dólar, de modo que, ao trocar os cruzeiros pela moeda norte-americana, seriam poucos os dólares obtidos, para transferires para as matrizes no Exterior.

No entanto, a SUMOC baixava instruções nas quais estabelecia

[...] câmbio especial para essas empresas e a inflação que devora os salários dos operários e de funcionalismo não atinge os lucros. Ao contrário, permite que empresas comprem dólares a Cr\$ 475,00 no Banco do Brasil e vendam no câmbio livre a Cr\$800,00²⁶⁷.

É fundamental destacar que em 1963, mesmo ano da publicação destes comentários, havia sido lançado o Plano Trienal, proposto pelo então Ministro do Planejamento, Celso Furtado, no governo de João Goulart, se constituindo numa tentativa de resposta política para a disparada da inflação que se encontrava em torno de 78%. Com isso, o poder aquisitivo das famílias de baixa renda no país se tornava cada vez menor. As empresas estrangeiras, no entanto, não eram afetadas pelos picos inflacionários, sendo beneficiadas pela Superintendência da Moeda e do Crédito.

De forma semelhante ao que afirma na obra “Estudos Nacionalistas”²⁶⁸, Duarte Pereira apontava que a publicidade brasileira era comprada pelas empresas estrangeiras, ou seja, encontrava-se sob o jugo do imperialismo. De modo a exemplificar mais um dos reflexos do que entende por entreguismo, o jurista faz uma espécie de denúncia sobre como as empresas de publicidade brasileira teriam sido compradas pelas grandes empresas estrangeiras. A ExxonMobil Corporation, ou ESSO, “apenas para vender produto de obrigatório consumo, como a gasolina, registrou em 1959, 600 milhões de cruzeiros, em propaganda”²⁶⁹.

Para além da concentração das empresas nas mãos de poucos empresários, Osny Duarte Pereira chamava atenção para a concentração de terras no Brasil:

Em poucas regiões do mundo a distribuição da terra é tão desigual e injusta como no Brasil. Nosso País é um dos paraísos do latifúndio. *E latifúndio é sinônimo de miséria*. Onde a propriedade da terra é bem dividida, há prosperidade. Isto se vê até dentro de um só município. O distrito onde predomina o latifúndio é o mais pobre, o mais atrasado, os lavradores não

²⁶⁶ PEREIRA, op. cit., p. 33. Grifo nosso.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 33. Grifo nosso.

²⁶⁸ PEREIRA, 1960, p. 9.

²⁶⁹ PEREIRA, 1963, p. 34.

produzem, a estagnação impera. Nos distritos de boa divisão da propriedade formam-se cooperativas, aparecem pequenas indústrias, sociedades recreativas, escolas e até o jornalzinho. Entretanto, no Brasil 32.627 pessoas, ou seja, 1,6% dos proprietários, são donos de 60,8% das terras (3/5)²⁷⁰.

Detalhando um pouco mais os dados apresentados, Duarte Pereira apontava que o censo de 1950

[...] revelou que 34,5% dos proprietários têm apenas 10 e menos hectares, área considerada insuficiente, face aos métodos primitivos de agricultura predatória e eles são donos de apenas 1,3% da área agricultável do País. Os donos de terras de até 20 a 50 hectares, que seria a área razoável, são somente 32,6% dos proprietários e detêm 6,6%²⁷¹.

Assim, as péssimas condições de vida no meio rural, devido à concentração de terras e à estagnação econômica proporcionada pelo sistema de latifúndios, contribuía para o êxodo rural. Os camponeses se transformavam, então, em mão-de-obra operária que, com o setor industrial sob o controle de pouquíssimas empresas estrangeiras, viviam num “regime de salários de fome”²⁷². A situação no campo era tão delicada que o Plano Trienal previa

[...] que em 1965, a não ser em açúcar, milho, carne bovina, suína e laranjas, em tudo o mais haverá déficits de produção, sendo que no leite o déficit chegará a mais de um terço da demanda em níveis atuais, o que significa mortalidade infantil em maior escala²⁷³.

Na obra Estudos Nacionalistas, as problemáticas dos latifúndios e da concentração de terras já apareciam em meio às discussões acerca das questões florestais e reforma agrária. Para o jurista Osny Duarte Pereira, não seria possível considerar as questões florestais de forma independente das questões agrárias.

A reforma agrária que se busca para o Brasil, em estudo e tramitação na Câmara dos Deputados, poderá trazer a passagem das florestas do domínio privado, para o público. *Apenas pela reforma agrária que, extinguindo o latifúndio, promoverá a passagem da propriedade da terra, para os que nela trabalham, também, pelo mesmo ato, se poderá provocar a transferência das áreas florestais, para o domínio público*²⁷⁴.

Dessa forma, Duarte Pereira afirma que a reforma agrária e a consequente extinção da produção agrícola com base no latifúndio seriam imprescindíveis tanto para o controle das reservas florestais e medidas de reflorestamento, quanto para a garantia da posse de terras para aqueles que nela trabalhavam, ou seja, os camponeses. O autor é ainda mais enfático na defesa

²⁷⁰ PEREIRA, 1963, p. 35.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 35.

²⁷² *Ibidem*, p. 35.

²⁷³ *Ibidem*, p. 36.

²⁷⁴ PEREIRA, 1960, p. 71. Grifo nosso.

da implementação efetiva da reforma agrária, quando mobiliza falas do bispo de Pesqueira, Dom Severino Mariano de Aguiar, ao jornal *Correio da Manhã*, em 25 de julho de 1958, após visita pastoral à sua diocese, no Nordeste.

O bispo, quando inquirido sobre as discrepâncias entre a vida dos homens do campo e dos grupos urbanos mais ricos, concluiu:

Aquela gente está apressando a hora da comoção social, da inversão total dos valores... Não se pode compreender que grupos humanos se divirtam e se regalem no mesmo ponto e na mesma hora em que centenas de mães estão se alimentando de caldo de palma, de farinha de macambira, de batata de umbu. É desse modo que muitas estão vivendo e se preparando para o nascimento do filhinho que já vem ao mundo morrendo de fome. [...] Nessas cidades que percorri constatei o desgaste humano e físico do homem nordestino que está vivendo a situação infra-humana por causa de fatores mínimos. A impossibilidade de aquisição das utilidades para a subsistência de suas famílias torna-os entes estranhos, valendo lembrar aqui as palavras do famoso sacerdote Abbé Pierre: Nosso homem do interior não pode ser considerado um ser livre porque lhe estão faltando os elementos que condicionam a liberdade do ser humano: alimentação, casa, saúde, instrução e um trabalho convenientemente remunerado²⁷⁵.

Duarte Pereira acrescentava, ainda, de forma bastante otimista, que testemunhos como este, do bispo de Pesqueira, não deixavam dúvidas de que a reforma agrária viria para breve prazo.

2.4. Um projeto de desenvolvimento nacional

O desenvolvimento, enquanto um elemento discursivo, tem sido mobilizado, pelo menos desde a década de 1950, em todas as partes do mundo para justificar a implantação de grandes empreendimentos e empréstimos e também bastante utilizada nas propagandas políticas eleitorais. Silva²⁷⁶ destaca que a força da palavra desenvolvimento é tamanha que alguns autores chegam a defini-la como “a ideologia da nossa época”, dada a sua eficácia no imaginário de nossa sociedade²⁷⁷.

Para Escobar²⁷⁸, o desenvolvimento deve ser entendido a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, sendo considerado, sobretudo, como um discurso. Enquanto tal, o desenvolvimento seria um fenômeno cultural criado de modo artificial pelos países do Primeiro Mundo para compreender as dinâmicas socioeconômicas mundiais. A ideia de

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 71-72.

²⁷⁶ SILVA, Flávio José Rocha da. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. *Revista Pegada*, São Paulo, v. 17, n.2, p. 170-181, dez./2016.

²⁷⁷ SILVA, 2016, p. 171.

²⁷⁸ ESCOBAR, 2007.

desenvolvimento, embora mobilizada em outros sentidos anteriormente, assumia significado de propulsão do crescimento econômico, a partir de um modelo industrial-urbano e agro-negocista, nas relações que se construíram entre os países no período do pós Segunda Guerra Mundial²⁷⁹.

O diplomata iraniano Majid Rahnema define pobreza da seguinte forma:

A palavra “pobreza” é, sem dúvida, uma palavra-chave de nossos tempos, muito bem utilizada e também muito mal utilizada por todos. Grandes somas de dinheiro são gastas em nome dos pobres. Milhares de livros e conselhos de especialistas continuam oferecendo soluções a seus problemas. No entanto, é bastante estranho que ninguém, incluindo os supostos “beneficiários” de tais atividades, pareça ter uma visão clara e compartilhada da pobreza. Uma razão é que todas as definições se constroem ao redor do conceito de “carência” ou “deficiência”. Esta noção reflete somente a relatividade básica do conceito. O que é necessário e pra quem? E quem está capacitado para defini-lo?²⁸⁰

Escobar tende a concordar com Rahnema, pois entende que o conceito de pobreza se converteu em pretexto para os países de “Primeiro Mundo”, com destaque para os Estados Unidos, intervirem nos sistemas socioeconômicos dos países pobres ou de “Terceiro Mundo”. A denominação “Primeiro Mundo” foi, na realidade, uma autodenominação. Em 1948, o Banco Mundial definiu como pobres aqueles países com renda per capita inferior a 100 dólares. Com isso, dois terços da população mundial foram transformados em sujeitos pobres. Estas estatísticas apresentadas pelo Banco Mundial levaram nações (EUA e Europa) a se autodenominarem como de “Primeiro Mundo” em oposição às nações pobres de “Terceiro Mundo” (Ásia, África e América Latina). Os países de Primeiro Mundo se colocaram como os “salvadores” dos países de Terceiro Mundo²⁸¹.

A noção de que os países de “Primeiro Mundo” conduziram os povos do “Terceiro Mundo” para um futuro glorioso, no qual predominariam os valores civilizatórios, a industrialização e o desenvolvimento, é também identificada nas premissas definidoras do imperialismo. Marc Ferro destaca a influência das teorias darwinistas nas formulações sociais: a espécie humana também viveria numa luta de sobrevivência,

²⁷⁹ ESCOBAR, Arturo. *Encontering development: the making and the unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

²⁸⁰ RAHNEMA 1991 apud ESCOBAR, 2007, p. 47. Tradução livre do original: “La palabra ‘pobreza’ es, sin duda, una palabra clave de nuestros tiempos, muy usada bien y mal por todos. Grandes sumas de dinero se gastan en nombre de los pobres. Millares de libros y consejos de expertos continúan ofreciendo soluciones a sus problemas. Sin embargo, resulta bastante extraño, que nadie, incluyendo a los supuestos ‘beneficiarios’ de tales actividades, parezca tener una visión clara y compartida de la pobreza. Una razón es que todas las definiciones se tejen alrededor del concepto de ‘carencia’ o ‘deficiencia’. Esta noción refleja solamente la relatividade básica del concepto. ¿Qué es necesario y para quién? ¿Y quién está capacitado para definirlo?”.

²⁸¹ ESCOBAR, 2007.

[...] com a diferença que, na sua bondade, o homem branco não destrói as espécies inferiores, mas as educa, - a menos que não sejam humanas, como os bosquímanos, ou os aborígenes da Austrália, a quem nem sequer se deu um nome; nesse caso, ele as extermina²⁸².

Assim, o sentido das políticas imperialistas ao longo dos séculos XIX e XX se atrelou à noção de desigualdade entre os povos. A interferência em outros países era justificada como sendo um dever do europeu levar os povos “inferiores”, subdesenvolvidos, até um estágio de civilização. As imposições culturais, econômicas e políticas, em muitas situações aplicadas a partir do uso de forças militares, eram legitimadas pela suposta capacidade dos povos desenvolvidos de civilizarem as demais nações²⁸³.

O desenvolvimento passa a ser, então, o elemento-chave para superação da situação de pobreza evidenciada nos países de Terceiro Mundo. Para Silva, a meta deste modelo desenvolvimentista não consiste em garantir

[...] o bem-estar do maior número de pessoas possível e sim o aumento da produção em larga escala, a adequação a um padrão de produção e consumo e, mais que tudo, a uniformização dos grupos sociais atingidos por um processo de “modernização”²⁸⁴.

O Brasil, considerado um país de Terceiro Mundo, pode ser encarado como um lugar privilegiado para se pensar os projetos de desenvolvimento. Para Osny Duarte Pereira, a solução para os problemas do entreguismo e do imperialismo estaria num projeto de desenvolvimento nacional. O período pós-II Guerra teria possibilitado, para países como o Brasil, uma oportunidade de crescimento econômico e de industrialização, uma vez que as grandes nações estavam debilitadas. Este fenômeno teria contribuído, então, para

[...] o nascimento do capital nacional e de uma classe operária consciente [...] com interesses contrários aos do imperialismo. Essa consciência da espoliação se propaga, faz despertar o povo, infunde a obrigação de reagir, para poder sobreviver, identifica os traidores locais que se aliam ao saqueador [o capital estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos] e cria o exército invencível do nacionalismo que hoje empolga os povos da Ásia, África e América Latina e faz desmoronar o imperialismo e, muitas vezes, fuzilar seus agentes [...]. Assim, pois, surgiu o nacionalismo econômico²⁸⁵.

Evidencia-se, assim, aquilo que se encontrará nas obras de Duarte Pereira, de modo geral: uma postura de valorização das riquezas nacionais e seus potenciais, além de uma clara rejeição àquilo que entendia como políticas intervencionistas dos Estados imperialistas.

²⁸² FERRO, 1996, p. 40.

²⁸³ FERRO, Marc. *A colonização explicada a todos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 190 p.

²⁸⁴ SILVA, 2016, p. 172.

²⁸⁵ PEREIRA, 1960, p. 32.

De acordo com Mendonça²⁸⁶, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil só pode ser compreendido quando se pensa em termos da intervenção do Estado na economia. Segundo a autora, no período entre 1930 e 1955, o País vivenciou o que chama de “industrialização restringida”, avançando “seu processo de constituição enquanto Estado nacional e capitalista, inscrevendo na materialidade da sua ossatura [...] os diversos interesses sociais em jogo, metamorfoseados em interesses nacionais”.

Devido às condições internacionais, com os países ainda se recuperando da crise de 1929, o novo modo de acumular capital foi baseado numa realização interna crescente da produção. A empresa pública se tornou, então, a alternativa de financiamento para o novo padrão de acumulação. Tanto que, ao longo do Governo Getúlio Vargas (1930-1945), diversas estatais foram criadas, tais como a Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, (1940) e a Companhia Vale do Rio Doce, CVRD, (1942)²⁸⁷.

Durante os anos de 1945 e 1964, configurou-se, no Brasil, uma sucessão de regimes de governos democráticos que priorizavam a relação de apoio político das massas populares. Mais do que isso, foi uma fase em que as negociações políticas se faziam necessárias, já que novos grupos surgiam no cenário nacional, reivindicando suas próprias demandas. Assim, de modo a garantir legitimidade e estabilidade no poder, os presidentes buscavam realizar tais acordos²⁸⁸.

Entre os anos de 1945 e 1951, houve, segundo Mendonça, um “interregno para as tendências estatizantes na economia”²⁸⁹: as empresas públicas “deixaram de ser contempladas como núcleo estratégico, passando a ocupar a cena a discussão sobre as possibilidades de associação com os capitais privados estrangeiros”²⁹⁰. Os anos de política econômica nacionalista de Vargas acarretaram em descontentamento entre grupos desejosos de ver restabelecido o livre comércio internacional e, portanto, a entrada de capitais estrangeiros. Um dos principais destes grupos era o setor agrário-exportador, ansioso “por se libertar dos excessivos tributos cobrados pelo Estado”.

Assim, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), houve predominância dos ideais liberais, com a abertura das fronteiras para importações. Como consequências diretas,

²⁸⁶ MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 319-344.

²⁸⁷ MENDONÇA, Sônia Regina de. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995. 88p.

²⁸⁸ *Ibidem*.

²⁸⁹ *Idem*, 1990. p. 332.

²⁹⁰ MENDONÇA, 1990. p. 332.

houve incremento na impressão de papel-moeda levando à inflação. O aumento nas taxas inflacionárias, por sua vez, acarretou acirramento das tensões políticas com atuação dos movimentos populares. Houve, também, em decorrência da retração da economia, estagnação momentânea da industrialização²⁹¹.

Em 1951, com o retorno de Vargas, a industrialização acelerada voltou a ser considerada condição para o progresso social, ancorada pelo discurso nacionalista. A principal estratégia era tornar a empresa pública o núcleo definitivo dos investimentos industriais, estimulando o capital privado nacional. As tensões entre grupos liberais, defensores do capital estrangeiro, e grupos nacionalistas, defensores de um projeto de industrialização pautada no capital nacional, se intensificaram, levando ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954.

A partir de 1956, no governo de Juscelino Kubistchek, o Brasil adotou um novo padrão de acumulação que se distanciou do anterior – o da industrialização restringida – sobretudo no tocante às alternativas de financiamento.

Definiu-se uma tática peculiar de conciliação entre a entrada da empresa estrangeira e uma dinâmica industrial de perfil avançado. Abrindo-se mão de qualquer projeto de desenvolvimento nacional autônomo, internacionalizou-se a economia, franqueando-a ao capital estrangeiro sob a dupla modalidade de empréstimos e investimentos diretos.²⁹²

Para que o governo garantisse a tolerância das classes trabalhadoras, pensou-se numa “ideologia de Estado” que engajassem os trabalhadores no projeto de modernização nacional: o “nacional-desenvolvimentismo entrava em cena”²⁹³. Apesar dos grandes saltos produtivos, sobretudo na metalurgia, nos transportes e na comunicação, o tripé capital estatal, capital privado nacional e capital estrangeiro não conseguiu se manter equilibrado, havendo clara vantagem para o capital internacional.

Assim, o setor produtivo estatal, responsável pelos bens de produção, não conseguindo crescer em escala compatível com a demanda do setor de bens duráveis, tornar-se-ia ‘atrofiado’ em relação a ele. Recorrer às importações foi a solução compensatória para a escassez interna de insumos básicos, o que representou desviar para fora os impulsos dinâmicos do novo modo de acumular.²⁹⁴

²⁹¹ *Idem*, 1995.

²⁹² *Idem*, 1990, p. 334.

²⁹³ *Ibidem*, p. 335.

²⁹⁴ MENDONÇA, 1990, p. 336.

Foi reestabelecida, então, dada articulação centro/periferia que “aprofundou violentamente o grau de dependência externa da economia brasileira”²⁹⁵. O Plano de Metas foi, de fato, responsável por considerável crescimento econômico no País. Contudo, os reflexos negativos também se evidenciaram: negligência com setores-base como alimentação e educação; desnacionalização profunda da economia brasileira; aumento da inflação e aumento da dívida externa²⁹⁶. Além disso, o grande fosso entre produtividade e salários desencadeou acelerada concentração de renda no País.

Duarte Pereira foi, certamente, um crítico deste modelo, defendendo, sobretudo, a retirada do capital estrangeiro da economia brasileira. O jurista claramente denunciava a dependência externa do Brasil em relação ao capital estrangeiro - consequência das amarras do imperialismo no País - e também a acelerada concentração de renda com todas as suas consequências sociais. Entretanto, era ele também um defensor de um nacionalismo que estimulasse o desenvolvimento econômico brasileiro.

De fato, as concepções de desenvolvimentismo foram organizadas de formas bastante heterogêneas e houve consideráveis disputas entre estas diferentes vozes. Na análise feita por Mendonça²⁹⁷, o discurso do nacional-desenvolvimentismo, organizado pelo governo de Juscelino Kubistchek, teria sido disseminado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, com o objetivo de conter as massas trabalhadoras.

Conforme dito anteriormente, o próprio ISEB, enquanto instituição marcada pelas tensões sociais, também foi palco para estas disputas. Tanto que, na sua última fase, nos fins dos anos 1950, da qual fez parte Osny Duarte Pereira, o ISEB apresentou críticas consideráveis ao governo JK em decorrência do estímulo à entrada do capital estrangeiro. Este último período, inclusive, se autodenominou como os “verdadeiros nacionalistas”.

Osny Duarte Pereira representava, assim, a voz de um grupo que defendia o fim do “jugo” do Brasil às forças imperialistas internacionais e o conseqüente crescimento do mercado e das indústrias nacionais. Por meio de uma retórica bastante enfática, Duarte Pereira afirmava haver, em todo o País, o desenvolvimento de

[...] um movimento popular que se assemelha às lutas pela libertação do jugo português, às lutas pela abolição da escravatura, às lutas pela instituição do regime republicano, lutas de que participavam também os magistrados. *O*

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 338.

²⁹⁶ MENDONÇA, 1995.

²⁹⁷ *Ibidem*.

*nacionalismo é a mais recente dessas campanhas que se coloca acima dos partidos, abrangendo a todos e que empolga não apenas o povo brasileiro, porém, todas as nações subdesenvolvidas do mundo.*²⁹⁸

Osny Duarte Pereira não foi o primeiro, nem o último a criticar tal modelo de desenvolvimentismo. Tal fenômeno sofre, desde a sua origem, com muitas críticas. De acordo com Silva²⁹⁹, porém, em alguns casos, tais críticas podem ser “caracterizadas pelo não acesso a este modelo e não ao modelo em si”³⁰⁰. Alguns grupos, como os nacionalistas e os socialistas, ao serem críticos ao subdesenvolvimento, buscavam, em última medida, o alcance do desenvolvimento, sem questionamentos mais profundos desta estrutura. Assim, “os que criticavam a desigualdade do desenvolvimento contribuía para fomentá-lo, na medida em que a superação da desigualdade, da miséria, se faria com mais desenvolvimento”³⁰¹.

Interessante notar que, num trecho já explicitado no presente trabalho, Duarte Pereira afirmava que “o ‘desenvolvimento’ não se dispôs nunca a atacar³⁰²” o imperialismo e o latifúndio. Com esta construção linguística e textual, o autor se opõe a um padrão de desenvolvimento atrelado ao imperialismo, mas sem deixar de defender outro projeto de desenvolvimento para alcance do crescimento socioeconômico no Brasil. O centro da solução para a miséria e para o atraso evidenciados no Brasil das décadas de 1950 e 1960 seria, para Osny Duarte Pereira, o rompimento com a dependência do capital estrangeiro, sobretudo aquele proveniente dos Estados Unidos.

Na obra Estudos Nacionalistas, consta uma carta, publicada originalmente no jornal O Semanário em abril de 1960, endereçada ao então presidente Juscelino Kubitschek.

Ao mesmo tempo que construímos uma das mais belas capitais, ao mesmo tempo em que V. Exa. encontrou recursos para rasgar estradas que, pelo seu comprimento, assombram o mundo, *nosso povo apresenta nas estatísticas da ONU os mais vergonhosos índices de miséria. A luta contra o subdesenvolvimento constituiu inegavelmente um drama de consciência em seu espírito. Percorrendo o Brasil, como poucos brasileiros o terão feito, V. Exa. viu, com seus próprios olhos, o quadro pungente de esgotamento em que se encontram vastas camadas do povo, especialmente nas regiões de onde vieram os candangos*³⁰³ aos quais V. Exa. se mostrou tão enternecedoramente [sic] agradecido.

²⁹⁸ PEREIRA, 1960, p. 13. Grifo nosso.

²⁹⁹ SILVA, 2016, p. 172.

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 173.

³⁰¹ PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 25 apud SILVA. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar, 2016, p. 173.

³⁰² PEREIRA, 1960, p. 465-468. Grifo nosso.

³⁰³ Candangos foi o nome dado aos homens que trabalharam na construção de Brasília. A maior parte destes trabalhadores era composta por nordestinos, mas havia também pessoas de outras partes do país como Minas Gerais e Goiás.

Entretanto, se vier a terminar seu período governamental sem lançar o Brasil nos trilhos do verdadeiro *caminho para sua emancipação econômica*, V. Exa. não será mais venerado pelo povo brasileiro, do que o são os construtores de Belo Horizonte, pelo povo mineiro.

Nossa luta contra o subdesenvolvimento há de ser um combate obstinado contra o que é subtraído do povo brasileiro, para enriquecer outros povos. [...] *Se ficassem no Brasil as fabulosas fortunas que se carregam anualmente para o exterior, teríamos recursos para escolas, para hospitais, para águas e esgotos, para estradas, para assistência aos lavradores.*

[...]

Os serviços estatísticos da ONU calcularam em dois bilhões de dólares as perdas dos países subdesenvolvidos em 1957 e 1958, apenas pela queda de preço das matérias-primas. Em 1956, cobraram-se 88 dólares por tonelada importada. Em 1958, cerca de 95 dólares. *Quem poderá pensar, senhor presidente, que o povo irá continuar submetido passivo e calado, diante de semelhante espoliação?*

[...]

Basta dizer que já caminhamos para o terceiro ano do lançamento da OPA [Operação Pan-Americana] e nada, absolutamente nada, de concreto existe que signifique mudança desse avanço desenfreado em nossas riquezas³⁰⁴.

Duarte Pereira, além de reiterar suas críticas à participação estadunidense na Operação Pan-Americana, faz um apelo, utilizando-se largamente dos conceitos de pobreza e miséria para definir o povo brasileiro. O grande objetivo era despertar a atenção para a necessidade de descontinuar a dependência do Brasil em relação às economias desenvolvidas.

A principal causa desta espoliação sofrida pela economia brasileira seria a venda de matéria-prima, por valores significativamente baixos, para outras nações. Com isso, a ‘riqueza nacional’ era levada para fora com a anuência de muitos governantes brasileiros. Juscelino Kubitschek teria, na visão do jurista Osny Duarte Pereira, a chance de fazer algo diferente. O caminho estaria em se aproximar de outros países, tais como Cuba.

Não é, pois, o Canadá que deve ser procurado para vitalizar a “Operação Pan-Americana”. *Cuba é que deve ser trazida, Presidente.* Nenhum país no mundo subdesenvolvido desfruta da importância assumida por esse pequeno povo do Caribe. *Sua luta é igual à nossa. Estamos na mesma trincheira, enfrentando os mesmos inimigos e com as mesmas dificuldades.* O presidente Dórticos, ao ensejo da inauguração de Brasília, formula a V. Exa. um novo apelo, para que compareça a Havana, insistindo no fato claríssimo de que não há incompatibilidade entre a OPA e a Conferência dos Povos Subdesenvolvidos. *Todas as nações que ali estarão adotam a mesma ideologia capitalista e mostram-se empenhadas em lutar contra a miséria dentro do sistema de governo baseado na propriedade privada, do mesmo modo que o nosso.*

[...]

Brasileiros dos mais conservadores, dos mais reacionários e ultramontanos acabam de regressar de Cuba e dar um testemunho público e eloquente do que se passa na pérola do Caribe. *Os chefes de Estado da Ásia, da África e dos demais países da América Latina que se reunissem em Havana,*

³⁰⁴ PEREIRA, 1960, p. 468. Grifo nosso.

*transformariam a luta contra o subdesenvolvimento em vitória definitiva se o construtor de Brasília os acompanhasse*³⁰⁵.

A solução estaria, portanto, no fortalecimento de relações com países que, tal e qual o Brasil, lutassem também para superar o subdesenvolvimento e a miséria. Ao citar o exemplo de Cuba – nação que anos antes, em 1959, passava por uma revolução de caráter comunista se transformando num país socialista – pode-se pensar que Osny Duarte Pereira estivesse desejando e incitando um processo semelhante para o Brasil. Contudo, ao afirmar que muitos governos alicerçados no capitalismo e na propriedade privada, assim como o Brasil, buscavam alternativas para a pobreza numa aproximação com Cuba, Duarte Pereira demonstra que suas intenções não estavam na defesa de um rompimento completo e definitivo com o capital. Tratava-se, sobretudo, de uma recusa à entrada do capital estrangeiro na economia brasileira.

Na obra “A China de hoje”, Osny Duarte Pereira também demonstrava observar os processos de crescimento econômico em mais um país do bloco socialista. Antes da viagem, realizada em 1956, Duarte Pereira se dedicou aos estudos sobre a China e recebeu, após solicitação, dois documentos disponibilizados pela Embaixada de Formosa, no Rio de Janeiro. O primeiro deles chamava-se “Como combater o comunismo” e o segundo “A República da China – Informações Gerais”. As poucas informações, segundo Duarte Pereira, afirmavam ser a China um país subdesenvolvido em termos industriais, embora rico em matérias-primas³⁰⁶.

Entre os anos de 1927 e 1937, a China enfrentou uma guerra civil, na qual disputavam dois partidos políticos: de um lado, o Partido Nacionalista (Partido Nacional do Povo) e, do outro, o Partido Comunista. Entre 1937 e 1945, durante a II Grande Guerra Mundial, a China foi invadida e ocupada pelas tropas japonesas, fazendo com que os dois partidos rivais se unissem para combater o novo inimigo comum – o Japão. Com o fim da II Guerra, a guerra civil foi reestabelecida, sendo encerrada apenas em 1º de outubro de 1949, quando foi proclamada a República Popular da China, governada, então, pelo Partido Comunista³⁰⁷.

O livro “A China de hoje” foi escrito em 1956 e lançado em 1957, ou seja, em meio à Guerra Fria e no contexto das transformações socioeconômicas e políticas ocasionadas pela tomada de poder pelos comunistas sob a liderança de Mao Tse-Tung. Publicada pela Editora Irmãos Pongetti, do Rio de Janeiro, a obra é dividida em dois volumes. O primeiro deles, com subtítulo de “A viagem”, apresenta, de forma descritiva e detalhada, as impressões e vivências

³⁰⁵ PEREIRA, 1962, p. 469-470. Grifo nosso.

³⁰⁶ PEREIRA, 1957.

³⁰⁷ MITTER, Rana. *China Moderna*. Tradução de Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.

de Osny Duarte Pereira ao longo da viagem que fez à China, no mesmo ano de publicação do texto, junto com um grupo de juízes e desembargadores brasileiros. O segundo volume, subtítulo como “Instituições”, compara algumas instituições chinesas com instituições brasileiras.

A obra, como dito, foi resultado de uma viagem realizada por Osny Duarte Pereira acompanhado de outros juristas brasileiros e que durou cerca de dois meses³⁰⁸. Esta jornada à China foi consequência direta da VI Conferência Internacional de Juristas Democratas, realizada em Bruxelas, Bélgica, em maio de 1956. Nesta ocasião, na qual estavam reunidos juristas de todos os continentes, a Delegação Chinesa fez um “convite gentil e afetuoso”³⁰⁹ aos representantes brasileiros.

Osny Duarte Pereira relata que, acompanhado pelo grupo dos juristas democratas brasileiros, viajou em 1951 para a União Soviética, em 1956 à China e em 1964 para a Hungria – todos estes países alinhados ao socialismo. A oportunidade de realizar tais viagens fez com que Duarte Pereira relatasse:

Em 1956, fomos à China e, em 1964, à Hungria; tudo trabalho [sic] da Associação, cuja contribuição à defesa dos presos políticos exige um estudo e, um dia, o *Panteão dos Advogados Sacrificados em Defesa da Liberdade, da Democracia e da Soberania Brasileira*. Os advogados deram-me oportunidade de fazer essas viagens e escrever livros descritivos, de modo que tive a oportunidade de crescer no conceito social, o que terminou por ter sido eu eleito para o Conselho da República, pela Câmara dos Deputados³¹⁰.

O livro, “A China de hoje”, contém, inclusive, uma apresentação escrita e assinada pela Delegação de Juristas em questão, na qual que é possível ler:

Integrando a Delegação de juristas pátrios, Osny Duarte Pereira, foi dos mais eficientes de seus colaboradores, não só por sua inteligência, por sua curiosidade, por seu amor ao trabalho e pela meticulosidade de seu espírito analítico e ainda por sua indiscutível cultura de história da civilização. Na Conferência de Bruxelas, os temas debatidos exauriram-se nos propósitos de felicidade dos povos, na sua liberdade e na coexistência pacífica. A viagem à China objetivou a observação de como uma Nação sacrificada se libertou de opressões interiores e exteriores, marchando para sua independência política, territorial e econômica.³¹¹

A China, conforme destacado anteriormente, se transformou numa sociedade comunista no ano de 1949. Num momento anterior, entre os anos de 1928 e 1948, o grupo político dos

³⁰⁸ PEREIRA, 1957.

³⁰⁹ *Ibidem*.

³¹⁰ PEREIRA. Depoimento de Osny Duarte Pereira. 2000.

³¹¹ PEREIRA, 1957.

nacionalistas esteve no poder. Visto e descrito pelos comunistas de modo negativo, o grupo dos nacionalistas era visto, pelos seus próprios membros, com o papel de concretizar a revolução inacabada de Sun Yatsen. Nessa perspectiva,

[...] a China seria unificada, e as divisões militaristas que a tinham despedaçado por duas décadas terminariam. A visão nacionalista para a China também a imaginava como um Estado industrializado [...] e desejava criar cidadãos autoconscientes que viveriam de modo científico e racional³¹².

No ano de 1949, Mao Tse-Tung assumiu o poder com um controle muito maior sobre a população. Apesar de ser considerada como uma sociedade isolada, sobretudo pela eliminação da maior parte da influência ocidental no país, a China estava exposta à influência da União Soviética. De acordo com Mitter³¹³, a década de 1950 foi o auge das interferências soviéticas na política e na cultura chinesa: “diplomatas soviéticos, missões técnicas, economistas e escritores, todos desempenharam seu papel na formação da nova China comunista”³¹⁴. Contudo, as tensões entre os países também cresceram levando ao rompimento na década de 1960.

Em termos socioeconômicos, a China passou por um processo de reforma agrária, no qual “cerca de 40% da terra redistribuída e cerca de 60% da população foi beneficiada com a mudança”³¹⁵. A necessidade de modernizar todas as esferas da sociedade chinesa era percebida, mas o alcance de tal modernização se tornava difícil, pois sem reconhecimento de muitos países ocidentais, a China encontrava-se sem parceiros comerciais.

Quando as relações com a URSS se estremeceram, no início da década de 1960, as soluções passaram a girar em torno da defesa da autossuficiência e Mao Tse-Tung propôs a política que ficou conhecida como o Grande Salto para Frente.

Era um plano altamente ambicioso de usar a força da economia socialista para aumentar a produção chinesa de aço, carvão e eletricidade. A agricultura deveria atingir um nível cada vez mais alto de coletivização, com os lotes de terra individuais (a base das reformas agrárias populares dos primeiros anos de Mao no poder) sendo incorporados em grandes fazendas coletivas³¹⁶.

Osny Duarte Pereira apresenta, então, trechos de falas que ouviu de um engenheiro que atuava como técnico dos escritórios do Conselho de Estado Chinês, com o qual teve contato direto durante a viagem. Ele afirma que:

³¹² MITTER, 2011, p. 38.

³¹³ *Ibidem*.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 47.

³¹⁵ *Ibidem*, p. 48.

³¹⁶ MITTER, 2011, p. 49.

Ninguém ignora que antes de 1949 nossa indústria vegetava num atraso imenso. Em 1936, a indústria representava apenas 10% da economia nacional. Em 1949, subira para 17%. A grande maioria das máquinas vinha do exterior. Quase toda a indústria concentrava-se nas mãos de empresas imperialistas, controlando-a, não só através das usinas genuinamente estrangeiras e básicas ao funcionamento de outras pequenas fábricas nacionais, mas ainda como acionistas das mais importantes, em que participavam capitalistas chineses. Assim, 38% do conjunto dos capitais investidos pertenciam a estrangeiros; 8% tocavam ao capital burocrático e 54% à burguesia nacional³¹⁷.

No interior da China, segundo este mesmo técnico, não havia indústrias.

Estavam grandes áreas concentradas nas mãos de latifundiários; a agricultura oferecia níveis baixíssimos. Sem instrumentos de ferro, sem adubos, lavrando minifúndios e sem massa operária, com poder aquisitivo razoável, a agricultura equilibrava-se nos limites da fome³¹⁸.

Osny, então, o questiona: “Quando se ultrapassaram os níveis mais altos de antes da guerra [civil chinesa]?”³¹⁹. O técnico responde:

Três anos depois, graças à planificação, ao confisco das empresas estrangeiras empregadas na indústria de base e como compensação dos prejuízos da guerra, causados pelo Japão e, depois, na Guerra da Coreia e no auxílio à camarilha de Chiang Kai-Shek, pelos Estados Unidos e Inglaterra; graças, sobretudo, à ajuda técnica das nações do campo socialista, notadamente da União Soviética, a China cicatrizara as feridas de dezenas de anos de guerra e podia preparar seu primeiro plano quinquenal 1953-1957³²⁰.

Na sequência, Osny Duarte Pereira descreve uma breve explanação do engenheiro acerca das linhas de trabalho do Plano Quinquenal implementado entre 1953 e 1957.

Sabem os senhores que, sem estabelecer uma sólida indústria de base no terreno do aço e outros metais, sem a produção de energia elétrica, em quantidades abundantes, sem petróleo barato, sem produzir máquinas-ferramentas proporcionais às necessidades de montagem e conservação da indústria leve subsequente, não se poderá pensar em industrialização. A elevação do nível de vida exige bens manufaturados acessíveis aos lavradores. Para atingir tal objetivo, dois caminhos devem ser atacados simultaneamente: primeiro, construir as usinas que permitam montar as fábricas das indústrias leves e proporcionar transportes baratos para que os bens cheguem facilmente aos locais de consumo; segundo, oferecer adubos químicos, máquinas e ensinar métodos racionais que permitam aos agricultores, com menor trabalho, recolher maiores quantidades. Assim, o camponês depende do operário e o operário depende camponês para melhorar o padrão de vida de um e de outro. Tudo isso, entretanto, não nos ensinavam no passado. *Os ‘testas de ferro’ do capital estrangeiro, na administração pública, pugnavam, por todos os modos, em convencer que éramos uma nação de agricultores e na agricultura residia nossa esperança. Deveríamos esforçar-nos por produzir sempre mais e mais barato, para trocar essa produção por produtos industriais de outras nações. [...]* O segredo do êxito consistiria em

³¹⁷ PEREIRA, 1957, p. 183.

³¹⁸ *Ibidem*, p. 186.

³¹⁹ *Ibidem*, p. 186.

³²⁰ *Ibidem*, p. 186.

harmonizar e compreender essa cooperação mútua entre nações, umas de agricultores e outras de industriais. Acontecia, porém, que sempre pagavam menos pelas nossas colheitas e cobravam mais caro por seus produtos industriais. *As empresas imperialistas recolhiam sempre dividendos mais elevados e o nosso povo afundava cada vez mais na miséria. [...] Sofremos, assim, o mais impiedoso saque de que há memória no gênero humano. Felizmente isso pertence ao passado. A China não volverá jamais a esses tempos*³²¹.

Duarte Pereira concluía, então, que estava

[...] o engenheiro chinês contando de seu país o que se passa em nossos dias na América Latina. Repetia conceitos que hoje se encontram incorporados à consciência da maior parte do povo brasileiro, inclusive dos juristas ali presentes³²².

Destaca-se, aqui, que aquilo que Osny Duarte Pereira indica como as falas do engenheiro chinês em questão são, em suma, uma tradução, para o português, daquilo que o próprio jurista compreendeu. Sendo assim, há que se considerar os elementos de parcialidade decorrentes deste processo.

Percebe-se, nos trechos explicitados acima, que, na visão de Duarte Pereira, os problemas vivenciados pela China até 1949, na perspectiva de um membro do governo comunista, – miséria, atraso, fome – eram consequências da industrialização e da agricultura ineficientes que, por sua vez, se mantinham insuficientes devido à atuação do imperialismo no país. Os mesmos fenômenos eram evidenciados no Brasil da década de 1950. Mais uma vez, a dependência do capital estrangeiro – reflexo das políticas imperialistas – era vista como o grande impedimento para o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas.

O engenheiro explanou também sobre alguns grandes empreendimentos implementados na China – tais como treze grandes represas que foram construídas. O jurista Duarte Pereira questionava, então, como os chineses arrecadavam capitais para empreendimentos tão vultosos, a partir do momento em que adotavam uma postura de afastamento das nações imperialistas. O técnico responde:

Efetivamente as nações capitalistas têm apenas dois meios de acumular capital para inversões reprodutivas: empréstimos ou exploração imperialista de países mais fracos. Num Estado, entretanto, em que os lucros das indústrias de base reverterem ao Tesouro, em vez de irem ter ao bolso de pequena minoria; e onde os lucros da burguesia somente se permitem dentro de limites justos a acumulação de capital em mãos do Poder Público, ou seja, do povo, consegue logo resultados astronômicos. Foi isto que permitiu incluir no orçamento

³²¹ PEREIRA, 1957, p. 187-188. Grifo nosso.

³²² *Ibidem*, p. 188.

normal da República, em 1953 e em 1954, cerca de 46% de todas as despesas votadas em investimentos industriais³²³.

Assim, uma das soluções para os problemas nacionais brasileiros estava, na perspectiva de Duarte Pereira, no aprendizado com os exemplos de países socialistas que, rompendo com o imperialismo, tentavam alcançar maior independência econômica. Uma crítica se faz, pois, necessária. O técnico chinês cujas falas são mencionadas por Duarte Pereira era um defensor do governo e, portanto, tenderia a defendê-lo e a colocá-lo numa posição superior ao regime que antecedeu o comunismo. Há que se relativizar, portanto, o teor laudatório expresso por este indivíduo.

O plano “Salto pra Frente”, por exemplo, afirmava que “a vontade política, combinada com o marxismo científico, produziria um milagre econômico de que o capitalismo não era capaz”. As principais metas deste projeto giravam em torno da modernização da indústria e da agricultura. No princípio, o

Salto para Frente produziu grande entusiasmo em todo o país: os chineses tanto nas áreas rurais quanto urbanas participavam de campanhas de massa que não eram apenas econômicas, mas também culturais e artísticas.

Com o passar do tempo, porém, o plano se mostrou insuficiente e a China enfrentou, entre o fim dos anos 1950 e o início dos anos 1960, uma onda de fome em massa que só seria solucionada com a mudança de estratégia econômica para resgate da agricultura e da indústria.

Mesmo convicto de que as medidas que vigoravam na China levariam a melhorias socioeconômicas no país, e enquanto claramente simpático aos regimes socialistas, Osny Duarte Pereira não propagandeava, para o Brasil, uma revolução comunista nos moldes daquelas ocorridas em Cuba, China ou União Soviética.

Em entrevista ao Museu de Imagem e do Som, nos anos 1990, e, portanto, reinterpretando sua própria trajetória e história de vida, o jurista afirmava não ter sido “militante político, nem militante marxista”³²⁴. Duarte Pereira se autodenominava apartidário, considerando-se como alguém sempre a favor da democracia e da luta contra as desigualdades³²⁵.

A proposta “revolucionária” pensada, em relação ao Brasil, por Duarte Pereira, deveria ser feita de modo a conter “o processo espoliativo das riquezas nacionais”³²⁶, pois, caso não

³²³ PEREIRA, 1957, p. 190.

³²⁴ PEREIRA. Osny Duarte Pereira: Magistrado, intelectual e cidadão. Entrevista [informação verbal].

³²⁵ PEREIRA. *Depoimento de Osny Duarte Pereira*. Grifo nosso.

³²⁶ PEREIRA, 1963, p. 41

fosse contido, o trabalho de tantos brasileiros seria em vão. Além disso, seria imprescindível “extinguir o latifúndio como em todas as implicações de seus privilégios”³²⁷, pois, em caso contrário, o trabalho dos brasileiros representaria o acúmulo de bens “para os cofres de alguns poucos e a nação continuará estagnada e com a miséria a alastrar-se”³²⁸.

Em decorrência da situação caótica na qual o Brasil encontrava-se inserido, sob o domínio dos ditos imperialistas e entreguistas, transformações estavam prestes a acontecer, na perspectiva do jurista, uma vez que muitos intelectuais brasileiros, bem como ideólogos de outros povos subdesenvolvidos, começavam a defender a necessidade de uma significativa ruptura.

A revolução dos países subdesenvolvidos é agora o argumento de dezenas de livros que se ocupam com problemas sociais contemporâneos, inclusive escritos por pensadores católicos e pelo próprio clero. A revolução está na consciência de todos os sociólogos e se muitos consideram-na viável por meios pacíficos, outros entendem que somente a violência lhe dará o triunfo. *Esta revolução, entre nós, denomina-se – reformas de base.* Toda revolução, pacífica ou violenta, tem de importar em reforma de base, ou não será revolução³²⁹.

O projeto político que mais se mostrava capaz de reestruturar a sociedade brasileira era, portanto, as chamadas reformas de base³³⁰. Consistia, pois, em iniciativas que objetivavam alterar, como o próprio nome já indica, os pilares socioeconômicos do país. Reformas fiscais, urbanas, agrárias, universitárias e administrativas deveriam ser articuladas. Duarte Pereira afirmava que, o então presidente da República, em 1963, João Goulart, teria percebido que o povo brasileiro reclamava pelas reformas de base e não mais poderiam “suportar o egoísmo dos privilegiados”³³¹. Para o jurista, as ações do governo precisavam ser acompanhadas de perto e seriam “uma farsa e um insulto à miséria, se o latifúndio e o imperialismo permanecerem intocáveis”³³².

Não por acaso, ao final da aula que ministrava aos novos ingressos no ISEB, Duarte Pereira afirmava que um

³²⁷ *Ibidem*, p. 41. Grifo nosso.

³²⁸ *Ibidem*, p. 41. Grifo nosso.

³²⁹ *Ibidem*, p. 40. Grifo nosso.

³³⁰ Ainda na década de 1950, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) já discutia a implantação de medidas políticas, econômicas e sociais que pudessem superar a condição de subdesenvolvimento que identificavam no Brasil. Em 1961, com a chegada de João Goulart à presidência, este conjunto de propostas passou a ser denominado “Reformas de Base”, tornando-se o principal elemento da política de Goulart. Dentre as reformas, destacavam-se as reformas agrária, urbana, administrativa, fiscal e universitária. Para mais informações, ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre memória e história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. 191p.

³³¹ PEREIRA, 1963, p. 41.

³³² *Ibidem*, p. 41.

[...] exame do que deviam ser essas reformas de base, a forma pela qual poderemos atingi-las é o escopo dos estudos que juntos vamos todos empreender neste ano, todas as manhãs e em muitas tardes e noites. Oxalá tenhamos êxito e nossa obra possa contribuir para ajudar os milhões de concidadãos que, em outros laboratórios, cátedras, tribunas dos sindicatos, dos parlamentos, redações de jornais e microfones, nas casernas e nos lares, dedicam-se a este mesmo trabalho em todos os continentes, *na luta contra a miséria e a injustiça*. Sede bem-vindos e que *a chama do vosso patriotismo não cesse de aquecer os corações nem de atirar o pensamento e nem de derramar a vossa solidariedade em favor dos que sofrem e não sabem curar-se de suas aflições*³³³.

De fato, o projeto de desenvolvimento nacional proposto por Duarte Pereira não almejava romper com o capitalismo nem mesmo com as premissas básicas do desenvolvimentismo. Com isso, pode-se compreender as ideias defendidas por Duarte Pereira dentro daquilo que Escobar³³⁴ considera como apenas uma nova faceta do desenvolvimento e não uma superação de suas estruturas. Osny Duarte Pereira defendia um modelo de desenvolvimento, pensado, construído e executado por brasileiros, em benefício dos próprios brasileiros, e não mais pela atuação de grupos estrangeiros.

No entanto, o desenvolvimento nacional permaneceria sendo pautado numa constante necessidade de modernização nas indústrias e também na agricultura. A pergunta que se faz pertinente é: De que modo, o projeto de desenvolvimento nacional compartilhado por Osny Duarte Pereira compreendia as questões florestais? Em que medida, as nuances do mundo natural eram limitadoras para os ímpetus de modernização? Como Duarte Pereira articulava a defesa do desenvolvimento, conservação das florestas e a busca por uma sociedade mais equânime? No próximo capítulo, buscar-se-á responder a tais indagações.

Capítulo 3

Projetos desenvolvimentistas e a conservação das florestas

3.1. O Direito Florestal Brasileiro: em busca da historicidade

É possível encontrar leis e/ou regulamentos com certo teor de pensamento ambiental nos primeiros decretos feitos, ainda no período colonial, por exemplo, acerca da extração do pau-brasil³³⁵. Entretanto, isso soa como minimamente anacrônico, uma vez que as concepções

³³³ *Ibidem*, p. 41.

³³⁴ ESCOBAR, 2005.

³³⁵ Sobre esse tópico ver: DEAN, 1996.

ambientais, sobretudo aquelas ligadas à preservação e conservação, são mais recentes e vão se constituir, no Brasil ao longo do século XX. Portanto, as buscas por uma origem da legislação florestal, em geral, caem no anacronismo. Contudo, algumas observações pontuais são necessárias para compreender as posições de Osny Duarte Pereira.

José Augusto Pádua, em seu livro “Um sopro de destruição: pensamento e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)”³³⁶ indica que os autores que formaram “uma tradição intelectual de crítica ambiental ficaram restritos ao plano das ideias”³³⁷. Em suma, apesar de existentes, as preocupações com o meio ambiente eram bastante reduzidas e deve-se sempre ter o cuidado de, partindo do presente com todas suas perspectivas, não encarar estas e outras medidas como o mito de uma origem remota de um movimento ambientalista. É preciso encará-las como dispositivos isolados e não como estrutura sistematizada de legislação ambiental.

Na visão de Duarte Pereira, as disposições imperiais se constituíram em letra morta. Nos primeiros anos da República, por sua vez, também teria havido um silenciamento das questões florestais. Diante da falta de ações por parte do Governo Federal,

[...] os Estados organizaram seus próprios serviços florestais e promulgaram leis, algumas bastante perfeitas, como o Código para o Serviço Florestal do Estado do Sergipe, datado de 1913, o Regulamento do Serviço Florestal da Bahia de 1918, o Código Florestal da Bahia de 1918, o Código Florestal do Paraná de 1907 [...], bem como o Decreto n° 3004 de 1922 do mesmo Estado. Entretanto, como legislar sobre florestas importa em grande parte em legislar sobre Direito Civil e Direito Penal, cuja competência era exclusivamente da União, esses atos estaduais não receberam o apoio do Poder Judiciário e foram condenados ao fracasso³³⁸.

Deste modo, o advento da República, em 1889, não trouxe consigo, de modo imediato, muitas alterações. Segundo Drummond³³⁹ e Dean³⁴⁰, o Brasil enfrentou – e pode-se acrescentar que ainda enfrenta – as dificuldades decorrentes de uma falta de controle governamental sobre as terras públicas do país. A novidade Primeira República foi que os governos estaduais ficaram responsáveis em legislar sobre as políticas de terras. De acordo com Dean, nos primeiros anos do século XX, os projetos, então praticados, de modernizar o país geraram impactos

³³⁶ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

³³⁷ *Ibidem*, p. 30.

³³⁸ PEREIRA, 1950, p. 187.

³³⁹ DRUMMOND, José Augusto. O Monopólio Real Português e a Dinâmica do Desmatamento no Brasil Colonial – Resenha de Fruitless Trees. *Diálogos – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*, v.1, p. 237-244, 2000.

³⁴⁰ DEAN, 1996.

ambientais que foram, inclusive, percebidos pela população. Ressalta-se que a modernização em questão se dava, sobretudo, em relação ao campo, no sentido de maximizar a produção agrícola. A partir da década de 1930, no entanto, já se torna pertinente dizer que se tem um maior número de ações, leis e regulamentos.

Contudo, Drummond³⁴¹ afirma que o período compreendido entre 1934 e 1988, quando se entende por *ambientalismo* uma preocupação da sociedade com a qualidade do mundo natural, não foi “ambientalista”; foi, sem dúvida, “desenvolvimentista no pior sentido que o termo pode ter para quem se preocupa com o ambiente natural”³⁴². O período Vargas (1930-1945), situado no entreguerras, esteve fortemente ligado a um intenso estímulo de crescimento industrial. Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), o desenvolvimentismo, no sentido amplo, vira um discurso predominante no contexto nacional, caracterizado por disputas políticas. A partir de 1964, embora politicamente envolto por um regime ditatorial, o Brasil entra num período que “herdou e aprofundou o projeto desenvolvimentista, e teve amplo apoio nacional nesse sentido”³⁴³³⁴⁴.

Ainda segundo Drummond³⁴⁵, a maior parte da legislação ambiental brasileira surgiu na transição entre a Ditadura Militar (1964-1985) e a redemocratização. Apesar disso, é possível identificar, num momento anterior, alguns marcos importantes, sobretudo o Código Florestal de 1934 (Decreto 23.739 de 23 de janeiro de 1934), o Código das Águas (1934), o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964), o Código Florestal de 1965 (Lei 4.711 de 15 de setembro de 1965) e a Lei de Proteção à Fauna (Lei 5.197, de 3 de janeiro de 1967).

Nos primeiros anos do século XX, segundo Dean³⁴⁶, intelectuais brasileiros já reconheciam a necessidade de elaboração de um Código Florestal. No entanto, como destaca Carvalho³⁴⁷, durante toda a Primeira República, as questões florestais concentraram-se na tutela dos estados, uma vez que a Constituição de 1891 concedeu a eles o controle dos fundos territoriais.

³⁴¹ DRUMMOND, José Augusto. A legislação brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. II, n. 3 e 4, p. 127-149, 2. sem. 1998 e 1. sem. 1999.

³⁴² DRUMMOND, 1999. p. 128.

³⁴³ A abordagem da tradição nacional-desenvolvimentista na ditadura e como base para uma modernização autoritária é trabalhada na obra “Ditadura e democracia no Brasil” de Daniel Aarão Reis Filho.

³⁴⁴ DRUMMOND, 1999, p. 128.

³⁴⁵ *Ibidem*.

³⁴⁶ DEAN, 1996.

³⁴⁷ CARVALHO, 2016.

O ano de 1930 foi marcado, na política brasileira, por uma ruptura: a Primeira República (1889-1930), caracterizada por suas posturas liberais, foi substituída por uma nova forma de organização do Estado. Segundo Ângela de Castro Gomes³⁴⁸, os políticos e intelectuais apoiadores do golpe de 1930 e principalmente aqueles que também apoiaram a instauração do Estado Novo (1937-1945) perceberam a necessidade de legitimar o novo regime. Para tal, se voltaram à origem do movimento “revolucionário” e realizaram um diagnóstico sobre o passado político brasileiro, sobretudo acerca da experiência da Primeira República. Esta teria sido “interpretada como um grande e longo divórcio entre nossa realidade física e cultural e nosso modelo político de Estado”³⁴⁹. Para estes sujeitos, o liberalismo excessivamente “internacionalista, não atentava para as especificidades nacionais, não podendo, portanto, oferecer ao homem brasileiro uma direção própria, um objetivo de luta pela construção nacional”³⁵⁰.

Ao analisar os trabalhos dos ideólogos do Estado Novo, publicados na revista *Cultura Política*, Gomes identifica que um dos principais pontos defendidos era a incapacidade do estado liberal da Primeira República de integrar o homem à terra brasileira: “as instituições existentes colidiam com a realidade social. Havia dois mundos distintos: o do homem e o da natureza, e a política era algo distante de tudo e de todos”³⁵¹.

A natureza era identificada como fator crucial da realidade brasileira:

A natureza era aquela de um território imenso e povoado de riquezas naturais. Porém, era também a natureza desconhecida e inaproveitada pela incúria política de um regime demagógico que se satisfazia com um discurso ufanista: ‘*O Brasil liberal era o Brasil do Amazonas; maior rio do mundo – da Guanabara, a baía mais linda do mundo -, da mina de Morro Velho, a mais rica do mundo. O Brasil liberal era o país onde tudo era grande, menos... o homem*’. Este permanecia ignorado e afastado do potencial de sua própria terra³⁵².

Segundo interpretação dos defensores do movimento de 1930, os brasileiros comuns eram vistos pelos liberais como sujeitos preguiçosos e incapazes. A natureza, por sua vez, era admirada e enaltecida, mas estava afastada do homem, afastada do seu uso prático e efetivo, o que impedia a consolidação de sua exploração com fins de desenvolvimento da economia nacional.

³⁴⁸ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 319 p.

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 191.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 192.

³⁵¹ *Ibidem*, p. 192.

³⁵² GOMES, 2005, p. 193. Grifo da autora.

O movimento de 1930 objetivava um retorno à realidade nacional: se o Estado liberal separava o homem da terra e o homem do seu papel na política, o novo Estado reorganizaria a sociedade brasileira pela via do poder político.

Tal ação implicava um ‘retorno’ à própria natureza – às riquezas potenciais e inativas do país e um ‘retorno’ à própria cultura nacional – ao caráter do homem brasileiro. A tradição a ser encontrada e revivida seria a junção da natureza e da cultura por intervenção da política, que acionaria o elemento integrador e produtivo do trabalho nacional. *A terra era rica e o homem era bom, mas nada disso tinha significado quando abandonado e inexplorado. A ‘restauração’ seria um verdadeiro ato de construção da terra e do homem, pela exploração da primeira e formação do segundo.* Ambos os processos seriam coordenados por novas elites políticas, que de fato se comunicariam com as massas e que interfeririam no curso da história, mobilizando o esforço transformador do trabalho humano³⁵³.

Caberia ao Estado, autoritariamente, enquanto sujeito nacional interventor, tutelar o povo e, por meio dele, controlar a natureza. Essencialmente agroexportador desde o período colonial, existia no Brasil uma elite que se beneficiava intensamente de tal configuração agrária. A industrialização, de modo geral, ainda avançava de modo pouco significativo, fosse pela falta de capital da elite nacional ou pela falta de interesse desta mesma elite em arriscar investimentos no setor da indústria.

No contexto internacional, a passagem da década de 1920 para a década de 1930, esteve marcada pelas consequências da I Guerra Mundial e da Crise de 1929. Nesse momento, os preceitos do liberalismo econômico e político são colocados em xeque. Com os ideais liberais ruindo concomitantemente à crise econômica, principalmente pela redução estadunidense da demanda do café, a elite brasileira percebeu que o país não poderia ser inteiramente dependente da agroexportação.

Por isso, os anos de 1930 foram marcados, no Brasil, por políticas de incentivo à industrialização. O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) teve como uma de suas prioridades o desenvolvimento da indústria nacional. Tal processo, aliado ao abandono das posturas liberais da Primeira República, permitiu “a elaboração efetiva de uma legislação florestal unificada no nível federal do Brasil”³⁵⁴. A natureza precisava ser explorada pelo *homem novo* sob a tutela do Estado tanto para fins de produção agrícola, quanto para suprir de matérias-primas às indústrias emergentes.

³⁵³ *Ibidem*, p. 195. Grifo nosso.

³⁵⁴ CARVALHO, 2016, p. 419.

Segundo Oliveira³⁵⁵, a realidade socioeconômica e política da sociedade brasileira no começo dos anos de 1930 apresentou concentração populacional nas grandes cidades; avanço da cafeicultura sobre o Vale do Paraíba, levando à substituição de toda a vegetação nativa; criação extensiva de gado por meio de técnicas pouco sensíveis à conservação; devastação maciça das florestas de araucárias no Sul do Brasil; para citar alguns exemplos. O governo federal, diante deste cenário, percebeu a importância de se aprovar uma legislação capaz de estabelecer limites ao que era entendido como desperdício das riquezas naturais brasileiras.

De acordo com Dean, também na década de 1930 emergiu uma “nova geração de cientistas conservacionistas que vinculavam suas preocupações e carreiras às do Estado-nação emergente”³⁵⁶. Não por coincidência, parte desses conservacionistas compôs o grupo formado para a escrita do primeiro Código Florestal Brasileiro. Constituiu-se, então, um anteprojeto elaborado por uma comissão especial: o relator foi Luciano Pereira da Silva, na época procurador jurídico do Serviço Florestal. Teve como membros intelectuais ligados à instituições públicas brasileiras como Alberto José Sampaio (1881-1946), Armando Magalhães Correa (1889-1944), Cândido de Mello Leitão (1886-1948) e Carlos Frederico Hoehne (1882-1959)³⁵⁷.

Cabe aqui uma breve digressão sobre os intelectuais ligados à proteção da natureza no século XX no Brasil. Franco e Drummond³⁵⁸ indicam que houve três gerações principais de autores e organizações que se debruçaram sobre a “proteção da natureza”. A primeira delas, compreendida entre os anos 1920 e 1940, foi marcada por intensa relação entre proteção da natureza com discussões em torno da formação da identidade nacional brasileira. Os intelectuais que dela faziam parte acreditavam que defender a natureza era fundamental para a construção da nação brasileira, em suas dimensões materiais e simbólicas.

Esses homens articularam diversas propostas e puseram em prática vários projetos ligados à conservação das florestas, criando associações como a *Sociedade dos Amigos das*

³⁵⁵ OLIVEIRA, Arthur Henrique de. *Alberto José de Sampaio (1881-1946): contexto, vida e obra de um conservacionista brasileiro*. 2008. 128p. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2008.

³⁵⁶ DEAN, 1996, p. 273.

³⁵⁷ OLIVEIRA, 2008.

³⁵⁸ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009. 272 p.

*Árvores*³⁵⁹. Pode-se destacar também, a criação dos primeiros parques nacionais³⁶⁰, além, principalmente, da promulgação do primeiro Código Florestal Brasileiro que passou a vigorar em 1934³⁶¹. Ainda de acordo com Franco e Drummond³⁶², a segunda geração pode ser definida entre os anos de 1950 a 1980. Os intelectuais que a compunham estavam, em sua maioria, ligados à Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN).

A última dessas gerações teria surgido a partir dos anos 1970, no bojo das discussões daquilo que se convencionou chamar de movimento ambientalista. Nesse momento, as ideias de preservação e conservação já não mais privilegiavam a questão da identidade nacional. O grande foco era, e pode-se dizer que ainda é, mobilizar os diversos conhecimentos científicos para uma melhor compreensão das capacidades-limite dos ecossistemas e, conseqüentemente, uma forte crítica ao crescimento econômico que traz consigo inúmeros impactos ao ambiente³⁶³.

Retomando as ideias de Dean³⁶⁴, nos anos 1930, sobretudo a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, “uma nova geração de cientistas conservacionistas vincularam suas preocupações e suas carreiras às do Estado-nação emergente”³⁶⁵, destacando-se figuras como Alberto José de Sampaio³⁶⁶, então diretor do Museu Nacional (MN) do Rio de Janeiro, Frederico Carlos Hoehne, então diretor do Instituto Butantã e Armando Magalhães Côrrea, professor e jornalista.

Além disso, também segundo Dean³⁶⁷, grupos cívicos brasileiros assumiram questões conservacionistas: Centro Excursionista Brasileiro, Federação Brasileira para o Progresso Feminino (provavelmente por conta de uma de suas líderes ser Berta Lutz, bióloga do Museu Nacional), Sociedade de Amigos de Alberto Torres, Clube de Amigos da Natureza, Sociedade de Amigos das Árvores, Sociedades dos Amigos da Flora Brasílica.

³⁵⁹ A Sociedade dos Amigos das Árvores foi fundada, em 1931, pelo botânico brasileiro Alberto Sampaio (1881-1946). Tratava-se de uma associação que se dedicava a atuar em meio às questões conservacionistas. Para mais informações, ver: CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza no projeto de construção de um Brasil Moderno e a obra de Alberto José de Sampaio*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 154p. 2006.

³⁶⁰ Parque do Itatiaia – 1937; Parque Nacional do Iguaçu – 1939 e Parque Nacional da Serra dos Órgãos em 1939.

³⁶¹ FRANCO & DRUMMOND, 2009.

³⁶² *Ibidem*.

³⁶³ *Ibidem*.

³⁶⁴ DEAN, 1996.

³⁶⁵ *Ibidem*, p. 273.

³⁶⁶ CAPANEMA, 2006.

³⁶⁷ DEAN, 1996.

Em meio a tal efervescência e por consequência dela, entre maio de 1933 e outubro de 1934, o presidente Vargas decretou uma série de códigos regulamentando expedições científicas, uso da água, uso das minas, a caça e a pesca e, também, o primeiro Código Florestal brasileiro. Para Dean³⁶⁸, com esta legislação, as florestas passaram a ser convertidas em uma das responsabilidades do governo federal, algo representativo da importância que se objetivava dar à natureza.

Torna-se imprescindível ressaltar também que os conceitos de “meio ambiente” ou “ambiental” surgem apenas na segunda metade do século XX. Mesmo ao se tratar dos anos de 1950 e 1960, ainda corre-se o risco de anacronismo ao falar em “questões ambientais”, uma vez que as próprias legislações, como o Código Florestal de 1965, usavam termos como “proteção de rios”, “proteção das florestas” e não o conceito de “ambiente”. Para a presente dissertação, sobretudo partindo do conhecimento dos termos elencados pelo próprio Osny Duarte Pereira, o papel da natureza nos projetos de desenvolvimento nacional será tratado, pois, como “questões florestais”.

3.2. O Direito Florestal e o direito à floresta em Osny Duarte Pereira

A obra, intitulada “Direito Florestal Brasileiro”, de Osny Duarte Pereira, foi publicada, em 1950, pela Editora Borsoi, no Rio de Janeiro. Constituindo-se numa produção consideravelmente extensa, o livro é dividido em vinte e oito capítulos que versam sobre quatro pontos principais: análise comparativa acerca do surgimento e o desenvolvimento da legislação florestal no Brasil e no mundo; estrutura, fundamentos e objetivos do Direito Florestal no Brasil; considerações sobre o Código Florestal de 1934 (o que vigorava no momento em que a obra foi escrita); considerações acerca do Instituto Nacional do Pinho e da indústria madeireira.

Na perspectiva de Osny Duarte Pereira, a promulgação do primeiro Código Florestal no Brasil, em 1934, é parte de um movimento evidenciado em diversas partes do mundo. Para o autor e jurista, nas primeiras décadas do século XX, em muitos países foi percebida a necessidade de se desenvolver, dentro do Direito, um ramo específico para se pensar nas questões florestais. Isso porque, segundo Duarte Pereira, muitos ramos do Direito já se

³⁶⁸ *Ibidem.*

ocupavam das florestas, mas era preciso uma autonomia para que o tema fosse tratado com maior profundidade e especificidade³⁶⁹.

Mais do que isso, para Duarte Pereira a especialização do Direito era um reflexo da própria sociedade que, por ser muito complexa, exigia subdivisões para que fossem feitas melhores análises de cada um de seus componentes.

O desenvolvimento da técnica, a complexidade crescente da vida social, a ampliação dos problemas econômicos exigem a subdivisão do trabalho e a especialização. Esse fenômeno se reflete no Direito que é a abóboda protetora de qualquer esforço humano e sem a qual se tornaria caótico, indisciplinado, afinal, impossível. O Direito deve, pois, evoluir continuamente, na mesma escala do progresso científico da Humanidade, a fim de poder fazer frente a todos os desequilíbrios e exigências novas que a ciência universal reclama, para se desenvolver, sem perturbações de qualquer ordem. Disto resulta que não bastam mais as primitivas divisões em direito penal e direito civil, etc. Novas subdivisões são impostas e surgem assim no Direito Positivo, novos Códigos: O Código de Contabilidade Pública, o Código de Obrigações, o Código do Ar, o Código de Contravenções, o Código de Trânsito, o Código de Caça e Pesca, o Código Penal Militar, o Código Florestal e outros ³⁷⁰.

Emergia, então, no início do século XX, tratados, publicações e trabalhos sobre Direito Florestal. Pode-se afirmar que Osny Duarte Pereira era um defensor da autonomia deste ramo do saber, justificando tal posicionamento pelos perigos aos quais as florestas estavam sendo expostas mediante a ausência de legislação florestal que fosse capaz de conter a devastação.

Enquanto não se preocupou o Estado em legislar sobre as matas, o problema de devastação se agigantava. Feitas as leis, concentrando-se disposições esparsas, o quadro já se modificou, pois é o direito, na expressão de Kant, o que torna possível a coexistência das liberdades individuais. A presença de “Códigos Florestais” revela apreço ao assunto³⁷¹.

Para que um Código fosse, portanto, devidamente aplicado, Osny Duarte Pereira defendia a necessidade de se conhecer o conteúdo jurídico de seus dispositivos inteiramente e tal estudo dos Códigos Florestais deveria ser efetuado no âmbito do Direito Florestal.

Assim, pois, não há como negar a existência de um Direito Florestal, disciplina que, por seus reflexos na vida humana, deve ser considerada o mais importante ramo de todo o Direito. Não obstante isto, a Humanidade apenas

³⁶⁹ Osny Duarte Pereira chama atenção para iniciativas de consolidação da linha do Direito Florestal em algumas partes do mundo: “Veja-se, por exemplo, o estudo de Trifone (Concetti e limiti del Diritto Forestale, in *Annali del R. Ist. Sup. For. Nazion.*, Firenzem 1919-1920, páginas 187 e seguintes e bibliografia ali citada). Na França, Charles Guyot, diretor da Escola Nacional de Águas e Florestas (Escola de Nancy) e professor da cadeira de “Direito Florestal”, já em 1908, escreveu o seu ‘Cours de Droit Forestier’, demonstrando assim a necessidade do estudo autônomo deste trecho da ciência jurídica” (Direito Florestal Brasileiro, p. 142).

³⁷⁰ PEREIRA, 1950, p. 142-143.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 143.

ensaia os primeiros passos nesta matéria e a literatura existente ocupa ainda um espaço irrisório nas bibliotecas nacionais de cada país³⁷².

Duarte Pereira destaca também um “ciclo inverso” no Direito Florestal Brasileiro. Em geral, nos demais países do mundo, os Códigos Florestais se constituíam como resultado do desenvolvimento de estudos em Direito Florestal. No Brasil, contudo, o processo estava se dando de forma inversa, uma vez que a partir do primeiro Código Florestal, elaborado em 1934, é que se consolidaria o Direito Florestal.

Na perspectiva do jurista, o Brasil era um país que ainda não possuía, até o início da década de 1950, nenhuma obra jurídica sobre Direito Florestal,

[...] lacuna tanto mais grave, quando se considera que a costa atlântica não dispõe mais de reservas e nos Estados do Sul começamos a escavar as cabeceiras dos rios que foram a Bacia do Rio da Prata, transformando o problema brasileiro num problema continental, pelo desequilíbrio que poderemos trazer ao regime das águas, nos rios que percorrem os países vizinhos. *Iluminados são, pois, todos os administradores que sacodem a nacionalidade, despertam a cultura de todos os setores e congregam todas as forças, inclusive as do campo jurídico, para enfrentar a ameaça que a Natureza faz ao Brasil. O Direito Florestal nasce, portanto, do Código*³⁷³.

Mais do que isso, Duarte Pereira considerava que o Código se converteria no

[...] invólucro do remédio salvador. Da inteligência dos seus dispositivos, nós, juristas, estamos no dever de preparar as doses do medicamento destinado a extinguir as larvas que devastam nossos recursos florestais. *Essa preparação reclama estudo, exame comparativo, concentração científica, desmembramento, análise, da qual surge a autonomia, a especialização, enfim, o Direito Florestal*³⁷⁴.

Dos excertos acima, é possível destacar a associação feita por Duarte Pereira entre nacionalidade (amor à nação), legislação florestal e ameaça à natureza. Diante de um cenário, no Brasil, em que, na visão do jurista, poucos se sensibilizavam com as questões florestais, Duarte Pereira caracterizava como “iluminados” aqueles que mobilizavam os diversos conhecimentos para fazer frente à devastação das florestas.

Em termos temporais, cabe dizer que Osny Duarte Pereira se vinculava à segunda geração de intelectuais conservacionistas, conforme foi traçado por Drummond. As posições do jurista se distanciavam, em alguma medida, daquelas propostas pela primeira geração, na medida em que Duarte Pereira destacava a importância da industrialização, sobretudo em relação às atividades agrícolas, na economia brasileira, o que corroborava sua defesa de um

³⁷² PEREIRA, 1950, p. 144.

³⁷³ *Ibidem*, p. 144. Grifo nosso.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 144-145. Grifo nosso.

projeto nacional-desenvolvimentista. Por outro lado, por relacionar a conservação das florestas com a construção e a valorização da nacionalidade brasileira, é pertinente afirmar que, em suas análises, compartilhava, sim, alguns posicionamentos da primeira geração. Para este grupo, assim como para o jurista, a defesa da natureza era imprescindível, pois ela representava, além de sustento, também um pilar sobre o qual se ergueu a sociedade brasileira. Deste modo, percebe-se que há rupturas, mas sem dúvidas há também continuidades entre as gerações de conservacionistas brasileiros ao longo do século XX.

Na perspectiva de Osny Duarte Pereira, a construção do Direito Florestal Brasileiro se iniciaria, então, a partir do Código Florestal de 1934. A sua originalidade se dava pelo fato do Código não seguir, com total fidelidade, nenhum dos modelos europeus. A Subcomissão que elaborou o texto legislativo destacava:

Na elaboração dos monumentos legislativos é de praxe tomar-se algum dos já existentes por modelo. Aproveita-se a experiência bem-sucedida de outras nações, naquilo que for aplicável ao país visado. Infelizmente a Subcomissão não pode adotar esse critério, senão em raros detalhes, por não ter encontrado entre os Códigos Florestais em outros países nenhum que conviesse servir de modelo ao nosso. É que país algum, já provido de legislação florestal, se apresenta ao observador sob as mesmas condições do Brasil, quer sob o aspecto político-administrativo, quer sob o do meio físico e social. Teve, pois, a Subcomissão de fazer obra original, baseando-se na lição dos técnicos e valendo-se do conhecimento pessoal que tem os seus componentes das diversas regiões do Brasil³⁷⁵.

Para Osny Duarte Pereira, a decisão, por parte da Subcomissão, foi acertada, uma vez que o Brasil apresenta “características, sem semelhança, em conjunto, com qualquer outro país”³⁷⁶.

Osny Duarte Pereira aponta que, a pedido do Dr. Virgílio Gualberto, na época presidente do Instituto Nacional do Pinho, estudou e escreveu o resultado de suas “observações sobre o Direito Florestal, aqui [no Brasil] e no estrangeiro”³⁷⁷. O resultado, segundo o próprio Osny Duarte Pereira, foi “o primeiro livro jurídico sobre este problema no Brasil”³⁷⁸.

O objetivo central da obra sobre direito florestal, para Osny Duarte Pereira, seria

[...] despertar entre os juristas do Brasil a atenção para este ramo do Direito que o digo com absoluta certeza – é o mais importante, sob o ponto de vista econômico, de toda a ciência jurídica. A continuação do silêncio nacional, por mais cem anos, nesta matéria, trará, como consequência irremovível o desaparecimento dos demais quadros do Direito, por inúteis. Para que estudar Direito Civil, Comercial, Penal, Judiciário, etc. às margens do Saara? Este será

³⁷⁵ Texto apresentado pela Subcomissão do Código Florestal de 1934 apud PEREIRA, Osny Duarte. *Direito Florestal Brasileiro*, 1950. p. 145.

³⁷⁶ PEREIRA, 1950, p. 145.

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 3.

³⁷⁸ PEREIRA, 1950, p. 3.

o destino do Brasil, se continuarmos de braços cruzados, nesse período. Não tenhamos dúvidas³⁷⁹.

O prefácio da obra “Direito Florestal Brasileiro”, não por mero acaso, foi escrito por Virgílio Gualberto, na época presidente do Instituto Nacional do Pinho. Neste texto, torna-se clara a postura de Gualberto: a natureza brasileira estava claramente ameaçada pela forma como tanto os particulares, quanto a esfera pública – em seus vários níveis de atuação – lidavam com as florestas. As atividades econômicas desempenhadas pelo país, sobretudo a agricultura e as indústrias da madeira, de lenha e de carvão, não eram, em sua perspectiva, realizadas da forma adequada.

As causas dessa destruição situam-se não apenas no imediatismo com que costumamos improvisar as nossas explorações econômicas, sobretudo as de caráter extrativo, mas também na constante solicitação a que está sujeita a floresta brasileira para atender reclamos crescentes de madeira, de lenha e de carvão, indispensáveis à manutenção da nossa atividade econômica no seu estágio atual, os dois últimos, porém, responsáveis em altíssima escala pela devastação das nossas matas secundárias sobreviventes³⁸⁰.

O presidente do Instituto Nacional do Pinho identificava também que os impostos cobrados para as terras reflorestadas, consideradas então como improdutivas, eram mais onerosos do que aqueles tributos para as terras produtivas. Além disso, as organizações bancárias concediam

[...] créditos com a garantia das culturas agrícolas ou dos rebanhos existentes, mas nunca com a garantia da riqueza representada pela floresta. Esta atitude, que podemos considerar como anti-florestal constitui, portanto, um traço dominante da cultura brasileira, senão latino-americana³⁸¹.

Assim, a floresta brasileira estava sendo “destruída, geração após geração, ao invés de ser objeto de uma exploração racional, não menos digna dos cuidados e da atenção do capital privado e da política econômica do poder público”³⁸².

Apesar das claras ameaças às quais as florestas brasileiras estavam expostas, Gualberto salientava que o Brasil ainda era detentor de uma das mais vastas reservas florestais do mundo. Destas reservas, poderiam ser obtidos

[...] recursos incontáveis e permanentes desde que saibamos estabelecer uma firme política florestal. [...] Política florestal que procure, também, aumentar essas reservas [florestais] pelo reflorestamento de áreas agrícolas já

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 3.

³⁸⁰ GUALBERTO, Virgílio. Prefácio. In: PEREIRA, Osny Duarte. *Direito Florestal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Borsói, 1950. p. VII-XV.

³⁸¹ *Ibidem*, p. VIII.

³⁸² GUALBERTO, 1950, p. VIII.

abandonadas a fim de assegurar em futuro próximo o material lenhoso indispensável ao progresso econômico de nossas populações locais³⁸³.

O alerta feito por Virgílio Gualberto estava no fato dos brasileiros, acostumados com relativa abundância de florestas, não se acomodarem e em hipótese alguma “adiar as providências que urgem serem tomadas em sua defesa”³⁸⁴, uma vez que o “ritmo da devastação aumenta a cada ano com a crescente procura de material lenhoso pela civilização moderna e com a expansão incessante de nossas áreas agrícolas e pastoris”³⁸⁵. Nestas áreas de mata ainda existentes, deveria ser aplicada uma “racional política florestal”³⁸⁶ para “assegurar a produtividade permanente”³⁸⁷.

Assim como faz Duarte Pereira, Gualberto também coloca a questão florestal como um impasse central no país, que deveria ser tratado em sua devida importância e entendido como “grande problema da nacionalidade”³⁸⁸, cuja solução só seria alcançada “com a participação e interesse de todos”³⁸⁹.

Para Virgílio Gualberto, a solução para uma política florestal racional não estava na proibição indistinta das derrubadas, pois isso tornaria todas as áreas florestais improdutivas.

Não há dúvida, portanto, que a solução do problema deve ser procurada noutros processos, conforme a experiência realizada pelos grandes países produtores de madeiras: a racionalização das derrubadas, para que as florestas, preenchendo a sua função de defesa natural do meio, mantenham a capacidade de restaurar-se espontaneamente no que podem e devem ser ajudadas pelo homem para que, no menor prazo possível e com máximo de rendimento, venham a ser submetidas a novo corte racional. A solução do problema consistirá, assim, numa conciliação, já obtida nos países de tradição florestal, entre o interesse econômico da indústria madeireira e o interesse maior da comunidade nacional, que reclama a manutenção do revestimento florístico em condições de proteger da forma adequada ambiente natural³⁹⁰.

Na contracapa do livro “Direito Florestal Brasileiro”, encontra-se a seguinte frase do escritor e político francês François-René de Chateaubriand: “*A floresta precede os povos e o deserto as sucedem*”³⁹¹. A ideia central desta citação, ou seja, a concepção de que os povos

³⁸³ *Ibidem*, p. X.

³⁸⁴ *Ibidem*, p. X.

³⁸⁵ *Ibidem*, p. X.

³⁸⁶ *Ibidem*, p. XI.

³⁸⁷ *Ibidem*, p. XI.

³⁸⁸ *Ibidem*, p. XI.

³⁸⁹ *Ibidem*, p. XI.

³⁹⁰ GUALBERTO, 195, p. XI.

³⁹¹ “La forêt precede les peuples et le désert les suit”. [Tradução livre].

impactam sobremaneira as florestas, é, de fato, um dos pontos centrais na obra em questão.

Logo na Introdução, Duarte Pereira aponta que o estudo da história mundial

[...] revela que, uniformemente, em todos os quadrantes do Globo, os povos somente se preocuparam com as florestas, depois que começaram a sentir os efeitos de sua falta – efeitos climáticos, efeitos na agricultura, efeitos no desaparecimento da matéria-prima, para as necessidades industriais³⁹².

Há, portanto, uma preocupação, por parte do autor, em relação aos efeitos nocivos de práticas humanas sobre as florestas de todo o mundo. Para Duarte Pereira, o uso dos recursos florestais não se dava de forma adequada em várias regiões do planeta, sobretudo no Brasil.

O Brasil não escapou a esse postulado. Como na Europa, na Ásia e na África, cortamos impiedosamente toda a superfície florestal da orla marítima, substituindo as matas, pela exploração agrícola, em escala gigantesca. Não houve até hoje preocupação em repor, no solo esgotado, adubos, com que compensar as substâncias dele retiradas. Sempre que as terras enfraquecem, a ponto de se tornar antieconômica a lavoura, são abandonadas e os agricultores demandam novas regiões, mais para dentro do país. As cidades litorâneas, antes vivendo daquela atividade, param. As receitas diminuem e elas passam a viver da sua história. No interior, entretanto, cidades importantes são improvisadas de um ano para outro, com a vinda dos agricultores que abandonam o litoral. As florestas são derrubadas, aproveitam-se algumas árvores para fins industriais e o resto é entregue ao fogo, para limpeza do terreno, onde novas lavouras surgem cobrindo vales e montanhas, numa superfície que excede o alcance da vista³⁹³.

Observa-se que o grande impasse, para Duarte Pereira, está na forma como o uso da floresta se dá e não na sua utilização em si mesma. A atividade agrícola, um dos pilares da economia brasileira desde o período colonial, é considerada pelo autor como a grande responsável pela devastação das florestas. Além do fato de comumente mobilizar porções de terra em grande escala, devido ao caráter agroexportador do país, a agricultura se dava num cultivo denominado “nômade” por Duarte Pereira. Não havia, para o jurista, uma preocupação em reflorestar as áreas desmatadas e, nem mesmo, em repor com matéria orgânica o solo esgotado pelas lavouras. Com isso, o enfraquecimento das terras de determinada região levava ao abandono das mesmas e à procura por novas zonas passíveis de cultivo agrícola.

Na obra “Estudos Nacionalistas”, também ficam evidentes as relações entre conservação das florestas e crescimento econômico, expressas por Duarte Pereira. Cuidados como proteger florestas de nascentes e evitar roças em encostas de morros são fundamentais para assegurar “água nas cidades e lavouras dádivas nos campos”³⁹⁴. No que tange às atividades agrícolas,

³⁹² PEREIRA, 1950, p. 1.

³⁹³ PEREIRA, 1950, p. 1.

³⁹⁴ PEREIRA, 1960, p. 63.

Osny Duarte Pereira parte do pressuposto que a agricultura de coivara -“a agricultura nômade que incita a queimar tudo, calcinar o húmus, destocar e plantar até que a terra se esgote”³⁹⁵ - é um erro e uma enorme contribuição para a devastação das florestas e dos solos.

Neste ponto, Osny Duarte faz uma importante consideração:

Eis aí [na coivara] a origem do empobrecimento assustador das áreas agricultáveis, fabricando-se pastagens e depois desertos. Não julguemos, entretanto, que isto seja apenas um mal brasileiro *e que só ao nosso caboclo, ignorante, desnutrido e sem ânimo para o trabalho, cabe a responsabilidade pelo gravíssimo problema que temos de enfrentar, se quisermos sobreviver.* No mundo inteiro, mesmo na adiantada Europa, o fenômeno se desenvolveu. Nos Estados Unidos, verdadeiro drama se apresentou ao povo e ao Governo³⁹⁶.

Deste excerto, destacam-se dois pontos principais: o primeiro deles diz respeito à menção, feita por Duarte Pereira, ao método agrícola da coivara. O segundo se refere à crítica, endossada pelo jurista, das práticas e técnicas utilizadas pelos pequenos agricultores e trabalhadores rurais serem atrasadas e, por isso, impedirem o desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras.

Em outra publicação, um verbete intitulado “Código Florestal Brasileiro”, Duarte Pereira tece críticas à prática da coivara. Neste caso específico, observa-se que o jurista deixa claro, novamente, que o método era utilizado também por outros países.

O solo semi-árido de toda a América Latina, que seca e não fornece colheitas, na mais ligeira estiagem, é efeito doloroso da derrubada produzida pelos portugueses e espanhóis que trouxeram a civilização para a América. Isto é, aliás, fenômeno universal [...]. É que o sistema de agricultura utilizado pelo homem, enquanto encontra matas suscetíveis de destruição, é o nômade. Derruba a floresta, atea fogo, para queimar as raízes das árvores e os galhos inúteis ao seu objetivo agrícola e no terreno que limpou, por este modo primitivo, estúpido e nefasto, planta a sua roça. Com o fogo ateado, foi destruído o húmus, na sua quase totalidade, reduzindo a fecundidade do solo a uma percentagem mínima do vigor original. O lavrador consegue, não obstante, realizar mais cinco ou seis semeaduras, cada qual menos produtiva e em seguida abandona a gleba, procurando com o lucro obtido nessas colheitas comprar outra floresta mais adiante, onde o processo de exploração é repetido. Somente cogita de evitar o fogo e empregar adubos na recuperação da fertilidade, quando a selva se extinguiu, não havendo mais árvores para destruir³⁹⁷.

A prática da coivara - modo de cultivo que inclui o corte, a derrubada e a queima de áreas de floresta - foi e ainda é um tema amplamente discutido. Dean³⁹⁸, tal como faz Duarte

³⁹⁵ *Ibidem*, p. 63.

³⁹⁶ *Ibidem*, p. 64. Grifo nosso.

³⁹⁷ PEREIRA, 1951, p. 183-184.

³⁹⁸ DEAN, 1996.

Pereira, apontava a coivara como uma das grandes responsáveis pela destruição da Floresta Atlântica³⁹⁹. Contudo, durante os séculos XVIII e XIX, por exemplo, no interior de São Paulo, uma agricultura de coivara se mostrou minimamente ecológica. Na contemporaneidade, há estudos da área da ecologia que demonstram níveis de sustentabilidade em pequenas comunidades que ainda fazem uso da coivara. Não se pode, portanto, considerá-la como destruidora por definição, uma vez que seus impactos variam. Sendo assim, a

[...] agricultura, chamada itinerante ou de coivara, tem sido geralmente considerada não prejudicial ao ecossistema como um todo; com o tempo, o equilíbrio é restabelecido. Mas em algum momento, à medida que se intensifica esse tipo de agricultura, a capacidade regenerativa da floresta é afetada permanentemente, e o ecossistema é prejudicado⁴⁰⁰.

Sem quaisquer pretensões de aprofundar nas questões propriamente ecológicas e florestais, torna-se fundamental fazer algumas considerações sobre a prática da coivara. Na literatura acadêmica recente sobre ecologia, uma das discussões mais relevantes concentra-se, de acordo com Munari⁴⁰¹, na sustentabilidade dos sistemas de agricultura itinerantes. Entre os pesquisadores, há uma clara divisão de posicionamento.

De um lado, existem aqueles que identificam a coivara como a principal responsável pelo desaparecimento de florestas tropicais do mundo, baseando-se no argumento de que “muito tempo [da ordem das décadas] é necessário para que as matas secundárias de áreas de cultivo recuperem as principais características da floresta primária”⁴⁰², além da possibilidade do método acarretar a extinção de espécies e degradação do solo. Por outro lado, existem pesquisadores das ciências biológicas que afirmam a sustentabilidade do cultivo da coivara, “sem comprometer drasticamente a fertilidade do solo, desde que ocorram em grandes áreas florestadas, com baixa densidade populacional humana, uso de tecnologia de baixo impacto e pousio prolongado”⁴⁰³.

³⁹⁹ Na interpretação de Warren Dean, em “A ferro e fogo”, a destruição da floresta atlântica é homogeneizada, não comportando devidamente a existência de distintas formas de alterações das sociedades humanas na natureza. Para Osny Duarte Pereira, a coivara era um mal a ser combatido por significar o “preço do atraso”. Para Dean, a coivara, apesar de acarretar problemas, apresentava certo grau de estabilidade. A grande questão, para o historiador norte-americano, girava em torno da atribuição da degradação das florestas ao “progresso” e ao “desenvolvimento” econômico.

⁴⁰⁰ WORSTER, 1991. p. 205.

⁴⁰¹ MUNARI, Lucia Chamlian. *Memória Social e Ecologia Histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 217p. 2009.

⁴⁰² MUNARI, 2009, p. 19.

⁴⁰³ *Ibidem*, p. 20.

A tese central postulada por Munari⁴⁰⁴ ao analisar a prática da coivara em populações quilombolas do Vale do Ribeira (São Paulo), é que os danos causados na natureza pelo método agrícola em questão aumentaram consideravelmente a partir do processo de transformação, iniciado na segunda metade do século XX, marcado por “aumento demográfico humano, avanço da economia de mercado, criação e implantação de leis ambientais cada vez mais restritivas e políticas desenvolvimentistas”⁴⁰⁵.

Na região que hoje compreende o Sri Lanka, no período colonial, os administradores objetivaram “suprimir o cultivo itinerante (isto é, a *chena*⁴⁰⁶) taxando-o como um ataque bárbaro às florestas”⁴⁰⁷. Contudo, segundo Martinez-Alier, este argumento foi uma forma de justificar a colonização, visando a eliminação da prática da *chena*, atitude esta que teria permitido “a apropriação das matas nativas, para estabelecer plantações comerciais de café e do chá”⁴⁰⁸.

Ao mesmo tempo em que considerava a prática da coivara, comumente empregada pelos trabalhadores rurais brasileiros, como técnica extremamente atrasada, Osny Duarte Pereira não identificava apenas no Brasil o uso de tal método de cultivo que, para ele, constituía-se enquanto um grande equívoco. Demonstrava, assim, uma percepção crítica em relação às posturas de outros países do mundo com seus espaços naturais. Aqui, novamente, o atraso tecnológico, dentro e fora do Brasil, era tomado como causa da degeneração das florestas.

Pádua⁴⁰⁹, ao dissertar sobre um elo comum entre os críticos ambientais oitocentistas, destacava:

O valor do mundo natural, dessa forma, repousava principalmente na sua importância econômica e política. A dinâmica da natureza poderia e deveria ser decifrada pelo conhecimento científico e pela experimentação consciente, que estabeleceria as condições para o seu correto aproveitamento. A degradação do território derivava da utilização de práticas tecnológicas e sociais rudimentares, originadas do passado colonial. A grande panaceia para estabelecer a sanidade ambiental da economia brasileira, após séculos de

⁴⁰⁴ *Ibidem*.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 20.

⁴⁰⁶ Chena é o nome dado para a técnica da coivara em alguns países asiáticos, tais como o Sri Lanka.

⁴⁰⁷ MARTINEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto. 2007. p. 171.

⁴⁰⁸ *Ibidem*. p. 171. O trabalho “Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração” é, em alguns pontos, criticado dentro da história ambiental por interpretar as intervenções dos homens pobres ou comunidades tradicionais como práticas harmoniosas em relação ao mundo natural. Na presente referência, o objetivo não é endossar a visão de que práticas como a coivara não sejam, em alguma medida, fator de impacto na natureza. Trata-se, sobretudo, de postular que, por outro lado, a coivara não pode ser entendida apenas como uma técnica nociva ao meio natural e ressaltar as questões sociopolíticas atreladas aos discursos sobre a apropriação das matas.

⁴⁰⁹ PÁDUA, 2002.

colonialismo predatório, estava na modernização tecnológica e operacional do sistema produtivo e das instituições sociais. *A destruição do ambiente natural não era entendida como um ‘preço do progresso’, como na visão hoje dominante, mas sim como um ‘preço do atraso’*⁴¹⁰.

Ora, a visão da destruição florestal como um “preço do atraso”, ou seja, causada por falta de tecnologias, de políticas públicas e pelas incapacidades dos produtores também pode ser identificada nos escritos de Osny Duarte Pereira. Ressalta-se que entre os produtores encontravam-se não apenas os pequenos agricultores, mas também os grandes proprietários que utilizavam a agricultura itinerante, buscando terras nas fronteiras agrícolas e não na regeneração da floresta local⁴¹¹. Tais técnicas de manejo agroflorestal, ao serem caracterizadas como atraso econômico e social – ou como subdesenvolvimento nas palavras do jurista – são elencadas como uma das principais causas da devastação das florestas.

Ao mesmo tempo em que tece críticas sobre as práticas agrícolas rudimentares, é possível identificar, no discurso de Osny Duarte Pereira, uma espécie de conflito de interesses entre a agricultura e a indústria madeireira. Nesta disputa, Duarte Pereira prioriza, sem dúvidas, a extração da madeira.

A crescente redução da área florestal, através destes métodos de agricultura nômade, agora que as máquinas ajudam muito mais a ação devastadora do homem, coloca o Brasil à beira de um abismo. *Ou cessaremos, de uma vez por todas, a destruição das matas, para fins de agricultura, tornando irreduzível a superfície florestal do país, ou acabaremos com a indústria madeireira, passando a importar essa matéria-prima [...]*⁴¹².

Na sequência, Duarte Pereira indica que, devido aos usos inapropriados executados até o momento – década de 1950 – era momento de

[...] estabelecer firmemente uma política florestal definitiva e enérgica, no sentido de utilizar as reservas que ainda nos restam, apenas como fonte de matéria-prima, isto é, como usinas de produção de madeiras, sem permitir que sejam arrasadas para substituir por agricultura⁴¹³.

Há a defesa de um corte racional das florestas, para fins industriais: derruba-se a floresta, mas ao mesmo tempo é fundamental reflorestá-la para não ocasionar o esgotamento da matéria-prima. Para a agricultura, o mesmo fundamento deveria valer: “Somente se plantarão cereais e

⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 13. Grifo nosso.

⁴¹¹ DEAN, 1996.

⁴¹² PEREIRA, 1950, p. 2. Grifo nosso.

⁴¹³ *Ibidem*, p. 2.

outros semelhantes, em terras atualmente ocupadas por florestas, *mediante indeclinável dever de reflorestamento*⁴¹⁴.

Mais do que tecer comentários acerca do atraso que identifica na agricultura brasileira, Duarte Pereira faz uma crítica ao modo como os pequenos agricultores brasileiros trabalhavam. O autor aponta que não era

[...] ministrado ao homem do campo, qualquer ensinamento sobre a importância da floresta, sobre a necessidade de preservá-la, sobre os métodos de extrair suas riquezas, sem destruí-las, sobre os cuidados ao lavar a terra, junto de matas. Não se instituiu qualquer começo de tradição florestal⁴¹⁵.

Neste trecho é possível perceber uma homogeneização dos pequenos agricultores, em oposição aos grandes proprietários, uma vez que o autor considera todos aqueles como detentores de certa ignorância em relação às florestas e às atividades agrícolas, ignorando a existência de uma pluralidade de racionalidades no tratar dos camponeses com o mundo natural.

Virgílio Gualberto se alinhava ao posicionamento de Osny Duarte Pereira, na medida em que também caracteriza a exploração das matas, realizada no Brasil, como práticas nocivas. Ele afirma que, no país, não havia atividade florestal,

[...] uma vez que o aproveitamento da floresta não caracteriza um sistema permanente de trabalho, *estamos sendo inconscientemente levados a explorar a mata como os povos primitivos o fazem, sacando dela os produtos que são imediatamente mais procurados para abandoná-la, a seguir, como algo de imprestável e improdutivo. Deixamo-la, então, aos cuidados do agricultor ou do pecuarista, para os quais a mata é empecilho*, pois ocupa o espaço de que necessitam para produção de suas culturas, não lhes restando outra alternativa [sic] senão completar a derrubada⁴¹⁶.

Os pequenos agricultores ou pequenos produtores são colocados, todos eles, numa mesma categoria de “povos primitivos” e “homens inábeis” para lidar com as florestas, ou seja, também realiza uma homogeneização. Concorda com Duarte Pereira também no sentido de que ambos enxergam na agricultura e na pecuária as atividades que mais contribuem para tornar a terra improdutivo.

A questão é, portanto, mais complexa. As práticas dos caipiras, para usar a expressão de Antônio Cândido⁴¹⁷, de empregar a queimada para abrir clareiras numa dinâmica de ocupação e produção nômade foram taxadas, por vezes, como incultas e incivilizadas. Mesmo

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 2. Grifo nosso.

⁴¹⁵ PEREIRA, 1960, p. 56.

⁴¹⁶ GUALBERTO, 1950 p. VII.

⁴¹⁷ MELO E SOUZA, Antônio Cândido. *Os parceiros do Rio Bonito: Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

antes das décadas desenvolvimentistas, Monteiro Lobato, com o seu célebre personagem do Jeca-Tatu, destacava, na obra *Urupês*⁴¹⁸, a suposta indolência do homem campesino brasileiro. Ou então intelectuais como Oliveira Vianna que afirmava que

[...] os valores rurais, especialmente o decoro pessoal, seriam peculiares à “alta classe agrícola”, não se encontrando entre o “baixo povo rural”, caracterizado pelo nomadismo e pelos frágeis vínculos sociais, inclusive com a terra⁴¹⁹.

É importante considerar que Virgílio Gualberto, enquanto presidente do Instituto Nacional do Pinho, representava os interesses e expectativas da indústria madeireira. Ao culpabilizar a agricultura, sobretudo a agricultura itinerante dos grandes produtores aos pequenos agricultores, Gualberto e Duarte Pereira se inserem numa discussão mais ampla do cenário brasileiro. Era frequente, por parte da indústria do papel⁴²⁰, por exemplo, se colocar como a grande responsável pelo reflorestamento e atribuir a causa da degradação das florestas aos “outros”, fossem eles os pequenos agricultores, a grande lavoura ou outras atividades industriais⁴²¹.

Como fica expresso em escritos publicados na Revista *O Papel*, a pequena lavoura é associada, também, a práticas tradicionais indígenas e sertanejas que degradavam as florestas, sendo considerada improdutiva e inconsciente. A exploração das matas não é criticada, mas se elege as atividades mais nocivas em contraposição às menos nocivas. Tal como a indústria madeireira, a indústria do papel também defendia as estratégias de reflorestamento e é colocada numa “pequena parcela da categoria industrial preocupada em assumir uma solução válida”⁴²² para as questões florestais⁴²³.

O pensamento conservacionista de Osny Duarte Pereira que atrelava as práticas agrícolas dos pequenos produtores às causas da degeneração das florestas não se constituiu de forma isolada. Na primeira metade do século XX, dois pensadores alemães, o padre Max von Lassberg (1856-1944) e o geógrafo Reinhard Maack (1892-1969), também expuseram “suas denúncias a respeito dos impactos socioambientais do processo de colonização e

⁴¹⁸ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

⁴¹⁹ LIMA, Nísia Trindade. Jeca Tatu e a Representação do Caipira Brasileiro. In: XXII Encontro Anual da ANPOC, 1997. Caxambu. Anais Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil. Caxambu: 1998.

⁴²⁰ Para mais informações, ver: COSTA, Jamerson de Sousa. “*Não basta explorá-la*”: representações de florestas na Revista *O Papel* (1939-1965). 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2017.

⁴²¹ COSTA, 2017.

⁴²² COSTA, 2017, p. 86.

⁴²³ *Ibidem*.

desflorestamento no Sul do Brasil [...] e as suas propostas para minorar os problemas”⁴²⁴. Para Carvalho⁴²⁵, o pensamento de Maack e Lassberg retratava uma racionalidade moderna e conservacionista da qual faziam parte. Pode-se afirmar, assim, que as concepções de conservação das florestas, expressas por Duarte Pereira, eram também representativas desta mesma racionalidade.

Tanto Maack, quanto Lassberg eram alemães, formados na Alemanha e que imigraram para o sul do Brasil no começo do século XX. Tal como outros clérigos, e também de modo semelhante ao jurista Osny Duarte Pereira, Lassberg se preocupava “com a questão florestal gerada pela escassez de madeira, que apontava para a necessidade de reflorestamento, desde pelo menos a década de 1880”⁴²⁶. Prova disso é que, ainda em 1890, foi fundada, por padres de Ivoti, Rio Grande do Sul, a primeira Associação de Proteção à Mata⁴²⁷.

A atuação pastoral do padre Lassberg, segundo Carvalho⁴²⁸, incentivava as comunidades a viverem num espírito corporativo e associativista, “defendendo que os colonos reunidos comprassem ou utilizassem terras em comum, com um gerenciamento local, para desenvolverem a silvicultura e com isso resolverem a ‘questão florestal’”⁴²⁹. Contudo, na concepção de Carvalho, com a qual o presente trabalho concorda, as soluções propostas por Lassberg estavam pautadas num amplo otimismo tecnológico e, sobretudo, na exclusão social dos pequenos agricultores ou ‘caboclos’⁴³⁰.

Otimismo tecnológico, porque, nas obras de Lassberg, tornava-se evidente sua confiança na tecnociência, expressa, por exemplo, na defesa de estações experimentais de silvicultura, garantindo maior produtividade. Exclusão social, porque, na sua proposta

[...] cabia mudar as regras institucionais e dar condições de “reflorestar” ao “colono”; já para o “caboclo” cabia apenas impedi-lo de penetrar o “mato”, pois a segurança da propriedade privada era a pedra de toque para a proposta de conservação da floresta de Lassberg⁴³¹.

Num contexto de disputa por terras no Sul do Brasil, o direito à propriedade da terra era dificultado aos colonos e excluído, em geral, os caboclos, os trabalhadores nacionais pobres.

⁴²⁴ CARVALHO, Ely Bergo de. A crítica ambiental de Max von Lassberg e Reinhard Maack: homens do seu tempo. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 13, -n. 19, p. 32-52, segundo semestre, 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/4097/4367>. Acesso em: 12 mar. 2019.

⁴²⁵ *Ibidem*.

⁴²⁶ CARVALHO, 2012, p. 35.

⁴²⁷ RAMBO, 1994, p. 74 apud CARVALHO, 2012. p. 35.

⁴²⁸ CARVALHO, 2012.

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 40.

⁴³⁰ CARVALHO, 2012.

⁴³¹ *Ibidem*, p.40.

Reinhard Maack, por sua vez, foi um geógrafo e pesquisador alemão que também forneceu contribuições ao pensamento conservacionista brasileiro. Durante toda a sua vida, Maack “criticou o processo de desflorestamento no Estado do Paraná moderno, o qual, em sua maioria, pode acompanhar, apontando os impactos ambientais gerados pelo desflorestamento”⁴³².

As soluções propostas por Maack estavam, em geral, ligadas a uma exploração mais eficiente e numa ascensão da produção, chamando atenção para técnicas de reflorestamento que priorizassem a “semeadura de árvores de madeiras úteis, como a araucária e o cedro”⁴³³. Maack enfatizava a necessidade de desenvolvimento econômico pelos recursos naturais, mas não deixou de fazer uma crítica ao desperdício de madeiras provocado pelas madeireiras. Contudo, a principal causa do desflorestamento não estava nas práticas das madeireiras, e sim na “expansão de uma agricultura ‘atrasada’ em terras sem uma infraestrutura básica de transporte”⁴³⁴, uma vez que quanto mais distantes dos centros consumidores, mais inviável se tornaria a produção e maior seria a tendência da prática de “uma agricultura de subsistência, com o uso de técnicas tidas como ‘atrasadas’ como a coivara”⁴³⁵. Novamente, a coivara é tida, sem quaisquer ressalvas, como técnica extremamente nociva às florestas.

Tal como ficou evidenciado nos escritos de Duarte Pereira e entre autores do século XIX que construíram uma “crítica ambiental”⁴³⁶, em Maack o atraso tecnológico também era considerado “como o principal responsável pela degradação ambiental e a ‘modernização’ como uma solução”⁴³⁷. “Assim, para Maack, o ‘caboclo’ e seu modo de vida tradicional deveriam ser substituídos pela ‘fixação do homem ao solo’ em uma ‘colonização racional’”⁴³⁸.

Inegável é que, ao se preocuparem com a conservação das florestas e com os danos que poderiam ser causados por técnicas agrícolas rudimentares, Osny Duarte Pereira, Virgílio Gualberto, Lassberg e Maack compuseram uma crítica florestal. Estavam, sem dúvidas, envolvidos com as questões florestais. No entanto, ainda assim, a crítica para qual contribuíram não se distanciava, ao fim e ao cabo, de uma visão tecnicista e modernizadora das atividades

⁴³² *Ibidem*, p. 41.

⁴³³ MAACK, 1952, p. 66 apud CARVALHO, 2012, p. 45.

⁴³⁴ CARVALHO, 2012, p. 47.

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 46.

⁴³⁶ PÁDUA, 2002.

⁴³⁷ CARVALHO, 2012, p. 47.

⁴³⁸ *Ibidem*, 2012, p. 48.

econômicas. Pautavam-se, pois, numa racionalidade instrumental que, por pressuposto, levaria à considerável ampliação da produção.

Tal racionalidade tecnoburocrática é, por sua vez, bastante controversa para a contemporaneidade. Leff⁴³⁹ entende que as sociedades modernas, tanto capitalistas quanto socialistas, se caracterizariam por uma racionalidade produtivista e antiecológica. O principal ponto defendido por Leff é, justamente, a busca por uma racionalidade ambiental, na qual a natureza se integrasse às perspectivas produtivistas de crescimento econômico. Esta racionalidade ambiental, por assim dizer, seria embasada numa reestruturação significativa dos aspectos socioeconômicos e até políticos. Em detrimento de uma valorização da produção a qualquer custo, obedecendo às exigências do mercado, haveria o desenvolvimento de tecnologias ecológicas, com valorização dos sujeitos e também de práticas agrícolas tradicionais, desempenhadas por grupos e comunidades “tradicionais”.

Lassberg e Maack trilharam significativa formação acadêmica, inserindo-se nos debates florestais internacionais⁴⁴⁰. Osny Duarte Pereira, do mesmo modo, também foi influenciado por e influenciou as discussões sobre conservação das florestas. Assim, é compreensível que as críticas, bem como as soluções propostas por estes intelectuais se assemelhassem. Estas sugestões, embora fossem, de fato, inovadoras, também convergiam umas com as outras, demonstrando haver um lugar-comum expresso por uma racionalidade técnica que assumia a necessidade da conservação das florestas visando o desenvolvimento econômico das sociedades.

3.3. Desenvolvimentismo e florestas: o Instituto Nacional do Pinho

O jurista brasileiro, Osny Duarte Pereira, conforme mencionado anteriormente, produziu a obra “Direito Florestal Brasileiro” em resposta à demanda apresentada por Virgílio Gualberto, então presidente do Instituto Nacional do Pinho. Havia a necessidade, tanto para Gualberto, quanto para Duarte Pereira, de haver uma sensibilização acerca das questões florestais em todas as esferas da sociedade. O cenário brasileiro, no início da década de 1950, estava marcado, para estes intelectuais, por uma exploração irracional e indevida das florestas, sobretudo em decorrência das práticas agrícolas. Caberia ao Estado, nas concepções de Duarte

⁴³⁹ LEFF, Henrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

⁴⁴⁰ CARVALHO, 2012.

Pereira, intervir efetivamente na gestão das áreas de mata espalhadas por todo o território brasileiro.

No capítulo intitulado “Legislação Florestal Moderna”, do livro “Direito Florestal Brasileiro”, Duarte Pereira faz considerações acerca das modalidades de intervenção do Estado nas questões florestais. Para o jurista, no início do século XX, com a evolução das ciências biológicas e o advento da ecologia, surgiu a necessidade das normas legais em relação às florestas se tornarem mais técnicas e complexas. Então, “o Estado compreendeu a indeclinável necessidade de especializar um departamento administrativo, com que assistir às populações rurais nessa magna tarefa e o dever de codificar a legislação respectiva”⁴⁴¹. Apareceram, então, em vários países, os Códigos Florestais. De acordo com Duarte Pereira:

Cada país dirigiu esse ramo da economia, segundo o entendimento dominante nas leis de estrutura do Estado. A intervenção do poder estatal variou, segundo a tendência individualista ou socialista das respectivas constituições⁴⁴².

Apesar de indicar a existência de modalidades distintas de intervenção do Estado nas questões florestais, Osny Duarte Pereira afirmava, em sequência, que as práticas não intervencionistas, ou seja, aquelas mais atreladas à uma perspectiva liberal, estavam sendo, em meados do século XX, “gradualmente abolidas, não existindo mais nações que neguem ao Estado o poder de, direta ou indiretamente, regulamentar a conservação e reprodução das matas, inclusive em terras particulares”⁴⁴³.

Tais modalidades ou formas de intervenção do Estado no âmbito de gestão de florestas eram divididas por Duarte Pereira em três categorias: regime florestal liberal; regime florestal eclético e regime florestal intervencionista. A primeira delas, pautada num espectro liberal, é definida da seguinte forma:

A doutrina liberal hauriu seus fundamentos nos princípios da Revolução Francesa e orientou as leis florestais no sentido da absoluta ausência de intervenção na atividade particular. Os proprietários de matas têm inteiro arbítrio sobre a forma de exploração das mesmas. Podem utilizá-las, como melhor lhes aprouver, sem que o Poder Público tenha o direito de intervenção, uma vez que o direito de propriedade é total e insuscetível de qualquer limitação, por qualquer pessoa fora do respectivo dono. A lei conceituava o regime florestal apenas para as matas e bosques de propriedades públicas⁴⁴⁴.

Na perspectiva de Duarte Pereira, pois, o regime florestal liberal tornava a interferência do Estado na gestão de florestas pouco abrangente, uma vez que se limitava aos bosques e matas

⁴⁴¹ PEREIRA, 1950. p. 17.

⁴⁴² *Ibidem*, p. 17.

⁴⁴³ PEREIRA, 1950, p. 17.

⁴⁴⁴ *Ibidem*, p.18.

públicos. As propriedades privadas, por sua vez, seriam geridas única e exclusivamente pelos seus respectivos proprietários, inclusive em termos de medidas protetoras e conservacionistas. Para o jurista, a tentativa de limitar de modo intenso a atuação do Estado foi uma das causas para a intensa devastação de florestas evidenciada em locais como a Prússia (atual Alemanha) no século XIX e também nos Estados Unidos.

No caso norte-americano, especificamente, Duarte Pereira acrescenta que, embora ao longo das primeiras décadas do século XX, houvesse sido fomentada a necessidade de maior atuação do Estado no amparo das florestas e das árvores,

[...] a tradição do direito norte-americano é anti-intervencionista e esse princípio continua dominando. Os males daí resultantes são contornados pela desapropriação. O particular poderá fazer o que quiser com suas matas. Se o Estado entende que ele está utilizando contra o interesse social, as desapropria e o Estado mesmo é que as explora⁴⁴⁵.

O regime florestal eclético, como o próprio nome indica, preconizaria uma intervenção moderada do Estado na economia, ou seja, uma combinação entre posturas liberais e intervencionistas. As limitações, em geral, se dão em torno das categorias de florestas a serem utilizadas. Assim, segundo Duarte Pereira, neste modelo, o dono da propriedade teria administração plena das suas terras, podendo cortar e usar madeiras da forma que escolhesse, desde que não fossem realizados cortes nos espaços entendidos como florestas protetoras.

Se a selva for necessária para evitar influências climatológicas prejudiciais, irregularidades consideráveis no regime de águas, erosão, etc., ao Estado reserva-se o direito de proibir o corte, ou regular, de modo a impedir que ela desapareça ou fique prejudicada em sua função. A redução desses direitos é compensada pelo Estado, mediante indenização ao proprietário. Se este não obedece às determinações de reflorestamento ou não faz os cortes, de forma a conservar a floresta considerada protetora, a sanção se resume em desapropriar a área, sem caráter intervencionista. O Estado incorpora o terreno ao Patrimônio Público e ele próprio faz o reflorestamento. A intervenção se resume, pois, na obrigatoriedade de pedir a licença para os cortes e no direito de fiscalização assegurado ao Governo⁴⁴⁶.

Por fim, o Regime Florestal Intervencionista presumiria uma atuação “direta e ostensiva do Estado, no resguardo da floresta, como bem de interesse coletivo”⁴⁴⁷. Este modelo, considerado vantajoso por Duarte Pereira, funcionaria do seguinte modo:

O governo traça as normas de utilização, fixa planos de aproveitamento, segundo um exame panorâmico dos problemas nacionais, estipula a obrigatoriedade do replantio para inalterar [sic] ou ampliar a área florestal, tendo em vista o que soberanamente considera interesse público e o particular, dono ou arrendatário, fica obrigado a se submeter a essa imposição estatal.

⁴⁴⁵ *Ibidem*, p. 18.

⁴⁴⁶ PEREIRA, 1950, p. 19-20.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, p. 20.

Não lhe é dado discutir o que, em seu entendimento, seria mais útil ou mais simples. Tal atribuição é reservada aos órgãos dirigentes. Em caso de desobediência, o Estado é investido de poderes para optar, entre obrigar coercitivamente o infrator ou ele próprio realizar a tarefa não cumprida e à custa do desobediente⁴⁴⁸.

Estas discussões, em torno dos possíveis modelos de intervenção do Estado nas questões florestais são representativas de um contexto mais amplo. Nos séculos XVIII e XIX, o liberalismo, enquanto modelo econômico, filosofia política e ideologia, se originou e se disseminou pelo mundo. Dentre os seus pilares, destacam-se a liberdade de expressão e de imprensa, o livre-comércio, a liberdade econômica e a defesa pela propriedade privada. Na Europa, o liberalismo se constituiu enquanto oposição aos governos absolutistas na medida em que propagava a adoção de um sistema de democracia representativa⁴⁴⁹.

Entretanto, no século XX, sobretudo após a Grande Depressão ou Crise de 1929, evidenciou-se um “colapso dos valores e instituições da civilização liberal cujo progresso seu século tivera como certo, pelo menos nas partes ‘avançadas’ e ‘em avanço’ no mundo”⁴⁵⁰. Dessa forma, o paradigma liberal foi questionado e combatido, dando espaço a políticas mais intervencionistas.

A Grande Depressão de 1929 acarretou diversos efeitos políticos de curto prazo, mas não apenas eles. Em termos socioeconômicos, a Crise “destruiu o liberalismo econômico por meio século”⁴⁵¹. Teria se constituído, pois, numa catástrofe que eliminou “toda a esperança de restaurar a economia, e a sociedade, ao longo do século XX”⁴⁵² nos moldes existentes antes da crise. Na perspectiva de Hobsbawm, o liberalismo estava morto ou, pelo menos, aparentava estar condenado.

Diante disso, três opções de modelos de organização econômica passaram a competir pela hegemonia intelectual-política. O primeiro deles foi o comunismo marxista, uma vez que “as previsões do próprio Marx pareciam estar concretizando-se”⁴⁵³ e a própria URSS parecia ter sobrevivido imune à catástrofe. O segundo modelo consistia num tipo de “capitalismo privado de sua crença na otimização de livres mercados, e reformado por uma espécie de

⁴⁴⁸ *Ibidem*, p. 20.

⁴⁴⁹ Para mais informações acerca do conceito de liberalismo, ver: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 1991. 1318p.

⁴⁵⁰ HOBBSAWM, 1995. p. 113.

⁴⁵¹ HOBBSAWM, 1995, p. 99.

⁴⁵² *Ibidem*, p. 111.

⁴⁵³ *Ibidem*, p. 111.

casamento não oficial ou ligação permanente com a moderada socialdemocracia e movimentos trabalhistas não comunistas”⁴⁵⁴.

Tal opção foi, após a Segunda Guerra, entendida como a mais efetiva, mas, em pouco tempo, a socialdemocracia era menos “um programa ou alternativa política consciente”⁴⁵⁵ e mais

[...] uma sensação de que, uma vez terminada a Depressão, jamais se deveria permitir que tal coisa voltasse a acontecer e, no melhor dos casos, uma disposição de experimentar estimulada pelo evidente fracasso do liberalismo clássico do livre mercado⁴⁵⁶.

A terceira opção foi o fascismo, adquirindo relevância mundial e, em última medida, representando um perigo para todo o mundo, sobretudo em sua versão nacional-socialista evidenciada na Alemanha de Adolf Hitler⁴⁵⁷. Independentemente de qual, entre estes três modelos, fosse o escolhido – o fascismo, o comunismo ou capitalismo reformado – a grande transformação está na afirmação, em todos eles, da necessidade da intervenção do Estado, em todos os países do mundo, para produzir uma aceleração ou pelo menos uma potencialização da economia.

O Brasil, neste contexto, encontrava-se e ainda se encontra na periferia do sistema-mundo. Num momento em que o mercado externo se encolhia em decorrência da crise de 1929, o presidente do Brasil, Getúlio Vargas, se utilizou do mecanismo do Estado para impulsionar a economia que surgiu como “demiurgo, criador das condições mais justas de desenvolvimento, incluindo-se aí a decidida intervenção na questão agrária, no inteiro do capitalismo”⁴⁵⁸.

Além disso, conforme analisa Dean, uma das motivações para o governo intervir nas questões florestais era o crescimento da

[...] consciência entre os servidores públicos de que a conservação, e mesmo a preservação da natureza era uma das atribuições de um Estado digno. Tal como muitas outras novidades, a ideia despontava no horizonte vinda dos mesmos países que também forneciam o modelo de desenvolvimento econômico rumo ao qual o Estado ao mesmo tempo se empenhava. Conservação e preservação eram duas outras atividades nas quais o Estado se engajava para dar crédito à afirmação de que, de fato, era um Estado. Em grande parte, essas medidas, como muitas outras que o Estado empreendia, eram, como dizia um ditado tradicional, ‘para inglês ver’ [...] E as evidências mais flagrantes de atraso teriam de ser camufladas ou negadas, para que o

⁴⁵⁴ *Ibidem*, p. 111.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 111.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p. 111.

⁴⁵⁷ *Ibidem*.

⁴⁵⁸ LINHARES, Maria Yedda Leite. *História Geral do Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996. v. 1. 330p.

senso de superioridade dos estrangeiros não se tornasse hostil e intervencionista [sic] ou, ainda pior, indiferente⁴⁵⁹.

O fenômeno descrito acima, a queda do liberalismo, é evidenciado quando Osny Duarte Pereira, escrevendo a sua obra “Direito Florestal Brasileiro”, no início dos anos 1950, atestava que, de fato, no mundo e no Brasil, o liberalismo econômico estava em declínio, inclusive no que dizia respeito às questões florestais. A tônica de meados do século XX era, portanto, a valorização de projetos de nação pautados numa maior intervenção do Estado na economia, na cultura e na sociedade em geral.

Para Duarte Pereira, os problemas sociais modernos, evidenciados também no Brasil, exigiam posturas intervencionistas por parte do Estado:

A planificação [da economia] é um imperativo de todo o trabalho organizado. O desperdício, as crises, alternando-se com os períodos de abundância, a miséria sucedendo à riqueza, a insegurança permanente, o arrefecimento de empresas vultosas, a temeridade dos projetos duradouros, a concorrência arrasadora, a competição desleal e mil outros males que a experiência tem revelado, através da História, eis os efeitos naturais lógicos, seja na vida particular dos cidadãos, seja na vida internacional dos povos, de todos os que trabalham sem obediência a um método, a um programa pré-determinado. [...] *O dirigismo econômico é assim uma imposição inamovível da realidade e da lógica.* A tendência natural de cada um é a livre determinação do seu destino, a inteira liberdade nos seus caprichos e intenções. A irritação, a queixa, a rebeldia são as primeiras reações naturais em todos os que se veem limitados, no livre exercício de suas atividades⁴⁶⁰.

O jurista faz, inclusive, uma defesa clara do modelo intervencionista. Para Duarte Pereira, o ideal seria mesmo que cada homem e cada nação pudessem agir como lhes fosse mais apropriado, sem quaisquer regulamentações, uma vez que a “liberdade absoluta é a aspiração suprema do pensamento humano”. Tal desejo, porém, não era possível, pois brevemente

[...] se traduziria numa série de injustiças, de privações, de malefícios causados pelo igual uso da liberdade concedido aos outros, de tal maneira que essa suposta liberdade seria verdadeiramente a mais odiosa e nefasta das tiranias, que se pudesse imaginar. Somente por demagogia, por má fé, com apelo aos instintos e abusando da ignorância e da ingenuidade da maioria dos homens, é possível conceber o combate que frequentemente se observa, mesmo nos países mais adiantados, à intervenção do Estado, na atividade econômica dos indivíduos⁴⁶¹.

Com o objetivo de legitimar a lógica intervencionista, Duarte Pereira argumentava que não seria possível, para qualquer homem, prosperar “sem disciplina no trabalho, sem restrições

⁴⁵⁹ DEAN, 1996. p. 299.

⁴⁶⁰ PEREIRA, 1950, p. 471. Grifo nosso.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 471-472.

no gasto de suas energias físicas, de suas rendas e sem autoridade sobre a família que estiver obrigado a manter”⁴⁶². Do mesmo modo, não poderia haver nação que sobrevivesse, “na competição universal, sem método nas atividades industriais e comerciais dos seus cidadãos. É a lição da História”⁴⁶³.

O modelo intervencionista ou regime florestal intervencionista deveria, pois, vigorar no país. Duarte Pereira afirmava, tomando como base o Instituto Nacional do Pinho, que a indústria madeireira era, no Brasil, aquela que tipicamente fornecia o melhor exemplo, para a sociedade, “da necessidade do planejamento estatal e do controle permanente do seu desenvolvimento”⁴⁶⁴.

O desembargador alertava, ainda, sobre os problemas existentes que foram causados pela ausência ou insuficiência da atuação estatal em relação à produção e comércio de madeira.

Tivemos o período da plena e absoluta liberdade e estamos passando gradativa, mas firme e progressivamente, para o regime da economia dirigida, desde 1931 pra cá. Os quadros estão presentes, com todas as cores impressionantes, na memória de cada um de nós. Antigamente, seduzidos pelos preços altos que uma eventual procura nos mercados consumidores, por algum país empenhado em grandes empreendimentos, suscitava, milhares de indivíduos abandonavam suas primitivas ocupações e iam dedicar-se à indústria madeireira. Surgiam serrarias, em toda a parte, onde houvesse árvores para derrubar. As pilhas de tábuas, ao longo das estradas, esperando transporte, eram intermináveis. Não havia, porém, nem estradas de ferro, nem de rodagem que pudessem conduzir tudo o que se produzia. De outro lado, semelhante abundância de tal mercadoria estimulava aos intermediários e aos consumidores a mais desenfreada especulação. Uma riqueza imensa de madeiras apodrecia irremediavelmente à margem das estradas e as que chegavam ao destino eram adquiridas por preços inferiores ao seu custo⁴⁶⁵.

A indústria madeireira deveria adquirir, portanto, destaque e prioridade, por parte do governo, enquanto atividade econômica rentável. Duarte Pereira indica que, até a Primeira Grande Guerra Mundial, a maior parte da madeira utilizada no Brasil era importada. A exploração dos pinheirais no sul do país teria se tornado intensiva após o início do conflito, quando o comércio de importação de madeiras foi prejudicado.

Até 1913, nós importávamos o pinho estrangeiro, a despeito da existência de vastas zonas sulinas cobertas de pinheiros. Naquele ano, o volume da nossa importação dessa madeira atingia 148.000 toneladas. Mas a guerra não só nos obrigou a cuidar melhor do pinho brasileiro, como também nos proporcionou

⁴⁶² *Ibidem*, p. 472.

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 472.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p. 472.

⁴⁶⁵ PEREIRA, 1950, p. 472.

mercados compradores no exterior. Assim, já em 1916, nossa exportação, equivalente a 71.126 toneladas, superava enormemente a importação, que fora apenas de 5.687 toneladas^{466, 467}.

Em 1919, com o fim da guerra, as exportações caíram cerca de 50%, uma vez que os países que eram antigos fornecedores voltaram a atuar no mercado. Após a ascensão de Vargas, em 1930, o comércio voltou a crescer, pois a Alemanha aumentou suas compras e a Inglaterra surgiu como uma nova compradora. Ao longo da década de 1930, o crescimento foi mantido. Porém, com o começo da Segunda Grande Guerra, a exportação voltou a cair, devido às baixas do mercado consumidor alemão e dos bloqueios marítimos impedindo o transporte regular⁴⁶⁸.

Assim, no fim dos anos 1940, houve crise na produção por motivos de saturação da capacidade de transporte nas redes de viação do Paraná e de Santa Catarina (de onde saíam os pinhos) e pela redução dos mercados compradores (resultado do desencadeamento da II Guerra). Como resultado, houve

[...] pânico entre os produtores de pinho, os quais, desesperançados das soluções até então ensaiadas, apelaram para o Governo Federal, no sentido de ser urgentemente reorganizada e amparada a economia do pinho. Com esse fim, vieram ao Rio de Janeiro representantes dos madeireiros do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul⁴⁶⁹.

Após discussões entre madeireiros e técnicos do Ministério da Agricultura, foi criado, em princípios de 1938, um anteprojeto de lei que visava:

[...] o reflorestamento da zona devastada dos pinheirais; a regulamentação do corte dos pinheiros; a defesa e a melhoria da produção; o equilíbrio entre a produção, o consumo e o transporte; a padronização e a classificação das madeiras extraídas; a garantia de um preço mínimo ao produtor; a exploração racional das indústrias derivadas; a criação de um órgão financeiro, destinado a amparar os produtores, os comerciantes e os industriais do pinho⁴⁷⁰.

Em 1º de fevereiro de 1940, por meio da Portaria nº 56, foi instituído o Serviço Nacional do Pinho. Nesta portaria,

[...] fixou-se o preço mínimo do pinho, serrado nos estados do Paraná e de Santa Catarina; reduziu-se a produção total das serrarias em 30%; estabeleceram-se cotas para os serradores; limitou-se a cota da exportação de pinho do Rio Grande do Sul para os mercados do Rio da Prata⁴⁷¹.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p. 473.

⁴⁶⁷ O autor, Osny Duarte Pereira, não especifica ou faz referência ao texto ou ao documento do qual retira tais informações.

⁴⁶⁸ PEREIRA, 1950.

⁴⁶⁹ PEREIRA, 1950, p. 474.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 475.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 475.

Além disso, pelo Decreto-Lei nº 3.124, de 19 de março de 1941, foi criada “uma autarquia, especialmente incumbida de estudar e solucionar praticamente os problemas da produção e comércio do pinho”⁴⁷². Cerca de um ano depois, em 8 de outubro de 1942, tal autarquia foi reestruturada, convertendo-se no Instituto Nacional do Pinho, por meio do Decreto nº 4.813.

O presidente do INP era escolhido pelo presidente da República,

[...] mas as políticas da instituição eram definidas por Junta Deliberativa, composta por oito representantes da classe empresarial (produtores, industriais e exportadores) e dos governos daqueles quatro estados do sul [São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul]⁴⁷³.

Tal Junta Deliberativa era constituída “pelo presidente do Instituto, por um representante do Governo Estadual e outro representante dos produtores, industriais e exportadores de pinho”⁴⁷⁴, de cada um dos estados mencionados acima. Cabia a este grupo, “deliberar sobre as medidas tendentes a estabelecer equilíbrio entre a produção e o consumo do pinho”⁴⁷⁵.

As funções do Instituto Nacional do Pinho eram, entre outras: controle da produção, dos preços, organizar registros dos produtores e contribuir para o reflorestamento nas zonas de produção do pinho. Destaca-se a última função, a de reflorestamento, uma vez que, segundo Duarte Pereira, seria

[...] espantoso que uma autarquia destinada a proteger um dos mais importantes setores da Economia Nacional deixasse desaparecer esse bem público, porque teria se preocupado em regular apenas a metade da tarefa, isto é, o percurso da tábua, sem cogitar de onde ela procederia⁴⁷⁶.

Diante desta necessidade de se proteger as madeiras para garantir a produção, o Decreto Lei nº 4.813, de 8 de outubro de 1942, encarregava o Instituto Nacional do Pinho do poder de

[...] obrigar o uso de novos processos técnicos na indústria madeireira, promover o reflorestamento das áreas exploradas, desenvolver a educação florestal nos centros madeireiros, fiscalizar a execução das medidas e resoluções tomadas, punindo os infratores⁴⁷⁷.

A defesa da indústria madeireira era feita de modo contundente tanto por Osny Duarte Pereira, quanto por Virgílio Gualberto. De modo semelhante se dava também a defesa pela

⁴⁷² *Ibidem*, p. 476.

⁴⁷³ IORIS, Edwiges Marta. Na trilha do manejo científico da floresta tropical: indústria madeireira e florestas nacionais. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 3, n. 3, p. 289-309, set./dez. 2008. p. 295.

⁴⁷⁴ RADIM, José Carlos; SALINI, Ademir Miguel. O Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no Oeste catarinense. *Professare*. Santa Catarina, v. 4, n. 3, p. 21-46. 2015. p. 29.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, p. 33.

⁴⁷⁶ PEREIRA, 1950, p. 490.

⁴⁷⁷ PEREIRA, 1950, p. 491.

busca de uma racionalização florestal. Assim, a conservação ou as condutas conservacionistas eram legitimadas por, em última medida, serem necessárias para a manutenção da produtividade, sobretudo da madeira. Virgílio Gualberto afirmava que era preciso

[...] evoluir para uma concepção que respeite a mata não só como um bem necessário à proteção do solo e à conservação do ambiente climático, mas também como fonte produtora de matérias-primas indispensáveis à civilização humana no seu estágio atual⁴⁷⁸.

Em 1948, o Instituto Nacional do Pinho formulou uma “declaração de princípios que revelava o anseio e a disposição da classe madeireira do Brasil, em contribuir decisivamente para o encaminhamento de uma boa solução para o nosso problema florestal”⁴⁷⁹. O texto diz:

O Instituto Nacional do Pinho, órgão paraestatal, destinado a promover o equilíbrio e a harmonia entre os interesses gerais e os da classe madeireira, adota os seguintes princípios, que constituem as coordenadas entre as quais inscreve a sua política econômica:

- 1° - *Preservação da reserva florestal em limites que assegurem o perene abastecimento da matéria-prima dela oriunda;*
- 2° - *Fomento da produção dessa matéria-prima pelo reflorestamento;*
- 3° - *Aproveitamento máximo das árvores derrubadas;*
- 4° - *Industrialização em grau progressivo dos produtos florestais;*
- 5° - *Expansão dos mercados consumidores;*
- 6° - *Equilíbrio entre a produção e o consumo, mediante controle de ambos;*
- 7° - *Tendência para a liberdade de iniciativa na atividade madeireira;*
- 8° - *Bem-estar social para todos que trabalham nessa atividade*⁴⁸⁰.

As palavras destacadas, no trecho acima, demonstram de que forma a conservação das florestas servia diretamente aos interesses da indústria de exploração das madeiras. A preservação das florestas aconteceria, sim, mas desde que em limites que assegurassem o fornecimento constante de madeiras. O reflorestamento teria, por um dos objetivos principais, incrementar a produção.

Em termos de reflorestamento, o Instituto Nacional do Pinho contribuiria para a preservação do patrimônio florestal das espécies, “não apenas evitando cortes desnecessários, como promovendo o plantio de pinheiros e outras essências de valor comercial”. Sublinha-se, aqui, que há um critério para as espécies escolhidas para o reflorestamento: elas precisavam agregar valor comercial.

⁴⁷⁸ GUALBERTO, 1950, p. XII.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. XII.

⁴⁸⁰ Declaração do Instituto Nacional do Pinho apud PEREIRA, Osny Duarte. *Direito Florestal Brasileiro*, 1950. p. XII e XIII.

Duarte Pereira aponta também que o presidente do Instituto, Virgílio Gualberto, afirmava ter destinado, para os trabalhos em torno de projetos de reflorestamento, metade da receita recebida pelo órgão. Tais medidas deram

[...] origem ao único serviço público de reflorestamento sistemático existente no país, para a criação de florestas artificiais, destinadas à produção de material lenhoso para fins econômicos que não a mera obtenção de lenha.

O sistema de reflorestamento realizado pelo INP permitiu, por meio dos experimentos conduzidos, a consolidação dos “primeiros passos no desenvolvimento de uma silvicultura nacional, conduzida sob os princípios científicos do manejo florestal”⁴⁸¹. Virgílio Gualberto atribuía laudatoriamente, aos empresários do ramo madeireiro, “a glória de haver proporcionado os recursos financeiros para a implantação definitiva da silvicultura pátria”⁴⁸², ainda que houvesse dificuldades técnicas.

Na obra *Direito Florestal Brasileiro*, são apresentadas algumas informações acerca das práticas de reflorestamento executadas pelo Instituto Nacional do Pinho, divulgadas na *Revista Expansão Econômica*⁴⁸³, no ano de 1949. Segundo tais colocações, o Instituto contribuía

[...] para a preservação do patrimônio florestal das espécies, não apenas evitando cortes desnecessários, como promovendo o plantio de pinheiros e outras essências de valor comercial. Limitando o trabalho das serrarias, poupou 80% das árvores que eram abatidas e não transportadas⁴⁸⁴.

Evitando, assim, que as madeiras apodrecessem à espera de transporte.

Virgílio Gualberto afirmava que, desde 1944, metade da receita do Instituto era destinada para os trabalhos de silvicultura e reflorestamento.

Mau grado as dificuldades de natureza técnica decorrentes da falta de experiência em trabalhos desta natureza, em apenas cinco anos, conseguiram estabelecer uma rede de 8 estações florestais, onde o plantio realizado até julho de 1949 era de 16 milhões de pinheiros e de centenas de milhares de outras essências, quer indígenas, quer exóticas, além de constituírem efetiva reposição de árvores, para o futuro, em escala três vezes superior aos exemplares abatidos pela indústria, representa já um estudo e experimentação das mais interessantes do ponto de vista técnico e científico⁴⁸⁵.

Em relação ao trecho apresentado acima, ressalta-se que a afirmação destacada é, em última medida, excessivamente otimista quando se avalia a aplicação da legislação florestal no país. Dean, por exemplo, afirmava ter havido, no período entre a promulgação dos Códigos

⁴⁸¹ IORIS, 2008, p. 296.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 296.

⁴⁸³ *Revista Expansão Econômica*, 1949 apud PEREIRA, 1950.

⁴⁸⁴ *Ibidem*, p. 479.

⁴⁸⁵ *Ibidem*, p. 479.

Florestais de 1934 e 1965, uma quase completa ineficácia da política florestal brasileira.

Segundo o autor, o maior

[...] defeito do código [Código Florestal de 1934], de fato, era que ele nunca havia sido cumprido: nunca foram alocados fundos suficientes e, por muitos anos, sua aplicação era fiscalizada por voluntários, muitos dos quais em busca de propinas. [...] O andamento dos processos era solapado por um novo código penal, que reduzia os crimes florestais e contravenções, e por uma relutância em aplicar uma lei que estava recebendo nova redação. Em 1957, houve apenas uma condenação por violação deste código!⁴⁸⁶

A Revista *Expansão Econômica* apresentava também observações acerca das taxas cobradas pelo Instituto aos madeireiros. A intenção era assegurar o valor pífio das contribuições, legitimando, com isso, a intervenção dos órgãos estatais em setores centrais da economia brasileira.

Vale observar que o valor das taxas cobradas pelo Instituto é o mais baixo comparativamente às de qualquer outro órgão regulador da produção, seja do país, seja do estrangeiro. Trata-se de uma disciplina, em nada onerosa para os madeireiros, quando se considera que as taxas do I.N.P. [Instituto Nacional do Pinho] não alcançam sequer 0,5% do valor comercial do produto e são incorporadas ao custo do mesmo, para cobrança indireta do consumidor. [...] A madeira, não obstante a geral elevação de preços, durante a guerra, foi produto dos que menos precisou subir o seu custo, graças à interferência controladora⁴⁸⁷.

A atuação do Instituto Nacional do Pinho, sobretudo ao longo da década de 1940, concentrava-se na regulamentação do controle dos preços da madeira, de modo a garantir melhores resultados na produção e na exportação. Gualberto exaltava tais ações do INP, pois, por meio delas, o comércio e a indústria da madeira alcançaram êxito, se tornando um dos principais artigos da exportação nacional, aparecendo no quarto lugar⁴⁸⁸.

Um dos objetivos centrais do INP, senão o maior deles, era aumentar a participação da madeira em meio às exportações brasileiras. Para isto, fundamental seria haver uma articulação política e técnica com as agências florestais internacionais, situação da qual Gualberto tinha ampla consciência. Por isso, o presidente do Instituto defendia que o Brasil não poderia “mais permanecer estranho ou secundário nos debates em que as questões florestais são examinadas por assembleias internacionais”⁴⁸⁹.

⁴⁸⁶ DEAN, 1996, p. 303.

⁴⁸⁷ Revista *Expansão Econômica*, 1949 apud *Direito Florestal Brasileiro*, p. 479.

⁴⁸⁸ RADIM; SALINI, 2015.

⁴⁸⁹ GUALBERTO, 1949, p. 12 apud IORIS, 2005, p. 297.

No ano de 1947, representantes do Instituto Nacional do Pinho participaram de conferências sobre florestas em países estrangeiros, tais como as ocorridas nas antigas Suazilândia e Tchecoslováquia⁴⁹⁰. Em 1948, a cidade brasileira de Teresópolis sediou a “Conferência Latino-Americana sobre Florestas e Produtos Florestais”. Neste evento, o INP lançou o Anuário Brasileiro de Economia Florestal (ABEF), produção que divulgava as ações do próprio Instituto, bem como informações sobre as principais pesquisas florestais desenvolvidas no Brasil e no mundo⁴⁹¹.

O Instituto Nacional do Pinho se configura, pois, numa expressão das concepções de Osny Duarte Pereira acerca da conservação das florestas. Por um lado, tratavam-se, sim, de preocupações legítimas com as questões ecossistêmicas, com o incremento das pesquisas e, como será abordado adiante, com o ensino florestal. Por outro lado, o jurista deixava evidente sua defesa de um projeto industrializante, tendo como base a indústria madeireira, de forma a assegurar o alcance do desenvolvimento econômico nacional.

3.4. O Ensino Florestal e o desenvolvimentismo: ensinar a importância das matas para acabar com o “atraso”

Osny Duarte Pereira, ao refletir sobre as questões florestais, ressalta, com grande recorrência em suas obras, a importância do ensino florestal para sensibilizar tanto a população comum, quanto os membros dos órgãos político-administrativos brasileiros. Mais uma vez, a justificativa dada para a necessidade de dar lugar ao ensino florestal se pautava na ideia da natureza brasileira constantemente ameaçada por práticas indiscriminadas de derrubadas.

Ao tratar da interrelação entre extinção de florestas e produtividade do solo, Duarte Pereira descreve, brevemente, a visita do francês André Aubreville, autor do estudo "Climas, Florestas e Desertificação da África Tropical" que, na época, 1957, ocupava o cargo de inspetor geral do Serviço Florestal de Ultramar da França. A partir de suas vivências no Brasil, Aubreville relatou, segundo Duarte Pereira, a devastação que viu, com os próprios olhos, nas regiões de ligação entre Rio de Janeiro e São Paulo. O espaço era marcado por seca e rios assoreados. Duarte Pereira pode concluir, então, que a ausência de florestas gerava uma improdutividade dos solos:

⁴⁹⁰ A Tchecoslováquia, em 1993, foi dissolvida dando origem a dois novos países: República Tcheca e Eslováquia. A Suazilândia, em 2018, teve seu nome oficial alterado para Reino de Essuatíni.

⁴⁹¹ IORIS, 2005.

Para que se tenha uma ideia da produtividade de uma terra devastada e de outra onde ainda existe alguma floresta, registre-se que um hectare plantado de algodão herbáceo rende 400 quilos na Paraíba e 2.000 nas terras virgens de SP, segundo fomos informados pelo dinâmico deputado paraibano Jacob Franz⁴⁹².

A relação das águas e dos rios com as matas também é ponto de destaque. O autor coloca, para o leitor, a seguinte pergunta: “Mas, como é possível que a simples existência de uma floresta possa garantir a presença de água nas imediações?”⁴⁹³. Para responder tal indagação, o jurista menciona as ações de Gifford Pinchot, ex-governador da Pensilvânia e ex-chefe de Serviço de Silvicultura dos EUA que, “impressionado com as catástrofes desencadeadas pelo Missouri e pelo Mississipi, deliberou percorrer as escolas [...]”⁴⁹⁴ com o objetivo de mostrar aos alunos em formação a importância das florestas para manutenção dos cursos d’água e, conseqüentemente, do abastecimento para consumo humano.

Em seguida, Osny cita um trecho da explicação dada por Pinchot, nas escolas, ao levar uma tábua que colocava em plano inclinado:

Lançai sobre a tábua desnuda, a que se dá, uma ligeira inclinação, um copo d’água e vereis que o líquido rapidamente correrá derramando-se pelo chão; repeti a experiência, depois de haver coberto a superfície com um manto de pano ou de papel chupão, e vereis que a água se prenderá absorvida pelo manto, só com vagar escoando-se, como se fora de uma fonte: a tábua representará a vertente do terreno e o manto as florestas protetoras, as quais salvam das barrentas enxurradas, que destroem as montanhas, obstruindo os vales, as chuvas caídas, para a formação das fontes cristalinas que são o encanto das serras e a vida das planícies. Assim se prova a necessidade da proteção imediata às florestas, como elementos de formação e regularização dos cursos de água.⁴⁹⁵

Em relação ao trecho acima, é fundamental destacar que Gifford Pinchot (1865-1946) foi um importante engenheiro florestal norte-americano que, assumindo uma postura claramente conservacionista, defendia o uso racionalizado dos recursos em prol do alcance de um progresso. Na obra “Direito Florestal Brasileiro”, Duarte Pereira retoma o trabalho de Pinchot para alertar a necessidade do Brasil cuidar de suas florestas, para que a devastação não atinja os mesmos níveis evidenciados entre os norte-americanos.

O povo dos Estados Unidos começou a ouvir o eco de que seus bosques virgens, considerados inesgotáveis, estão hoje quase arrasados. Por muitos anos permitimos aos lenhadores vagar por todos os recantos do país e destruir nossos bosques. Porém, chegaram já ao fim de sua carreira, no que se relaciona com as matas virgens, enquanto que a maior parte de nossa riqueza florestal

⁴⁹² IORIS, 2005, p. 59.

⁴⁹³ PEREIRA, 1960, p. 60.

⁴⁹⁴ *Ibidem*, p. 60.

⁴⁹⁵ PEREIRA, 1950, p. 60.

desapareceu. Eles não tomaram nunca em consideração a terra; a única coisa que lhes interessava eram as madeiras e escolhiam as melhores⁴⁹⁶.

Pinchot é considerado como um dos primeiros especialistas que propôs sugestões para um serviço florestal estadunidense. Na Europa, de acordo com McCormich⁴⁹⁷, estudou manejo florestal e “aprendeu que as florestas tanto poderiam ser protegidas quanto administradas para aproveitamento sustentado”⁴⁹⁸. Além disso, Pinchot fazia parte de um grupo específico de conservacionistas organizados que estavam

[...] mais preocupados com a justiça econômica e a democracia na alocação dos recursos do que com a prevenção do desperdício; o conservacionismo era uma cruzada democrática “para barrar o roubo e a exploração [...] [e] para distribuir de modo mais equânime lucros da economia”⁴⁹⁹.

Osny Duarte Pereira compartilhava tal preocupação com maior equidade na distribuição dos recursos naturais. Em suas obras, conforme explicitado em diversos momentos na presente dissertação, defendia a valorização das riquezas nacionais e de seus potenciais em contraposição àquilo que entendia como políticas intervencionistas dos países imperialistas. A má distribuição das riquezas levava à concentração de renda e ao crescimento da desigualdade da miséria. O atraso, sendo consequência de uma sociedade desigual, fazia com que as relações entre homem e mundo natural fossem problemáticas, resultando em degradação das florestas.

Assim, o alcance de condições sociais mais equânimes possibilitaria o aprimoramento das tecnologias para uso dos recursos e, somente assim, a conservação das florestas seria garantida. Não é por mero acaso que Duarte Pereira, em muitas de suas publicações, se dirigia aos homens públicos e também ao “povo” (as camadas populares) vislumbrando um “despertar” destes sujeitos. O pensamento conservacionista do jurista Osny Duarte Pereira se amparava, pois, na defesa nacional, na busca pelo desenvolvimento e também em algo como uma “justiça socioflorestal”.

Um dos principais eixos das discussões florestais, nas obras de Duarte Pereira, centra-se na dimensão do ensino florestal. Este, por sua vez, aparece quase sempre atrelado à valorização da silvicultura, que é a ciência que se dedica ao estudo dos métodos para melhorar o desenvolvimento dos grupos florestais, sobretudo para aumento da produção de madeiras.

⁴⁹⁶ Pinchot, s.d., apud PEREIRA, 1950. p. 6.

⁴⁹⁷ McCORMICH, John. As Raízes do Ambientalismo. In: _____. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Tradução Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. Original 1989. p. 21-42. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55372947/McCORMICK-John-Rumo-ao-Paraiso-A-historia-dos-movimentos-ambientalistas>. Acesso em: março 2019.

⁴⁹⁸ *Ibidem*, p. 31.

⁴⁹⁹ McCORMICH, 1992, p. 32.

Como parte de suas análises comparativas entre o Brasil e outros países do mundo, o jurista menciona -alguns exemplos interessantes.

Na Itália, a formação

[...] de uma consciência florestal popular, básica em qualquer política nesse setor, levou o Ministério da Educação Nacional a modificar as disciplinas de ensino e a criar novas escolas técnicas [...] com professores encarregados de percorrer o país, ministrando instrução agrícola-florestal, tarefa que foi posteriormente, com a Lei nº 1220, de 13 de junho de 1935, aperfeiçoada, mediante a criação das Inspetorias Provinciais de Agricultura, com fim eminentemente educativo, estabelecendo programas de conferência, conversações de propaganda, provas experimentais gratuitas, cursos de instrução prática profissional em pleno ambiente rural. [...] Ampliaram as comemorações da Festa da Árvore, instituída a exemplo do Arborday do estado norte-americano do Nebraska. Foi criada a medalha de Mérito Silvano, distribuída aos que se distinguem pelo reflorestamento⁵⁰⁰.

Na Inglaterra, desde o início do século XX, as preocupações com as questões florestais foram refletidas também no ensino das escolas e universidades.

O Fundo Florestal [formado na década de 1940] permitiu a criação de importantes laboratórios de investigações florestais, que prestaram assinalados serviços, durante a guerra, dando à madeira uma aplicação mais ampla e eficiente, com o fim de baratear o curso de fabricação de veículos, instrumentos, móveis e máquinas, empregando-a em misteres, antes nunca imaginados. Nas universidades é feito o ensino especializado de assuntos florestais, proporcionando diplomas que são exigidos de todos os candidatos aos serviços públicos desta natureza, na metrópole e nas colônias. A Universidade de Oxford mantém um ‘Instituto Florestal Imperial’, atualmente denominado ‘Instituto Florestal do Commonwealth’ do mesmo modo que a de Edimburgo inclui um ‘Colégio de Estudos Florestais’⁵⁰¹.

Em relação à França, Duarte Pereira destaca a fundação da Escola Nacional de Águas e Florestas (*École de Nancy*), em 1901, na qual os alunos, que pretendiam “se dedicar à carreira de oficiais de Águas e Florestas”⁵⁰² que neste país tinha “cunho de uma corporação paramilitar, destinada a administrar e a desenvolver a riqueza florestal”⁵⁰³, eram recrutados no Instituto Nacional Agrônômico. A França dispunha também da

[...] Escola de Ensino Técnico e Profissional de Barres, com a missão de recrutar os guardas e brigadeiros de Florestas, os quais, mediante um curso na Escola Secundária de Barres, semelhantes às nossas escolas de cadetes, podem ingressar também no quadro de Oficiais de Águas e Florestas⁵⁰⁴.

Além disso,

⁵⁰⁰ PEREIRA, 1950, p. 45-46.

⁵⁰¹ *Ibidem*, p. 64.

⁵⁰² *Ibidem*, p. 156.

⁵⁰³ *Ibidem*, p. 156.

⁵⁰⁴ *Ibidem*, p. 156.

[...] várias escolas técnicas disseminadas no país, instituídas com a colaboração do Estado, coletividades e particulares, segundo o princípio da Lei de 25 de julho de 1919, com cursos de técnica de madeiras e de técnica florestal, contribuem para a formação da mentalidade propícia ao resguardo desse inestimável bem da Natureza. Tais são, por exemplo, a Escola Superior de Madeira, criada em 1935, cujo programa comporta tudo o que diz respeito ao comércio e indústria da madeira, formando inclusive engenheiros especializados [...]⁵⁰⁵.

Outra importante medida instituída na França e bastante elogiada por Duarte Pereira, sobretudo com intenções de que medidas similares fossem realizadas no Brasil, consiste no ensino florestal para os anos iniciais das crianças nas escolas. Para isso, os professores recebiam instruções em sua formação na Escola Normal. Por isso, a cadeira de “Economia Florestal e Agrícola” havia sido incluída no programa de disciplinas⁵⁰⁶. Para além dos grupos escolares, eram formados “clubes florestais, distintos dos agrícolas, para incentivar na criança não apenas a simpatia pela agricultura, mas também pela floresta, com apoio concreto das Prefeituras”⁵⁰⁷ das cidades francesas.

Dessa forma, é nítida a valorização dada por Duarte Pereira à educação florestal que, em sua concepção, era

[...] obtida em primeiro lugar pelo ensino da importância da mata, para a vida humana, martelando princípios gerais de silvicultura, na escola primária, nos ginásios e nas escolas superiores, quaisquer que sejam as carreiras profissionais, *como se pratica em todas as nações adiantadas*. Cada cidadão, segundo um dos maiores estadistas sul-americanos, deveria, antes de receber licença para contrair matrimônio, provar que plantou uma árvore, com êxito. *Isso talvez seria exigir muito, ante o nosso atraso. Mas, é indispensável que ao menos cada cidadão tenha consciência do valor das árvores e saiba como plantá-las e protegê-las*. Somente assim se formará um ambiente favorável ao desenvolvimento das atividades florestais⁵⁰⁸.

Por meio do trecho acima, observa-se que, na visão de Osny Duarte Pereira, o Brasil se encontrava, também em termos de ensino florestal, numa posição de atraso frente às nações europeias, sobretudo. E, para superar tal condição, indispensáveis seriam os trabalhos voltados para a conscientização florestal: nas escolas primárias, nas escolas técnicas, nas universidades, nos meios de comunicação, enfim, que fosse capaz de penetrar as estruturas sociais brasileiras. Apesar de pretender englobar todos os níveis, para Duarte Pereira, no ensino primário, a

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p. 156.

⁵⁰⁶ PEREIRA, 1950.

⁵⁰⁷ *Ibidem*, p. 157.

⁵⁰⁸ *Ibidem*, p. 156.

relevância da educação florestal era maior, uma vez que dali se formaria “a massa dos pequenos proprietários”⁵⁰⁹ de terras num futuro próximo.

Se o Brasil encontrava-se, de acordo com Duarte Pereira, numa posição de atraso em relação às nações civilizadas, o mesmo acontecia na China. A viagem realizada pelo jurista ao país fez com que ele pudesse observar e interpretar as questões florestais também do bloco socialista. Assim, “para qualquer pessoa que se dirija à China, vinda da União Soviética e, acreditamos, também entrando pela Índia ou pelo Vietnam, o primeiro contato com o solo desperta tristeza e até angústia”⁵¹⁰.

O uso indiscriminado dos recursos florestais nas terras chinesas levava a um processo de esgotamento dos diversos rios no país.

Como lagartas, os *chins* iam destruindo matas, roçando, esgotando as terras e desbastando nova porção de florestas. Devastaram, assim, as cabeceiras dos rios, desequilibrando o nível das águas e erguendo, atrás de si, flagelos que, pelos séculos afora, constituem até hoje o maior pesadelo do agricultor. Enquanto o Nilo, no Egito, pela proteção florestal conservada em suas fontes, cognomina-se com o Rio Sagrado [...], os rios da China recebem apelidos desabonadores. [...] Em consequência, o rio e o homem odeiam-se na China⁵¹¹.

Como consequência dos desequilíbrios, os chineses sofriam com os efeitos dos processos de erosão e de inundação que levavam à mortes, fome e destruição de aldeias inteiras. O Rio Amarelo [Huang Ho], um dos principais cursos hídricos asiáticos, era denominado pela população que vivia em seu vale como “Tristeza da China”⁵¹². As inundações, por exemplo, eram sucedidas por “secas de quase completo esgotamento da vida vegetal”⁵¹³.

A preocupação de Duarte Pereira era, pois, que o mesmo processo de erosões, inundações e assoreamento de rios acontecesse com os rios do Centro-Oeste brasileiro como consequência da ocupação da região que aconteceria em decorrência da mudança da capital para Brasília. Assim, o jurista utilizava-se, com certo sensacionalismo, das impressões adquiridas em outras localidades para alertar os riscos que o Brasil estava suscetível. O problema florestal era visto por ele como um “inimigo inseparável da civilização humana”⁵¹⁴ e deveria, assim, ser conhecido e combatido.

⁵⁰⁹ *Ibidem*, p. 156.

⁵¹⁰ PEREIRA, 1957. p. 156.

⁵¹¹ PEREIRA, 1957, p. 156-157.

⁵¹² PEREIRA, 1950, 1957.

⁵¹³ *Ibidem*, p. 161.

⁵¹⁴ *Ibidem*, p. 160.

Ao refletir sobre a relação entre combustível, construções e florestas, Duarte Pereira aponta, novamente, a falta de informações para quem chama de “homem do campo”. Indo além, indica que “os povos subdesenvolvidos [e o Brasil se enquadrava nesta categoria] são lagartas ainda mais daninhas, do que os povos adiantados”⁵¹⁵. Em seguida, dá uma explicação ao leitor. Para ele, quanto mais pobre fosse uma sociedade, menos acessíveis seriam a eletricidade, o carvão, entre outros combustíveis, fazendo com que a energia para “cozer os alimentos, para movimentar as locomotivas, para acionar as indústrias, para preparar certos tipos de aço”⁵¹⁶ fosse obtida da “lenha abundante e barata”⁵¹⁷.

Sendo assim, o desmatamento para derrubada e retirada das madeiras seria mais intenso que nos países de povos desenvolvidos. Osny Duarte não considera, porém, um detalhe importante: os próprios países desenvolvidos também enfrentaram períodos de intenso desmatamento enquanto ainda estavam em desenvolvimento, entre os séculos XVI e XVII, e mais intenso ainda quando passaram pelos processos de industrialização⁵¹⁸. Conforme escreve Keith Thomas⁵¹⁹, no século XVIII, boa parte do território inglês já havia perdido parte considerável de sua cobertura vegetal.

Pode-se observar uma relação feita – não pouco frequente – entre desflorestamento e condições socioeconômicas. Percebe-se que a causa principal identificada por Duarte Pereira, para o desmatamento, é o atraso dos povos subdesenvolvidos. Tanto neste aspecto, quanto ao atribuir elevado grau de ignorância ao “homem do campo” no trato com as florestas e com as atividades agrícolas, pode-se entender que a visão de Osny Duarte Pereira estava em consonância com um pensamento vigente nas discussões nacionais e internacionais acerca do uso das florestas.

3.5. Os Códigos Florestais: em busca de uma legislação florestal para o nacional-desenvolvimentismo

O objeto do Direito Florestal poderia ser definido como a reunião de

[...] um conjunto de normas destinadas a utilizar e desenvolver a vegetação, como instrumento de funções da Natureza e como reserva de material lenhoso. Naturalmente que o Direito não pode fixar preceitos de caráter

⁵¹⁵ PEREIRA, 1960, p. 61.

⁵¹⁶ PEREIRA, 1960, p. 61.

⁵¹⁷ *Ibidem*, p. 61.

⁵¹⁸ DRUMMOND, 1996.

⁵¹⁹ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

técnico-silviculturais, matéria que escapa ao seu fim. Os processos de exploração da floresta, de substituição das árvores, dos cortes mais econômicos, a recomendação de essências mais úteis, os cuidados com as sementes e com as plantas são princípios de natureza científica, cuja divulgação, nos meios rurais, não é tarefa do executor da lei, mas do cientista, do técnico, transmitindo, por todos os meios adequados, as conquistas do estudo, nos laboratórios, nos centros de pesquisa, nos estabelecimentos de instrução. *A aplicação de fórmulas de trabalho florestal mais úteis, mais econômicas, de maior alcance se faz através do ensino e da educação*⁵²⁰.

Dois pontos merecem ser destacados do trecho acima. Em primeiro lugar, a definição do objeto do Direito Florestal como a reunião de normas a serem utilizadas para desenvolver a vegetação; esta vegetação, por sua vez, materializava as diversas funções da Natureza e consistia numa “reserva de material lenhoso”. Ora, mais uma vez, Duarte Pereira associa a necessidade de conservar e cuidar das florestas, inclusive e principalmente por meio do aparato jurídico, com a disponibilidade de lenha para que a indústria madeireira continuasse a se desenvolver no Brasil, sem riscos de grandes rupturas no futuro. Em segundo, Duarte Pereira indica, também mais uma vez, que a disseminação dos conhecimentos nas áreas de silvicultura, ou seja, das técnicas florestais mais úteis e econômicas – e aqui o fator econômico também adquire relevância – deve ser realizada por meio do ensino e da educação.

Duarte Pereira demonstrava cuidado ao definir a floresta, sob o ponto de vista jurídico, área a partir da qual fala com propriedade. Assim, a floresta,

[...] doutrina Ch. Guyot (Cours de Droit Forestier, v. I. p. 3), é um imóvel plantado de árvores, *onde a madeira* (material lenhoso ou outras substâncias tiradas da árvore, tais como resinas e cascas) *constitui a produção principal*. Esse imóvel está submetido a regras ordinárias da propriedade imobiliária, tais como preceitua o Código Civil, do mesmo modo às leis rurais que se aplicam ao conjunto de explorações agrícolas; ele é protegido, de maneira semelhante, pelo Código Penal e outras leis repressivas. Mas, esta legislação de direito comum não é suficiente para a propriedade florestal; *em todos os países civilizados, encontra-se um suplemento de preceitos dirigido especialmente à floresta*. Esta complexidade, que poderia parecer inútil, explica-se pela natureza muito característica da propriedade florestal⁵²¹.

A definição jurídica de floresta, endossada por Duarte Pereira, está atrelada à perspectiva da produção, uma vez que é, em síntese, o espaço, o imóvel plantado de árvores que fornecem madeira ou, mais especificamente, material lenhoso. Além disso, Duarte Pereira, ao utilizar tal citação, enfatiza, novamente, a necessidade de haver, no Brasil, uma legislação florestal coesa e atualizada, tal como já existia “em todos os países civilizados”.

⁵²⁰ PEREIRA, 1950, p. 147. Grifo nosso.

⁵²¹ *Ibidem*, p. 148. Grifo nosso.

Em seguida, o jurista ressalta o valor econômico agregado da floresta e tece uma crítica que, por meio do uso de uma retórica bastante contundente, visa ridicularizar aqueles que pensavam e agiam de modo diferente. Nesta perspectiva de Duarte Pereira, então, alguns sujeitos, não compreendendo o tempo de desenvolvimento das matas, acabariam por degradar a natureza.

A defesa de uma proposta de reflorestamento produtivista, por parte de Duarte Pereira, era, com isso, mais uma vez endossada. A conservação das florestas é constantemente justificada pela percepção de que é por meio dela que o desenvolvimento econômico poderá ser garantido.

A superfície florestal, entretanto, tem um caráter especial, *sui generis*. Seu valor econômico é frequentemente muito maior que o do solo, *compreendendo um capital*, cuja tendência é ser transformado em dinheiro, lucro, para o proprietário. A vida do Homem é demasiado curta, comparativamente com a das árvores de grande porte. Por isto, os programas dos detentores do solo não se conciliam com os programas seculares da natureza e especialmente das florestas. *Daí as antecipações provocadas por aqueles, pondo em risco e suprimindo mesmo o trabalho desta e tornando afinal o ambiente inóspito a eles próprios, animaizinhos bípedes, vaidosos, arrogantes senhores e reis da Criação, que se conduzem como qualquer outra larva, despida de cérebro, na destruição do reino vegetal*⁵²².

Se, por vezes, os argumentos mobilizados por Duarte Pereira demonstram suas ligações com o Instituto Nacional do Pinho e a consequente busca por promover a indústria madeireira, há pontos em que se tornam perceptíveis as preocupações do jurista com as questões florestais de modo mais amplo. Os serviços ecossistêmicos, tais como proteção ao solo e equilíbrio nos regimes de chuvas, são preocupações antropocêntricas e produtivistas, mas não meramente economicistas. No trecho acima, ao considerar os homens que não são capazes de conhecer e respeitar os tempos da natureza – distintos do tempo humano – como “animaizinhos bípedes, vaidosos, arrogantes senhores e reis da Criação”, Duarte Pereira destaca a importância das gerações contemporâneas a ele se preocuparem com as gerações futuras e assim sucessivamente.

Evidencia-se, pois, certa solidariedade com a natureza que deve ser compreendida para além daquilo que Duarte Pereira considerava como os interesses mais mesquinhos dos seres humanos e conservada para que seus benefícios e também suas utilidades fossem resguardadas para épocas futuras. O problema diante da constatação da finitude dos recursos, bem como de seu uso predatório pelos seres humanos, é enfrentado por Duarte Pereira e também por aqueles

⁵²² PEREIRA, 1950, p. 148-149. Grifo nosso.

que, recentemente, propuseram a ideia de “desenvolvimento sustentável”; principalmente em termos da preocupação com as gerações sucessoras.

De acordo com Osny Duarte Pereira, a finalidade do Direito Florestal seria

[...] reunir preceitos com o fim de estancar o desflorestamento e incrementar o replantio, estabelecendo ao mesmo tempo, medidas de defesa do solo e da mata, para a segurança do papel benfazejo das árvores⁵²³.

Para alcançar tal finalidade, Duarte Pereira indica a necessidade de se ter formulado um novo conceito para a floresta, “sob o seu aspecto jurídico, no quadro dos bens particulares e públicos, deslocando-a do ambiente apenas privado para a sua verdadeira e própria localização, em face do interesse social que envolve”, atestando que as matas devem ser consideradas como um bem público e, portanto, devem ser administradas pelo Estado e não apenas pelos proprietários.

A administração das matas envolveria também o controle por meio de sanções coativas, ou seja, determinações que cominariam em penas contra aqueles que violassem os preceitos estabelecidos pela legislação. Duarte Pereira aponta que sem estas normas, o Direito Florestal não faria sentido e que as atividades econômicas, dependentes das florestas, seriam rapidamente afetadas.

A indústria madeireira, por exemplo, será uma atividade transitória, destinada ao desaparecimento, com todos os seus catastróficos efeitos, para a Economia Pública, se não existirem normas, para o corte racional, para a prevenção de incêndios, pragas, limitação de derrubadas, uso do fogo, como processo de arroteamento e outras medidas de proteção à matéria-prima dos serradores. O Direito será tanto mais útil, quanto mais perfeitas forem as suas instituições e normas, em prol do objetivo⁵²⁴.

No Verbete intitulado “Código Florestal Brasileiro”⁵²⁵, publicado no Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Osny Duarte Pereira faz, basicamente, uma análise do Código Florestal de 1934 que encerrava “o conjunto de princípios legais reguladores do uso e do aumento da riqueza arbórea”⁵²⁶ Na sequência, o jurista buscava legitimar a existência de um Código Florestal, bem como incentivos ao ramo do Direito Florestal no país, apresentando uma perspectiva conservacionista atrelada às ideias de progresso e crescimento econômico.

Ora, as matas, ninguém poderá contestar, constituem a base de todo o poder material de um povo e o apoio da própria cultura científica. Sem elas, sobrevém o deserto, a miséria e a inhabilidade [sic] do meio, como veremos adiante. Se não puder haver progresso, nem existência, onde falem as árvores,

⁵²³ PEREIRA, 1950, p. 149.

⁵²⁴ *Ibidem*, p. 150.

⁵²⁵ PEREIRA, Osny Duarte. Código Florestal Brasileiro. In: SANTOS, J. M. de Carvalho. *Repositório Enciclopédico do Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1951. p. 181-209.

⁵²⁶ *Ibidem*, p. 184.

segue-se o Direito que as protege é o mais proeminente de todos. [...] Em todos os tempos, em todos os recantos do mundo, em todos os povos, a abundância de recursos materiais, o desenvolvimento do poder militar, o prestígio diante dos vizinhos, o esplendor das artes e a cultura espiritual coincidiram com a pujança das florestas, junto às quais viveram os homens. À proporção que elas foram abatidas, os rios começaram a diminuir o volume, as terras perderam o humus, tornando difícil a agricultura, iniciando-se o abandono; a escassez das colheitas gerou o empobrecimento, este suprimiu o poderio militar e conseqüentemente os recursos indispensáveis ao florescimento das artes, das universidades. [...] Este tem sido o desfecho inexorável dos povos que destruíram suas florestas⁵²⁷.

A legislação florestal brasileira havia ganhado forma em 1934, quando foi promulgado o primeiro Código Florestal. Tal legislatura, na visão de Duarte Pereira, se enquadrava no regime florestal eclético, embora comportasse “alguns dispositivos mais avançados, em matéria intervencionista, de que os similares do mesmo grupo”⁵²⁸. Ao analisar o Código Florestal de 1934, Duarte Pereira destaca aquilo que identifica como principal no texto da lei: maior intervenção do Estado no controle dos usos das áreas de florestas no país, fosse pelas exigências de reflorestamento; pelas desapropriações de terras; pelas proibições do uso de fogo para preparação de terras; ou pelas limitações de cortes em florestas protetoras ou remanescentes e também em matas ciliares e encostas de morros.

O jurista reconhecia, nos anos de 1950, a necessidade de revisão do Código Florestal:

O exame detalhado dos artigos mostrará disposições inexequíveis, redundantes e contraditórias. Essas falhas motivaram a preparação do importante projeto de autoria do Ministro Daniel de Carvalho, encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 4-1950, de 2 de janeiro do mesmo ano, do Presidente da República⁵²⁹.

De fato, desde a sua promulgação, em 1934, o Código Florestal recebeu diversas críticas, sobretudo por ser considerado significativamente permissivo, legitimando a transformação de extensas áreas de florestas heterogêneas em ambientes homogêneos, bem como por não ser incisivo em suas formas de controle e pesquisa, Polícia Florestal e Fundo Florestal, respectivamente. Diante das tensões, o

[...] cenário estava colocado: o primeiro Código Florestal federal a vigorar no Brasil não conseguia resolver muitos dos problemas identificados: era preciso um novo Código Florestal. A partir de então, traçou-se um percurso longo e marcado por permanências e rupturas, no qual houve tentativas de reformulação do texto da lei⁵³⁰.

⁵²⁷ PEREIRA, 1951, p. 184.

⁵²⁸ PEREIRA, 1950, p. 153.

⁵²⁹ *Ibidem*, p. 155.

⁵³⁰ ROSA, Isabela Cristina; CARVALHO, Ely Bergo de. Precisa-se de um novo Código Florestal: projetos nacionais e os debates em torno da alteração da legislação florestal brasileira entre 1934 e 1965. *Diálogos*, Maringá. No prelo.

O Projeto Daniel de Carvalho, mencionado por Duarte Pereira, foi a primeira proposta oficial para substituição do Código Florestal de 1934. O texto foi analisado, mas não foi aprovado. Na sequência, destacam-se as seguintes propostas: Projeto de Lei 751/1955, intitulado “Projeto de Lei de Reflorestamento” e apresentado pelo deputado federal paulista pela União Democrática Nacional, UDN, Herbert Vítor Levy; o Projeto de Lei 1011/1956, apresentado também por Herbert Levy e estruturado por uma Comissão Especial; o Projeto de Lei 4.494/1962, este último, derivado de uma comissão criada, em 1961, da qual Osny Duarte Pereira foi presidente⁵³¹.

Apesar de reconhecer muitas falhas e preceitos obsoletos no Código Florestal de 1934, Osny Duarte Pereira considerava que havia uma “indiscutível excelência do Código sobre as leis anteriores”⁵³². O Código representava, na concepção do autor,

[...] o maior passo que se deu no Brasil, em favor da proteção de suas matas. Se os resultados práticos ainda se encontravam muito aquém das nossas necessidades e do adiantamento da silvicultura, a responsabilidade do Código é mínima, porque se fossem cumpridas integralmente suas disposições, poderíamos estar na vanguarda dos países de todo o mundo, neste setor⁵³³.

Na memória social, há um lugar-comum de que a legislação florestal brasileira, sobretudo os Códigos Florestais de 1934 e 1965, seriam “meras cópias” de legislações florestais estrangeiras⁵³⁴. Contudo, conforme mencionado anteriormente, para Duarte Pereira, o Código Florestal de 1934 possuía originalidade por não seguir, com total fidelidade, nenhum dos modelos europeus, pelo fato do Brasil ser bastante diferente em termos político-administrativos, físicos e sociais. Sem dúvidas, a obra *Direito Florestal Brasileiro*, ao comparar, detalhadamente, as legislações florestais de diversas partes do mundo, confere significativa credibilidade à afirmação do jurista, sendo possível, assim, concluir que os dois primeiros códigos florestais brasileiros não foram meras cópias de leis estrangeiras, mas sim frutos de um esforço de produção de uma legislação que contemplasse as particularidades da realidade brasileira.

Destacam-se, para o presente trabalho, algumas das principais considerações feitas por Osny Duarte Pereira ao Código Florestal de 1934. A questão ampla da exploração das florestas

⁵³¹ Para mais informações sobre as propostas de alteração do Código Florestal de 1934 até sua efetiva substituição pelo Código Florestal de 1965, ver: ROSA; CARVALHO, [no prelo].

⁵³² PEREIRA, 1950, p. 155.

⁵³³ PEREIRA, 1950, p. 155-156.

⁵³⁴ RAJÃO, Raoni; CARVALHO, Ely Bergo de; GIUDICE, Roberta del. *Uma Breve História da Legislação Florestal Brasileira: Primeira Parte (1500 - 1979)*. Observatório do Código Florestal, 2018. 52 p. Disponível em: <http://www.observatorioflorestal.org.br/content/uploads/2018/06/OCF-livro-historia-codigo-florestal.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

seria, na concepção do jurista, “a parte mais importante do Código, porque exatamente no modo de cortar as árvores, de extrair as resinas, de realizar, enfim, a utilização da selva é que se traça o destino das florestas”⁵³⁵. Para Duarte Pereira, a lei teria sido falha ao apresentar interdições incompletas, dificultando a compreensão. Além disso, ao dividir os usos em “exploração intensiva” e “exploração limitada”, o texto da lei não separou com a “clareza indispensável em assunto de tamanha relevância”⁵³⁶.

Nas florestas homogêneas, tais como os pinheirais do Sul do país, ficava “vedado o corte raso, de modo a abrir clareiras na massa arval [sic]. As madeiras deverão ser extraídas, sem compensação, conservando-se os exemplares jovens, para a renovação próxima do corte”⁵³⁷. Na concepção de Duarte Pereira, o artigo 49 do Código Florestal de 1934 não estava sendo aplicado integralmente, uma vez que os pinhais estavam sendo dizimados e substituídos por extensas lavouras. Apesar disso,

[...] a proibição do corte raso em matas dessa categoria é princípio expresso e insuscetível de interpretações tendenciosas. Verifica-se, deste modo, que a exploração das matas homogêneas, embora tratada sob o título de exploração intensiva, é realmente uma exploração limitada⁵³⁸.

Em relação às florestas heterogêneas, o Código permitia, no artigo 51, “a derrubada integral da mata, inclusive da vegetação separada no artigo 23” desde que a operação fosse feita com o intuito de transformar em conjunto homogêneo e o proprietário deveria assinar um termo de obrigação de replantio, “com as especificações do trato por prazo determinado e garantias de execução, transcrito no Registro de Imóveis (artigo 107)”⁵³⁹. De modo geral, para florestas homogêneas e heterogêneas, Duarte Pereira identificava que os artigos 49 e 50 da legislação em questão exigiam “o replantio de um número igual de árvores abatidas. Nas vegetações uniformes, a substituição se faz pela mesma espécie destruída. Nas multiformes, por uma essência, própria para a região, visando a homogeneidade, no futuro”⁵⁴⁰.

De acordo com Carvalho⁵⁴¹, a tônica maior do Código Florestal de 1934 orbitava em torno das florestas de rendimento e a partir da classificação em florestas homogêneas e florestas heterogêneas. As primeiras representadas, sobretudo, pela floresta ombrófila mista, as araucárias, do Sul e as heterogêneas compreendendo as grandes extensões de florestas tropicais

⁵³⁵ PEREIRA, 1951, p. 195.

⁵³⁶ *Ibidem*, p. 195.

⁵³⁷ *Ibidem*, p. 195.

⁵³⁸ *Ibidem*, p. 196.

⁵³⁹ *Ibidem*, p. 196.

⁵⁴⁰ *Ibidem*, p. 197.

⁵⁴¹ CARVALHO, 2016.

no Brasil. Se, por um lado, a legislação introduziu mecanismos válidos para tratar dos problemas florestais, por outro “apresentou diversos limites na proteção florestal oferecida em suas determinações”⁵⁴². Os artigos 49 a 51 apontam:

Art. 49. Na exploração de florestas de composição homogênea, o corte das árvores far-se-á de forma a não abrir clareiras na massa florestal. [...]

Parágrafo único. As árvores abatidas, salvo as que já se estiverem renovando por brotação, serão substituídas por mudas da mesma espécie ou por outra essência florestal julgada preferível, devidamente selecionadas, sempre com o espaçamento que a técnica exige.

Art. 50. Na exploração de florestas de composição heterogênea, a substituição poderá ser feita por espécie diferente das abatidas, visando a homogeneidade da floresta futura e melhoria da composição florística.

Art. 51. *É permitido aos proprietários de florestas heterogêneas, que desejarem transformá-las em homogêneas, para maior facilidade de sua exploração industrial, executar trabalhos de derrubada, ao mesmo tempo, de toda a vegetação que não houver de subsistir, sem a restrição do art. 23, contanto que, durante o início dos trabalhos, assinem, perante a autoridade florestal, termo de obrigação de replantio e trato cultural por prazo determinado, com as garantias necessárias*⁵⁴³.

De modo geral,

[...] o Código Florestal de 1934 se preocupava em manter áreas de florestas, mas não necessariamente em preservar a floresta em sua complexidade biológica. O artigo 51 indicava ser permitido aos proprietários de terras com florestas heterogêneas derrubarem todas as suas espécies para transformá-las em florestas homogêneas para maior facilidade de sua exploração industrial. Dessa forma, caracteriza-se clara preocupação com a manutenção e também com os possíveis aumentos da produtividade das espécies plantadas para fins de utilização dentro de um pretendido projeto de industrialização⁵⁴⁴.

A legislação de 1934 adotava a divisão das florestas em homogêneas e heterogêneas, sendo que limites mais restritos eram definidos para as homogêneas. Em relação às áreas de florestas heterogêneas, era possível realizar corte raso em até 75% das matas de uma propriedade, conforme apresentava o artigo 23, desde que não fossem vegetações categorizadas como protetoras ou remanescentes⁵⁴⁵.

⁵⁴² ROSA; CARVALHO, 2018.

⁵⁴³ BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro 1934. Aprova o código florestal que com este baixa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793impressao.htm.

⁵⁴⁴ ROSA; CARVALHO, 2018.

⁵⁴⁵ As florestas protetoras são definidas pelo Artigo 4º do Código Florestal de 1934: “Serão consideradas florestas protetoras as que, por sua localização, servirem conjunta ou separadamente para qualquer dos fins seguintes: a) conservar o regime das águas (Vide Decreto nº 44.890, de 1958); b) evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais (Vide Decreto nº 44.890, de 1958); c) fixar dunas; d) auxiliar a defesa das fronteiras, de modo julgado necessário pelas autoridades militares; (Vide Decreto nº 44.890, de 1958); e) assegurar condições de salubridade pública; (Vide Decreto nº 44.890, de 1958); f) proteger sítios que por sua beleza mereçam ser conservados (Vide Decreto nº 44.890, de 1958); g) asilar espécimes raros de fauna indígena (Vide Decreto nº 44.890, de 1958) (BRASIL, 1934, Artigo 4). As florestas remanescentes, por sua vez, são definidas como: “Serão declaradas florestas remanescentes: a) as que formarem os parques nacionais, estaduais ou municipais; b) as em que

Para Osny Duarte Pereira, há dois pontos primordiais a serem considerados em relação ao artigo 23 do Código Florestal de 1934. Em primeiro lugar, o jurista considerava que a conservação apenas da quarta parte da superfície florestal do país era

[...] praticamente nada, diante das necessidades do Brasil, e do que dispuseram os demais países, onde a área de florestas não poderá ser diminuída de modo algum (Lei nº 13.273 de 1938, art. 23 da Argentina; Decreto-Lei de 24 de junho de 1927, art. 2 da Polônia; Lei Serpieri de 30 de dezembro de 1923 da Itália [...])⁵⁴⁶.

Assim, endossava uma crítica ao que entendia como maior permissividade da legislação florestal brasileira em relação às legislações de outros países.

Num segundo aspecto, e de certo modo em contrapartida, Duarte Pereira destacava que a permissão da derrubada de $\frac{3}{4}$ de florestas não era absoluta. O jurista apontava uma falha na capacidade de comunicação de ideias do texto da legislação, mas ressaltava que, ao proibir o desmatamento em florestas protetoras, o Código não abria exceções para o artigo 23. Deste modo, nas áreas de florestas protetoras, o corte de árvores deveria ser precedido de licença prévia da autoridade florestal competente (artigo 22), não valendo a premissa do artigo 23 que permitia a derrubada de $\frac{3}{4}$ das áreas de matas.

3.6. As “décadas desenvolvimentistas” e o silenciamento das questões florestais

As posturas conservacionistas e preservacionistas, em meio a suas especificidades no tempo e no espaço, não foram uma completa novidade do século XX. Na perspectiva de Pádua⁵⁴⁷, as críticas feitas à destruição da natureza, desde o século XVIII, apresentavam como solução copiar os projetos e modelos de desenvolvimento das sociedades do centro do sistema econômico mundial, ou seja, dos países “civilizados”. Para o autor, os intelectuais que propuseram um desenvolvimento alternativo e autônomo para o Brasil entraram em cena apenas na segunda metade do século XX. Contudo, mesmo após este período, a “crítica ambiental” brasileira teria sofrido uma ruptura com a eclosão das políticas desenvolvimentistas.

Ainda segundo Pádua, apesar da atuação de alguns intelectuais na primeira metade do século XX, como Alberto Torres⁵⁴⁸, a “euforia desenvolvimentista do pós-guerra”, ou seja, as

abundarem ou se cultivarem espécimes preciosos, cuja conservação se considerar necessária por motivo de interesse biológico ou estético; c) as que o poder público reservar para pequenos parques ou bosques, de gozo público. (BRASIL, 1934, Artigo 5).

⁵⁴⁶ PEREIRA, 1951, p. 197.

⁵⁴⁷ PÁDUA, 2002.

⁵⁴⁸ Alberto Torres (1865-1917) foi um político, jornalista e advogado brasileiro. Destacou-se no campo intelectual por suas produções ligadas a questões da unidade nacional, sobretudo a defesa do nacionalismo. Para mais

discussões em torno do desenvolvimentismo, teria diminuído consideravelmente o debate sobre as questões florestais no Brasil. Tais questões teriam sido retomadas, de modo mais efetivo, apenas nas décadas de 1970 e 1980 quando, enfim, teriam percebido que “a modernização capitalista intensificou, ao invés de extinguir, os problemas de degradação do meio ambiente e de mal-estar social do país”⁵⁴⁹. Além disso, acontecimentos como a crise internacional de energia levou, para o centro do debate, a necessidade de rever o modelo urbano-industrial, considerando, então, a relação entre desenvolvimento das sociedades e problemas florestais/ecológicos.

Desta forma, os anos desenvolvimentistas teriam sido pouquíssimo férteis em termos de posturas conservacionistas e/ou preservacionistas⁵⁵⁰. Tal posicionamento não está presente apenas nas concepções deste autor. Há uma tese consagrada, na memória social brasileira, que os anos de desenvolvimentismo teriam apagado boa parte da preocupação com o mundo natural.

Partindo desta premissa, Viola⁵⁵¹ aponta que o movimento ambiental brasileiro tem início apenas na segunda metade da década de 1970. A FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza –, criada em 1958, possuía mais um perfil preservacionista da fauna e da flora, sobretudo de espécies em processo de extinção. Em 1971, a AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – foi fundada e, segundo Viola, se diferenciava da FBCN por possuir um perfil ambientalista mais amplo, não apenas preservacionista, e inspirado no movimento ambientalista norte-americano da segunda metade da década de 1960⁵⁵².

A AGAPAN teria se constituído, assim, num primeiro marco significativo. Contudo, para Viola, mesmo com a existência de tal organização, o Brasil ainda não se colocava no centro das discussões ambientais. A Conferência de Estocolmo⁵⁵³, realizada em 1972, por exemplo,

[...] teve um impacto mínimo na opinião pública brasileira, se comparado não apenas com os países desenvolvidos, mas também com outros países do

informações, ver: FELIX, Loiva Otero. Alberto Torres: o político militante. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, Porto Alegre, ano IV. 1976; MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista de Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979. SIMÕES, Teotônio. *Repensando Alberto Torres*. São Paulo: Semente, 1981.

⁵⁴⁹ PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto et. Al. (org.). *Ecologia & Política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987. p. 14-61.

⁵⁵⁰ PÁDUA, 1987.

⁵⁵¹ VIOLA, Eduardo J. O movimento ambiental no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização públicas para a institucionalização e do desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian (org.). *Ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 49-76.

⁵⁵² VIOLA, 1992.

⁵⁵³ Conferência de Estocolmo é o nome pelo qual ficou conhecida a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano”. Tratou-se do primeiro grande encontro entre representantes dos países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) destinado a discussões acerca dos problemas ambientais vivenciados em todo o mundo. Aconteceu entre os dias 5 e 16 de junho do ano de 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia.

Terceiro Mundo como Índia e Venezuela. O país vivia num clima político-cultural muito repressivo, e o governo brasileiro tinha liderado na conferência muitas das batalhas contra o reconhecimento da importância da problemática ambiental⁵⁵⁴.

Dean⁵⁵⁵ também corrobora tal interpretação, em relação ao período desenvolvimentista, pois identifica que nesta fase, o conservacionismo esteve deturpado, distante das questões políticas como, por exemplo, o tema da reforma agrária.

O conservacionismo manifestado por esses poucos representantes do entusiasmo da classe média era deturpado, infelizmente, por sua falta de vinculação com os interesses políticos fundamentais da direita ou da esquerda. [...] Os conservacionistas, portanto, não participavam do debate nacional sobre a reforma agrária, ainda que a apropriação criminosa das terras públicas fosse nitidamente um motivo capital para o desaparecimento da floresta a um ritmo tão terrível⁵⁵⁶.

O autor aponta, como exceção, apenas a atuação intelectual de Augusto Ruschi, naturalista capixaba que propunha que “[...] a preservação de áreas naturais fosse integrada a qualquer plano de reforma agrária, uma postura que teria fortalecido a participação dos reformistas, caso tivesse sido assumida pelos conservacionistas em geral”⁵⁵⁷.

As afirmações feitas por Dean podem ser questionadas, em alguma medida, por algumas das colocações expostas por Duarte Pereira. A reforma agrária, por exemplo, é objeto de análise nas obras do jurista, estando, inclusive, atrelada à temática florestal. Há uma defesa das florestas sob o domínio público, ou seja, sob o controle do Estado. O projeto de reforma agrária, proposto e defendido pelo jurista,

[...] de modo algum significará picar florestas, para entregá-las à destruição. A Reforma Agrária será o ensejo, para, aproveitando a modificação da estrutura da propriedade do campo, recolher para o domínio público, as florestas produtoras de madeiras e as de função hidrogeológica na proteção dos mananciais, do clima e da fertilidade da terra.

A ação do Estado é claramente valorizada, indo ao encontro da postura nacional-desenvolvimentista defendida e difundida por Duarte Pereira.

De modo semelhante à Viola, Dean afirmava que os militares e simpatizantes do período ditatorial reagiram com arrogância diante das questões levantadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em 1972, alegando que se tratava de um obstáculo inventado pelos países “desenvolvidos” que viam no Brasil uma espécie de ameaça. Na

⁵⁵⁴ VIOLA, 1992.

⁵⁵⁵ DEAN, 1996.

⁵⁵⁶ *Ibidem*, p. 302.

⁵⁵⁷ *Ibidem*, p. 303.

sequência, Dean menciona uma frase conhecida de José Sarney⁵⁵⁸, então senador pelo Nordeste e que se tornaria presidente uma década depois: “Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela”⁵⁵⁹.

Na perspectiva de Dean, os anos desenvolvimentistas silenciaram, em alguma medida, a questão florestal, uma vez que os projetos de conservação se encontraram distantes das principais discussões políticas. Houve apenas casos isolados como poucas organizações conservacionistas e atuações individuais como as de Augusto Ruschi. No entanto, há um ponto sutil em que o autor se coloca em contradição. Dean afirma que, ao longo de anos, “grupos de estudos vinham esboçando um substitutivo para o Código Florestal de 1934”⁵⁶⁰. Ora, se desde a elaboração do Código de 1934, grupos de intelectuais se dedicaram a reformulá-lo para que pudesse ser aprovada uma legislação com maior eficiência em sua aplicação, há que se reconsiderar as reais implicações do conservacionismo florestal no cenário político brasileiro.

Na contramão de tal tese consagrada, há autores que afirmam que, em primeiro lugar, não se pode falar em desenvolvimentismo sem reconhecer que, no Brasil, coexistiram vários modelos de desenvolvimento nacional, embora apenas um tenha sido “vencedor”⁵⁶¹. E, além disso, algumas destas concepções incorporavam uma política de proteção à natureza que não pode ser desconsiderada.

Franco e Drummond⁵⁶², por exemplo, ao abordarem a história da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), apontam, ao contrário do que afirma Viola, que durante muitos anos a instituição foi a “mais importante e influente ONG conservacionista do Brasil”. Mais do que isso, os autores indicam que, apesar de ser possível identificar preocupações florestais bastante remotas, apenas com o

[...] surgimento da FBCN, que o discurso conservacionista ganha um corpo conceitual mais bem definido, assumindo a si próprio como conservacionista. Principalmente, a partir de 1966, quando é reestruturada e começa a editar o seu boletim (uma revista sobre conservação da natureza), a FBCN se configurou em espaço de convergência da ideia de conservação da natureza. Ainda assim, o discurso conservacionista surgiu antes mesmo de a FBCN assumir esse papel aglutinador⁵⁶³.

⁵⁵⁸ José Sarney de Araújo Costa é um advogado, político e escritor brasileiro. Foi governador do Maranhão entre 1966 e 1971, senador pelo mesmo estado entre 1971 e 1985 e foi eleito vice-presidente em 1985.

⁵⁵⁹ DEAN, 1996, p. 307.

⁵⁶⁰ *Ibidem*, p. 303.

⁵⁶¹ Destaca-se, novamente, o trabalho de Rafael Ioris: IORIS. *Qual desenvolvimento?*, 2017.

⁵⁶² FRANCO, José Luiz de Andrade & DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Textos de História*, Brasília, v.17, n. 1. p. 39-58, 2009.

⁵⁶³ FRANCO & DRUMMOND, 2009, p. 61.

Mais do que a própria Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, Franco e Drummond atestam que outros coletivos e mesmo sujeitos individualmente atuaram, ao longo do período tido como desenvolvimentista, em torno da conservação das florestas⁵⁶⁴. Ressalta-se que, antes dos anos 1930, ou seja, antes da era do desenvolvimentismo, algumas associações cívicas desempenharam apenas “[...] um papel menor nas poucas medidas conservacionistas decretadas e não havia organizações especificamente conservacionistas”⁵⁶⁵. No entanto, algumas destas instituições, como a Sociedade de Amigos de Alberto Torres, atuavam diretamente com questões locais de conservação, por meio das mais de mil células do grupo espalhadas ao redor do Brasil, fornecendo materiais para palestras em escolas⁵⁶⁶.

Um exemplo de atuação em torno de projetos conservacionistas, nos anos desenvolvimentistas, está na trajetória profissional do botânico Paulo Campos Porto. Contemporâneo do governo de Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1940, os caminhos trilhados por Paulo Porto auxiliam na compreensão, segundo Casazza⁵⁶⁷, da política de gestão da natureza brasileira, num governo desenvolvimentista que obteve ampla participação de técnicos e cientistas trabalhando nas instituições científicas federais ou que possuíam cargos na burocracia estatal durante seu processo de implementação⁵⁶⁸.

A política varguista esteve imbricada na gestão da natureza e apresentou nuances conservacionistas e nacionalistas. Por meio da análise de vida do botânico Paulo Porto, Casazza pode apresentar conclusões de que, na era desenvolvimentista, sobretudo nos anos de governo Vargas, houve aproximação entre o conservacionismo e os ideais desenvolvimentistas. Logo, não se tratou de um período infértil para as questões de proteção à natureza. Aliás, a grande razão para tal cuidado estava no perfil de governo protecionista e que entendia ser necessário tutelar o povo e a natureza para se construir uma nação digna⁵⁶⁹.

⁵⁶⁴ Apesar do crescimento acentuado após a década de 1970, anteriormente existiram, segundo aponta Drummond, grupos conservacionistas, tais como: a já mencionada Sociedade de Amigos das Árvores; a Sociedade de Amigos da Flora Brasílica (fundada, em São Paulo, em 1939, por Frederico Carlos Hoehne); a Associação de Defesa da Fauna e Flora de São Paulo - ADEFLOA (fundada, em São Paulo, em 1956, por Paulo Nogueira Neto, Lauro Travassos Filho e José Carlos Magalhães; mais tarde teve o nome mudado para Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo - ADEMASP).

⁵⁶⁵ DEAN, 1996, p. 274.

⁵⁶⁶ *Ibidem*.

⁵⁶⁷ CASAZZA, Ingrid Fonseca. *Proteção do patrimônio natural brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961)*. 2017. 219 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

⁵⁶⁸ *Ibidem*.

⁵⁶⁹ CASAZZA, 2017.

Se Paulo Campos Porto é representativo dos anos entre 1930 e 1950, Osny Duarte Pereira, o jurista brasileiro que é personagem central nesta dissertação, pode e deve ser considerado como representativo dos anos 1950 e 1960. A trajetória de Duarte Pereira contribui, assim, para endossar as perspectivas de Franco & Drummond e Casazza: os anos desenvolvimentistas não ignoraram as questões florestais. Conservar a natureza era, inclusive, parte de projetos desenvolvimentistas.

Além das trajetórias individuais, destaca-se, também, a atuação do Conselho Florestal Federal (CFF) como retrato das relações entre conservação de florestas e fomento às políticas e práticas desenvolvimentistas. O órgão em questão foi criado pelo Decreto 23.793/34, que apresentava o Código Florestal de 1934, o primeiro no Brasil, com intuito de garantir a proteção à natureza brasileira. A existência de órgãos consultivos, tal e qual o Conselho Federal, não era algo próprio apenas do Brasil, havendo similares em países como França, Finlândia, Itália, Inglaterra e Argentina⁵⁷⁰.

Apesar de desempenhar também ações culturais e educacionais, o objetivo central do Conselho, de acordo com Silva⁵⁷¹, “baseava-se no reflorestamento como fonte de rendimento e manutenção do impulso industrialista”⁵⁷². No ano de 1956, houve uma ruptura no CFF com a entrada de Juscelino Kubistchek, levando a uma “profunda reformulação dos quadros institucionais e dos agentes intelectuais do conselho”⁵⁷³. Assim, pouco a pouco, o Conselho

[...] tornou-se um aparelho que sustentava a lógica desenvolvimentista, evitando o colapso dos recursos naturais, fontes indispensáveis ao crescimento industrial. Assim [...] exploração e proteção estavam no conselho longe de serem incompatíveis, mas plenamente conciliáveis⁵⁷⁴.

O próprio Duarte Pereira, em sua carreira e principalmente em suas obras, explicitou a necessidade de se conservar as florestas para que o crescimento socioeconômico almejado pudesse ser duradouro. O projeto desenvolvimentista corroborado pelo jurista, uma das concepções que se constituíram em torno do desenvolvimento nacional, defendia a conservação da natureza e a utilização mais equânime dos recursos naturais que não deveriam estar restritos

⁵⁷⁰ Para mais informações, ver PEREIRA, 1950, p. 443-444.

⁵⁷¹ SILVA, Filipe Oliveira da. O Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967). *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, v. 7, n. 2, 2017. p. 101-129. Disponível em: <https://halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/335>. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁵⁷² SILVA, 2019, p. 120.

⁵⁷³ *Ibidem*, p. 123.

⁵⁷⁴ *Ibidem*, p. 123.

apenas a uma elite. Contudo, tal perspectiva estava imbricada diretamente a uma postura utilitarista dos recursos naturais.

Como, na perspectiva de Duarte Pereira, seria possível articular o “atraso” das técnicas agrícolas – exercidas pelos pequenos proprietários ou mesmo povos tidos como tradicionais – com a defesa de uma espécie de justiça socioflorestal? Para o jurista, ao “homem do campo” não era proporcionado “qualquer ensinamento sobre a importância da floresta, sobre a necessidade de preservá-la, sobre os métodos de extrair suas riquezas, sem destruí-las, sobre os cuidados ao lavrar a terra, junto de matas”. Era preciso, pois, que o Estado nacional-desenvolvimentista tutelasse estes indivíduos.

Pode-se afirmar que Duarte Pereira, ainda que indiretamente, compactuava com a ideia, expressa mais de uma vez no contexto da Modernidade, da construção de um “homem novo”. No contexto dos desenvolvimentismos, sobretudo como uma herança da política varguista, o termo carregava a proposição de transformar aqueles sujeitos ditos como “atrasados” em homens disciplinados e produtivos.

A expressão “homem novo” se consolidou no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945). Um dos componentes da política deste período pode ser denominado como “ruralismo pedagógico”. Tratava-se de “uma tendência do pensamento educacional, articulada por um número notável de intelectuais, políticos e estudiosos preocupados com a resolução da questão rural brasileira”. Nesta perspectiva,

[...] o discurso do Ruralismo Pedagógico previa uma ação escolar que valorizasse o homem rural, proporcionando-lhe consciência agrícola e sanitária, a fim de transformá-lo em valor positivo, econômica e socialmente. [...] O Ruralismo Pedagógico construiu autoritária e paternalisticamente a ideia de educação voltada para tarefas práticas a fim de satisfazer necessidades populares, consideradas urgentes e inadiáveis pelos grupos dominantes⁵⁷⁵.

No espaço rural, imprescindível seria, ao fixar o homem no solo,

[...] impedir o livre movimento dos sem terra, isto é, dificultar a cercar o posseiro, e acima de tudo, criar o ‘novo’ trabalhador rural brasileiro, ordeiro, produtivo, voltado para o lucro, distante do seu meio natural, da sua tradição e do seu passado⁵⁷⁶.

⁵⁷⁵ PRADO, Adonia Antunes. Os conceitos de homem e de educação no Brasil no período do Estado Novo (1937-1945). *Educação e Filosofia*, v. 15, n. 30, jul./dez. 2001. p. 19.

⁵⁷⁶ LENHARO apud Ely. CARVALHO, Ely Bergo de. O estado jardineiro e a gestão das florestas: uma história do Departamento de Geografia, Terras e Colonização na gestão do sertão paranaense (1934-1964). In: KLANOVICZ, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de. (org.). *História ambiental no sul do Brasil: apropriações do mundo natural*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 149-178.

Deste modo, um Estado nacional-desenvolvimentista – enquanto aquele que valorizasse as riquezas do país e não se aliasse ao imperialismo – nas concepções de Osny Duarte Pereira, deveria ser capaz de, tal e qual era pensando no governo varguista, tutelar os “homens do campo”, por meio da educação, ensinando-os modos mais “avançados” e “civilizados” para lidarem com a terra. Assim, os modos de vida destes sujeitos seriam alterados e práticas como a coivara, a suposta grande responsável pela degradação das florestas, definitivamente abandonada. Assim, e só assim, se alcançaria o que seria nomeado na contemporaneidade como “justiça ambiental”, em que vigoraria uma distribuição mais equânime dos recursos, em meio ao crescimento econômico e à conservação das florestas.

Considerando os devidos cuidados para não tropeçar em anacronismos, ou seja, não deixar de reconhecer que Osny Duarte Pereira era um homem de seu tempo, é possível afirmar que, ao atribuir responsabilidade ao atraso econômico e às práticas de pequenas comunidades tradicionais, o jurista é bastante representativo daquilo que pontua Escobar⁵⁷⁷. Após a Segunda Guerra Mundial, o discurso do desenvolvimento se espalhou pelo mundo e os países que se autoproclamaram desenvolvidos – sobretudo Europa e Estados Unidos – se colocaram na função de levar os avanços tecnológicos, industriais e sociais para os países tidos como subdesenvolvidos⁵⁷⁸.

As promessas eram, portanto, que a industrialização e a modernização chegassem a todos os cantos do mundo, levando à superação da pobreza. No entanto, o sonho do desenvolvimento teria, se tornado, pouco a pouco, um pesadelo, porque

[...] em vez da tão almejada transformação, parece que o desenvolvimento somente tinha conseguido multiplicar ao infinito os problemas socioeconômicos da Ásia, da África e da América Latina. Basta olhar superficialmente para as paisagens biofísicas, econômicas e culturais da maior parte do Terceiro Mundo para se dar conta de que o desenvolvimentismo está em crise, e que violência, pobreza e degradação social e ambiental crescentes são resultado de cinquenta anos de receitas de crescimento econômico, “ajustes estruturais”, macroprojetos sem avaliação de impacto, endividamento perpétuo e marginalização da maioria da população em relação aos processos de pensamento e decisão sobre a prática social⁵⁷⁹.

⁵⁷⁷ ESCOBAR, 2007.

⁵⁷⁸ ESCOBAR, 2007.

⁵⁷⁹ ESCOBAR, 2007, p. 112. No original: “[...] en vez de la tan anelada transformación, parece que el desarrollo solo hubiera logrado multiplicar al infinito los problemas socioeconómicos de Asia, África y América Latina. Basta una mirada superficial a los paisajes biofísicos, económicos y culturales de la mayor parte del Tercer Mundo para darse cuenta de que el desarrollo está en crisis, y que la violencia, pobreza y deterioro social y ambiental crecientes son el resultado de cincuenta años de recetas de crecimiento económico, “ajustes estructurales”, macroproyectos sin evaluación de impacto, endeudamiento perpetuo, y marginamiento de la mayoría de la población de los procesos de pensamiento y decisión sobre la práctica social.”

O discurso do desenvolvimento, defendido e transformado em políticas efetivas, fez com que as técnicas tradicionais – a coivara no Brasil ou a *chena* no Sri Lanka – fossem entendidas como atrasadas e, portanto, desestimuladas e criticadas. A divisão equânime dos recursos naturais, tal como imaginada por Duarte Pereira, não ocorreu e, em seu lugar, houve acentuação das desigualdades socioambientais.

Como já dito, não é apropriado, em termos do fazer histórico, exigir que o jurista concebesse, nas décadas de 1950 e 1960, a necessidade de valorizar as formas alternativas de desenvolvimento. Duarte Pereira criticava as concepções de desenvolvimentismo que legitimavam intervenções de outros países, mas não era capaz de romper com a própria estrutura do discurso do desenvolvimento que pairava sobre o mundo.

Cabe dizer, porém, que na contemporaneidade há, ainda, tentativas para superar o discurso do desenvolvimento. Assim, grupos populares de diversas partes do Terceiro Mundo, segundo Escobar, estão se conscientizando, cada vez mais, acerca dos dilemas e impasses oriundos de políticas públicas desenvolvimentistas. O descontentamento com as propostas tradicionais de desenvolvimento tem feito com que grupos sociais valorizem os discursos de pluralismo cultural, biodiversidade e etnicidade. Deste modo,

*[...] alguns deles respondem tratando de criar visões inovadoras de si mesmos e do mundo ao seu redor. Instados pela necessidade de apresentar alternativas [...], suas estratégias de organização começam a girar mais e mais em torno dos princípios: a defesa da diferença cultural, como força transformadora e transformada, não estática, e a valorização das necessidades e oportunidades econômicas em termos que não sejam lucro e mercado*⁵⁸⁰.

Além disso, constata-se, em meio ao “Terceiro Mundo”: a perspectiva de defender as preocupações locais como pré-requisito para articulações maiores, em escala global, aliada à percepção da necessidade de esclarecer e fortalecer as identidades; oposição ao desenvolvimento modernizador; formulação de propostas coesas e concretas. Deste modo, compreender as novas concepções sobre o desenvolvimento, que dialogam de modos singulares com outras racionalidades ambientais, pode ser entendido como um dos desafios da história ambiental na contemporaneidade.

⁵⁸⁰ ESCOBAR, 2007. p. 378. Grifo nosso. No original: “[...] algunos de ellos responden tratando de crear visiones novedosas de sí mismos y de su mundo circundante. Urgidos por la necesidad de presentar alternativas [...], sus estrategias de organización comienzan a girar más y más en torno a dos principios: la defensa de la diferencia cultural, como fuerza transformadora y transformada, no estática, y la valoración de necesidades y oportunidades económicas en términos que no sean solamente los de la ganancia y el mercado”.

Considerações Finais

A análise das fontes apresentadas no presente trabalho – informações sobre a vida e carreira, obras publicadas e algumas repercussões na imprensa destas mesmas obras do jurista e desembargador Osny Duarte Pereira – permite afirmar que este sujeito, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, se constituiu enquanto uma das vozes de um discurso que articulava o nacional-desenvolvimentismo e a conservação das florestas.

Mais do que isso, a breve reconstrução da trajetória de Osny Duarte Pereira, considerando-o enquanto um intelectual imerso em redes de sociabilidade, foi uma estratégia fundamental para compreensão de que, durante os anos desenvolvimentistas, as questões florestais não foram inteiramente assoladas pelos discursos de modernização e industrialização da economia brasileira.

Nas concepções do jurista, aqui delineadas, a destruição das florestas era tratada como um “preço do atraso”, ou seja, causada por falta de tecnologias, de políticas públicas e pelas incapacidades de todos os produtores agrícolas que utilizavam os métodos da agricultura itinerante. Assim, a tradição com a qual Duarte Pereira concordava, aquela que afirmava que os problemas florestais eram resultado do atraso econômico, se opõe a tradição posterior que vai identificar nas condições de progresso, industrialização e urbanização, as causas da degradação ambiental.

Enquanto membro integrante e professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em fins dos anos de 1950, Duarte Pereira afirmava fazer parte do grupo, dentro da história do Instituto, que representava os únicos e legítimos nacionalistas, em oposição a posturas nomeadas, por ele, como entreguistas.

Nas obras “A China de hoje” e “Estudos Nacionalistas” – obras que apareceram, com significativa recorrência, entre os livros mais lidos de acordo com pesquisas do jornal O Globo –, o jurista brasileiro fez, no primeiro deles, uma leitura da história recente da China, identificando projetos de desenvolvimento nacional que também poderiam ser implementados no Brasil. Na segunda obra mencionada, Duarte Pereira descrevia a sociedade brasileira, nas décadas de 1950 e 1960, como notadamente marcada pelas influências do sistema imperialista, sobretudo o imperialismo estadunidense. Na concepção do autor, as riquezas nacionais, no Brasil, estavam sendo entregues para o capital estrangeiro. A solução seria, então, a adoção de um projeto genuinamente nacionalista de desenvolvimento.

Tal desenvolvimento não poderia, porém, ser alcançado sem que fossem consideradas as questões florestais, tal como já acontecia em diversas partes do mundo, na análise de Duarte Pereira. Assim, na obra “Direito Florestal Brasileiro”, o jurista apresenta legislações florestais de países das Américas, Europa e Ásia, em perspectiva comparada. Além disso, Osny Duarte Pereira aponta, no texto, as principais medidas a serem desempenhadas no âmbito florestal.

Na visão de Duarte Pereira, as ações humanas, inclusive no Brasil, frequentemente se davam de modo imprudente, considerando que, por interesses lucrativos e ambiciosos, causavam sérios impactos à natureza. Como consequência, vários países sofriam com a falta de matérias-primas imprescindíveis para o alcance do progresso material. Deste modo, para que a sociedade brasileira alcançasse êxito no desenvolvimento acelerado, era necessário haver legislações florestais eficientes.

Entende-se, pois, que a defesa pela inclusão das questões florestais nas pautas governamentais brasileiras, por parte de Osny Duarte Pereira, representava uma vertente do conservacionismo. Contudo, tal posicionamento estava imbricado com uma perspectiva utilitarista dos recursos, almejando o crescimento da economia, ou seja, o desenvolvimento nacional. Assim, torna-se compreensível o destaque dado, pelo jurista, para a atuação do Instituto Nacional do Pinho. A atividade madeireira era vista por ele como aquela que poderia contribuir para o alcance do progresso material e, para garantir a sua manutenção, fundamental era conservar as matas, sobretudo por meio do reflorestamento.

Todavia, Duarte Pereira também dava atenção, ainda que em caráter secundário, para o que hoje se denomina serviços ecossistêmicos das florestas. Assim, a conservação das florestas se fazia necessária não apenas para a manutenção da produção de madeira, mas também para garantir a produção agrícola crescente, a conservação dos solos e dos cursos d’água, evitando desastres como erosão, mudança na vazão dos rios, entre outros.

Deste modo, é possível afirmar que, durante as décadas de 1950 e 1960, marcadas pelos discursos desenvolvimentistas, as discussões florestais não deixaram de acontecer. Ao contrário, como a trajetória e as obras de Duarte Pereira sinalizam, as florestas foram pensadas sob o prisma dos projetos de desenvolvimento nacional. Conservar as riquezas naturais no Brasil seria um dos pilares para o alcance do almejado progresso.

Fontes Citadas

Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 17 de abril de 1957, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.9.

Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 17 de abril de 1957, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.10.

Acervo Digital jornal “O Globo”. Edição Matutina, 29 de abril de 1957, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.14.

Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 31 de maio de 1957, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.5.

Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 14 de junho de 1957, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.3.

Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 29 de junho de 1957, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.11.

Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 31 de agosto de 1960, Caderno Geral, Seção Porta de Livraria, p.11.

Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 03 de julho de 1962, Caderno Geral, p.12.

Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 04 de julho de 1962, Caderno Geral, p.9.

Acervo Digital do jornal “O Globo”. Edição Matutina, 07 de julho de 1962, Caderno Geral, p.9.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo Polícias Políticas, Setor DOPS, Notação 43, Dossiê 2.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo Polícias Políticas, Setor DOPS, Notação 43, Dossiê 2.

GUALBERTO, Virgílio. Prefácio. In: PEREIRA, Osny Duarte. *Direito Florestal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950. p. VII-XV.

MAGNANINI, Alceo. *Alceo Magnanini: depoimento*. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2017. [Depoimento concedido, via e-mail, para a autora da presente dissertação].

PEREIRA, O. D. *Osny Duarte Pereira: Magistrado, intelectual e cidadão*. 1996. Entrevista [informação verbal].

PEREIRA, Osny Duarte. *A China de hoje*. 1. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1957.

PEREIRA, Osny Duarte. Código Florestal Brasileiro. In: SANTOS, J. M. de Carvalho. *Repositório Enciclopédico do Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1951. p. 181-209.

PEREIRA, Osny Duarte. *Constituinte: Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos*. 1. ed. Brasília: Editora UnB. 1987.

PEREIRA, Osny Duarte. Depoimento de Osny Duarte Pereira. Rio de Janeiro, Museu da Justiça – Poder Judiciário, 2000. Entrevista concedida ao Projeto Levantamento da Memória do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e das unidades federativas que o antecederam/Programa de História Oral e Visual do Poder Judiciário.

PEREIRA, Osny Duarte. *Direito Florestal Brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950. 573p.

PEREIRA, Osny Duarte. *Estudos Nacionalistas: as cadeias do imperialismo no Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1962. 290 p.

PEREIRA, Osny Duarte. *Estudos Nacionalistas: considerações à margem do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fulgor, 1960. 319p.

PEREIRA, Osny Duarte. *Minha passagem pelo ISEB*. Rio de Janeiro. 1995. 30p.

PEREIRA, Osny Duarte. O ISEB. O desenvolvimento e as reformas de base. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 47, p. 23-41, mai./jun. 1963.

PEREIRA, Osny Duarte. Osny Duarte Pereira: Magistrado, intelectual e cidadão. Rio de Janeiro, Museu da Imagem e do Som (MIS), 1996. Entrevista [informação verbal].

REGRESSO de Osny Duarte. Informe nº038 DOPS. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo Polícias Políticas, Setor DOPS, Notação 43, Dossiê 2.

Referências Bibliográficas

ABI celebra centenário de Osny Duarte Pereira. Associação Brasileira de Imprensa, 6 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.abi.org.br/abi-celebra-centenario-de-osny-duarte-pereira/>. Acesso em: 12 maio 2018.

ABREU, Alzira Alves de. *O ISEB e o desenvolvimentismo*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em: 12 maio 2018.

BALÉE, William. *Advances in Historical Ecology*. New York: Columbia University Press, 1998.

BARROS, Francisco Reinaldo de. *Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em: 12 maio 2018.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-192.

BRASIL. Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934 [decreto que aprova o Código Florestal]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793impressao.htm. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRASIL. *Decreto n. 53.884*, de 13 de abril de 1964 [decreto de extinção do ISEB].

BRASIL. *Decreto n. 57.608*, de 14 de julho de 1955 [decreto de criação do ISEB].

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da Floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza no projeto de construção de um Brasil Moderno e a obra de Alberto José de Sampaio*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 154p. 2006.

CARVALHO, Ely Bergo de. A crítica ambiental de Max von Lassberg e Reinhard Maack: homens do seu tempo. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 13, -n. 19, p. 32-52, segundo semestre, 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/4097/4367>. Acesso em: 12 mar 2019.

CARVALHO, Ely Bergo de. A História Ambiental e a “crise ambiental contemporânea”: um desafio político para o historiador. *Revista Esboços*. Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 105-116, 2004.

CARVALHO, Ely Bergo de. Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A Ferro e Fogo. *Esboços*. Florianópolis, v. 13, p. 107-124, 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/274/9919>. Acesso em: 12 mar. 2017.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. *Proteção do patrimônio natural brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961)*. 2017. 219 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial. 2002.

COSTA, Jamerson de Sousa. “*Não basta explorá-la*”: representações de florestas na Revista O Papel (1939-1965). 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEBERT, Guita Grin. *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. 1986. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

DRUMMOND, José Augusto. A legislação brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. II, n. 3 e 4, p. 127-149, 2. sem. 1998 e 1. sem. 1999.

DRUMMOND, José Augusto. Mata Atlântica: a História de uma destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.17, p. 239-250, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. O Monopólio Real Português e a Dinâmica do Desmatamento no Brasil Colonial – Resenha de Fruitless Trees. *Diálogos – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*, v.1, p. 237-244, 2000.

ESCOBAR, Arturo. *Encontering development: the making and the unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre memória e história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. 191p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O Semanário. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/semanario-o>. Acesso em: 23 mar. 2019.

FELIX, Loiva Otero. Alberto Torres: o político militante. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, Porto Alegre, ano IV. 1976; MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista de Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979. SIMÕES. Teotônio. *Repensando Alberto Torres*. São Paulo: Semente, 1981.

FERRO, Marc. *A colonização explicada a todos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 190 p.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 463p.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Textos de História*, Brasília, v.17, n. 1. p. 39-58, 2009.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009. 272 p.

FONTANA, Josep. Historia. Espacio y recursos naturales: de la geografía humana a la “Ecohistoria”. In: *La historia después del fin de la historia*: Reflexiones acerca de la situación actual de la ciencia histórica. Barcelona: Crítica, 1992. p. 65-78.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 145-180.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 319p.

GUARESCHI, P. A. Representações Sociais e Ideologia. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, Edição Especial Temática, p. 33-46, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/24122/21517>. Acesso em: 12 dez. 2018.

HOBSBAWM, Eric J. O fim dos impérios. In: HOBSBAWM, E. J. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 198-219.

HORTA, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 109p.

IORIS, Edwiges Marta. Na trilha do manejo científico da floresta tropical: indústria madeireira e florestas nacionais. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 3, n. 3, p. 289-309, set./dez. 2008. p. 295.

IORIS, Rafael. *Qual desenvolvimento: os debates, sentidos e lições da Era Desenvolvimentista*. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

JUNIOR, Edison Bariani. ISEB: um recenseamento bibliográfico. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/anexo_bib_iseb_26.htm. Acesso em: 12 maio 2018.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.34, n. 3, p. 17-24, set./dez. 2009.

CARVALHO, Ely Bergo de. O estado jardineiro e a gestão das florestas: uma história do Departamento de Geografia, Terras e Colonização na gestão do sertão paranaense (1934-1964). In: KLANOVICZ, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de. (org.). *História ambiental no sul do Brasil: apropriações do mundo natural*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 149-178.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. p. 217.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan IUPERJ, UCAM. 1999. 222p.

LIMA, Nísia Trindade. *Jeca Tatu e a Representação do Caipira Brasileiro*. In: XXII Encontro Anual da ANPOC, 1997. Caxambu. Anais Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil. Caxambu: 1998.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História Geral do Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996. v. 1. 330p.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

MANNHEIM, Karl. O problema da *intelligentsia*. In: MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 69-139.

MARTINEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização*. São Paulo: Contexto. 2007.

McCORMICH, John. As Raízes do Ambientalismo. In: _____. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Tradução Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. Original 1989. p. 21-42. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55372947/McCORMICK-John-Rumo-ao-Paraiso-A-historia-dos-movimentos-ambientalistas>. Acesso em: março 2019.

McNEILL, John R. Naturaleza y cultura de la Historia Ambiental. *Nómadas*, Colombia, n. 22, p. 12-25, abr. 2005. Disponível em: http://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_22/22_1M_Naturalezayculturadelahistoria.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

MELO E SOUZA, Antônio Cândido. *Os parceiros do Rio Bonito: Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995. 88p.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 319-344.

MITTER, Rana. *China Moderna*. Tradução de Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.

MUNARI, Lucia Chamlian. *Memória Social e Ecologia Histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local*. 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

O DEBATE Plural da 'Revista Brasiliense'. *Memorial da Democracia*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/o-debate-plural-da-revista-brasiliense>. Acesso em: 23 mar. 2019.

OLIVEIRA, Arthur Henrique de. *Alberto José de Sampaio (1881-1946): contexto, vida e obra de um conservacionista brasileiro*. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Jorge Rubem Folena de. Atualidade da obra “Quem faz as leis no Brasil, de Osny Duarte Pereira. *Jornal GGN*. julho de 2017. Disponível em:

<https://jornalgggn.com.br/noticia/jorge-folena-atualidade-da-obra-“quem-faz-as-leis-no-brasil“-de-osny-duarte-pereira>. Acesso em: 12 maio 2018.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto *et. al.* (org.). *Ecologia & Política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987. p. 14-61.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. 1. ed. São Paulo: Ática. 1990. 335 p.

PEREIRA, Alexsandro Eugênio. *O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil 1952-1964*. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003.

PEREIRA, Osny Duarte. *A China de hoje*. 1. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1957.

PEREIRA, Osny Duarte. Código Florestal Brasileiro. In: SANTOS, J. M. de Carvalho. *Repositório Enciclopédico do Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1951. p. 181-209.

PEREIRA, Osny Duarte. Constituinte: Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos. 1 ed. Brasília: Editora UnB.1987.

PEREIRA, Osny Duarte. *Desnacionalização da Amazônia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Atualidades, 1954.

PEREIRA, Osny Duarte. *Direito Florestal Brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950. 573p.

PEREIRA, Osny Duarte. Estudos Nacionalistas: as cadeias do imperialismo no Brasil. São Paulo: Fulgor, 1962. 290p.

PEREIRA, Osny Duarte. Estudos Nacionalistas: considerações à margem do Brasil contemporâneo. São Paulo: Fulgor, 1960. 319p.

PEREIRA, Osny Duarte. *Juízes brasileiros atrás da Cortina de Ferro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora José Konfino, 1952.

PEREIRA, Osny Duarte. *Minha passagem pelo ISEB*. Rio de Janeiro. 1995. 30p.

PEREIRA, Osny Duarte. *Nós e a China*. 1. ed. São Paulo: Editora Fulgor, 1956.

PEREIRA, Osny Duarte. O ISEB. O desenvolvimento e as reformas de base. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 47, p. 23-41, mai./jun. 1963.

PEREIRA, Osny Duarte. Osny Duarte Pereira: Magistrado, intelectual e cidadão. Rio de Janeiro, Museu da Imagem e do Som (MIS), 1996. Entrevista [informação verbal].

PIRES, Cecília Maria Pinto. *O ISEB e a questão do nacionalismo*. 1987. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1987.

PRADO, Adonia Antunes. Os conceitos de homem e de educação no Brasil no período do Estado Novo (1937-1945). *Educação e Filosofia*, v. 15, n. 30, p. 9-22, jul./dez. 2001.

- PYE, L. W. *Mao Tse-tung: the man in the leader*. New York: Basic Books, 1976.
- RADIM, José Carlos; SALINI, Ademir Miguel. O Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no Oeste catarinense. *Professare*. Santa Catarina, v. 4, n. 3, p. 21-46. 2015.
- Revista Pegada*, São Paulo, v. 17, n.2, p. 170-181, dez./2016.
- RAJÃO, Raoni; CARVALHO, Ely Bergo de; GIUDICE, Roberta del. *Uma Breve História da Legislação Florestal Brasileira: Primeira Parte (1500 - 1979)*. Observatório do Código Florestal, 2018. 52 p. Disponível em: <http://www.observatorioflorestal.org.br/content/uploads/2018/06/OCF-livro-historia-codigo-florestal.pdf> . Acesso em: 13 jun. 2018.
- ROSA, Isabela Cristina; CARVALHO, Ely Bergo de. Precisa-se de um novo Código Florestal: projetos nacionais e os debates em torno da alteração da legislação florestal brasileira entre 1934 e 1965. *Diálogos*, Maringá. No prelo.
- SILVA, Alexandre de Mello e. *A política externa no cenário da Guerra Fria*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/CenarioGuerraFria>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- SILVA, Filipe Oliveira da. O Conselho Florestal Federal: um parecer de sua configuração institucional (1934-1967). *Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, v. 7, n. 2, 2017. p. 101-129. Disponível em: <https://halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/335>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- SILVA, Flávio José Rocha da. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. *Revista Pegada*, São Paulo, v. 17, n.2, p. 170-181, dez./2016. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4671/3585>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Renê. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-270.
- TEIXEIRA, Fábio dos Santos. *Desembargador Onsy Duarte Pereira: uma visão ambiental e nacionalista do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Pesquisa Histórica, Divisão da Gestão de Comunicação do Museu da Justiça do estado do Rio de Janeiro, 2012.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação McArthur, 1998.
- VIOLA, Eduardo J. O movimento ambiental no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização públicas para a institucionalização e do desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian (org.). *Ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 49-76.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>. Acesso em: 12 mar. 2017.